



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA

**QUOTIDIANO DE MULHERES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO QUE
SOFRERAM ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

SALVADOR

2015

MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA

**QUOTIDIANO DE MULHERES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO QUE
SOFRERAM ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação da
Escola de Enfermagem da Universidade Federal da
Bahia, como requisito para a obtenção do grau de
Doutora em Enfermagem, área de concentração
“Gênero, Cuidado e Administração em Saúde”,
Linha de Pesquisa: Mulher, Gênero e Saúde

Orientadora: Prof^a Dr^a Normélia Maria Freire Diniz

SALVADOR

2015

L745 Lira, Margaret Olinda de Souza Carvalho e.

Quotidiano de mulheres do seminário nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar./ Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. – Salvador, 2015.

237 f.

Orientadora: Normélia Maria Freire Diniz.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Enfermagem. Pós-Graduação em Enfermagem. 2015.

1. Violência contra mulher 2. Abuso sexual infantil 3. Relações familiares I. Universidade Federal da Bahia II. Diniz, Normélia Maria Freire III. Título.

CDU 343.435-053.2/.6

MARGARET OLINDA DE SOUZA CARVALHO E LIRA

**QUOTIDIANO DE MULHERES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO QUE
SOFRERAM ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Enfermagem, área de concentração "Gênero, Cuidado e Administração em Saúde", Linha de Pesquisa: Mulher, Gênero e Saúde.

Aprovada em 25 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Normélia Maria Freire Diniz *Normélia Maria Freire Diniz*

Doutora em Enfermagem, Professora da Universidade Federal da Bahia

Rosane Gonçalves Nitschke *Rosane Gonçalves Nitschke*

Doutora em Filosofia da Enfermagem, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina

Darlindo Ferreira Lima *Darlindo Ferreira Lima*

Doutor em Psicologia, Professor da Universidade Federal de Pernambuco

Telmara Menezes Couto *Telmara Menezes Couto*

Doutora em Enfermagem, Professora da Universidade Federal da Bahia

Álvaro Pereira *Álvaro Pereira*

Doutor em Enfermagem, Professor da Universidade Federal da Bahia

Climene Laura de Camargo _____

Doutora em Enfermagem e Professora da Universidade Federal da Bahia

Sonia Lorena Soeiro Argôllo Fernandes _____

Doutora em Enfermagem e Professora da Universidade Federal da Bahia

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às mulheres sobreviventes do abuso sexual na infância ou adolescência, as quais, mesmo na dor se disponibilizaram a colaborar com este estudo.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento de celebração na minha vida profissional e pessoal. Construir esta tese exigiu empenho, ponderação, renúncia e acima de tudo, harmonia interior. Este é também um momento de reconhecimento e agradecimento, pois, nesta trajetória nunca me senti sozinha, de maneira que pude vivenciar um “estar junto com” todos que me estimularam e me impulsionaram, desde o momento em que me submeti à seleção de doutorado em 2012. Desta forma é preciso reconhecer e agradecer a muitas pessoas pela importância que tiveram.

Inicialmente agradeço a Deus, inteligência suprema, infinitamente justo e bom! Obrigada por permitir esta existência, agradecendo também à minha mãe, Maria Olinda por me receber como filha, mulher guerreira que sobreviveu a todas as expressões da violência que uma mulher pode vivenciar.

Sigo agradecendo aos meus amores, **Jailson Lira**, meu companheiro, ao lado de quem compartilho a vida há 31 anos, aprendendo juntos: meu grande incentivador, meu amparo e minha luz! Agradeço aos meus filhos, **Gabriela e Levi**, pela compreensão, compartilhamento e por aceitarem as minhas ausências sem reclamações. E em especial, à minha filha **Eveline** (Em memória) pela oportunidade de convívio com espírito tão bom! Em você também busco forças. Nos reencontraremos filha amada!

À professora Dr^a Normélia Maria Freire Diniz, minha orientadora, por me acolher e aceitar a orientação, pela experiência e sensibilidade com que lida com as questões da violência contra a mulher, me permitindo ampliar conhecimentos para um cuidar sensível e pela oportunidade de aprender a conviver. Obrigada pelo apoio em seu espaço privado: sua morada.

Meu agradecimento e reconhecimento à professora Nadirlene Pereira Gomes, não apenas por favorecer a aproximação com a temática violência contra a mulher, quando do nosso ingresso na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em 2004, mas por me apoiar sempre. Muito obrigada Lene!

À Professora Telmara Menezes Couto, pelo carinho, apoio e pelas pertinentes contribuições para a melhoria deste estudo: minha coorientadora mesmo não o sendo oficialmente.

Ao professor Darlindo Ferreira Lima, amigo e incentivador com quem desenvolvi trabalhos sobre Violência Doméstica e Sexual contra a mulher.

Agradeço Ao professor Álvaro Pereira pela disponibilidade em estudar conosco (eu, Adriana e Sílvia) facilitando o entendimento sobre a Teoria Compreensiva e do cotidiano.

À professora Rosane Gonçalves Nitschke pela afetuosa acolhida em Florianópolis, oportunizando o aprofundamento sobre o que vem a ser a Sociologia Compreensiva e a verdadeira razão sensível, sem o que torna difícil compreender o cotidiano. Foram momentos que fizeram o diferencial na construção desta tese.

À professora Climene Laura, pelas sugestões pertinentes, para este estudo.

À professora Sonia Lorena Argollo Soeto por toda a atenção desde que nos conhecemos na Univasf e por aceitar avaliar meu estudo.

À Prof.^a Edméia Cardoso de Almeida Coelho, pela atenção que me dispensou no desempenho da função de coordenadora do Programa de Pós Graduação em Enfermagem-UFBA;

À Prof.^a Mirian Santos Paiva, pelo tratamento dispensado e por me despertar para detalhes importantes de uma pesquisa.

Às minhas amigas/irmãs, companheiras de trabalho e de morada durante o doutorado: Maria de Fátima Aguiar e Michelle Christini Araújo Vieira, foi um tempo de aprendizado e compartilhamento que certamente teremos muito a recordar daquilo que nos fez rir e chorar durante a estada em Salvador. Cada uma, do seu jeito contribuiu e continua a contribuir com esta tese.

Às(os) colegas de doutorado e mestrado pela oportunidade de convivência e aprendizado: Amália Sacramento, Rosália Teixeira, Rita Veloso, Andrea

Lorena, Daniela Medeiros, Leonildo Severino, Anne Jacob e Chalana Duarte (minha alunas e filhas do coração).

Me permitam um agradecimento especial às colegas de doutorado Adriana Diniz, Silvia Passos e Vanda Parmarella, pela parceria firmada. Adriana e Sílvia, particularmente para o estudo da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano. Ao lado das três não me senti sozinha nesta viagem em busca do conhecimento. Grandes amigas eu fiz!

À Secretaria Especial da Mulher de Petrolina- PE, representada pela secretária adjunta, Doutora Roseane Farias: grande mulher, juntamente com a sua fiel escudeira, Rose. Não só por me abrirem as portas do Centro de Atenção à Mulher em situação de Violência(CRAM) mas por me incluírem na rotina do serviço. Vocês foram dois faróis a iluminar a coleta dos dados deste estudo. Vivenciei a solidariedade orgânica!

Às minhas amigas e colegas de Univasf, Fátima Brandão e Sued Sheila por todo o apoio no desenvolvimento das oficinas com as mulheres: sem a participação de vocês, seria mais difícil.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por me conceder a bolsa de doutorado.

À Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) por facilitar a vivência desta experiência engrandecedora, concedendo o meu afastamento das atividades docentes pelo período necessário.

Enquanto Houver Sol

Titãs

Quando não houver saída
Quando não houver mais solução
Ainda há de haver saída
Nenhuma ideia vale uma vida

Quando não houver esperança
Quando não restar nem ilusão
Ainda há de haver esperança
Em cada um de nós
Algo de uma criança

Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol

Quando não houver caminho
Mesmo sem amor, sem direção
A sós ninguém está sozinho
É caminhando
Que se faz o caminho

Quando não houver desejo
Quando não restar nem mesmo dor
Ainda há de haver desejo
Em cada um de nós
Aonde Deus colocou

Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol

Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol

Enquanto houver sol
Enquanto houver sol
Ainda haverá
Enquanto houver sol
Enquanto houver sol

RESUMO

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho. **Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar**. 2015. 232f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um problema complexo que transgride regras morais e legais. Trata-se de uma vivência traumática que afeta o desenvolvimento emocional e traz implicações que se prolongam por toda a existência. O objeto deste estudo foi a compreensão de vivências cotidianas de abuso sexual intrafamiliar na infância e /ou adolescência de mulheres. Seu objetivo foi compreender o cotidiano de mulheres que vivenciaram o abuso sexual na infância ou adolescência no contexto familiar, defendendo a tese de que compreender o abuso sexual sofrido na infância e/ou adolescência acentua a potência da mulher para transfigurar o seu cotidiano no caminho de ser saudável, considerando que ao expor o vivido de abuso sexual ela intensificará a força necessária para modificar o seu cotidiano. Trata-se de um estudo de natureza metodológica qualitativa, embasado na Sociologia Compreensiva e do Quotidiano, usando noções e pressupostos teóricos e da sensibilidade de Michel Maffesoli; nós a consideramos apropriada para apreender a centralidade subterrânea guardada no cotidiano de quem vivencia experiências traumáticas como o abuso sexual. O campo do estudo foi a cidade de Petrolina, localizada no estado de Pernambuco, tendo como cenário da coleta de dados um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência. As participantes foram nove mulheres entre 18 e 53 anos. Os dados foram coletados por meio de entrevista não estruturada e agrupados por afinidade, formando as seguintes conjunções: “O vivido silencioso: do oculto à revelação do abuso sexual” e “Imergindo no cotidiano de mulheres abusadas sexualmente na infância ou adolescência”. Os resultados apontaram para a ritualização do abuso sexual no cotidiano familiar, com as formas de resistência, o senso do limite das participantes expresso em sentimentos e diferentes pontos de tolerância e suas redes de interação social. Concluímos que a vivência de abuso sexual rompeu o ritmo natural da vida, afetando a convivência familiar, de forma que as lembranças ficaram armazenadas na memória das participantes, produzindo repercussões que se potencializaram, causando nelas prejuízos emocionais que perduram e se estendem por toda a vida. Elas se mostraram conscientes da interferência da vivência trágica de abuso sexual e buscaram afrontá-la com criatividade para transfigurar o cotidiano, de modo a dar seguimento aos seus projetos de vida, na tentativa de ser saudáveis. O abuso sexual no contexto familiar rompe o imaginário de família como garantia de segurança, compromete as relações familiares e leva ao adoecimento, alertando para a necessidade de um olhar atento para diversos transtornos em mulheres/crianças e adolescentes, considerando que estes podem estar associados a vivências de abuso sexual, suscitando um cuidar transdisciplinar amparado na solidariedade e na razão sensível, com atenção cuidadosa de enfermeiras, da equipe de saúde e de profissionais de redes de apoio social a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência, de forma que a presente construção é útil como referencial teórico a ser explorado na perspectiva transdisciplinar, instrumentalizando também a academia na formação de futuros profissionais.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; abuso sexual na infância; relações familiares; saúde da família; atividades cotidianas.

ABSTRACT

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho **Daily life of northeastern semiarid women that suffered sexual abuse in the familiar context**. 2015. 235f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

The sexual abuse against children and adolescents it is a complex problem that transgresses moral and legal rules. It is about a traumatic violence which affects the emotional development and bring implications that are prolonged for the rest of the existence. The object of study was the comprehension of daily sexual abuse experiences in the family, in childhood and/ or adolescence of women. Our objective was to comprehend the quotidian of women who had experienced sexual abuse in childhood and/or adolescence in the family background, defending the thesis that sexual abuse suffered in the childhood and/or adolescence highlights the power by woman to transfigure her quotidian in the way to be healthy, considering that when exposing the experienced of sexual abuse she intensifies the necessary power to modify her quotidian. It is about a study with qualitative methodological nature, grounded in the Comprehensive Sociology and daily life using theories assumptions and notion, and the sensibility of Michel Maffesoli; we consider appropriate to learn the underground centrality stored in the quotidian of people who experience traumatic experiences as the sexual abuse. The field of study was the Petrolina, a city located at Pernambuco state, taking as scenery a Center of Reference in Woman in violence situation attendance. The participants were nine women between 18 and 53 years. The data were collected by unstructured interview and grouped by affinity, forming the following conjunctions: " The silent vivid: from the hidden to the revelation of the sexual abuse" and "Immersing in the daily life of women abused in the childhood or adolescence". The results pointed to the ritualization of the sexual abuse in the family daily life , with the resistance forms, the limit sense of the participants expressed in feelings and differentiate points of tolerance and their social interaction laces. We have concluded that the experience of sexual abuse broke the natural ritme of life, affecting the family life, so the regards were stored in the memory of the participants, producing effects that potentiated themselves, causing in the participants emotional losses for the rest of their life. They have shown conscience of the tragic sexual abuse violence interference and seek to defy it with creativity to transfigure the quotidian, to give sequence to their life projects, in the attempt to be healthy. The sexual abuse in the family background break the imaginary of family as security, compromising the family relationships and leading to the crush, alerting for the necessity of a watchful eye for different disorders in women/children and teenagers, considering that them can be associated to experiences of sexual abuse, raising a interdisciplinary care supported in solidarity and sensible reason, with careful attention from nurses, from the health team and professionals of the support grid to women, children and teenagers in violence situation, so the present construction is useful as theoretic referential to be explored in the interdisciplinary perspective, instrumentalizing also the academy in the formation of future professionals.

Key words: Violence against women; sexual abuse in childhood; family relationships; family health; daily life activities.

RESUMEN

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho. **Cotidiano de mujeres del semiárido nordestino que sufrieran abuso sexual en el contexto familiar**. 2015. 235f. Tesis (Doctorado) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

El abuso sexual contra los niños es un problema complejo que transgrede reglas morales y jurídicas. Es una experiencia traumática que afecta desarrollo emocional y tiene implicaciones que van por la vida. El objetivo de este estudio fue comprender las experiencias cotidianas de los abusos sexuales intrafamiliares en la infancia y / o adolescencia de las mujeres. Su objetivo era entender la vida cotidiana de las mujeres que han experimentado abuso sexual en la infancia o la adolescencia dentro de la familia, la defensa de la tesis de que la comprensión de abuso sexual sufrido en la infancia y / o adolescencia acentúa el poder de las mujeres para transfigurar su día a día en la manera de estar sano, teniendo en cuenta que mediante la visualización de duración el abuso sexual que se intensificará la fuerza para cambiar su vida cotidiana. Tratamiento Es un estudio de naturaleza cualitativa metodológica, basada en Sociología Integral y estilo de vida, el uso de conceptos y supuestos teóricos y Sensibilidad de Michel Maffesoli; consideramos oportuno aprovechar la centralidad subterránea mantenida en las experiencias cotidianas de las personas que viven situaciones traumáticas como el abuso sexual. El campo de estudio fue la ciudad de Petrolina, en el estado de Pernambuco, en el contexto de la recogida de datos un Centro Referencia de Asistencia a Mujeres en situación de violencia. Los participantes fueron nueve mujeres entre 18 y 53 años. Los datos fueron recolectados a través de entrevista no estructurada y agrupados por afinidad, formando las siguientes conjunciones: "El silencio vivió: la revelación del abuso sexual oculto" y "La inmersión en la vida cotidiana de las mujeres objeto de abusos sexuales en la infancia o en la adolescencia ". Los resultados apuntaron al abuso sexual ritual en el cotidiano de la familia con formas de resistencia, el límite del sentido de las participantes expresaron sentimientos y diferentes puntos de la tolerancia y de sus redes de interacción social. Se concluye que la experiencia de abuso sexual rompió el ritmo natural de la vida, que afecta a la convivencia familiar, de modo que los recuerdos fueron almacenados en la memoria de las participantes, produciendo efectos que han empeorado, haciendo que las pérdidas emocionales que tienen que soportar y se extienden por toda la vida. Ellas mostraron consciente la interferencia de la trágica experiencia de abuso sexual y buscaron desafiar con creatividad para transfigurar lo cotidiano con el fin de dar seguimiento a sus proyectos de vida, tratando de ser saludable. El abuso sexual dentro de la familia rompe el imaginario colateral de la Familia como la seguridad, socava las relaciones familiares y conduce a la enfermedad, advirtiendo de la necesidad de una mirada más de cerca a varios rastornos en mujeres / niños y adolescentes, teniendo en cuenta que estos pueden ser asociados con experiencias de abuso sexual, lo que representa un transdisciplinario cuidado apoyado en la solidaridad y la razón sensible, con especial atención a las enfermeras, el equipo de redes de salud y de apoyo social en el trabajo para mujeres, niños y adolescentes en situaciones de violencia, por lo que esta construcción es útil como referencial teórico para explorar la perspectiva transdisciplinaria, que también proporciona herramientas para la Academia en la formación de futuros profesionales.

Palabras clave: Violencia contra la mujer; abuso sexual infantil; relaciones familiares; salud de la familia; actividades cotidianas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 - Imagem de noções desenvolvidas por Maffesoli

IMAGEM 2 – Primeira conjunção: O vivido Silencioso: do oculto à revelação do abuso sexual

IMAGEM 3 – Segunda conjunção: Imergindo no Quotidiano de Mulheres Abusadas Sexualmente na Infância ou Adolescência

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese dos estudos sobre repercussões do abuso sexual no cotidiano de crianças e adolescentes

QUADRO II - Síntese dos estudos sobre repercussões de vivências do abuso sexual na infância no cotidiano de mulheres

LISTA DE SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior

CEAQ- Centro de Estudos sobre o Atual e o Quotidiano

CF- Constituição Federal de 1988 - CF/88

CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CONANA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CT - Conselho Tutelar

DEAMs - Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente-

MEC – Ministério da Educação

NUPEQUIS-FAM – SC - Núcleo de pesquisa e estudos sobre enfermagem, cotidiano, imaginário, saúde da família de Santa Catarina

OMS - Organização Mundial de Saúde

PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PET - Saúde- Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PNPM - Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

TEPT - Transtorno do Estresse Pós-Traumático

TPB- Transtorno de Personalidade Borderline

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	29
2 REVISÃO DE LITERATURA	35
2.1 ENTRE GÊNERO E PATRIARCADO: PARA COMPREENDER O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO QUOTIDIANO FAMILIAR	35
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA E FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA.....	44
2.3 CONVIVENDO EM FAMÍLIA	51
2.4 O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NO QUOTIDIANO DA MULHER, MENINA OU ADOLESCENTE	57
2.5 O DIREITO DE SER MULHER, MENINA OU ADOLESCENTE	77
3 APORTE TEÓRICO EPISTEMO METODOLÓGICO PARA COMPREENDER O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA	88
3.1 A PÓS-MODERNIDADE E O PROBLEMA DO ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR	91
3.2 NOÇÕES DESENVOLVIDAS POR MAFFESOLI QUE POSSIBILITAM UMA APROXIMAÇÃO COM O ESTUDO DO ABUSO SEXUAL	95
3.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E DA SENSIBILIDADE.....	108
4 METODOLOGIA: O CAMINHO TRILHADO NA PESQUISA	113
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	113
4.2 AS PARTICIPANTES DA PESQUISA	114
4.3 LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	115
4.4 ASPECTOS ÉTICOS	116
4.5 PLANEJAMENTO PARA A COLETA DE DADOS: APROXIMAÇÃO COM O CAMPO E PARTICIPANTES DO ESTUDO	116
4.6 COLETA DE DADOS	122
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	128

5.1 SOBREVIVENDO AO ABUSO SEXUAL NO QUOTIDIANO FAMILIAR: FORMAS DE RESISTÊNCIA UTILIZADAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES	128
5.2 O FIO DA VIDA: AFRONTANDO O DESTINO EM UM QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	145
5.3 NÃO ME SINTO SER HUMANO: RELATOS DE MULHERES EM UM QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL	159
5.4 REDE DE INTERAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS EM UM QUOTIDIANO DE ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA DE MULHERES NORDESTINA	176
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	193
REFERÊNCIAS	196
APÊNDICES	211
ANEXOS	238

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um problema complexo que transgride regras morais e legais. Trata-se de uma vivência traumática, em um imaginário de medo e constante ameaça.

Constitui um fenômeno de caráter universal de difícil revelação, presente em todas as classes sociais, raças ou credos, ocorrendo mais entre crianças do sexo feminino.

Dados epidemiológicos da Organização Mundial de Saúde(OMS) mostram que a prática de abuso sexual contra crianças e adolescentes se dá em todos os países, estimando que cerca de 20% das mulheres e entre 5 e 10 % dos homens têm registro de alguma forma de abuso sexual na infância ou adolescência (WHO, 2014).

O fato de o maior número das situações se dar entre meninas tem suas raízes no patriarcado, estando fortemente enraizado em relações de dominação que acentuam a submissão da mulher, com a perpetuação e conseqüente cristalização da violência doméstica, mostrando que o abuso sexual ocorre em relações hierárquicas, fruto da desigualdade entre os gêneros (CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010).

Com relação a isso, Noronha (2013) ressalta que as discussões sobre a violência contra a mulher mantêm íntima relação com os arranjos familiares e que a violência sexual acontece de maneira desproporcional no sexo feminino, independentemente da fase do ciclo de vida em que se encontre a mulher, desde a infância, até a velhice.

No Brasil, notificações de Serviços Sentinela de Urgência e Emergência apresentam o abuso sexual no sexo feminino como sendo o gênero de violência mais notificado em crianças (45,5%) e a segunda em adolescentes (41,9%) (BRASIL, 2013a). Entretanto, apesar disso, existe uma acentuada subnotificação do fenômeno, considerando que a maior parte das situações é ocultada por muito tempo e acaba não sendo revelada na ocasião em que ocorre, de maneira que de 10 a 15% apenas das situações de abuso sexual são denunciadas formalmente (DIAS, 2007).

Estudo desenvolvido pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) em 149 municípios de todas as regiões do Brasil revelou que 5% dos

brasileiros acima de 18 anos têm histórico de algum tipo de abuso sexual na infância/adolescência, sendo 7% entre membros do sexo feminino e 3,4 % entre aqueles do sexo masculino (UNIFESP, 2014).

O abuso sexual se classifica como intra e extra familiar, agudo e crônico. Normalmente o abuso sexual agudo é também extra familiar e ocorre no espaço público em um único episódio, o abusador sendo desconhecido. O abuso sexual crônico, em contrapartida, costuma ser também intra familiar, ocorrendo dentro do espaço doméstico, sendo praticado na maioria dos casos contra meninas por um homem a quem estão vinculadas por laços de sangue ou de afetividade: pais, padrastos, irmãos, tios ou primos (GARRO-VARGAS, 2012; BAÍA et al., 2013; LUGÃO et al., 2013).

O abuso sexual no contexto familiar repercute na saúde da família, afetando sobretudo o desenvolvimento emocional da criança/adolescente, com implicações que se prolongam por toda a existência, e embora não seja um fenômeno de fácil revelação, existem indicativos ou características que podem anunciar a sua ocorrência, entre as quais mudanças de comportamento de crianças/adolescentes, alterações no padrão do sono e alimentação, agressividades, gestação e fugas de casa.

Além disso, existe uma tendência de que as repercussões se potencializem e se prolonguem até a vida adulta, predispondo suas vítimas a diversos desequilíbrios. De forma que estudos abordando a temática associam a exposição a este fenômeno ao desencadeamento de psicopatologias, entre as quais os transtornos de ansiedade e a depressão (SANTOS; PELISOLI; DELL'AGLIO, 2012).

A depressão, o transtorno de ansiedade, a baixa autoestima, a dependência de drogas, as ideias e tentativas de suicídio, os comportamentos autodestrutivos, os transtornos de humor e o agravamento de doenças sistêmicas podem estar relacionados com o abuso sexual sofrido na infância/adolescência. De maneira que os espaços de atendimento a essas pessoas precisam de profissionais com um olhar atento, aptos a perceber sinais que possam ter relação com a ocorrência de abuso sexual.

Ao consultar o banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) catalogamos produções acadêmicas tratando da associação entre o abuso sexual sofrido na infância e suas repercussões na vida adulta de mulheres,

mas não identificamos nessas produções, a utilização das noções e dos pressupostos teóricos e da sensibilidade da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano de Michel Maffesoli, que tem como foco a compreensão do dado social conforme ele se apresenta, contentando-se em descrever a experiência vivenciada sem pretender explicá-la, respeitando a subjetividade das pessoas.

Outro aspecto importante é a forma como a temática da violência é tratada na obra de Maffesoli, discutida como um acontecimento dinâmico que faz parte do cotidiano das pessoas e que se destaca como “*um elemento estrutural do fato social e não como o resto anacrônico em vias de desaparecimento*” (MAFFESOLI, 1987, p.8).

Considerando-se que o objeto deste estudo é “vivências cotidianas de mulheres que sofreram abuso sexual na infância/adolescência no contexto familiar”, a abordagem compreensiva possibilitou a fundamentação necessária à sua compreensão.

Assim sendo, devido à precariedade de discussões nacionais sobre vivências cotidianas de mulheres abusadas sexualmente na infância ou adolescência, identificamos a existência de lacunas na produção do conhecimento, sobretudo na perspectiva da Sociologia Compreensiva.

Tendo por base este cenário, e partindo da pergunta de pesquisa, a saber, como se mostra o cotidiano de mulheres que vivenciaram a experiência de abuso sexual na infância/adolescência no contexto familiar? O objetivo deste estudo foi compreender o cotidiano de mulheres que vivenciaram o abuso sexual na infância ou adolescência no contexto familiar, defendendo a tese de que compreender o abuso sexual sofrido na infância/adolescência acentua a potência da mulher para transfigurar o seu cotidiano no caminho de ser saudável, levando-se em consideração que, ao expor o vivido de abuso sexual, ela potencializará forças para modificar o seu cotidiano.

Meu interesse por esta temática foi despertado em 2004 quando ingressei na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF - como docente do Colegiado de Enfermagem e tive a oportunidade de me aproximar da temática Violência Doméstica e Intrafamiliar, participando do projeto de extensão “Fortalecimento da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual de Petrolina (PE)”.

Durante esta trajetória, tive a satisfação de fazer meu mestrado em psicologia e estudar a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes, buscando compreender o processo de superação em famílias acompanhadas pelo Conselho Tutelar (CT) de Petrolina (PE) partindo do pressuposto de que a vinculação dos membros de uma família a uma rede social e afetiva favoreceria a superação do vivido de violência.

Os resultados do estudo me trouxeram à tona algumas inquietações, levando-se em conta que dos 432 atendimentos de violência intrafamiliar oito foram decorrentes de situações de abuso sexual contra meninas praticados por um homem do seu convívio (padrastos e cunhado). Face a isso, tive a iniciativa de convidar essas famílias a participarem do estudo; no entanto, elas não concordaram. Então me questionei: por que elas simplesmente aceitariam falar da experiência abusiva? Quais mecanismos favoreceriam a minha aproximação com possíveis famílias participantes?

Estes questionamentos me estimularam a desenvolver durante dois anos o projeto financiado pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) a saber: “Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes no município de Petrolina: Conhecendo para Prevenir”, que propunha capacitar e sensibilizar profissionais da Rede de Apoio Social a crianças, adolescentes e famílias em situação de violência intrafamiliar.

Durante o desenvolvimento do projeto, ouvi relatos sobre as dificuldades de lidar com diversos aspectos da violência: identificação, notificação e encaminhamentos. Foram identificadas 11 situações de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes do sexo feminino, praticadas por pais, padrastos e cunhados. Isto me levou a questionar: como se encontram essas pessoas após a experiência? Quais as repercussões disso no cotidiano familiar?

Ingressei no doutorado, pois, sendo motivada a mergulhar no Quotidiano de Mulheres que vivenciaram o abuso sexual na infância ou adolescência. Eis que surgiram dúvidas e angústias: como me aproximar das possíveis participantes? Por que elas iriam se dispor a falar da experiência traumática de abuso sexual?

De maneira que, considerando a necessidade de avaliar a viabilidade de coleta de dados, desenvolvi o projeto de extensão “Oficinas interventivas com mulheres

vítimas de violência doméstica” como forma de me aproximar das possíveis participantes.

Pela proposta de trabalho do CRAM, decidi que este seria o campo adequado para o desenvolvimento das oficinas, proposta que foi plenamente acatada pelo serviço. Tive para isso não apenas a anuência da Secretária da Mulher e da Coordenadora do CRAM, mas também a parceria de toda a equipe de trabalho.

As oficinas representaram a oportunidade de compartilhar vivências entre mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e o passaporte de acesso àquelas que se dispuseram a participar do estudo.

No que diz respeito ao referencial teórico da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano, formamos um grupo de estudo com o apoio do professor Álvaro Pereira, ex-aluno de Maffesoli e conhecedor da Sociologia Compreensiva para facilitar a compreensão acerca do vasto acervo que é a obra deste autor. Nós nos reuníamos semanalmente e, desta maneira, fomos sedimentando informações que ampliaram nossos horizontes sobre a vida cotidiana, que, de acordo com Maffesoli (1984) constitui um vasto campo aberto à investigação.

Mas o maior avanço se deu com a oportunidade de cursar a disciplina “O cotidiano e a saúde na contemporaneidade” na Universidade Federal de Santa Catarina, quando também participamos do seminário comemorativo aos vinte anos do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Enfermagem, Quotidiano, Imaginário, Saúde da Família, de Santa Catarina- NUPEQUIS-FAM- SC, onde tivemos a oportunidade de aprofundar a Sociologia Compreensiva e a verdadeira razão sensível, sem o que se torna difícil compreender o cotidiano. Posteriormente, participamos do Seminário Internacional “Sociedade Contemporânea: a imagem, o simbólico e o sensível”, na Universidade de Brasília em novembro de 2014, cuja conferência de abertura foi proferida pelo professor Michel Maffesoli.

Visando a atentar para o cotidiano de mulheres em vivência de abuso sexual no contexto familiar na infância ou adolescência, esta tese foi construída em cinco capítulos. No primeiro, a introdução apresento uma visão geral do estudo incluindo o objeto de estudo, questão norteadora, justificativa para o desenvolvimento e as contribuições do estudo.

No segundo a discussão sobre violência na família e abuso sexual foi ancorada no patriarcado, na noção de gênero e de alteridade, três matrizes hermenêuticas que se entrelaçam para compreender este fenômeno.

No terceiro capítulo, apresento a Sociologia Compreensiva, sustentação teórica, epistemológica e metodológica para estudar este objeto; o objeto do quarto capítulo é a metodologia, que me possibilitou a coleta e interpretação dos dados em consonância com a Teoria Compreensiva; o quinto capítulo apresenta os resultados em forma de artigos.

Finalizo o estudo compreendendo que a decisão de trabalhar com mulheres que vivenciaram um cotidiano familiar de abuso sexual na infância ou adolescência foi pertinente, por apresentar resultados relevantes para a saúde da mulher e da família, com informações que ampliarão o conhecimento sobre a temática e suas repercussões nas relações familiares contemporâneas, sobretudo em relação ao cotidiano da mulher do sertão semiárido de Pernambuco que vivenciou esta experiência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ENTRE GÊNERO E PATRIARCADO: PARA COMPREENDER O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO QUOTIDIANO FAMILIAR

Este capítulo reúne informações sobre família, relações de gênero e patriarcado que permeiam a experiência de abuso sexual na infância e adolescência no contexto familiar. Neste sentido, Ferreira (2013) vê, no resgate do processo social e histórico da família, uma necessidade para compreendermos de que forma esta categoria vem sendo construída, percebida e explicada. Para ela, a análise teórica nos dá subsídios para confirmar que as relações de gênero se encontram entrelaçadas com a família e a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, consideramos adequado iniciar nossas reflexões fundamentando-nos inicialmente na construção social de gênero para posteriormente contextualizá-la com as noções de família e de abuso sexual no cotidiano familiar.

Gênero, relação socialmente construída: qual a sua origem?

A história de gênero tem a sua origem no século XX, nas ciências sociais, como resultado do movimento feminista contemporâneo, que pretendia teorizar as diferenças entre os sexos, partindo-se da ideia do feminino e do masculino como construção sociocultural (GUIMARÃES, 2005).

O termo gênero, é assim definido no dicionário da língua portuguesa: “categoria que indica por meio de desinência uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro” (FERREIRA, 1986, p.844).

Esta definição, contudo, não engloba o sentido com que o termo foi usado pelas feministas por volta dos anos 1970 para se referirem à organização social da relação entre os sexos, partindo do pressuposto do masculino e do feminino como construção social (GUIMARÃES, 2005) como afirmamos acima.

A noção de gênero utilizada inicialmente por feministas americanas como Joan Scott (1995) trouxe à discussão distintos empregos para o termo, por muito

tempo usado para reforçar aspectos sociais das diferenças entre os sexos, como rejeição ao determinismo biológico de termos como sexo ou diferença sexual.

A antropóloga brasileira Saffioti (2011) trouxe à tona as origens do conceito de gênero, mostrando que, ao contrário do que se possa imaginar, a iniciativa não partiu de uma mulher, mas sim de um homem, Robert Stoller, primeiro pesquisador a conceituá-lo. Contudo, ela reconhece no trabalho desenvolvido posteriormente pela americana Gayle Rubin, a porta de entrada para os estudos sobre gênero, atribuindo-lhe a formulação do sistema sexo/gênero.

Piscitelli (2003) reconhece a importância da inclusão do trabalho de Rubin nos estudos de gênero, pelo fato de fomentar discussões sobre a diversidade sexual e as relações entre sexualidade e gênero, contribuindo, assim, para a elaboração do conceito de gênero.

À luz das concepções estruturalistas de Lévi-Strauss e da psicanálise de Freud, Rubin construiu o ensaio intitulado *The Traffic in Women – Notes of the ‘Political Economy’*, em que apresenta o sistema de sexo/gênero, compreendido como “um conjunto de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN,1975, p.2).

Com base nas duas concepções, a autora construiu o conceito de sexo/gênero, esboçando elementos de uma explicação alternativa para a opressão de mulheres. Ela enxergou em ambas a chave para a desmistificação do sistema de relações por meio do qual uma mulher é oprimida.

Para Lago (2010) Rubin tencionou mostrar que a antropologia contida na obra de Lévi-Strauss e a psicanálise de Freud dispõem de ferramentas conceituais necessárias para analisar o sistema sexo/gênero. Além de refletirem sobre a opressão das mulheres na organização das relações de parentesco e na constituição psíquica de sujeitos de gênero nas relações parentais/culturais, elas também reproduzem relações de opressão de mulheres, e descartam outras manifestações da sexualidade.

Rubin traduziu gênero não apenas enquanto identificação com um sexo, supondo também que o desejo sexual se direcione a outro sexo. Ele mostra que o gênero

seria uma divisão entre os sexos socialmente imposta, passando a ideia da obrigatoriedade de o desejo sexual ser dirigido apenas ao sexo oposto, isto é, o sexo convencionalmente é heterossexual.

Pelo menos em teoria, ela considerou o sistema de sexo/gênero sexualmente igualitário, considerando gênero um “termo neutro”, que aponta de modo simultâneo para a não inevitabilidade da opressão e as relações sociais específicas que a produzem.

Neste ponto, mesmo considerando inadequada a qualificação “neutra” utilizada para gênero, Saffioti reconhece a influência do trabalho da autora para desnaturalizar as desigualdades de gênero ao “admitir ao menos teoricamente uma alternativa à dominação masculina, ou seja, ao patriarcado” (SAFFIOTI, 2011, p.109).

Nesse trabalho, além de se empenhar em mostrar a naturalização da heterossexualidade nas visões antropológicas e psicanalistas, Rubin também pôs em destaque a sexualidade ligada à reprodução e a relação entre gênero e sexualidade (PISCITELLI, 2003).

No Brasil, o conceito de gênero foi introduzido na metade dos anos 1980 com a perspectiva de desmistificar o caráter biológico presente no conceito de homem e de mulher (CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010) sendo posteriormente difundido na década de 1990, após a tradução do artigo sobre gênero escrito por Joan Scott (SAFFIOTI, 2011).

Scott (1995) historiadora estadunidense e uma das mais importantes teóricas da categoria de gênero, critica o caráter limitante do uso de gênero por muitas feministas, resumindo-o em três posições teóricas: a primeira reúne questionamentos sobre as origens do patriarcado, a segunda se fundamenta no marxismo na busca de um compromisso com as críticas feministas e a terceira reúne uma proposta de explicação da produção e reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Quanto às teóricas do patriarcado, apesar de questionarem as desigualdades entre homens e mulheres, Scott as considerou incompletas, uma vez que utilizam apenas as diferenças físicas entre os sexos para explicar as desigualdades de gênero. Não abordam, portanto, a construção sociocultural de gênero: “a história se

torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa” (SCOTT,1995, p.4).

As teóricas marxistas trazem à tona a historicidade, mas o fato de buscarem uma explicação material para o gênero, além de limitante, atrasou as análises sobre gênero, sobretudo porque elas não conseguiam separar a luta contra o machismo da luta de classes: “o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise” (SCOTT, 1995, p.13).

Na terceira posição se encontram duas correntes de teorias psicanalíticas: as norte-americanas e as europeias. Ambas buscam nas primeiras etapas do desenvolvimento infantil as respostas para a formação da identidade de gênero. As norte-americanas, embasadas na teoria das relações objetais, defendem que a identidade de gênero sofre influência de experiências concretas, sobretudo aquelas vivenciadas no ambiente familiar. Para esta corrente de teóricas, “a diferença sexual se reduz às diferenças de sexo e os registros simbólico e imaginário não existem” (LAMAS, 2000, p. 15).

Já as europeias se fundamentaram em Lacan para mostrar o “papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero” (SCOTT, 1997, p.14). Elas mostram a linguagem não apenas feita de palavras, mas todos os sistemas simbólicos anteriores à palavra propriamente dita. Neste sentido, defendem que é por meio da linguagem que a criança tem acesso à ordem simbólica para a construção da identidade de gênero. Para essas teóricas, a diferença sexual se encontra vinculada a um processo simbólico, independentemente das diferenças anatômicas entre masculino e feminino (LAMAS, 2000, p.17).

Scott faz restrições às teóricas psicanalistas por considerar que suas interpretações limitam o conceito de gênero, enquanto condena às norte-americanas o fato de restringirem ao ambiente familiar e às experiências domésticas a formação da identidade de gênero, sem levar em consideração outros sistemas sociais que possam influenciar esta construção.

Neste sentido, ela questiona em primeiro lugar: “como podemos explicar no seio dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de

que os valores mais altos estão investidos na virilidade do que na feminilidade?” E em segundo lugar: “como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais?” (SCOTT,1997, p.15).

Mas, apesar de questionamentos e restrições, a autora não deixou de reconhecer que as feministas norte-americanas foram as primeiras a fazer uso da categoria de gênero, contribuindo para a desconstrução do determinismo biológico implícito nas diferenças sexuais (NANJARI, 2009).

No que respeita às europeias, o que incomodou Saffioti foi a sua tendência para universalizar as categorias e a relação entre homem e mulher sem levar em conta o contexto histórico e social na construção da subjetividade do sujeito de gênero.

Tanto Scott, quanto Saffioti contribuíram para a desconstrução da dicotomia que separa homem e mulher que leva em consideração apenas as características biológicas entre os sexos. Para Saffioti, sexo e gênero se coadunam, já que não existe sexualidade biológica fora do contexto social em que ela é exercida.

Ela aponta a necessidade de buscar meios de eliminar esta dicotomia, que considera ainda pouco assumida pela maior parte das teóricas. Defende a concepção de gênero como construção social de ser homem e ser mulher, o que reforça o pensamento de Scott quanto à abrangência do conceito de gênero, que, além de não ter aplicação exclusiva para mulheres, não explicitar necessariamente desigualdades entre os sexos e não se limitar a uma categoria analítica, refere-se também a uma categoria histórica amplamente investigada sob diferentes aspectos.

Saffioti não contestou a posição central ocupada pelo poder em determinada etapa das discussões sobre gênero; no entanto, advertiu que ele tanto pode ser vivenciado de forma partilhada, gerando liberdade, como também se dar de forma indiscriminada, resultando em desigualdades. É esta estreita relação entre gênero e poder que, no decorrer da história, mostra a superioridade do homem em relação à mulher.

Neste caso, as relações sociais se configuram não como relações de poder, mas de dominação do homem em relação à mulher, resultando em desigualdades de gênero (CARVALHO; FERREIRA; SANTOS, 2010) cujo entendimento é auxiliado por Saffioti (1999) quando apresenta a potência e a impotência como os dois lados do poder, estando as mulheres associadas à impotência e os homens, à força e ao exercício do poder.

Isto leva à confusão entre os conceitos de força, potência, dominação e virilidade contra as mulheres: as discussões sobre gênero ainda são fortemente permeadas por uma visão estereotipada de atribuições diferentes para homens e mulheres, ao homem cabendo a força e o poder e à mulher, a obediência e a fragilidade.

Há que se concordar que a noção de gênero “carrega uma dose apreciável de ideologia” (SAFFIOTI, 2011, p.136) na verdade, a patriarcal, simulada para acobertar uma estrutura de poder que acentua a inferioridade da mulher em relação ao homem.

O poder do macho é ressaltado por Saffioti (1987) ao mostrar que a supremacia masculina sobre as mulheres é milenar e via de regra a mulher mantém sua subordinação ao homem, legitimada em todas as classes sociais ou contingentes populacionais. Para a autora, mesmo que uma mulher, por conta da sua condição financeira, chegue a dominar homens e mulheres, ela “sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro (SAFFIOTI, 1987, p.16).

Em um dos seus trabalhos, Saffioti analisa as relações entre gênero e patriarcado classificando como “imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação-exploração masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado” (SAFFIOTI, 2009, p.9).

A formação do patriarcado remonta ao oitavo milênio antes de Cristo no Oriente Médio, mostrando a organização social sob o controle masculino e a inferioridade da mulher, reconhecida como propriedade do homem (NUNES, 2005).

Presume-se assim que, do passado à contemporaneidade, a subordinação das mulheres aos homens esteve e está presente em diferentes contextos: político,

econômico, e não apenas na relação homem/mulher (SAFFIOTI, 2007), fomentando debates sobre o patriarcado.

A desigualdade entre os gêneros é, pois, um problema histórico, e os esforços para explicar as suas origens têm se limitado a tentativas de demonstrar a superioridade física e mental do homem em relação à mulher. As explicações se polarizam em torno de duas vertentes de explicação: a biológica, que defende a existência de um determinismo biológico responsável pelo menor desenvolvimento da racionalidade da mulher na comparação com a do homem e aquela que justifica as desigualdades de gênero como um fenômeno puramente cultural (PESSIS; MARTIN, 2005).

Para Saffioti (2009) a exploração e/ou a dominação masculina é um terreno de difícil acesso, sugerindo que utilizemos como ponto de partida uma conceituação de gênero e de patriarcado. Nesse ponto, ela tomou como referência o conceito de Heidi Hartmann, feminista norte-americana para quem patriarcado refere-se a “um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres” (HARTMANN, 1979, p.11).

Mas embora reconheça as qualidades do conceito de Hartmann, a autora considera pertinente que se faça uma releitura do mesmo, no sentido de adequar a noção de patriarcado à noção contemporânea de gênero.

Para ela, patriarcado é bem mais do que um sistema de dominação pautado em uma ideologia machista, englobando um sistema de exploração da mulher pelo homem, reconhecido historicamente como o sistema mais antigo de dominação e exploração, duas faces de um mesmo fenômeno (SAFFIOTI, 2009). Scott (2011) vê o patriarcado como o retrato da desigualdade, termo adotado para consolidar a articulação entre três hierarquias de poder: gênero, geração e classe.

Para além de uma hierarquia entre os sexos, Saffioti (2011) assinala que o patriarcado denota uma contradição de interesses e não apenas interesses conflitantes: se, por um lado, a preservação das desigualdades entre homens e mulheres atende aos interesses dos homens, por outro sua eliminação atende aos interesses das mulheres.

Ela salienta que “a contradição não encontrará solução neste regime. Ela é passível de superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade” (SAFFIOTI, 2011, p.107).

Deste modo, a autora certifica que, em uma relação social de gênero sem hierarquias, os conflitos existentes são solucionados, considerando que enquanto na lógica patriarcal as relações entre pessoas socialmente desiguais ocorrem de modo hierarquizado, para o gênero as relações são igualitárias.

Aqui consideramos pertinente compreender a tendência à substituição do conceito de patriarcado pelo conceito de gênero, amplamente adotado tanto no meio intelectual quanto analítico e político, conforme mencionado por Machado (2000) mas que é reprovado por Saffioti (2011) com base em três argumentos: 1. Defesa do uso simultâneo de ambos os conceitos, pela utilidade do conceito de gênero devido a sua maior amplitude em relação ao conceito de patriarcado; 2. Defesa do uso simultâneo dos conceitos, pelo fato de gênero ser um termo genérico que permeia toda a história da humanidade e patriarcado um termo específico, que qualifica gênero, caracterizado por relações de superioridade do homem em relação à mulher; 3. Pela impossibilidade de aceitar que um dos conceitos seja substituído pelo outro, apesar da crescente tendência nas três últimas décadas.

Para Machado (2000) o Patriarcado transmite a ideia de estrutura fixa e inflexível, o que remete à dominação masculina. Quanto a gênero, remete à flexibilidade, às relações socialmente construídas e abertas a modificações.

Saffioti alerta para o fato de que se trata de duas categorias históricas, sendo Gênero uma categoria ontológica, ao contrário de Patriarcado. Neste sentido, ela supõe que as representações do feminino e do masculino foram construídas desde o início da vida, sendo o gênero “a diferença sexual” “[...] antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder” (SAFFIOTI, 2011, p.133). Assim, da mesma forma que gênero não se reduz a sexo, não se imagina o sexo apenas como fenômeno biológico.

A autora reflete sobre a relação entre gênero e sexo, que consideramos pertinente ao nosso objeto de estudo. Ela questiona: “Não seria o gênero exatamente aquela dimensão por meio da qual o sexo se expressa? Não é precisamente por meio do gênero que o sexo aparece sempre vinculado ao poder? O estupro não é um ato de poder, independentemente da idade e da beleza da mulher? Não são todos os abusos sexuais atos de poder? (SAFFIOTI, 2011, p.135).

Em seu pensamento, apesar de construído socialmente, gênero anda lado a lado com sexo, cujo exercício da sexualidade é diversificado, não impedindo a existência de imagens diferenciadas do feminino e do masculino.

Diante das contribuições de Saffioti(2011) fica evidente que o conceito de gênero, além de uma construção social do masculino e feminino, não se restringe às mulheres, ampliando-se aos homens. De forma que, bem mais abrangente, violência de gênero não se limita à violência contra a mulher, podendo também ser praticada contra crianças e adolescentes e também, por mulheres contra homens. Porém, a autora chama a atenção que, agressões criminosas, como o estupro, só podem ser cometidas por homens.

Compreendemos a violência contra a mulher, portanto, como uma modalidade da violência de gênero. O uso da expressão “violência contra a mulher” é mais adequada, considerando que, ao adotá-la, já se anuncia o autor da violência, uma vez que “a violência contra mulheres, não obstante incluir mulheres em todas as idades, exclui homens em qualquer etapa da vida” (SAFFIOTI, 2011, p.134).

Assim é que, como categoria analítica, gênero permite desmistificar construções sociais de masculino e feminino pautadas em diferenças biológicas entre os sexos, propondo uma nova leitura das relações entre homem e mulher (NANJARÍ, 2009; PINSKY, 2009).

Autores como Alencar-Rodrigues e Cantera (2012) admitem que, embora a perspectiva de gênero não constitua a única vertente para compreender a violência contra a mulher, ela se mostra como a mais influente, cujo enfoque prioriza o patriarcado para explicar a violência contra a mulher que predomina na sociedade.

De modo que estudá-la me auxiliou a compreender que a sociedade se estrutura por gênero e prioriza o patriarcado. Nesta lógica, a noção de família é uma construção associada à noção de gênero e de patriarcado (SEQUEIRA; STELLA, 2012), em contínua evolução.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA E FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA

Diferentes áreas da produção científica apresentam família como temática recorrente que sofre influências do contínuo processo de transformação tecnológica social e econômica, o que leva à modificação de sua definição, não cabendo, portanto, posicionamentos generalizantes a este respeito.

Por seu caráter transitório, consideramos pertinente a ideia de noção de família, mais do que de conceito. É um aspecto muitas vezes discutido por Maffesoli ao estudar os fenômenos sociais, justamente pela sua flexibilidade e facilidade de modificação, favorecida pela noção. Aplicada à família, pelo contínuo processo de transformação, a ideia da noção de família seria adequada.

Esta não se limita a relações de consanguinidade e vínculos preestabelecidos de relações heterossexuais, encontrando-se atrelada à noção de gênero, de geração e de idade, na perspectiva de construir referências de pertencimento social a grupos (SCOTT, 2007).

Desta forma, para estudá-la, concordamos com Dessen (2010) quanto à pertinência de primeiramente questionarmos o que vem a ser família e qual noção de família necessitamos adotar na pesquisa científica para depois perguntar o que representa para participantes de um estudo ser mãe, pai ou irmã.

O uso do termo “família” em diferentes configurações pode se referir a um grupo restrito que mora junto, estender-se aos parentes ou a noções de solidariedade e alteridade; independentemente da configuração, estamos diante de um grupo de convivência que sofre influências do contexto em que vive e das variáveis definidoras da existência das pessoas.

As famílias também foram descritas como “cristalizações de relações de poder que, estudadas nos contextos específicos onde ocorrem e são pensadas, servem para realçar as maneiras pelas quais, em épocas e locais diferentes, se justificam e se questionam desigualdades relacionadas com classe, com gênero e com geração” (SCOTT, 2011, p.9).

Ao resgatar a história social da criança e da família, Ariés (1981) mostra o lugar assumido por ambas ao longo da história, ressaltando que na Idade Média a família não tinha função afetiva, sua principal missão sendo a conservação dos bens materiais, a ajuda mútua entre homens e mulheres e a proteção da honra e das vidas.

A autora interpretou a imagem da criança e da mulher através da pintura em cenas de família, mostrando que meninos e meninas eram educadas de forma diferente. Os meninos ingressavam na escola mais cedo do que as meninas: “Depois, a idade da escola: os meninos aprendem a ler ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar” (ARIÉS, 1981, p.30).

Tão logo a criança ingressava na escola, era apresentada como adulta. Presumia-se assim que a infância era ignorada, a adolescência não existia e elas passavam a assumir papéis e responsabilidades de maneira precoce. Notamos que, além da desconsideração para com as crianças, o tratamento era diferente para os dois sexos, comprovando-se desde então o processo de exclusão social das mulheres. Elas “mal sabiam ler e escrever” (ARIÉS, 1981, p.4). As jovens eram educadas para serem donas de casa e se casavam precocemente (por volta dos 12 anos de idade).

Passos (2009) salienta que não existia distinção entre as relações de afetividade dentro da família e a de outros membros da comunidade. Assim, “o mundo público era dominante, e as crianças e os adultos de uma família se relacionavam entre si do mesmo modo que transitavam com as outras pessoas da sociedade” (PASSOS, 2009, p.15).

A autora acentua que a relação de afetividade entre sujeito e família passou a existir apenas por volta do século XVIII, a partir do momento em que a família ocupou um espaço de convivência, o que facilitou a aproximação entre os seus membros, bem como a resolução de conflitos. Surge o sentimento de igualdade entre os

filhos de uma família, considerado por Ariés como parte do processo de transição da família-casa para a família sentimental moderna.

A ideia central era a de que os laços de sangue não se limitavam a um único grupo, mas se dividiam em dois grupos, sendo um a família, formada pelos pais e os filhos, que guardava semelhanças com a família conjugal moderna, e o outro grupo denominado linhagem, extensivo aos descendentes de um mesmo ancestral.

Podemos notar que essa tendência à indivisão da família favoreceu a construção de teorias tradicionalistas do século XIX sobre a grande família patriarcal.

Particularmente no que diz respeito às famílias brasileiras, interessa-nos compreender o seu processo de formação, cujos subsídios para esta compreensão encontramos na própria história do país, desde a colonização até os dias atuais.

Desde a colonização do país, apesar das diferenças culturais entre europeus, índios e negros, o modelo patriarcal foi transmitido por gerações como ideal social: os valores do patriarcado europeu foram sendo gradativamente incorporados, implicando mudanças de hábitos e surgimento de novas construções de vida em família ou diferentes arranjos familiares (NASCIMENTO, 2009; PEDERSEN, 2009; DESSEN, 2010).

Deste modo, consideramos pertinente resgatar o processo de formação das famílias brasileiras com a contribuição do sociólogo Gilberto Freyre ao descrever a influência europeia na formação social do Brasil (SEQUEIRA; STELLA, 2012).

Da dinâmica familiar do Brasil Colônia Freyre destaca uma família patriarcal que não se resumia ao núcleo familiar, mas se ampliava a

Amas de criar, mucamas, irmãos de criação de meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (FREYRE, 2003, p.435).

Nessa descrição, o autor mostra também o surgimento da miscigenação racial, a formação da família brasileira sendo resultado das misturas raciais, que

incluiram europeus, indígenas e negros. Neste sentido, a miscigenação foi concebida como prejudicial ao crescimento da nação, considerando que na composição racial negros e indígenas eram considerados inferiores aos europeus.

Aqui a atenção à questão da família foi desviada, considerando que a ideia de convivência com as implicações de uma população de sangue misturado gerou muitas inquietações (SCOTT, 2011).

Outra grande contribuição da descrição de Freyre foi a criação de um espaço para discussões sobre a noção de família patriarcal e o modo como este modelo se instalou e se perpetuou desde a colonização, nas relações sociais autoritárias mostradas na dominação do branco sobre o negro e do homem sobre a mulher e a criança (SARTI, 1992; MOREIRA, 2011). Na família patriarcal, fica evidente a subordinação e subserviência da mulher.

Sua obra é classificada por Maffesoli como uma integração entre “o inventário do modo original de colonização do Brasil, tendo a família como suporte, e o cruzamento racial como política oficial e etnografia de um “equilíbrio de antagonismos” (MAFFESOLI, 1995, p.1).

Pesquisando o estado da arte sobre as famílias brasileiras, principalmente os aspectos de gênero e de geração, Scott (2011) chegou à conclusão de que inexistia uma família puramente brasileira, com base em um acervo de mais de cem anos de estudos sobre família e gênero, que reúne contribuições sobre a diferenciação racial e a miscigenação, família patriarcal, família nuclear urbana, família empobrecida matrifocal e famílias alternativas.

Quando falamos da formação do povo brasileiro, vêm-nos à mente imagens de índios, brancos e negros, e nós nos apercebemos de que somos o resultado dessa mistura de brancos, índios e negros. Somos um país de mestiços: um estudo de Pena (2000) mostra que 60% dos brancos brasileiros têm ancestrais índios ou negros.

Scott (2011) destaca que no período colonial a troca de mulheres ocorreu principalmente entre indígenas e colonizadores, quando os portugueses recém-chegados, uns solteiros, outros desacompanhados de suas mulheres, se apropriaram das mulheres indígenas. Ela ressalta a profunda desigualdade dessas trocas, a maioria das quais não

tinha contrapartida nos indígenas masculinos. O mesmo se deu em relação às mulheres negras, escravizadas no trabalho e exploradas sexualmente.

Essas uniões inter-raciais, denominadas pelo autor de exogamia colonizadora generalizadora, resultaram na mistura racial. Segundo ele, ali

Surgia uma nação de povo misturado racialmente, cuja lealdade às formalidades da organização social europeia (traçada pelo lado paterno, evidentemente), não raramente foi superada pela lealdade (dessa vez traçada pelo lado materno) aos padrões culturais de populações não europeias (SCOTT, 2011, p.23).

Scott (2011) também destaca o grande problema gerado pela exogamia colonizadora do Brasil, isto é, ao se apropriarem das mulheres indígenas e negras gerando-lhes filhos os colonizadores causaram um problema de composição racial para a nova nação, considerando que esses filhos não podiam ser legitimados europeus.

Passada esta fase, os estudos sobre a família no Brasil pós-colonial e pós-imperial discutiram as diferenças raciais e a miscigenação, mostrando que “o problema do esfacelamento pelas diferenças raciais se sobrepõe com tanta força que pouco se lança mão às ideias de família como força congregadora e unificadora” (SCOTT, 2005, p.223).

Durante o “Estado Novo” (BRASIL, 1937/1945) a perspectiva de estabelecer um estado forte e centralizado exigia a reformulação de concepções sobre sexualidade, formação da família e domesticidade. Assim, o slogan “a família é a base de tudo” mostrava a família como a base do crescimento do país.

Com esta manobra, o governo tencionava manter a população sob controle no que se refere à exogamia, pensando em amenizar os supostos prejuízos ocasionados pela composição racial (SCOTT, 2011).

Neste contexto, apresentando a família como “base da nação”, mostrava-se o pai como mantenedor da casa, a quem era permitido o espaço público, cabendo à mãe o espaço doméstico de obediência ao esposo e o cuidado com os filhos. Assim, o modelo de família patriarcal composta pelo pai, a mãe e muitos filhos vivendo sob a tutela do pai, foi ressaltado (DINIZ; COELHO, 2005; SCOTT, 2011).

Ao se dedicar à família, a mulher também prestaria um serviço à nação, onde, envolvida com problemas domésticos e desempenhando a tripla função de mãe, boa esposa e educadora, estaria fora do contexto político, papel exclusivo dos homens (NAHES, 2007).

Para Samara (2002) este modelo de família patriarcal acentuou a dominação masculina e a opressão das mulheres, desde cedo educadas para assumir os papéis de esposa e mãe.

O Brasil dos anos 1950 e 60 foi marcado pela tentativa frustrada de enriquecimento econômico, sobretudo pela influência dos Estados Unidos, interessados em propagar o capitalismo industrial. Desencadeou-se, assim, um processo de implantação de indústrias e procura de mão obra, o que provocou o aumento da população urbana, pelo deslocamento de pessoas de áreas rurais para as cidades em busca de trabalho.

Este fato resultou em um processo de urbanização desorganizado, com intensificação da pobreza e das desigualdades sociais. Assim, temendo a explosão demográfica e o crescimento da pobreza, o Brasil buscou, assim como outros países, estratégias de controle da natalidade e incentivo ao planejamento familiar (SCOTT, 2005).

Por outro lado, o empobrecimento da família provocou a saída da mulher de casa em busca de emprego, como forma de contribuir com o orçamento familiar (SAMARA, 2002; SCOTT, 2005).

Neste cenário de interesse econômico, o modelo de família patriarcal extensa eminentemente rural, descrito por Freyre, foi sendo substituído por outra conformação, identificada como família nuclear de caráter urbano, constituída pelo pai, a mãe e os filhos morando juntos, menor número de filhos e crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, visto muito mais como forma de auxiliar nas despesas da casa do que como realização pessoal.

Do campo para a cidade a redução do tamanho da família e da parentela substituiu a família extensa pela nuclear, fortalecendo as relações conjugais e favorecendo a aplicabilidade de investimentos em educação e outros projetos para as

novas gerações, implícita a ideia de que famílias mais funcionais, sistêmicas e socializadoras acenam para o ingresso na modernidade (SCOTT, 2009; 2010).

Instala-se a família moderna sob o lema “Viver o presente porque amanhã se pode estar morto”, disseminado em todo o mundo após a Segunda Guerra (GHIORZI, 2004). Este pensamento remete ao presenteísmo discutido por Maffesoli, quando, lançando mão da expressão “Carpe Diem”, o autor mostra a importância de se aproveitar o tempo presente, sem preocupações exageradas com um futuro incerto, que não sabemos se vamos alcançar.

Para Diniz e Coelho (2009) este modelo nuclear, embasado em uma concepção burguesa, agregou novos elementos à vida em família, como a liberalização dos costumes, forma diferente de pensar a conjugalidade e o amor e valorização da maternidade e do cuidado com os filhos, levando à reorganização da vida doméstica, do tempo e das atividades femininas.

É neste movimento que a família se comporta como um sistema autorregulador, em um contínuo processo de construção, desconstrução e reconstrução na busca por se adaptar às demandas que surgem (TEIXEIRA et al., 2012).

De modo que, neste tempo de pós-modernidade, a família segue seu processo de mudanças, distanciando-se do modelo patriarcal, de forma que no século XXI esta não se restringe à família nuclear pautada na racionalidade da modernidade, expandindo-se e se apresentando com diferentes matizes, famílias recompostas, monoparentais, adotivas e homoafetivas. É uma concepção fundada na razão sensível, levando-nos a compreender que a família contemporânea atinge a noção de grupo de pertencimento, quando, ligada pelo afeto, compartilha experiências e prioriza as emoções coletivas.

Contudo, as famílias ainda possuem características patriarcais mostradas na manutenção dos vínculos com a família extensa, o que pode ocorrer por dependência da rede de parentesco, seja por necessidade econômica ou por divisão de cuidados dos filhos (DINIZ; COELHO, 2009). São concepções socialmente construídas sobre atribuições inerentemente masculinas e inerentemente femininas, o que nos remete à dominação masculina e à consequente discriminação da mulher.

Vivemos, portanto, em um país hegemonicamente masculino, em que a versão atualizada de padrão do Brasil Colônia se materializa na imagem da dominação masculina (GHIORZI, 2004).

2.3 CONVIVENDO EM FAMÍLIA

A concepção atual de família se expande, ancorando-se na afetividade e no respeito e não se limita aos laços de sangue, incluindo também outras pessoas que fazem parte dos grupos de convivências (GHIORZI, 2004; MOÁS, 2009). Esta noção se enquadra naquilo que Maffesoli (2010a) discute como criação de uma “alma coletiva”, onde não existe espaço para o individualismo. Consideramos pertinente, portanto, transcrever a noção de família construída por Nitschke (1999) partindo das conjunções das imagens de famílias participantes do seu estudo:

Família é uma unidade, um mundo construído, próprio daqueles que a constituem; mundo este que integra partes (prazer, religião...) não se restringe, pois se relaciona a tudo onde está inserido. Este tudo, ao mesmo tempo, também se apresenta como parte do próprio mundo que é a família. Como ela é complicada, ela é ao mesmo tempo descomplicada. A família tem momentos de divergências, de conflitos, podendo ter problemas. A família tanto educa como se educa, desenvolvendo através desta educação padrões dentro dos quais seus membros vivem, como por exemplo, estudar, ter um emprego e formar uma família... Os membros da família respondem por ela... Para saber sobre a sua própria família, o que lhe é importante e prioridade, primeiramente é preciso que os membros da família conheçam a si próprios. A família não se acomoda, procura caminhar sempre buscando melhorar algo que já não a satisfaz mais. A família tem elos que não se limitam aos elos de sangue (NITSCHKE, 1999).

Isto mostra que cada família tem seu próprio ritmo e que é eminentemente relacional, não se fechando entre seus membros, buscando em sua rede de interações maneiras de resolver problemas, podendo ser comparada a “um sistema de interações e relações guiado por princípios e determinado por fatores diversos” (PRADO et al., 2012, p. 48).

Tal rede de interações remete à alteridade, noção amplamente discutida por Maffesoli (1984; 2009a; 2010a) e entendida como sentimento de pertencimento, isto é, como necessidade de “estar junto com”, de compreender a outra pessoa, de caminhar

junto, de se sentir apoiada, de ser completada. O termo é aplicado para demonstrar os modos como são geradas e desenvolvidas as relações das pessoas com o mundo: pessoas, grupos ou a sociedade em um sentido mais amplo (DECESARO; FERRAZ, 2008).

O “estar junto com” remete à ética da estética implícita à alteridade, sendo a ética o sentimento que aproxima as pessoas. Em se tratando de relações familiares, Maffesoli (2005) considera cada membro da família um elo indispensável do todo. Lançando mão de uma metáfora, ele a compara à alcachofra, cada camada representando um membro que se une aos demais na construção da harmonia do grupo familiar. De modo que nas nossas relações precisamos ser afetivos, criar laços e respeitar o vivido do outro.

Ghiorzi (2004) também se refere à alteridade ao ressaltar a influência que a família exerce na transmissão da sensação de segurança aos seus membros por meio não apenas de atitudes e comportamentos, mas também por intermédio do espaço físico da casa. Para a autora, a casa pode transmitir segurança à família, não pelo simples espaço físico de abrigo, mas porque nela habitam diuturnamente as mesmas pessoas que em seus limites e rituais desenvolvem uma relação de confiança e respeito mútuo.

Assim, consideramos o termo “lar” um termo mais adequado para traduzir a morada como espaço de cuidado recíproco possibilitado pelas trocas entre seus membros, a confiança contribuindo para a segurança dos mesmos pela via do diálogo, do compartilhamento de emoções e da ajuda mútua, estando as interações relacionadas com a existência de confiança entre os membros da família.

De forma que “O cotidiano de uma família é marcado por mitos, ritos, valores, heróis, segredos, não ditos que construirão a sua memória” (GHIORZI, 2004, p.108).

Esta noção de cotidiano é, segundo Nitschke,

A maneira de viver dos seres humanos que se mostra no dia-a-dia, através de suas interações, crenças, valores, significados, cultura, símbolos, que vai delineando seu processo de viver, num movimento de ser saudável e adoecer, pontuando seu ciclo vital (NITSCHKE, 2007, p.24).

A família acompanha, assim, a trajetória de vida de seus membros, compartilhando suas experiências, conquistas, decepções, injustiças, ressentimentos, culpas, sofrimentos, alegrias, tristezas, silêncios, medos, doenças e segredos. De modo que cada família tem um jeito próprio de ser em um cotidiano de regras próprias, cujas experiências vivenciadas ajudam a construir a história familiar.

O cotidiano é pois, o ambiente onde as imagens se reúnem para formar o imaginário das pessoas. Nesse imaginário firmam-se as complexas relações humanas e ambientais (PRADO et al.,2013) entre as quais as relações familiares.

Diante desse fato, compreendemos que o ideal de família em equilíbrio, convivendo em um ambiente de interações e afetividade favorável ao pleno desenvolvimento de seus membros e resolução de conflitos, está no imaginário das pessoas.

Presumidamente a família é um espaço de crescimento e fortalecimento afetivo entre seus membros. Contudo, este ideal não é o que de fato se mostra em muitas famílias, que ao invés de favorecer o equilíbrio entre os seus integrantes os coloca em risco e favorece vivências emocionais traumáticas em um imaginário de medo, vergonha, culpa e não ditos.

De modo que algumas vivências cotidianas extremamente ritualizadas são compartilhadas em silêncio por medo de serem enfrentadas, já que para os seus membros constituem uma ameaça ao equilíbrio familiar (GHIORZI, 2004).

Entre tais situações, está o abuso sexual de crianças e adolescentes, acontecimento complexo que transgride regras morais e legais, mantido como segredo de família. O abuso sexual no contexto familiar é uma demonstração de que o imaginário de família como garantia de segurança se encontra ameaçado.

Neste sentido, Santos, Pelisoli e Dell'Agllio (2012) exploraram estudos sobre a dinâmica familiar em presença de abuso sexual e identificaram padrões complexos, parecendo haver a presença das mesmas características em muitos casos identificados, tais como altos níveis de conflitos entre os membros da família, principalmente entre o casal, baixos níveis de afetividade, segredos e ameaças.

No entanto, as autoras advertem que não podemos generalizar, considerando tais características como determinantes para a ocorrência do abuso sexual. De maneira que precisamos compreender os modos como se instalam na dinâmica familiar situações abusivas, que não são exclusivas de nenhum padrão familiar, classe social ou raça.

Vivendo e convivendo com o abuso sexual na família: o silêncio compartilhado

O abuso sexual no contexto familiar, além de uma transgressão moral, é a modalidade de violência contra crianças e adolescentes que provoca maior indignação, dadas as circunstâncias em que ocorre, uma vez que, além das desvantagens físicas, psicológicas e cronológicas da criança ou adolescente, o autor do abuso desfruta da confiança da família, a quem está ligado por consanguinidade ou responsabilidade.

O fenômeno abrange diferentes práticas sexuais entre um adulto e uma criança, incluindo desde carícias e manipulações até o contato oral ou genital em relação sexual com penetração oral, vaginal ou anal, além de exibicionismo, voyeurismo e exposição à pornografia (BRASIL,2002a). É definido pela organização Mundial de Saúde como

O envolvimento da criança em uma atividade sexual que ela não compreende totalmente, para a qual ela não é hábil para dar consentimento, ou para a qual ela não está preparada em termos desenvolvimentais ou ainda que viola leis e tabus da sociedade (WHO, 2014, p.3).

As práticas sexuais, por contato físico ou não, normalmente obedecem a um escalonamento de início sutil, através de massagens, banhos e carícias, gradativamente substituídas por manipulação de órgãos genitais e mamas, até o contato sexual com penetração (CARDIN; MOCHI; BANNACH, 2011).

É um fenômeno marcado pela repetição, em um jogo de sedução, ameaça, chantagem e pactos que resultam em dúvidas e confusão de sentimentos, em que o autor do abuso usa de autoridade para exercer controle sobre a criança/adolescente (SANCHEZ-MECA; ROSA-ALCÁZAR; LÓPEZ-SOLER,2011; LIMA; ALBERTO, 2012).

Os episódios ocorrem sem testemunha, silenciados por um tempo prolongado, considerando as dificuldades de revelação, sobretudo pela relação de dominação existente entre a criança/adolescente e o seu abusador. Pois em função do seu desenvolvimento e por ter como autor um adulto a quem está ligada por laços de afeto ou relação de responsabilidade e cuidado, a menina não entende muito bem o que acontece e em seu pensamento, acredita que se trate de cuidado ou carinho. Desse modo, ela se confunde e se mostra incapaz de evitar que novos episódios aconteçam (NEVES, et al., 2010; SIQUEIRA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2011; ARPINI, SIQUEIRA, SAVEGNAGO, 2012).

Nestas circunstâncias, a menina vítima de abuso sexual no contexto familiar teme revelar o autor do abuso, por se sentir insegura e culpada, imaginando que não acreditarão no que ela diz (HABIGZANK; RAMOS; KOLLER, 2011). Em muitos casos, a família desconfia do relato da criança/adolescente, que, não se sentindo à vontade para falar, mantém o silêncio, que pode perdurar até a vida adulta.

De forma que o abuso sexual no cotidiano familiar afeta todos os membros da família. Assim, para melhor compreensão do contexto em que o fenômeno ocorre, Santos, Pelisoli e Dell'Aglio (2012) recomendam que tenhamos uma visão ampliada para além da vítima, de forma que se estenda pelo menos aos principais envolvidos: a mãe, o pai e /ou o abusador e a criança, sua principal personagem.

As autoras mostram a relação de poder como fator preponderante nas práticas abusivas, aliada à falta de comunicação entre os membros da família, que, não expressando espontaneamente seus sentimentos, lançam mão de subterfúgios para se comunicar, tais como mentiras e segredos.

Quanto ao autor do abuso, desfruta da confiança da família e geralmente adota um discurso de sedução, com elogios e palavras carinhosas que confundem não só a vítima mas os outros membros da família.

Por se tratar de pessoa próxima da criança, a relação de confiança afasta a suspeita de que ela possa cometer tamanha monstruosidade. Paradoxalmente, costumamos orientar as crianças para que se defendam de estranhos e não nos apercebemos de que a ameaça pode estar na própria casa. Então, mesmo em situações

abusivas, quando se trata de um membro da família, as crianças tendem a obedecer sem mostrar resistência (CARDIN; MOCHI; BANNACH, 2011).

Entendo que o abuso sexual de meninas no contexto familiar é um problema de grandes dimensões, sendo as crianças mais novas as vítimas preferenciais dos abusadores, dada a facilidade de serem manipuladas, instruídas a não revelar o ocorrido ou ameaçadas. Isto contribui para que o fenômeno se prolongue e intensifique seus prejuízos (SANTOS; PELISOLI; DELL'AGLO, 2012). Para as autoras, elas temem não só o próximo episódio, mas também que o abusador cumpra as ameaças, que, via de regra, estão relacionadas com a sua segurança e a de outros membros da família, tais como mães e irmãos.

Percebemos também que a manutenção do silêncio depende da forma como o abuso sexual é concebido, pois quando o auto do abuso é o próprio pai e a mãe também é guardadora do segredo, ela o faz por receio de expor um problema familiar, seja por temor das consequências, seja pelo desejo de manter a família unida ou por dependência emocional e financeira (SANTOS; DELL'AGLIO, 2011; CANTELMO; CAVALCANTE; COSTA, 2011).

Desta maneira, a mãe ignora o abuso que a filha sofre e não denuncia o auto do abuso. Para ela, denunciar o companheiro seria uma demonstração de fracasso como mãe e como mulher (MARTINS; JORGE, 2010; ELOY; CONSTANTINO, 2012). De forma que, mesmo sabendo o que ocorre, por segurança e por ilusão da manutenção da estabilidade familiar, muitas mães optam por ignorar o abuso mantendo-o em segredo, tornando-o um evento encoberto na família (TEIXEIRA-FILHO et.al., 2013).

Entre os principais motivos alegados pela criança/adolescente para não revelar o abuso sexual, estão o receio de não se acreditar nela, de que se cumpram as ameaças e das possíveis consequências da revelação. E pela mãe, a ilusão de que guardar segredo garante a estabilidade da família.

O abuso sexual continua, pois, a ser ocultado e apenas 2% dos casos são descobertos enquanto ocorrem, de modo que sua revelação, na maioria dos casos, se dá tardiamente, estimando-se que 50% dos casos (em torno disso) são revelados, 15% sendo relatados e apenas 5% resolvidos judicialmente (SANCHEZ-MECA; ROSA-

ALCÁZAR; LÓPEZ-SOLER, 2011). Isto é, diante da conspiração do silêncio, o abuso sexual se mantém oculto e se prolonga por um tempo diferente em cada situação, afetando a saúde de mulheres/crianças e adolescentes.

2.4 O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NO QUOTIDIANO DA MULHER, MENINA OU ADOLESCENTE

Este item foi construído com o objetivo de discutir as repercussões de vivências de abuso sexual na infância no cotidiano de meninas, adolescentes e mulheres expostas à experiência. O material descreve a revisão de resultados encontrados em teses, capítulos de livros e artigos científicos nacionais e internacionais produzidos entre 2004 e 2015, registrados em livros e nas principais fontes de informação contidas na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e Banco de Teses e Dissertações do Portal de Periódicos da CAPES.

Ao utilizar os termos “incesto” e “abuso sexual” catalogamos inicialmente 1860 itens, 102 dos quais foram selecionados, sendo que 45 produções acadêmicas atenderam aos critérios de inclusão de se tratar de pesquisas empíricas com resultados sobre abuso sexual na infância sofrido no contexto familiar e suas repercussões para o cotidiano de meninas, adolescentes e mulheres, com publicações entre 2004 e 2015.

Identificamos 31 artigos, 2 capítulos de livro, 5 teses e 9 dissertações. Quanto aos artigos e capítulos de livro, 15 produções abordam as repercussões da vivência de abuso sexual para crianças e adolescentes e 18 para mulheres acima de 18 anos, de modo que constatamos uma ampliação das pesquisas tanto em relação às repercussões da vivência de abuso sexual a curto prazo quanto a longo prazo, que apontaram para diferentes desfechos. Percebemos que o maior avanço dos estudos se deu entre 2012 e 2015. Apesar disto, os resultados não foram analisados à luz da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano de Michel Maffesoli.

Após observar cuidadosamente os conteúdos de resultados contendo os critérios de inclusão mencionados, percebemos que o acervo de produções é majoritariamente internacional, sendo a produção nacional ainda incipiente. Da sua totalidade, 18 estão em inglês, 4 em espanhol, 1 em francês e 10 em português. Quanto à área de produção, 16 foram produzidos pela medicina, 15 pela psicologia, 1 pela enfermagem e 1 pelas ciências sociais.

Ressaltamos que a produção nacional foi predominantemente da psicologia abordando as repercussões da experiência abusiva em crianças e adolescentes (apenas um estudo em psicologia e o outro das ciências sociais incluiu mulheres com mais de 18 anos).

Os resultados foram agrupados como repercussões do abuso sexual a curto e longo prazo, apresentadas nos quadros I e II com posterior análise. Algumas produções que abrangeram reflexões sobre crianças, adolescentes e mulheres estão mencionadas em ambos os quadros.

QUADRO 1 - Síntese dos estudos sobre repercussões do abuso sexual no cotidiano de crianças e adolescentes

Autores/ano/idioma	Área de produção	Título	Amostra/participantes	Método	Resultados
1.ERDINÇ et al.(2004) Inglês	Medicina	A case of incest with dissociative amnesia and post traumatic stress disorder.	1 adolescente	Estudo de caso clínico avaliações psicométricas	Amnésia dissociativa, Síndrome do Estresse Pós Traumático
2.MATIAS(2006) Português	Psicologia	Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas.	2 meninas:07 e 14 anos	Sociometria	Baixa autoestima e déficits de percepção
3. HÉBERT et al. (2006) Francês	Psicologia	A typological analysis of behavioral profiles of sexually abused children.	123 crianças	Análise do cluster/grupo controle	Grupo de ansiedade: problemas comportamentais simples. Grupo de angústia severa: problemas comportamentais graves; Grupo de crianças com problemas menos graves: casos de abuso sexual extrafamiliar; Grupo de crianças resilientes.
4.PELISOLI; TEODORO; DELL'AGLIO(2007) Português	Psicologia	Percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso	Duas meninas gêmeas de 12 anos abusadas pelo avô paterno, pai e tio.	Entrevista semiestruturada e instrumentos: FAST e Family Identification.	Isolamento, baixa autoestima, agressividade, culpa, medo e vergonha.

5.. <u>YUKSEI</u> et.al. (2008) Inglês	Medicina	What should the management of incest pregnancies be? An ethical view presented via three cases.	Três adolescentes grávidas de seus pais	Estudo de caso	Gravidez
6. <u>BORGES; DALBOSCO</u> (2008) Português	Psicologia	Relações entre Abuso Sexual na infância, Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos.	Estudo teórico sobre a relação entre abuso sexual infantil; TEPT; prejuízos cognitivos.	Revisão de literatura	Associação entre TEPT e alterações estruturais/funcionais das áreas cerebrais do sistema de resposta ao estresse.
7. <u>RABOEI</u> (2009) Inglês	Medicina	Surgical aspects of child sexual abuse	78 prontuários sobre situações de abuso sexual de crianças.	Dados secundários: estudo retrospectivo de casos de abuso sexual de crianças documentados entre 1987-2007 em uma unidade de cirurgia pediátrica.	Síndrome de eliminação disfuncional; Trauma genital e TEPT.
8. <u>SELOILWE ES; THUPAYAGALE-TSHWENEAGAE-G</u> (2009). Inglês	Enfermagem	Sexual abuse and violence among adolescent girls in Botswana: a mental health perspective.	2 adolescentes	Estudo de caso.	Problemas para a saúde mental: culpa, ansiedade, depressão e raiva.
9. <u>CANTELMO; CAVALCANTE; COSTA</u> (2011) Português	Psicologia	A menina mãe: incesto e maternidade	1 adolescente	Observação participante.	Gravidez e isolamento
10. <u>MALGARIM; BENETTI</u> (2011) Português	Psicologia	O abuso sexual: estudos de casos em cenas incestuosas	1 menina (10 anos) e 1 adolescente (13 anos)	Estudo de casos múltiplos e técnicas projetivas.	Dinâmica psíquica dissociativa; ansiedade mostradas por dores abdominais e diarreia; abandono e baixo desempenho escolar, sentimentos ambivalentes
11. <u>STECHNA</u> (2011) Inglês	Medicina	Childhood pregnancy as a result of incest: a case report and literature review with suggested management	1 Menina de 10 anos	Estudo de caso clinico	Gravidez

		strategies			
12. BORGES; DELL'AGLIO (2012) Português	Psicologia	Exposição ao abuso sexual infantil e suas repercussões neuropsicobiológicas	Amostra de mulheres e crianças vítimas de abuso sexual.	*Capítulo de livro: Revisão de literatura	TEPT; transtorno do estresse agudo; transtorno de humor e ansiedade; dissociação; hiperatividade
13. GARRO VARGAS (2012). Espanhol	Medicina Legal	Incesto: enfoque psiquiátrico		Artigo de Reflexão	Repercussões a curto prazo: ansiedade, depressão, fracasso escolar, dificuldades de socialização e comportamentos sexual agressivo.
14. SANTOS; PELISOLI; DELL'AGLIO (2012) Português	Psicologia	Desvendando segredos: padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual	Reflexão	*Capítulo de livro: Abordagem sobre padrões e dinâmica familiar em casos de abuso sexual	Padrões familiares complexos: características comumente encontradas em famílias incestuosas. *As autoras ressaltam que essas características não são determinantes para a ocorrência de abuso sexual.
15. ARPINI; SIQUEIRA; SAVEGNAGO (2012) Português	Psicologia	Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade	30 meninas com idade entre 12 e 16 anos	Grupos focais	Dificuldade em dar um sentido ao que aconteceu. O trauma deixado pela vivência abusiva, marca a vida das vítimas.
16. GAVA; SILVA, DELL'AGLIO (2013) Português	Psicologia	Sintomas e quadros psicopatológicos identificados nas perícias em situações de abuso sexual infanto-juvenil.	674 laudos de perícias psiquiátricas e psicológicas	Estudo documental quantitativo	Sintomas depressivos: tristeza, choro, humor deprimido, medo, pânico, ansiedade, prejuízo do desempenho escolar ou dificuldade de concentração, irritabilidade, culpa, isolamento social, agressividade, angústia, alterações do apetite, mal estar

					subjetivo, interesse reduzido em atividades habituais ou abatimento, comportamento regressivo (enurese, encoprese e birras).Queixas somáticas: dores de cabeça, tonturas, falta de ar, comportamento sexual inadequado para a idade, agitação, ideias suicidas, Mentiras, furtos, transgressões domésticas, comportamento autodestrutivo,hipervigilância, sentimento de diferença em relação aos iguais, abuso de substâncias, capacidade de confiar prejudicada e hiperatividade
--	--	--	--	--	---

QUADRO II - Síntese dos estudos sobre repercussões de vivência do abuso sexual na infância no cotidiano de mulheres

Autores/ano/idioma	Área de produção	Título	Amostra/participantes	Método	Resultados
1.PELEIKIS ; MYKLETUN; DAHL (2005) Inglês	Medicina	Current mental health in women with childhood sexual abuse who had outpatient psychotherapy	56 mulheres	Entrevista estruturada e questionários	Transtorno do Stress Pós Traumático.
2.ECHEBURÚA; CORRAL(2006) Espanhol	Psicologia	Secuelas emocionales en víctimas de abuso sexual en la infancia	Revisão de literatura sobre consequências e impacto do abuso sexual a curto e longo prazo	Revisão de literatura	<p>Indicadores físicos: dores crônicas, hipocondria, somatização, pesadelos, bulimia.</p> <p>Indicadores comportamentais: ideias suicidas, TPB e consumo de drogas.</p> <p>Indicadores emocionais: depressão, ansiedade, baixa autoestima, SEPT, desconfiança e medo de homens, dificuldade para expressar e receber sentimentos.</p> <p>Indicadores sexuais: fobias, aversões sexuais, transtornos do orgasmo, alteração na motivação sexual.</p>

					Indicadores sociais: problemas de relacionamento pessoal, isolamento e dificuldades na orientação dos filhos.
.3.NUMHAUSER; SOTO (2006) Espanhol	Medicina	Consejos en la psicoterapia de mujeres víctimas de incesto.	59 mulheres	Estudo retrospectivo com dados de estudos clínicos .	Depressão, tentativa de suicídio, ansiedade, psicoses, disfunção sexual, prostituição, atraso no desenvolvimento.
4. VENTEGODT ; CLAUSEN ; MERRICK (2006) Inglês	Medicina	Clinical holistic medicine: the case story of Anna. I. Long-term effect of childhood sexual abuse and incest with a treatment approach.	1 mulher de 22 anos	Estudo de caso clinico e psicoterapia	Colapso nervoso
5.CELBIS ; OZCAN ; OZDEMIR (2006) Inglês	Medicina Forense	Paternal and sibling incest: a case report	1 mulher abusada pelo irmão dos 9 aos 11 anos e depois pelo pai desde os 13 anos de quem engravidou	Estudo de caso clinico	Gravidez
6. BELTRAN (2010) Espanhol	Psicologia	Consecuencias psicológicas a largo plazo del abuso sexual infantil	Artigos	Revisão de literatura, busca em base de dados.	Problemas emocionais, de relacionamento, de comportamento, de adaptação social, funcionais e sexuais.
7.O'LEARY;COOHEY;EASTON(2010) Inglês	Medicina	The effect of severe child sexual abuse and disclosure on mental health during adulthood.	172 adultos entre 30 e 40 anos.	Entrevista clínica	Transtornos mentais, uso de substancias psicoativas e prostituição.

8.STAPLES; RELLINI;ROBERTS,2011 inglês	Psicologia	Avoiding Experiences: Sexual Dysfunction in Women with a History of Sexual Abuse in Childhood and Adolescence	34 mulheres com histórico de abuso sexual na infância.	Questionários de gravidade do abuso sexual. Regressão hierárquica de três etapas	Dificuldades para atingir o orgasmo, tendência em evitar proximidade interpessoal e envolvimento emocional.
9.GARRO VARGAS (2012). Espanhol	Medicina Legal	Incesto: enfoque psiquiátrico		Artigo de Reflexão	Repercussões a longo prazo: alterações na esfera sexual, disfunção sexual, depressão, TEPT, comportamento autodestrutivo.
10. STROEBEL, et.al. (2012) Inglês	Medicina	Father-daughter incest: data from an anonymous computerized survey	19 mulheres	Dados retrospectivos de autoentrevistas por computador	Prostituição, erotização precoce e depressão.
11.PETTERSEN (2013) Inglês	Medicina social	A Study of shame from sexual abuse within the context of a Norwegian incest center	16 mulheres e 3 homens	Grupo focal	Vergonha, alterações emocionais e de autoimagem e problemas sexuais.
12. MIDDLETON (2013) Inglês	Medicina	Ongoing incestuous abuse during adulthood.	10 mulheres abusadas em idade precoce, em média aos 3 anos	Estudo de caso	Transtorno Dissociativo de Identidade Auto- mutilação e suicídio.
13. STROEBEL et al. (2013) Inglês	Medicina	Sister-sister incest: data from an anonymous computerized survey	521 mulheres vítimas de abuso sexual intra e extrafamiliar.	Auto- entrevista por computador	Depressão, prostituição gravidez e 13 tipos diferentes de comportamento sexual e erotização precoce.
14.COSTA;ANDRADE;MEDEIROS (2013) Português	Ciências Sociais	Abuso sexual incestuoso: desvio, crime e resiliência.	2 adolescentes abusados pelos pais	História oral	Sensação de abandono, marginalização e TEPT.

15. YILDIRIM et.al.(2014) Inglês	Medicina	Evaluation of social and demographic characteristics of incest cases in a university hospital in Turkey	36 mulheres e 7 homens entre 4-40 anos.	Levantamento de dados secundários e entrevista	Problemas emocionais, comportamentais TSPT; ansiedade; depressão
16. SNYDER; RUBENSTEIN (2014) Inglês	Psicologia	Do incest, depression, parental drinking, serious romantic relationships, and living with parents influence patterns of substance use during emerging adulthood?	11.546 adultos entre 18 a 25 anos	Estudo Longitudinal	Depressão e elevado consumo de drogas.
17. PIEGZA et.al (2014) Inglês	Medicina	Gender identity disorders or andromimetic behaviour in a victim of incest--a case study	1 Mulher	Inventário de Personalidade Multifásico Minnesota e Rorschach Inkblot Test em um sistema CSR Exner (TPA).	Disforia de gênero transtorno de identidade de gênero; depressão
18. SALTER (2013) Inglês	Psicologia	Grace's Story: Prolonged Incestuous Abuse From Childhood Into Adulthood	1 mulher abusada sexualmente pelo pai desde os 5 anos	História de vida	Angústia, depressão , ansiedade e problemas sexuais com o esposo.

Os achados certificam que o abuso sexual no contexto familiar compromete o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, desencadeando sérias alterações funcionais, emocionais, cognitivas e comportamentais; há um consenso de que este fenômeno repercute na saúde e resulta em dificuldades que podem se prolongar por toda a vida de suas vítimas.

Notamos o uso frequente do termo incesto - ou abuso incestuoso - nos materiais produzidos, um termo de origem latina: “incesto” é um substantivo masculino que significa “impuro” e se aplica à relação sexual entre parentes consanguíneos proibidos de casar, conforme o Código Civil Brasileiro, sancionado pela Lei 10406/02, em seu artigo 1.521 (BRASIL, 2002b). Duas questões precisam ser consideradas em relação ao assunto: a primeira se refere ao incesto que ocorre entre duas pessoas adultas, que, apesar da proibição legal, ocorre com o consentimento de ambas.

A segunda questão é concernente ao incesto que envolve crianças e adolescentes, identificado como abuso incestuoso. Além da proibição legal, esta situação representa uma violação de direitos, considerando as condições desiguais entre o autor do abuso e a vítima, alguém que está se desenvolvendo e ainda não tem amadurecimento para decidir sobre tal prática.

Neste sentido, a relação incestuosa de crianças e adolescentes “consiste no abuso sexual envolvendo pais ou outro parente próximo, os quais se encontram em uma posição de maior poder em relação à vítima” (BRASIL, 2002c). Suas repercussões são abordadas em vários estudos e embora não exista um quadro psicopatológico único sobre os seus prejuízos, inúmeros sintomas e significativas alterações emocionais, cognitivas e comportamentais podem estar associadas à exposição ao fenômeno em questão (HABIGZANG, 2011).

De forma que o desencadeamento de diversos transtornos em mulheres/meninas e adolescentes podem ter associação com o abuso sexual, o que merece atenção cuidadosa e precoce intervenção por parte dos serviços de saúde e demais serviços de apoio social a mulheres em situação de violência.

Repercussões de vivências de abuso sexual no cotidiano de meninas e adolescentes

A exposição ao abuso sexual é uma experiência marcante na vida de meninas e adolescentes. Existem sinais que indicam e sugerem sua ocorrência e estes necessitam ser cuidadosamente avaliados. Echeburúa e Corral (2006) classificaram esses sinais em indicadores físicos, comportamentais, emocionais, sociais e sexuais, os quais podem se manifestar a curto e a longo prazo.

Os autores acima identificam como indicadores físicos, as alterações imediatas que podem ser apresentadas por crianças ou adolescentes abusadas sexualmente. Entre essas alterações eles enumeram a presença de queimaduras, feridas ou dores nas regiões anal ou genital, trauma na região pélvica, presença de sêmen na cavidade oral, roupas ou genitais; roupas íntimas rasgadas ou manchadas de sangue; sinais e sintomas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) em genitais, cavidade oral, anal ou ocular, dificuldades para se locomover ou sentar, enurese e encoprese.

Dentre os sinais e sintomas mencionados acima, a enurese presente na Síndrome de Eliminação Disfuncional (DES) e o trauma genital foram os sinais físicos mais frequentes identificados no estudo retrospectivo desenvolvido por Raboei (2009) em crianças abusadas sexualmente.

Quanto aos indicadores comportamentais, Echeburúa e Corral(2006) citam a perda de apetite, o medo de ficar a sós com determinado membro da família, a rejeição repentina ao pai ou à mãe, as mudanças repentinas de comportamento, a resistência a se despir ou se banhar, o isolamento social, os problemas escolares, com afastamento e queda de desempenho, as condutas regressivas (como chupar o dedo), a tendência a guardar sigilo, as fugas de casa, os comportamentos autodestrutivos e as ideias suicidas.

Já Pelisoli, Teodoro, Dell’Aglío (2007) identificam as seguintes alterações comportamentais: tendência ao isolamento, atitudes agressivas, sentimento de culpa, medo e vergonha.

Quanto às alterações emocionais Echeburúa e Corral(2006) mencionam que crianças e adolescentes podem desenvolver um medo generalizado, apresentar

sentimento de culpa e vergonha, ansiedade, baixa autoestima, desconfiança e rancor em relação a uma pessoa adulta e Síndrome do Estresse Pós Traumático.

Na mesma linha de pensamento, Malgarim e Benetti(2011) ao estudarem duas meninas: uma de 10 e outra de 12 anos que foram abusadas sexualmente no contexto familiar, identificaram a presença de fortes dores acompanhadas de diarreia e baixo rendimento escolar.

Ainda no aspecto emocional outras alterações encontradas nos estudos incluem a presença de quadros depressivos: tristeza, choro e humor deprimido, medo ou pânico e ansiedade (GAVA; SILVA,DELL'AGLIO, 2013) baixa autoestima, profundo sentimento de culpa, ansiedade, depressão e raiva (SELOILWE ES; THUPAYAGALE-TSHWENEAGAE,2009) e quadros de angústia severa (HÉBERT et al.,2006). Ressaltamos que a baixa autoestima é uma alteração frequente, sendo encontrada também na pesquisa desenvolvida por Matias (2006) ao estudar duas meninas (7 e 14 anos, abusadas sexualmente pelo pai e padrasto.

Borges e Dell'Aglío (2008;2012) também contribuíram com o conhecimento sobre o comprometimento para o desenvolvimento emocional cognitivo, ao revisarem estudos que apontaram para a associação entre a exposição crônica ao abuso sexual e suas repercussões em crianças e adolescentes como a presença do Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), alterações em funções cognitivas, incluindo memória de curto prazo, aprendizagem verbal e sintomas depressivos. Quanto às repercussões prolongadas, mulheres que foram abusadas sexualmente na infância apresentaram prejuízos na memória verbal, Transtorno do Estresse Pós-Traumático, depressão e Transtorno de Personalidade Borderline(TPB).

Sobre o TPB, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA,2013) estabelece que a presença de cinco dos critérios abaixo é suficiente para o estabelecimento do diagnóstico: instabilidade afetiva e nos relacionamentos interpessoais(alternância entre idealização e desvalorização) instabilidade da autoimagem, acentuada impulsividade que pode se manifestar por meio de excessivos gastos, sexo, abuso de substâncias e velocidade excessiva, compulsividade por comida; ideação suicida e de automutilação; temor de abandono e solidão; acessos intempestivos e incontroláveis de raiva.

O Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) os Transtornos Dissociativos, a depressão e o Transtorno de Personalidade Borderline também foram descritos por Erdinç, et al.(2004) em atendimento a uma adolescente abusada sexualmente que foi diagnosticada com amnésia dissociativa. Expressam os autores que ela não conseguia lembrar sua identidade pessoal ou sua história. Os exames físicos, laboratoriais e de imagem revelaram-se normais, sendo as avaliações psicométricas importantes para o diagnóstico por favorecerem a descrição das memórias traumáticas.

Outra contribuição para o conhecimento das repercussões do abuso sexual foi o levantamento desenvolvido por Gava, Silva e Dell’Aglia (2013) em 674 atendimentos a crianças supostamente abusadas sexualmente. Ali, entre as alterações, foram encontrados quadros depressivos, caracterizados pela tristeza, o choro e o humor deprimido (55%); o medo ou o pânico (46,3%); desempenho escolar prejudicado ou dificuldade de concentração (30,4%); ansiedade (28,6%); lembranças intrusivas ou pensamentos recorrentes (23,9%); comportamento agressivo (21,1%); isolamento social ou retraimento (20%); mal-estar subjetivo; apreensão (16,9); irritabilidade (15,4); raiva (14,5); vergonha (14,1); angústia (11,6); culpa (10,7); pouco interesse em atividades habituais ou abatimento (10,1); insegurança (7,1); alterações do apetite ou alimentação (7,1); comportamento regressivo (enurese, encoprese) (6,7); queixas somáticas (dores de cabeça, tonturas, falta de ar) (6,4); comportamento sexual inadequado para a idade (6,2); agitação (6,1); ideias suicidas (5,3); autodesvalorização ou baixa autoestima (4,5); mentiras, furtos, transgressões domésticas (3,4); fugas do lar (3,3); comportamento suicida (2,2) e comportamento autodestrutivo (1,8).

Para Garro-Vargas (2012) meninas abusadas sexualmente no contexto familiar apresentam tendência à ansiedade e depressão, queda no desempenho escolar, dificuldades inespecíficas de socialização e comportamento sexual agressivo.

No que diz respeito à idade, a autora descreve que as crianças menores, na faixa pré-escolar, tendem a negar o que aconteceu, enquanto as mais velhas, em idade escolar, frequentemente sentem culpa e vergonha. Para ela, existe uma preocupação a mais quando as vítimas são adolescentes, levando em conta o risco de gravidez, alteração frequentemente presente em situações abusivas, conforme o apresentado em estudos nacionais e internacionais (YUKSEL, et al., 2008; STECHNA, 2011; CANTELMO et al., 2011; Stroebel et.al, 2013).

A gravidez como resultado de relações incestuosas representa em muitas situações a única forma de revelação. Ela acentua este grave problema social e pode ter, entre os desdobramentos, a sua interrupção ou o nascimento de uma criança, como o caso relatado por Celbis; Ozcan; Ozdemir (2006) em que uma mulher fora vítima de incesto paterno e repetidamente estuprada pelo irmão mais velho durante dois anos. O pai começou a abusar dela aos 13 anos e, ao engravidá-la, aos 15, ele a levou a um médico para uma interrupção da gravidez e mesmo após, ele continuou a abusar dela.

Alguns autores consideram o aborto a escolha ideal. Contudo, esta é uma medida que não interrompe o problema; ao contrário, ela o fortalece, considerando que os episódios abusivos tendem a continuar, conforme se mostrou neste relato.

Esta situação abre um amplo debate e demanda reflexões da nossa parte, na condição de profissionais do cuidado. Neste sentido, Celbis; Ozcan; Ozdemir (2006); Yuksel, et al. (2008); Stechna (2011) e Cantelmo, et al. (2011) trazem subsídios que nos auxiliam a pensar a respeito da gestão do cuidado em situações como esta.

Casos clínicos de crianças e adolescentes que engravidaram dos seus pais são apresentadas por Yuksel, et al. (2008) e Stechna (2011) alertando para a importância de ponderar decisões sobre a gravidez nestas circunstâncias, que poderá ter entre os desfechos, a interrupção da gravidez ou a rejeição do filho pela mãe.

Altoé e Jorge (2014) discutiram o caso de um bebê rejeitado pela mãe, uma adolescente de 15 anos: abandonada inicialmente pela mãe e posteriormente pelo pai, a adolescente, que não possuía referências da família materna, passou a morar com os tios, sendo abusada por um deles. Aos 12 anos, seu pai reapareceu. Ela passou a residir com este último, oportunidade em que ocorreram outros abusos, que resultaram em gravidez e na adoção do filho, por falta de condições de cuidar dele.

Esses autores chamam a atenção para o fato de que se devem considerar as necessidades da família e da criança/adolescente grávida, o que é reiterado por Cantelmo et al. (2011), quando discute a necessidade de reorganização em circunstâncias de gravidez por abuso, o que envolve sua relação com a violência de que foi vítima, a relação com a família, com o filho e também com a rede social, principalmente com a escola.

O apoio a crianças ou adolescentes e a suas famílias em situações de gravidez remete a uma solidariedade orgânica, discussão reproduzida na obra de Maffesoli, como o tipo de solidariedade que está caracterizada pelo afetual e o sensível, presente nas relações sociais e que se desenvolvendo entre os pequenos grupos de convivência cotidiana (MAFFESOLI,2010 a).

O autor se refere à solidariedade orgânica como ajuda mútua, ou troca, que seria uma reação espontânea, ou uma resposta intuitiva, que indo além das relações de vizinhança (MAFFESOLI 2009) se opõe à solidariedade mecânica, que ao contrário, é da ordem do dever ser ou da obrigatoriedade, conforme explicam Pereima, et.al.(2009).

As repercussões do abuso sexual também foram estudados em 30 meninas na faixa etária entre 12 e 16 anos: o que se mostra é que estes podem ser severos e abrangentes, podendo constituir uma experiência marcante nas vidas dessas meninas, representando “um trauma para o resto da vida” (ARPINI; SIQUEIRA; SAVEGNAGO, 2012, p.92).

São mudanças que variam em tempo e intensidade, “afetando totalmente o referencial de vida da criança, causando-lhe sofrimentos psíquicos significativos” (SANTOS, 2012, p. 117). Isso pode contribuir para que a criança demonstre uma excessiva preocupação com a sua segurança e a de pessoas próximas, podendo estar associado ao medo de que o abusador cumpra as ameaças feitas (HABIGZANG, 2011).

Discussões familiares são um dado frequentemente encontrado após a revelação do abuso sexual (SANCHEZ-MECA; ROSA-ALCÁZAR; LÓPEZ-SOLER, 2011), provocando reações maternas em uma tentativa injusta de buscar na conduta da criança/adolescente as justificativas para o compartilhamento da culpa e a responsabilidade pelo abuso sexual (ARPINI; SIQUEIRA; SAVEGNAGO, 2012).

Na esfera sexual crianças e adolescentes poderão rejeitar beijos, carícias e contato físico, ter comportamento sedutor, conhecimentos e comportamentos sexuais inadequados para a idade, interesse exagerado por comportamentos sexuais de adultos, comportamentos agressivos para com outras crianças, sentir-se confusas com relação à identidade sexual (ECHEBURÚA; CORRAL, 2006). Além de erotização precoce e prostituição (STROEBEL, et al., 2013; NUMHAUSER; SOTO,2006) e distanciamento de um ou ambos os pais (STROEBEL, et.al, 2012).

Os pontos de vista apresentados indicam que as repercussões do abuso sexual se potencializam e se prolongam até a vida adulta.

Repercussões de vivências de abuso sexual na infância no cotidiano de mulheres

Embora não reflita a realidade, as discussões sobre repercussões do abuso sexual na vida adulta assumem um crescimento nos últimos dez anos, conforme os resultados das pesquisas empíricas identificadas, abordando aspectos desta temática. Contudo, não detectamos pesquisas empíricas nacionais a este respeito.

As principais repercussões apresentadas por mulheres que foram abusadas na infância/adolescência são enumeradas por Echeburúa e Currel (2006) e agrupadas em físicas, emocionais, comportamentais e sexuais. Entre as repercussões físicas mencionadas, estão dores crônicas, hipocondria e transtorno de somatização, alterações do sono (pesadelos), problemas gastrointestinais e transtornos da alimentação (bulimia).

A associação entre a Síndrome do Intestino Irritável - SII em mulheres com Dor Pélvica Crônica - DPC e vivências de abuso sexual foi verificada por Lessa et al.(2013) quando investigaram mulheres com DPC e queixas intestinais, com uma prevalência de 19,5% de casos de antecedentes de abuso sexual e também por Nunes(2014) ao descrever o demorado processo de revelação de uma mulher de 39 anos, vítima de incesto pelo irmão mais velho até os 17 e que apresentava síndrome do cólon irritável, alternada com episódios de obstipação, além de depressão, ansiedade e rinosinusite alérgica.

Beltran (2010) corrobora as informações de Echeburúa, Currel (2006) e Lessa et al. (2013) ao desenvolver uma revisão de literatura referente a material produzido de 1997 a 2007 sobre repercussões do abuso sexual na infância a longo prazo. Ela as agrupou como problemas funcionais, emocionais, de relações, de conduta e adaptação social e problemas na esfera sexual.

Dores físicas inespecíficas foram apontadas no estudos como problema frequente nestas situações; além destas, foram reportados cefaleia, fibromialgia e transtornos gastrointestinais.

Entre as repercussões comportamentais a longo prazo, apontadas por Echeburúa e Currel (2006) estão as ideias suicidas, o uso de drogas e os transtornos dissociativos de identidade. Entre as emocionais, estão a depressão, a baixa autoestima,

a ansiedade, o Transtorno de Estresse Pós-Traumático, os transtornos da personalidade, a desconfiança e o medo de homens, a dificuldade para demonstrar sentimentos de ternura e intimidade ou recebê-los.

Instabilidades relacionais e impulsividade foram estudadas por Prado e Covas (2008) durante o tratamento de uma mulher de 41 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 7 aos 12 anos e que manteve isso encoberto até o início do tratamento. Nesta trajetória, ela sofreu outros abusos e engravidou. A paciente se apresentava infantilizada, dependente, sem autonomia. Foi diagnosticada com Borderline.

Comportamento autodestrutivo, ideias suicidas, tentativas de suicídio e baixa autoestima foram os problemas emocionais encontrados na revisão de Beltran(2010) autor que também afirmou que o relacionamento interpessoal é bastante afetado nesta situações, o que se mostra no isolamento, na menor interação social e nos baixos níveis de participação em atividades.

Muitos estudos sobre repercussões do abuso sexual a longo prazo apontaram para os problemas emocionais e de autoimagem, problemas na esfera sexual (PETTERSEN, 2013; SALTER, 2013; YILDIRIM et al., 2014), Transtornos Dissociativos de Identidade, automutilação e suicídio (MIDDLETON, 2013), além de depressão e excessivo consumo de drogas (SNYDER ; RUBENSTEIN, 2014).

Outros autores ao abordam as repercussões emocionais do abuso sexual, analisaram a associação entre a exposição ao abuso sexual na infância e os transtornos mentais na vida adulta, com maiores riscos do desencadeamento de depressões, transtornos de ansiedade, consumo de substância psicoativas, ideias e tentativas de suicídio e prostituição (FERGUSSON; BOLDEN; HORWOOD,2008; O´ LEARY; COOBEY E ESATON, 2010).

Alterações psicológicas também foram estudadas por Beltran (2010); Prado e Covas (2008); Numhauser e Soto (2006); Zavaschi et al. (2006); Peleikes; Mykletun e Dahl(2005): transtornos de ansiedade, depressão e Transtorno do Estresse Pós-Traumático, problemas de relacionamento, de comportamento e de adaptação social.

Por meio de dados secundários contidos em fichas de 59 entrevistas de pacientes submetidas à psicoterapia, Numhauser e Soto(2006) identificaram que 54% delas apresentaram depressão, tentativa de suicídio, ansiedade, psicoses, disfunção sexual, prostituição e atraso no desenvolvimento.

Na esfera sexual, a experiência abusiva contribui para índices elevados de disfunções sexuais: fobias, aversão sexual, falta de satisfação sexual, alteração da motivação sexual e dificuldades para atingir o orgasmo (BELTRAN, 2010; STAPLES; RELLINI;ROBERTS,2011;SALTER, 2013;).

Os resultados deixaram evidente o impacto psicológico do abuso sexual no cotidiano de mulheres abusadas na infância/adolescência. Ventegodt, Clausen e Merrick (2006) descreveram o colapso nervoso de uma jovem de 22 anos, ocasionado pelo abuso sexual sofrido na infância e foi ocultado durante muitos anos. O tratamento levou 18 meses e mais de 100 horas de terapia intensiva.

O presente material contribui em muito com o conhecimento dos graves prejuízos na vida adulta advindos da exposição ao abuso sexual na infância/adolescência. Consideramos intrigante a posição de alguns autores ao considerarem que “os efeitos a longo prazo são menos frequentes, podendo afetar em torno de 30% das vítimas” (ECHEBURÚA; CORRAL, 2006).

Esta informação não reflete de modo algum a verdade. Na verdade, é evidente que sobretudo por medo, vergonha e culpa o silêncio em torno do abuso se prolonga, potencializando os seus prejuízos, que não serão facilmente revelados, necessitando, portanto, de um trabalho de aproximação por meio de acolhimento e de uma escuta sensível, que possibilitem a estas mulheres falar sobre a vivência dessa dor, para que consigam seguir em frente.

2.5.1. O DIREITO DE SER MULHER, MENINA OU ADOLESCENTE

A violência perpetrada contra a mulher em diferentes fases da vida ganha dimensões de problema de saúde pública; no Patriarcado está a principal explicação para a opressão feminina. Dada a sua complexidade, este fenômeno demanda o envolvimento de diversos segmentos sociais, no sentido de garantir direitos e suporte necessários ao atendimento às inúmeras necessidades advindas da exposição da mulher à violência em suas múltiplas modalidades.

Neste contexto, a trajetória de atenção à mulher em situação de violência está associada ao movimento feminista e à força dos movimentos sociais, sobretudo a partir da organização popular dos anos 1980. De sorte que apenas nos últimos trinta anos se ampliaram as discussões sobre a violência contra as mulheres, contribuindo para o seu reconhecimento político (VILLELA, LAGO, 2007; MOREIRA, MONTEIRO, 2012) e dando maior visibilidade ao fenômeno da violência.

No início dos anos 1980, a implantação das Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher – DEAMs, das Casas Abrigo e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) constituíram as principais ações políticas no combate à violência contra a mulher (BRASIL, 1985; SILVEIRA, 2006).

A dinâmica de trabalho das DEAMs, “centrada exclusivamente na criminalização”, é criticada por Santos (2010, p.154). Como bem coloca esta autora, a iniciativa de criação das DEAMs não teve origem nem no movimento de mulheres nem no Movimento Feminista. Ela constituiu uma resposta do governo às críticas feministas sobre as abordagens policiais durante o atendimento a mulheres em situação de violência.

Implantada inicialmente no estado de São Paulo, foi denominada Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, sendo a primeira do Brasil e da América Latina. A iniciativa motivou a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs -, no âmbito da política de Segurança Pública em 1985, integrando a Política Nacional de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação da Violência contra a Mulher.

No que concerne à saúde da mulher, ela foi incorporada às políticas nacionais de saúde no início do século XX, nos anos 30, 50 e 70, mediante a elaboração de programas materno-infantis limitados ao binômio mãe/filho, sem que houvesse uma ampla visão referente à saúde integral da mulher. Esses programas, caracterizados sobretudo pela fragmentação de ações, verticalidade e centralização das decisões na esfera federal, não repercutiam na mudança dos baixos indicadores de saúde da mulher (BRASIL, 2004 a).

Este direcionamento reducionista provocou críticas do movimento de mulheres, favorecendo a introdução, na agenda política nacional, de aspectos referentes à saúde integral da mulher, tais como sexualidade, reprodução, anticoncepção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Em 1984, foi lançado o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher -.

Apesar de ser considerado um avanço, por incluir atenção à mulher em clínica ginecológica, pré-natal, parto e puerpério, climatério, planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama e direitos reprodutivos, o programa não contemplava ações para coibir a violência contra a mulher, o que só veio a ocorrer posteriormente, com a Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006 a).

Atendendo aos anseios do grande número de mulheres vítimas de algum tipo de violência, esta lei representou uma das maiores conquistas no que respeita à coibição, prevenção, punição e erradicação de qualquer tipo de violência contra a mulher (BRASIL, 2006a; CARVALHO; FERREIRA, SANTOS, 2010).

Entre outros avanços, a lei ampliou o conceito de Violência Doméstica, passando esta a ser considerada “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006a, p.18).

Isso modificou a noção de violência sexual contra a mulher, inicialmente concebida como

É toda a ação na qual uma pessoa em relação de poder e por meio de força física, coerção ou intimidação psicológica, obriga uma outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha

em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação (BRASIL, 2002c, p.17,18).

Ampliando-o para:

Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força que a induza a comercializar ou utilizar de qualquer modo a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, subordinação ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos(BRASIL, 2006a, p.2).

No que diz respeito a ações específicas sobre a violência sexual contra a mulher, somente após nove anos da instalação do primeiro serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual no estado de São Paulo é que foi publicada a I Norma Técnica para a Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL,1999), documento que serviu de base para a Política de Atendimento a Mulheres e Adolescentes que sofreram violência sexual (VILELLA; LAGO, 2007).

Apesar das orientações contidas na norma, as ações continuavam desarticuladas e se resumiam praticamente à capacitação de profissionais da Rede de Atendimento a Mulheres em situação de Violência, ampliação de Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Neste sentido, a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003, contribuiu para a consolidação da política de enfrentamento da violência contra a mulher mediante ações mais integradas, com a implantação de redes de apoio institucional, de modo a favorecer o acesso da mulher aos serviços (BRASIL, 2011).

Como parte desta política, a Lei 10.778/2003 (BRASIL, 2003) instituiu a notificação compulsória dos casos de violência contra as mulheres atendidas nos serviços de saúde, públicos ou privados. No entanto, o percentual de subnotificações continua elevado, pelo que presumimos que a política ainda não se concretizou.

Nesse processo, ocorreram decisões políticas, sendo o ano de 2004 promulgado o ano da mulher no Brasil: aí se estabelecia que caberia às três instâncias de governo promover programas e atividades para a divulgação das conquistas das

mulheres (CASTILLO-MARTÍN; OLIVEIRA, 2005). Assim foi lançada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, incorporando, entre os temas prioritários, a atenção a mulheres e adolescentes em situação de violência (BRASIL, 2004a).

Concomitantemente, ocorreu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004b), subsidiando a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), estabelecendo ações para nortear as políticas governamentais para a melhoria das condições de vida das mulheres, incluindo o enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher. Essas discussões foram aprimoradas durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) e pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013b).

No que concerne a proposições específicas sobre a violência sexual, foi elaborada, posteriormente à primeira norma, a Norma Técnica Atenção Humanizada ao Abortamento, com vistas a garantir os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (BRASIL, 2011a). Buscando sensibilizar e orientar gestores e profissionais de saúde na atenção integral às crianças, adolescentes e às famílias em situação de violência, o Ministério da Saúde lançou o documento Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violência (BRASIL, 2010b).

Lançada em 2011, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres prioriza ações de prevenção e assistência como meio de garantir a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2011).

Como parte deste processo, ocorreu, no mesmo ano, a inclusão da Violência Doméstica, Sexual e/ou outras violências na relação de doenças e agravos de notificação compulsória e a reedição do documento Anticoncepção de Emergência: Perguntas e Respostas para Profissionais de Saúde (BRASIL, 2011b; 2011c).

Em 2012, a Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes foi reeditada, dando enfoque ao gênero e à revisão das normas gerais de atendimento e apoio psicossocial e a atualização de procedimentos profiláticos (BRASIL, 2012a).

Ainda nesse mesmo ano, ocorreu a promulgação da Lei Joana Maranhão, alusão à nadadora brasileira que revelou o abuso sexual sofrido aos nove anos de idade por seu ex-treinador de natação.

A lei alterou o código penal referente à contagem do tempo de prescrição de crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes, acrescentando que

“Nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, o prazo prescricional começa a correr da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal” (BRASIL, 2012 b, p. 1).

Um dos últimos avanços no respeitante aos direitos de mulheres em situação de violência sexual foi a alteração e substituição da Portaria GM/MS Nº 104, de 25 de janeiro de 2011, pela Portaria GM/MS Nº 1271 de 06 de junho de 2014, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, determinando que os casos de tentativa de suicídio e violência sexual passam a ser de notificação imediata no âmbito municipal (BRASIL, 2014 a).

Posteriormente foi o atendimento multiprofissional para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual e todos os seus atributos foi incluído na tabela de procedimentos, medicamentos, órteses/próteses e materiais especiais do SUS, oficializada pela portaria GM Nº 2.415/2014 (BRASIL, 2014b).

Contudo, apesar do aparato legal, acompanhamos um descumprimento efetivo das normatizações, fazendo com que mulheres em situação de violência, independentemente da modalidade ou da idade, ainda enfrentem dificuldades no atendimento às múltiplas necessidades advindas da experiência que resulta em sérias repercussões na sua vida cotidiana, notadamente por desarticulação e descontinuidade entre os serviços.

Consideramos pertinente, portanto, pontuar questões específicas aos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo no que se refere ao funcionamento de redes de apoio social a crianças e adolescentes em situação de violência no contexto familiar.

Desse modo, a abordagem que se segue é complementar aos interesses desta pesquisa, sendo pertinente para esclarecer sobre a importância da articulação de serviços de apoio a situações de abuso sexual e demais formas de violência contra a criança e o adolescente.

2.5.2 Reconhecimento de direitos de crianças e adolescentes

O reconhecimento de direitos de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito é resultado de amplo processo histórico que ganhou espaço entre os anos de 1970 e 1980 na organização dos movimentos sociais, contribuindo para que a Constituição Federal de 1988 - CF/88 - contemplasse um capítulo relativo a esses direitos, a saber, o capítulo VII, denominado “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso” e posteriormente alterado para Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso" (BRASIL, 2013,p.129).

Em seu artigo 226, parágrafo 8º, o texto afirma que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”.

De forma que, após a sua promulgação, amplo movimento social se instalou no cenário nacional visando a garantir a proteção de crianças e adolescentes, contribuindo para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais conhecido pela sigla ECA (BRASIL,1990), cuja operacionalização se dá mediante a efetivação de ações interssetoriais, através da articulação entre diversas instituições que têm no Conselho Tutelar - CT - o órgão centralizador de denúncias e notificações sobre situações de risco ou a violação de direitos de crianças e adolescentes (LIRA, 2010).

O CT, “emerge como um lugar de potentes alianças e com a potência de ser um órgão autônomo financiado com dinheiro público” (SCHEINVAR, 2012, p.48), tendo sua atuação está assegurada pelo Art. 131 do ECA, que estabelece: “o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei” (BRASIL,1990, p.47).

O artigo 136 do ECA legitima suas atribuições, incluindo o atendimento e aconselhamento de pais ou responsáveis por crianças e adolescentes e a aplicação das medidas previstas em lei.

No que respeita às situações de abuso sexual, o artigo 130 do ECA estabelece que “na hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar o afastamento do agressor da moradia comum”.

Neste contexto, teoricamente a família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, segurança e garantia de direitos, tendo o dever de proteger crianças, adolescentes e jovens, conforme previsto no artigo 227 da CF/88 (BRASIL, 1988,2010) cabendo-lhe “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Contudo, o maior número de ocorrências de abuso sexual se dá no espaço da casa, afetando meninas em %. Em sua maior parte, os autores desse abuso são homens de sua confiança; pais e padrastos são os maiores abusadores.

As situações de abuso ferem, pois, o princípio constitucional, sendo considerado um tema dos mais complexos e tormentosos no atinente à violação aos direitos de crianças e adolescentes, cabendo ao CT o enfrentamento das situações abusivas de crianças e adolescentes (DIGIÁCOMO, 2010). Nestas situações, o órgão desempenha um papel fundamental como disparador de redes de serviços de apoio, reunindo potencialidades no sentido de poder atender às inúmeras necessidades advindas da experiência abusiva.

Neste contexto, o artigo 86 do ECA esclarece que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da união, dos estados do distrito federal e dos municípios” (BRASIL,1990, p.22).

É uma articulação de ações e serviços reconhecida como rede de apoio social, cujo termo original significa o “entrelaçamento de fios, cordas com aberturas regulares fixadas por malhas que formam uma espécie de tecido”, que, no caso, é aplicado para traduzir um trabalho articulado e interligado entre diferentes saberes.

Brito e Koller (1999, p.115) falam em rede de apoio social como “o conjunto de sistemas de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. Para elas, é preciso somar ao apoio social a afetividade, componente fundamental na construção e manutenção dos vínculos, construída através da aproximação da ambiência em que as pessoas se encontram inseridas, levando em conta não apenas as características individuais, mas também das demais pessoas que fazem parte das suas relações, em conexão com o momento atual.

Tudo isso, associado às noções maffesolianas, remete ao presenteísmo, à ambiência afetiva, ao “estar junto com”, o que nos leva a entender a formação de redes pela união de elos ou nós que, neste caso, diz respeito aos serviços para os quais são encaminhadas mulheres/crianças e adolescentes que vivenciam ou vivenciaram a experiência abusiva. Em outras palavras, rede que remete ao coletivo e não ao individual em uma lógica agregadora, pela soma de valores que precedem o calor afetivo, sendo “sempre em relação ao grupo que se vai determinar a vida social” (MAFFESOLI, 2010a, p.137).

Capra (2004, p.77-78) acrescenta: “Onde quer que encontremos sistemas vivos, organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos, podemos observar que seus componentes estão arranjados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes”.

Agudelo (2000) vai mais longe e sustenta que o estabelecimento de uma rede constitui uma resposta Inter: interconhecimentos, interdisciplinar, interinstitucional, Inter profissional e intersetorial, ou seja, existe a necessidade de saberes diversos que se complementem na perspectiva de intervir diante da realidade plural de uma pessoa ou do coletivo.

Neste sentido, Acioli (2007, p.2) associa rede à “ideia de fluxo, movimento, indicando uma aproximação com as mais variadas áreas de conhecimento”. De maneira que um trabalho em rede exige articulação entre diferentes saberes profissionais, caracterizando-se pela horizontalidade, sem que exista hierarquização.

Três termos servem, pois, para designar o conjunto de entidades/serviços governamentais, não governamentais e família, empenhados em proteger crianças e

adolescentes do abuso sexual, a saber, o sistema de proteção e garantia de direitos, a rede de proteção e a rede de enfrentamento à violência sexual (SANTOS, 2010).

A configuração de rede de proteção ou do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente está contida no 1º artigo do capítulo I da resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, doravante chamado CONANA, que descreve:

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (BRASIL, 2006 b, p.1).

Este sistema está apoiado em três vertentes: promoção de direitos, defesa e controle social, mostrando seu caráter de articulação e conexão entre diversas instâncias em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Integram a promoção de direitos os seguintes serviços públicos: saúde, educação, assistência social, conselhos de direitos da criança e do adolescente e conselhos setoriais de assistência social e educação.

O objetivo dos órgãos de defesa é responsabilizar os culpados pelos casos de omissão, falta ou oferta irregular dos direitos cometidos pela família, estado ou sociedade, fazendo parte desta vertente o Ministério Público, o Ministério do Trabalho, o Conselho Tutelar, o Judiciário, a Defensoria Pública e os Centros de Defesa de Direitos Humanos.

Destacamos os Serviços de Saúde; o Programa Sentinela; os Juizados da Vara da Infância e da Juventude; os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente; os Conselhos Tutelares; as Promotorias da Infância e da Juventude e a Rede Escolar.

Quanto aos Serviços de Saúde, ressaltamos que conforme determinado no ECA, cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) a incumbência de promover o direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, através da atenção integral à saúde, materializada em ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, atenção humanizada e de um trabalho articulado em rede.

No que concerne à violência, o Ministério da Saúde, busca aprimorar ações de promoção da saúde e de atenção integral a crianças, adolescentes e suas famílias, publicando inicialmente a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (BRASIL,2001c) definindo a notificação obrigatória de casos suspeitos ou confirmados de violência contra crianças e adolescentes(BRASIL,2001d).

Avançando na perspectiva de realinhar os eixos de ações de promoção da saúde e à atenção integral às pessoas em situação de violência institui a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2006 c) a Política Nacional de Atenção Básica (BRASIL, 2006 d) e as Diretrizes para organização de redes de atenção integral às urgências (BRASIL, 2009).

Nesta trajetória publica o material “Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências – Orientação para gestores e profissionais de saúde” (BRASIL,2010) com a finalidade de sensibilizar e orientar gestores e profissionais de saúde para o desenvolvimento de ações contínuas e de caráter permanente direcionadas à atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências

O Programa Sentinela estabelece “um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes” (BRASIL, 2001, p.1). De forma que a operacionalização do programa se dá pela implantação de Serviços e ou Centros de Referência para o atendimento psicossocial a crianças, adolescentes e famílias em vivência de violência sexual.

Juizados da Vara da Infância e da Juventude: Proteção a crianças e adolescentes em situações de maus-tratos, opressão, exploração ou abuso sexual criadas pelos pais, responsáveis ou terceiros, por meio da articulação com outros serviços e CT e acompanhamento de medidas socioeducativas.

Promotorias da Infância e Juventude: Seu principal objetivo é garantir o acesso de crianças e adolescentes à educação, combatendo a evasão escolar; protegê-la de todos os tipos de violência e negligência, inclusive quando praticadas pelos pais;

garantir às crianças e adolescentes o atendimento em saúde, acompanhar a implantação do CT e de Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Rede Escolar: a escola pode desempenhar um importante papel no que diz respeito à prevenção e detecção precoce de situações suspeitas de violência contra crianças e adolescentes, sendo um espaço privilegiado na suspeição do abuso sexual, principalmente no que se refere às crianças, pois nesta fase elas permanecem maior tempo na escola, sendo grande a oportunidade de se identificarem mudanças de comportamento.

Para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes, o Ministério da Educação – MEC – estabeleceu, através da Resolução CDFNDE nº 37/2008 (BRASIL, 2008) o Projeto Escola que Protege, com o objetivo de capacitar profissionais de educação básica pública para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, preparando-os para identificar indícios de diferentes tipos de violência e encaminhar estes casos para serviços integrantes da referida rede de proteção. Além disso, ele precisa cumprir o papel de oferecer aos pais apoio, possibilitando-lhes saber lidar com situações de risco para a saúde e desenvolvimento de seus filhos, a exemplo das situações de abuso sexual.

3 APORTE TEÓRICO EPISTEMO METODOLÓGICO PARA COMPREENDER O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA

O objeto deste estudo está delimitado à compreensão de vivências cotidianas de abuso sexual no contexto familiar na infância e/ou na adolescência de mulheres. Tendo em vista sua abrangência, uma vez que envolve não apenas as vivências de abuso sexual, mas também suas repercussões para a vida adulta e as relações familiares, buscamos nos apoiar no referencial teórico, epistemológico e metodológico da Sociologia Compreensiva e do Quotidiano de Michel Maffesoli, por entender que ele nos possibilita uma referência para a metodologia e análise dos dados empíricos.

O sociólogo francês Michel Maffesoli é professor da Universidade René Descartes, na Sorbonne Paris V, diretor do Centro de Estudos sobre o atual e o cotidiano(CEAQ) e do Centro de Pesquisas sobre o imaginário. Exerce forte influência no meio acadêmico brasileiro: a tradução dos seus livros facilita o acesso à sua obra; além disso, sua participação em conferências, bancas examinadoras de teses e recebimento de alunos para doutorado e pós- doutorado também estreita essa relação entre os dois países.

Considerado um expoente da sociologia contemporânea, Michel Maffesoli se destaca por contestar a visão cartesiana de valores rígidos e intransigência do pensamento moderno. O autor costuma discutir as duas épocas, modernidade e pós-modernidade, estabelecendo uma linha de raciocínio que permite ao leitor compreender como os aspectos da modernidade são redimensionados na pós-modernidade.

Para ele, não se trata de simples classificações para delimitar diferentes épocas, importando “assinalar a passagem de um tempo monocromático, linear, seguro, o do projeto, a um tempo policromático, trágico por essência, presenteísta e que escapa ao utilitarismo do cômputo burguês” (MAFFESOLI,2003, p .9). Isto é, a visão de um tempo linear aponta para um sentido único em uma perspectiva de futuro. O tempo dito policromático, ao contrário, é mostrado em seus matizes como um movimento em espiral, que resgata o trágico da antiguidade e o traz à tona, associando-o ao ritmo de vida atual.

Ele apresenta a pós-modernidade como a sinergia entre o arcaico e o desenvolvimento tecnológico, em sua opinião a única noção que “permite dar conta da pós-modernidade” (MAFFESOLI, 2003, p.10) em uma visão de mundo mais holística, pela interação entre o material e o espiritual (MAFFESOLI, 2012).

É um movimento inquietante da modernidade na direção da pós-modernidade, representado pela metáfora do movimento em espiral, ou seja, o retorno de elementos da pré-modernidade, que são resgatados e repaginados, isto é, que ressurgem na pós-modernidade, o arcaico envolvendo tudo o que é da ordem dos sentimentos: o afetivo, o emocional e as inquietações.

Maffesoli (2012) salienta o enorme arcadismo presente na pós-modernidade, isto é, a volta às origens pelo retorno de elementos primitivos, a saber, o hedonismo da existência, o espírito nômade, com a volta do selvagem e da animalidade, e a vontade de liberdade que nos impulsiona a buscar outras tribos ou grupos de convivência com os quais nos afinamos e daí a ideia do “estar-junto”.

Por isso Maffesoli fala que o tempo volta, isto é, retornamos ao passado, o arcaico remetendo àquilo que sempre existiu, ao primitivo e ao instintivo. Quanto ao tecnológico, principal característica que diferencia a pós-modernidade de todas as outras fases históricas antecedentes, possibilita o reencantamento do mundo.

Desta maneira, os benefícios da tecnologia presentes no cotidiano podem ser úteis aos valores proxêmicos, ao doméstico e às banalidades, o imaginário e as formas de solidariedade podendo encontrar na internet importantes recursos que facilitam a aproximação entre as pessoas (MAFFESOLI, 2012).

O autor faz alguns contrapontos, destacando elementos essenciais das duas épocas, de forma que o individualismo epistemológico, o racionalismo, a ideia de projeto de futuro que caracterizam a modernidade se contrapõem ao “nós”, ao grupal, ao tribalismo, ao retorno da comunidade da pós-modernidade. Ele mostra a modernidade profundamente assentada em uma concepção mecânica de tempo, trazendo a ideia de eternidade, enquanto a pós-modernidade avança para o instante eterno, vivido aqui e agora (MAFFESOLI, 2003) o ressurgimento da vida cotidiana sendo a primeira característica da pós-modernidade apontada por Maffesoli (2012).

Ele apresenta o deslocamento do social para a socialidade, em que, a partir de uma lógica do “dever ser” característica do social, de estrutura mecânica, individual e desempenho de funções, se avança para uma lógica do “ser preciso”, característica da sociabilidade com ênfase no coletivo e na representação de papéis. Nestes termos, Maffesoli coloca que “a persona representa papéis tanto no interior de sua atividade profissional como no seio das diversas tribos das quais participa” (MAFFESOLI, 2010 a, p.133).

Sua proposta é a de “uma sociologia atenta ao que constitui em profundidade a vida corrente de nossa sociedade neste momento em que finda a era moderna” (MAFFESOLI, 2010 a, p.23), de modo que nos convida a substituir o conformismo do pensamento racional do paradigma epistemológico da modernidade, caracterizado por um conhecimento abstrato obedecendo a um padrão antecipadamente esperado por normatizações.

Sua posição corrobora o pensamento de Santos (1998) de que o paradigma dominante é também totalitário e não reconhece outras formas de conhecimento que estejam à margem de seus princípios epistemológicos ou regras metodológicas, o que subordina o pesquisador às regras preestabelecidas. Esta forma de pensamento é identificada por Maffesoli (2010b) com o uso da metáfora “pensamento paranoico”.

Neste sentido, sua proposta se opõe à forma de pensamento moderno, sendo sugerido pelo autor um pensamento abrangente, capaz de reconhecer o conhecimento do senso comum. Sua proposta está pautada na razão sensível, de modo a tornar possível diferentes interações capazes de captar pequenos detalhes de vida banal, contribuindo também para a emancipação das pessoas.

3.1 A PÓS-MODERNIDADE E O PROBLEMA DO ABUSO SEXUAL NO CONTEXTO FAMILIAR

O abuso sexual de crianças e adolescentes no contexto familiar é um descuido e como modalidade de violência é um conceito polissêmico. Eis o que afirmam Minayo e Souza a esse respeito:

A violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual. Na verdade, só se pode falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas (MINAYO; SOUZA, 1998, p.514).

Maffesoli corrobora isso, quando afirma considerar impossível uma análise unilateral de um fenômeno que não é único. Ele assinala que sua própria pluralidade indica os valores polissêmicos do fato social investigado. Sua proposta é, portanto, “considerar que o termo violência é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social” (MAFFESOLI, 1987, p.15).

O autor compara a violência ao diabo e ao mal que nos persegue, classificando-a como modulação desse mal, juntamente com a agressividade, o sofrimento, a disfunção e muitos outros, um fenômeno inevitável, presente em todas as épocas e culturas. Mas embora estejamos conscientes da sua existência, existe pouco interesse em aprofundar conhecimentos a este respeito, afirma (MAFFESOLI, 2004).

Desse ponto de vista, todos somos afetados pelo mal, tanto individual quanto coletivamente. Para o sociólogo, é chegado o momento de superar o pensamento moderno de sociedade perfeita camuflando as implicações dos conflitos e escondendo seus aspectos mais flagrantes, de modo que, ao invés de negar, condenar ou pretender ter o controle absoluto da violência, busquemos maneiras de negociar com esta: é importante que saibamos compreendê-la com a maior serenidade possível (MAFFESOLI, 1987).

Maffesoli aponta o papel estruturante ou a função fundadora da violência, para quem “ela é um momento da dialética sem fim que une o caos ao cosmo (MAFFESOLI, 2004, p.68). Ele cita a violência como ponte que nos liga ou religa à

natureza, sendo a ritualização o artifício de negociação utilizado, em um movimento dinâmico de destruição e reconstrução. A construção tem caráter coletivo e a destruição, individualizado.

Conforme as considerações do autor existe construção quando se aproveita uma situação de violência para manter a ordem e os valores sociais. Já a destruição se mostra pela oposição à ordem social presente em diversos episódios urbanos, como os arrombamentos, as fúrias urbanas, os quebra-quebras e tumultos.

A Violência é pois, da ordem do poder e da lógica da dominação, em que o poder provoca a manifestação da potência ou “centralidade subterrânea”. Do embate entre ambos emergem suas modulações, identificadas por Maffesoli (1987) como violência totalitária, violência anômica e violência banal.

A violência totalitária, também identificada como violência dos poderes instituídos, é aquela praticada pelos órgãos oficiais com o objetivo de exercer controle sobre as pessoas. Aí se encontra de forma mais incisiva a dominação.

A violência anômica se manifesta pelo desenraizamento coletivo de instituições sociais, o que produz uma situação de divergência ou conflito entre normas sociais, tornando-se difícil para o indivíduo respeitá-las. É a modalidade de violência que tem função fundadora e que mostra a capacidade que tem a sociedade de se identificar consigo mesma e de se estruturar, assumindo o controle de sua própria violência. É uma forma de proteger o corpo social da violência totalitária. Manifesta-se em todas as formas de revolta (MAFFESOLI, 1987).

A violência banal é aquela que ocorre na vida cotidiana, desencadeando formas de resistência passiva em oposição à dominação. A resistência passiva representa, assim, a centralidade subterrânea que emerge da oposição ao poder em suas diferentes origens: institucional, social, política ou familiar, onde, “antes de lutar contra a alienação com meios alienados” (MAFFESOLI, 2010 a, p.98) o povo lança mão da zombaria, da ironia, do riso, para se contrapor às normas ou à exploração.

Esta é uma das características da violência banal, a duplicidade ou “um jogo de faz-de-conta”, onde aparentemente existe concordância com o instituído e obediência ao dever-ser, mas a discordância se apresenta disfarçada, silenciosa e astuta,

por meio de atitudes sutis através de vetores como a fala, o riso ou a ironia, revelando a reação das massas, identificada como imoralismo ético, o que acentua o “estar-junto com” do presenteísmo (MAFFESOLI, 1987, 2010 a).

Notemos que o autor deixa claro que o emprego do termo imoralismo ético não tem o mesmo sentido de moralismo: seu uso mostra que a uma moral imposta, se opõe uma ética que tem origem nos grupos sociais mostrando a sensibilidade coletiva que permite o compartilhamento de sentimentos e emoções.

Por meio desses vetores, as pessoas protestam e desta forma, desbancam a formalidade, as regras e toda forma de opressão. O autor reforça que “o riso e a ironia são explosões de vida, ainda que e sobretudo quando esta é explorada e dominada” (MAFFESOLI, 2010a, p.99).

Quanto à fala (ou palavra), é apresentada como paradigma da relação social que ora tem caráter estruturante, ora pode funcionar como instrumento de violência. A fala é instrumento de comunicação por ser livre, de rápida circulação e dinâmica incontrollável, considerando que é por meio dessa rápida circulação que se propagam ideias e informações que auxiliam na elucidação de muitas situações. Portanto, a palavra é fonte de poder e desempenha função reguladora, podendo também ser instrumento de violência.

Ao lado da fala, o autor menciona o jogo teatral contido no riso, comparando os seus efeitos aos de destruição de um verme. O riso é uma válvula de escape: rimos daquilo que não aceitamos ou que representa um perigo.

Ele se refere à força reveladora do silêncio: “o que não se ouve ou não se escuta, a não resposta aos pedidos de participação, tudo isso é um indício de poder de resistência” (MAFFESOLI, 1987, p.125).

Um cotidiano familiar permeado por violência guarda uma centralidade subterrânea, normalmente atravessada pelo silêncio, em um imaginário de medo, apreensão e repetição constantes, conhecida como violência intrafamiliar e definida como

Toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno

desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade e em relação de poder à outra (BRASIL,2002c, p.15).

Consideramos pertinente notificar a distinção entre os termos violência doméstica e violência intrafamiliar, sendo o termo violência doméstica empregado para descrever a violência que ocorre no espaço da casa, podendo incluir outras pessoas do convívio mas que não tenham função parental, diferentemente da expressão violência intrafamiliar, que “não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também às relações em que se constrói e efetua” (BRASIL, 2002c, p.15).

Essas distinções foram se sedimentando na medida em que se ampliaram as discussões sobre o fenômeno e as conquistas devidas sobretudo aos movimentos sociais de mulheres e em defesa da criança e do adolescentes, principalmente após a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990).

A violência intrafamiliar é, portanto, decorrente do patriarcado, que estabelece relações desiguais entre os sexos, descritas por Penso, et.al.(2009) como condutas naturalizadas nas quais o homem exerce autoridade permanente de poder de modo simbólico, físico e sexual sobre mulheres, crianças e adolescentes. Neste sentido, Gomes, et al.(2007) continuam, afirmando que as relações familiares são caracterizadas pela imposição masculina e pela obediência de crianças e mulheres.

Neste contexto, as vivências de abusos decorrem desta obediência, constituindo um objeto complexo, onde estão reunidas diferentes sensações e recordações, que exigem do pesquisador a sensibilidade para apreender detalhes do mundo imaginário de mulheres que vivenciaram o abuso sexual no contexto familiar na infância/adolescência.

3.2 NOÇÕES DESENVOLVIDAS POR MAFFESOLI QUE POSSIBILITAM UMA APROXIMAÇÃO COM O ESTUDO DO ABUSO SEXUAL

Espelhando-se em seu mestre, Gilbert Durand, a ousada proposição de Maffesoli apresenta a sociedade contemporânea como objeto e o cotidiano como cena e cenário de estudo: as cenas são as maneiras de viver e os cenários, os diferentes espaços do viver e conviver.

Sua concepção metodológica se distancia, pois, da sociologia tradicional de caráter normativo e reducionista e se aproxima de uma sociologia atenta “ao que constitui em profundidade a vida corrente de nossas sociedades, neste momento em que se conclui a Era Moderna” (MAFFESOLI, 2010a, p.23). O autor dá toda a ênfase ao que constitui o cotidiano, a vida comum: os rituais, a duplicidade, o jogo das aparências, a sensibilidade coletiva e o destino.

Para ele, existe uma centralidade subterrânea, isto é, uma clandestinidade a ser apreendida e explorada por nós. Nas suas noções, centralidade subterrânea é uma metáfora usada para expressar que a profundidade das coisas ou das pessoas costuma se esconder na superfície. Ela está presente em pequenos fatos aparentemente sem importância, mas que guardam valor em si mesmos.

Apreendê-la exige a adoção de uma sociologia do lado de dentro, apta a resgatar o que se encontra em profundidade e que “costuma ocultar-se na superfície das coisas e das pessoas” (MAFFESOLI, 2010b, p.110). Isto é, aquilo que está diante dos nossos olhos, mas que não conseguimos enxergar ou decifrar, por falta de sensibilidade.

No contexto desta pesquisa, entendemos que o silêncio das vítimas oculta a vivência do abuso sexual, sendo que, para compreendê-lo, é preciso ter o olhar atento às menores atitudes da vida cotidiana, presentes em gestos, silêncio, choros, ironias ou alterações de comportamento, que podem se enquadrar metodologicamente nas categorias sociais: o trágico, a teatralidade, o ritual e o imaginário.

Para tanto, Maffesoli mostra a necessidade que temos de inovar nossos instrumentos de análise, de modo a ter a lucidez necessária para captar detalhes, impossíveis de serem visualizados por uma lente puramente racional pautada em verdades absolutas, acomodada e com excessivas prevenções à inovação.

O autor não está se referindo à inovação de instrumentos materiais ou a tecnologias de ponta, mas a uma tecnologia leve, às relações, à incorporação de uma sensibilidade capaz de enxergar o que está nas entrelinhas, o que se esconde na subjetividade humana. Sobretudo quando se trata da vida cotidiana, ele orienta a que estejamos abertos ao que denomina “um novo estado de coisas” (MAFFESOLI, 2010a, p.28).

Recomenda harmonizar nosso pensamento buscando a aproximação com o objeto de estudo. De modo que, em se apropriando da tradição compreensiva, o autor ressalta a importância de se proceder por verdades aproximativas, sobretudo no que diz respeito à vida cotidiana.

O método compreensivo permite a abordagem indutiva, compatível com a flexibilidade da vida cotidiana, existindo aí uma estreita relação entre teoria e método, onde o objeto de estudo é que induz o método (PITTA,1997). Para Pais (2003) na sociologia da vida cotidiana ambos, objeto e método, se condicionam e se determinam mutuamente.

Para o autor, a sociologia contemporânea não mais comporta conceitos redutores e limitantes da sociologia positivista, exigindo, assim, posturas inovadoras por parte do cientista social: para ele, “não basta a lógica dos conceitos, redutora e totalitária” (MAFFESOLI, 2010b, p.9) o que mostra a urgência com que devemos nos opor à inflexibilidade conceitual.

Assim, diante da centralidade subterrânea da vida social, o autor discute a necessidade de adoção de uma metodologia capaz de apreendê-la e de compreender a vida sempre recomeçada, por ele identificada como uma sociologia do lado de dentro.

Maffesoli não propõe um método sistematizado: Pitta (1997) avança que a maior contribuição deste autor não é tanto o seu método, mas sua proposta inovadora em termos de elaboração de trabalhos científicos. Desse modo, ele propõe que as formas clássicas de apresentações (situações geográficas, análises de produção) sejam substituídas por interpretações da repetição do dia-a-dia, das emoções, ou seja, do presente.

O cientista social fala de uma epistemologia renovada, caracterizando-a como método lógico e experimental, em que, para apreender o tempo presente, faz-se necessário “compará-lo com grandes momentos do passado” (MAFFESOLI, 2010 b, p.183). Diante disso, compreendemos que se nossos objetos de estudo e nossos atores se encontram nos diversos cenários do teatro da vida, urge ir ao seu encontro, nas praças, nas ruas, nos lugares onde a vida pulsa.

Em situações de abuso sexual no contexto familiar a centralidade subterrânea ocupa os espaços da vida cotidiana de mulheres, crianças e adolescentes, que, apesar do silêncio, falam através de gestos, alterações de comportamento e não ditos, sendo que a maneira de perceber isso é ter o olhar atento ao tempo presente, onde podemos apreendê-los por meio de categorias paroxísticas como o trágico, a teatralidade, a duplicidade e o ritual.

A atualidade exige a descoberta de novos conceitos, ou melhor, a utilização de termos antigos com uma nova roupagem. Para Maffesoli, a rigidez dos conceitos não mais satisfaz, sendo este o motivo da adoção de “miniconceitos” ou noções, ao invés de conceitos preestabelecidos.

A noção remete à flexibilidade e atende à característica de transitoriedade dos fenômenos sociais, permitindo sua modificação. Assim, o uso de termos como proxemia, tribalismo, socialidade, centralidade subterrânea, cotidiano, duplicidade, presenteísmo foram incorporados à linguagem maffesoliana.

Considerando que nosso objeto são as “vivências cotidianas de mulheres que sofreram abuso sexual intrafamiliar na infância/adolescência”, buscamos nos aproximar de elementos da socialidade que pudessem fazer parte de um cotidiano de abuso sexual: Cotidiano, presenteísmo, alteridade, senso do limite, trágico, teatralidade, formas de resistência, destino, solidariedade orgânica e imaginário.

3.2.1 O cotidiano

Compreender o cotidiano implica um encontro com o complexo mundo da subjetividade em suas contradições, através da aproximação dos cenários e locais onde a vida acontece, isto é, espaços de troca de sentimentos e sensações, como os espaços públicos.

Para Maffesoli o cotidiano está em toda parte, cabendo a nós a capacidade de ouvir e interpretar o pensamento do povo por meio de um “saber fazer, saber dizer e saber viver” (MAFFESOLI, 2010 b, p.196).

O autor citado (MAFFESOLI, 2009a) vê a vida cotidiana como resultado de minúsculas criações e situações totalmente passageiras, em uma trama composta de pequenos fios cuidadosamente tecidos.

Sua ideia de cotidiano ultrapassa a simples formulação de um conceito que o compreende como aquilo que é rotina ou que ocorre diariamente. Bem mais abrangente: ele entende o cotidiano como noção a ser adotada como fio condutor que leva ao conhecimento da vida comum (PAIS, 2003).

Neste contexto, a vida cotidiana, também dita vida corrente, mostra-se fragmentada, polissêmica, em um complexo de luz e sombra, de pequenos gestos, emoções, paixões, conflitos e tensões vivenciados por grupos de pertencimento.

3.2.2 O destino

Para Maffesoli, perdura no imaginário das pessoas um sentimento trágico de destino como predestinação ou fatalidade. Esta visão contemporânea permite pensar que seu afrontamento “não é em nada uma resignação, mas sim uma confrontação de efeitos sociais inegáveis” (MAFFESOLI, 2003, p.19).

O sentimento do trágico da vida representa o fio condutor do nosso progresso moral, sendo a fatalidade um elemento estruturante da vida humana, da qual não podemos fugir. Ao refletir sobre o fato de que talvez a vida não valha nada, mas que nada vale a vida, Maffesoli (2003) traz à tona uma questão paradoxal que transplanta valores ideológicos ou qualquer tipo de ilusão.

Neste ponto, ele nos leva a pensar que mesmo sentindo-se impotentes diante de situações cotidianas, entre as quais vivências de abuso sexual, atentar contra a própria vida não seria a melhor maneira de enfrentar o problema.

Ele também discute a existência de uma “sabedoria trágica” adotada pelas jovens gerações, que, em uma espécie de heroísmo, se dobram diante do destino,

arriscando a própria vida, favorecendo todos os tipos de excesso, revoltas pontuais e potencialmente mortíferas, que podem culminar em suicídio.

Em resumo, “Tudo isto é causa e efeito de uma ética do instante e uma acentuação das situações vividas por elas mesmas, situações que se esgotam no ato mesmo e que já não se projetam em um futuro previsível e dominável à vontade” (MAFFESOLI, 2003, p.26). O instante é o tempo presente que aponta como possibilidade de criação, sem ilusões ou fantasias, de modo a que possa se compreender que a vida é uma obra de arte.

Assim, o destino se configura à nossa frente, mesmo contra nossa vontade, de modo que é ele que faz emergir a potência latente para afrontá-lo e que nos faz compreender o tempo presente como o caminho a ser trilhado e trabalhado.

3.2.3 O presenteísmo

“O presente é divino na medida em que é a expressão de um sim à vida” (MAFFESOLI, 2003, p.46).

Para Maffesoli (2010 c) o grande desafio epistemológico é vivenciar o momento presente, sendo esta uma característica da pós-modernidade, ao contrário da modernidade, que mostra uma excessiva preocupação com um projeto de futuro (Maffesoli, 2004). Esta ideia de futurismo é substituída pelo presenteísmo ou momento atual.

O autor discute o presenteísmo do ponto de vista da transitoriedade dos acontecimentos e das coisas, mostrando que não existem verdades absolutas, mas relativas. Neste sentido, ele atenta para a importância do “viver com”, isto é, de ter com as pessoas relações afetuosas, aquilo que nos liga a um ambiente ou a um grupo de pertencimento. Ele mostra a “força agregadora” como característica do presenteísmo, onde,

O afeto que instala a ligação ao território é uma maneira de viver no presente”, e esse viver no presente é construído através dos menores gestos da vida cotidiana – entre eles, “o aperitivo ao final da tarde, os rituais do vestuário, os passeios à noite na praça pública, as conversas de bar e os rumores do mercado, todos esses “pequenos nada” são na verdade fatores da

socialidade que materializam a existência e que a inscrevem num lugar (MAFFESOLI,1984, p.58).

Ele destaca que esses pequenos nada, as banalidades aparentemente vazias e sem importância, são, ao contrário, importantes lições que nos fazem pensar que o cotidiano se concentra no presente e por isso, continuamente, merece atenção (MAFFESOLI,2010).

Isto nos ajuda a compreender a importância de privilegiarmos o presente neste ritmo da vida, destacando que ao invés de ideias de felicidade projetadas em um futuro distante, vivamos a filosofia Carpe Diem, o aqui e o agora (MAFFESOLI,2012).

Em se tratando de famílias, cada uma tem seu próprio ritmo cotidiano, sua cadência ao longo do ciclo vital, seus rituais e modo de ser família, em que, seus integrantes vivenciam e utilizam seu tempo em diferentes espaços de convivência: na própria casa, no trabalho, na escola, no lazer e em outros espaços.

Para Ghiorzi (2004) cada pessoa, a seu ritmo, busca harmonia para lidar com as inúmeras e diferentes vivências cotidianas. De modo que cada uma necessita de um tempo para compreender o que lhe ocorre. Nos casos de abuso sexual, a família e a pessoa abusada precisam desse tempo e não raro o abuso desencadeia um processo de afastamento entre os membros da família, sobretudo entre os pais e a filha abusada. Embora se vivenciem outras experiências cotidianas, a questão central gira em torno do abuso sexual, situação que os persegue e que é difícil de ser encarada.

O abuso sexual rompe com o ritmo natural da vida, quando a alegria e a inocência de ser criança dão lugar a outros sentimentos e ressentimentos, que não se limitam ao período em que o abuso ocorre, prolongando-se por toda a existência. Ama-se e odeia-se o pai por ser o abusador, nutre-se por ele raiva e revolta.

Maffesoli (1987) ressalta que nossas vidas são movidas pela repetição ou redundância; Para ele, estamos sempre girando em torno de uma mesma ideia e de uma só questão. De modo que, tendo o abuso como questão central, constrói-se em torno dele um imaginário de medo, ansiedade, depressão, baixa autoestima, vontade de morrer e de matar, todas as energias se concentrando na situação de abuso, o que reflete a forma linear do pensamento moderno.

O autor nos convida, assim, a uma mudança de imaginário, deixando de avaliar os acontecimentos pela ótica da modernidade, provocando-nos a assumir novas táticas em torno dos problemas, sem resistências, ousando dizer que “o que nos liga ao passado é uma garantia para o futuro” (MAFFESOLI, 2007, p.18).

Ele fala de um presente progressivo de um tempo que se mostra em espiral, ao que é acrescido o papel da paixão e a importância do compartilhamento de sentimentos, integrando o afeto e a sensibilidade. Então, os acontecimentos do passado são enfrentados e ressignificados com o auxílio da repetição de boas atitudes das pessoas.

Assim, sem se prender demasiadamente, as vivências cotidianas são trabalhadas, sem fixação no passado nem preocupação com o futuro. A pessoa segue o seu ritmo com os pés no presente, em constante construção. Este é o presente da força interior, de uma potência que paradoxalmente une dinâmica e proximidade, que “é com certeza a dimensão mais importante das maneiras de ser contemporâneas e do vínculo social que elas impulsionam” (MAFFESOLI, 2007, p.43).

Esta lógica presenteísta que favorece aquilo que está próximo, o cotidiano e o concreto, se liga a uma ética da estética ou a um sentir junto afetivo. A estética traz a compreensão de emoções coletivas, do estar junto com, englobando os elementos sensação, sentimento, sensibilidade e atração (MAFFESOLI, 2009) em outras palavras, o mistério da conjunção. Quanto à ética, tem função integradora, sendo ela que aproxima as pessoas.

Como categoria societal, o presenteísmo se desdobra em duas subcategorias: a alteridade e a complementaridade. A alteridade é compreendida como o “sentimento de pertencer, de fazer parte de um grupo, de ser alguém, de pertencer a um território, ter uma preferência sexual, musical, esportiva, religiosa” (MAFFESOLI, 2007, p.48). Como elemento que marca as relações e dado às diferenças existentes em cada pessoa, alteridade remete à troca, à necessidade de compartilhamento: devemos entender que não somos completos e que precisamos dos outros.

Neste sentido, “aquilo que é completo, perfeito, não tem a menor necessidade de alteridade, é quando existe incompletude que a relação é necessária”

(MAFFESOLI, 1984, p.37). A necessidade de “estar junto com”, de compreender a outra pessoa, de se sentir apoiada, é o que contribui para a consolidação das relações.

Como elemento que marca as relações, a alteridade remete à troca e à partilha, formas de manifestação da complementaridade, fator importante do presenteísmo que se manifesta por meio da troca e da partilha (MAFFESOLI, 1984) apontando que pela nossa incompletude, precisamos das pessoas e de sermos reconhecidos por elas.

Isto está de acordo com o pensamento de Buber (2009) que ao tratar da existência do eu-tu, nos aponta o “tu” como condição para que o “eu” exista, mostrando que não existimos fora da relação, havendo, portanto, a necessidade de interação entre as pessoas.

Em se tratando das relações familiares, Maffesoli(1984) lembra que a família é o local onde as pessoas se complementam. Ou seja, em tudo o que uma pessoa não consegue realizar sozinha, as outras auxiliam e dão suporte.

3.2.4 A noção do limite para compreender o abuso sexual

O senso do limite é um componente da forma que se apresenta como estratégia de proteção de toda configuração de dominação. Assim sendo, Maffesoli (1984) o compara a uma arma de que lançamos mão para nos defendermos dos embates cotidianos.

Entendemos limite como determinação ou empenho, a delimitação que possibilita a existência, o que podemos compreender como mecanismos de sobrevivência diante de situações cotidianas ritualizadas.

De modo que a noção de limite nos remete à vida cotidiana em seus aspectos de dominação e opressão: diante de determinados acontecimentos que fazem parte da condição humana, é ele que nos protege. Como categoria da sociedade, o senso do limite se desdobra em duas subcategorias, a saber, o trágico e a teatralidade.

Na visão contemporânea, o trágico diz respeito aos acontecimentos cotidianos: as paixões, os pensamentos, as criações, mostrando o vivido em si mesmo, sem rejeitar as contradições (MAFFESOLI, 1984, 2009). Para o autor, o trágico está no

vivido em toda a sua intensidade, ancorado no presente no qual se esgota. Neste sentido, a vida é trágica porque temos a consciência de sua duração e do seu fim, sendo a morte o limite da vida.

Desse modo, limite e trágico da vida têm o mesmo sentido: cada pessoa tem seu lado trágico, ou seja, o seu limiar ou seu ponto de tolerância diante dos problemas. Nele se esgota o interesse em dar prosseguimento ao seu projeto de vida, cabendo a cada pessoa a tomada de consciência do seu limite. Para o autor, só é possível “afirmar e se afirmar ao reconhecer sua incompletude e seu limite” (MAFFESOLI, 1984, p.89).

A aceitação do trágico do limite é, deste modo, a confirmação do interesse pela vida e demonstra o protesto contra todas as formas de dominação e opressão, que, ainda que não causem literalmente a morte do corpo físico, acarretam pequenas mortes diárias, como a vida de mulheres que, embora passando pela experiência de serem abusadas sexualmente por um homem do seu afeto, buscam com criatividade dar prosseguimento aos seus projetos de vida.

Quando, no entanto, tal tomada de consciência em relação ao seu limite não se dá, esta conduta é identificada como passividade fecunda. O autor coloca, pois, que está fora de propósito esperar uma unicidade em relação à aceitação do limite, pois há que se levar em conta a subjetividade de cada pessoa, pois no trágico do limite estão diferentes reações:

Uma pluralidade de sentimentos e situações que leva em consideração, ao mesmo tempo, a rudeza e a doçura desse todo no qual o tédio, a tristeza, a repetição, a exaltação, a intensidade etc., tudo isso ocupa um lugar relativo, tudo isso se contrabalança, se curto-circuita, se neutraliza (MAFFESOLI, 1984, p.92).

Essas situações expressam uma passividade fecunda e evidenciam que o trágico pode gerar atitudes antagônicas e manifestação de uma variedade de sentimentos.

A teatralidade é um elemento presente no drama cotidiano, que por meio do rito permite encenar as mais diversas situações da vida cotidiana em que

existem contradições, seja na família, seja nas relações de amizade ou afetivas. É uma astúcia que garante a existência social (MAFFESOLI, 1984).

É pela teatralidade que o trágico se desvela, manifesto em sentimentos referidos como pequenas mortes diárias: frustrações, perdas, decepção, angústia, medo e ciúmes, que nesta pesquisa serão visualizadas em trechos das vivências de abuso sexual no contexto familiar (MAFFESOLI, 1984, 2008).

A teatralidade é reconhecida por Maffesoli como sendo vital para a sobrevivência, o fio condutor que torna evidente a vida cotidiana, acrescentando que tudo o que é da ordem das relações constitui uma encenação, desde a mais simples convivência ao “complexo altamente trágico que é a família” (MAFFESOLI, 1984, p.137). Assim é que este autor lança mão de recursos do teatro, como drama, paixão, encenação, representação, espetáculo e ritual para encenar a vida cotidiana. Para ele, “existe teatralidade porque existe contradição” (MAFFESOLI, 1984, p.138). Neste sentido, como já o dissemos, ela é a astúcia que assegura a permanência social).

No grande palco da vida o ritual desempenha importante papel, permitindo a comunicação e as trocas entre as pessoas, servindo de recurso para expressar o trágico ou os sentimentos presentes nas nossas vivências: alegrias, tristezas, entusiasmos e dores, que, regulados pelo limite, se caracterizam pela repetição (MAFFESOLI, 2009).

A repetição é fundamental para a teatralidade da vida cotidiana, onde estamos a encenar diferentes papéis. Diz respeito a uma “técnica eficiente do ritual” e é um elemento indispensável a sua compreensão, atuando como proteção da pessoa diante de situações cotidianas intensamente ritualizadas. A vida cotidiana de uma família é, pois, rica em rituais, sensações, ditos, não ditos e segredos que são compartilhados e aquilo que não se diz é significado por meio de imagens (GHIORZI, 2004).

Entre as situações da vida cotidiana a que acima fizemos referência está o abuso sexual no contexto familiar: não podendo entrar em confronto com seus abusadores, crianças e adolescentes desenvolvem estratégias para resistir à dominação. Estas estratégias são por Maffesoli (1987) consideradas formas de resistência passiva e apresentadas por aceitação da vida, pelo silêncio, pela astúcia e pela solidariedade orgânica.

3.2.5 Formas da resistência

A teatralidade remete à resistência, que permite jogar com a duplicidade por meio da astúcia, do duplo jogo, do silêncio, atitudes de passividade que Maffesoli (1987) cita como forma de aceitação da vida ou do destino.

A duplicidade é da ordem do dúbio e constitui um dos elementos indispensáveis da criação de um espaço e de um tempo fantástico na vida cotidiana. Ela desencadeia a fragmentação da existência, o nonsense e acentua o presenteísmo (MAFFESOLI, 1984).

É possível confrontar-se com o trágico do abuso sexual vivendo um duplo jogo que se mostra pela teatralidade e pelo uso de diferentes máscaras como forma de proteção. Aplicada à vida cotidiana, a máscara é descrita por Maffesoli (2010a) como o recurso que permite a encenação de diferentes papéis para se proteger da opressão gerada por um fenômeno.

Segundo o que entendemos, no processo de ritualização do abuso sexual máscaras podem ser usadas por crianças e/ou adolescentes para “furar o bloqueio” e se proteger da opressão e da angústia desencadeadas por esta vivência

O duplo jogo é um modo mais brando de vivenciar uma experiência, uma espécie de acerto de contas ou nivelamento, o que expressa o conformismo das massas, em que em uma atitude de passividade, não existe nem recusa absoluta nem completa aceitação (MAFFESOLI, 2009 a, 2010a). Expressa-se por diferentes rituais, gestos ou vivências, que delimitam determinado espaço social (MAFFESOLI, 2010 a).

No caso do abuso sexual, valendo-se do duplo jogo, uma menina/adolescente pode despistar o abusador escondendo-se, fingindo dormir ou ficando na rua. Como explica Maffesoli (1987) em situações de dominação como esta a pessoa busca na astúcia e no silêncio os meios para a conservação da existência.

De forma que duplicidade ou máscaras constitui um mecanismo de proteção contra todas as formas de dominação, o que traduz a limitação das pessoas (MAFFESOLI, 1984).

Também se pode lançar mão do silêncio no compartilhamento de experiências familiares difíceis de serem enfrentadas, como situações de abuso sexual. Por esse meio, muitas crianças/adolescentes e suas famílias resistem às ameaças do abuso, mantendo o equilíbrio familiar.

O silêncio está presente no não-dito do cotidiano familiar. Ghiorzi (2004) coloca que cada família possui um sistema de linguagem que lhe é peculiar, formado por regras que determinam e validam o que pode e o que não pode ser dito: os ditos e os não-ditos. Para a autora, o não-dito é inerente à pessoa, estando ligado à subjetividade e ao emocional, sendo por isso impossível de ser definido.

Quanto à astúcia, é uma forma particular da resistência, em que a pessoa lança mão de diferentes táticas para manter distância de um perigo. Ela poderá, assim, se camuflar e se manifestar por meio da zombaria, do riso, da ironia ou pelo não-verbal em um silêncio que compromete a visibilidade do fenômeno (MAFFESOLI, 1987, 2010a).

No caso em questão, ou seja, de situações de abuso sexual, para evitar o confronto com os abusadores meninas podem se utilizar de diferentes estratégias, tais como o uso de metáforas ou afirmações irônicas, como modo de sobrevivência.

Máscara e duplo jogo são elementos admitidos por Maffesoli(2004) como modos de sobrevivência às formas de opressão ou dominação, o que ocorre, não pela contestação, mas pela contornação daquilo que se mostra ameaçador.

São não-ditos que Rosa (2009) reconhece como vivências proibidas de serem relatadas, nas quais as palavras não são suficientes para exprimir a sua intensidade.

Os não-ditos normalmente estão presentes em situações de opressão descritas por Scott (1990) como roteiros escondidos que entendemos se referir a palavras, gestos ou outras ações elaboradas por um opressor. Para este autor, a pessoa oprimida, não se submetendo totalmente à situação, desenvolve meios de protestar ou meios de resistência cotidiana a toda forma de dominação.

São táticas prudentes de resistência (GOMES; NATIONS; LUZ, 2008). Nos casos de abuso sexual intrafamiliar, para evitar o confronto com seus abusadores,

meninas abusadas podem recorrer a subterfúgios, por meio de metáforas ou afirmações irônicas, como estratégias de sobrevivência.

Dessa forma, elas protestam e escapam da punição, criando, nesta rotina de desvalorizações, respiradouros, na busca de possibilidades de conviver com o fenômeno. Para Nóbrega, et al. (2013) e Tholl e Nitschke (2012) nos rituais do cotidiano criamos respiradouros como oportunidade de liberdade de expressão para aliviar o peso gerado para um viver saudável.

Quanto à **socialidade**, Maffesoli (2010 a, p.136) diz que esta categoria nos permite “nascer com as novas formas de socialidade” que emergem na contemporaneidade, mencionando as solidariedades mecânica e orgânica. A solidariedade mecânica caracteriza o individualismo dominante da modernidade, se referindo às normas sociais. A solidariedade orgânica, que eclode na contemporaneidade, traduz a força que emerge do corpo coletivo, em que, mesmo que seja pelas circunstâncias, nos leva a agir pelos sentimentos, pela paixão social.

Para o autor acima, é devido à existência da solidariedade orgânica que a duplicidade, o duplo jogo, a máscara, a astúcia e o silêncio podem ser usados como mecanismos de resistência das pessoas.

Em uma visão geral, como categoria do cotidiano que tem como foco o aqui e o agora, o presenteísmo transita entre a alteridade e a complementaridade para mostrar o desejo de pertencimento e a necessidade de estar junto, permitindo à pessoa recomeçar a vida partindo da conscientização dos seus limites (**senso do limite**). Através da ritualização o senso do limite acentua o trágico da vida, que manifesto pela teatralidade, deixa fluir emoções e sentimentos. Através da teatralidade é possível à pessoa se camuflar para sobreviver, lançando mão de formas de resistência: aceitação da vida, astúcia, duplo jogo e o silêncio. Sendo que este vivido trágico desencadeia a sensibilidade e o afetual das relações sociais contemporâneas, deixando emergir a solidariedade orgânica, oposta à obrigatoriedade, inerente à solidariedade mecânica.

IMAGEM 1 - Imagem de noções desenvolvidas por Maffesoli

3.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E DA SENSIBILIDADE

A epistemologia contemporânea de Michel Maffesoli tem no vínculo social o princípio básico, mediante a valorização da comunicação e da emoção coletiva em uma nova maneira de “ser/estar junto com”, características da sociologia compreensiva.

Para ele, vivemos um novo tempo norteados por uma aura que provém do corpo social, uma sensibilidade coletiva, um “sentir em comum” a que ele denomina estética do sentimento, que tem como característica a “abertura para os outros, para o outro” (MAFFESOLI, 2010a, p.44).

A ética é a capacidade de experimentar emoções, compartilhá-las, transformá-las “em cimento de toda sociedade” (MAFFESOLI, 2007, p.12). É ela que permite o reconhecimento de si mesmo e que organiza os sentimentos coletivos por meio da estética (Maffesoli, 2003).

A ética da estética é pois, o princípio norteador da sociologia compreensiva, que “descreve o vivido naquilo que é/está, contentando-se, assim, em

discernir visadas de distintos atores envolvidos” (MAFFESOLI, 2010, b, p.30) rompendo a lógica do dever ser, característico da sociologia positivista, “para a qual cada coisa é apenas um sintoma de uma outra coisa” (2010 b, p.30). A defesa é a de uma sociologia que respeita o dado social.

O autor apresenta os pressupostos teóricos e da sensibilidade, para nos auxiliar a apreender e designar detalhes, contornos e limites do vivido, de modo a que saibamos dar conta da riqueza do dado social.

Inspiração para pesquisas em saúde, suas ideias e pressupostos são utilizados sobretudo pela enfermagem, por se tratar de uma metodologia baseada na vida cotidiana que busca apresentar as formas sociais como elas se apresentam, sem deformações, e assim facilitar o entendimento dos fenômenos estudados levando em consideração o cotidiano e o imaginário na pós-modernidade (NÓBREGA et.al., 2012).

3.3.1 Primeiro pressuposto: crítica do dualismo esquemático

Por meio de diversos instrumentos, MAFFESOLI (2010b) propõe o uso do “método aberto”, atribuindo-lhe a capacidade de captar e ressaltar o dado social. Para o conhecimento comum, critica o dualismo esquemático, isto é, a visão estática de uma sociologia cartesiana que simplifica a complexidade do dado social como se este se encontrasse separado do mundo. Para ele, o pesquisador não está dissociado do universo da pesquisa que desenvolve: ao contrário, ele é parte daquilo que descreve.

Para ele, toda forma de pensamento é permeada por duas atitudes que se complementam, havendo certa dificuldade em defini-las com precisão. Assim, para que possamos avaliar um fenômeno, ele recomenda manter o equilíbrio entre razão e emoção, sem privilégios à crítica, ao julgamento, nem à paixão ou à emoção (extremos que podem prejudicar nossa visão daquilo que estudamos), substituindo a razão estática do pensamento moderno por uma razão sensível, apta a captar detalhes da vida cotidiana, tornando possível compreender em profundidade o conteúdo do dado social.

Nesta perspectiva, a sociologia compreensiva junta aquilo que foi separado pela sociologia positivista, que desconsidera aquilo que diz respeito à experiência do senso comum.

3.3.2 Segundo pressuposto: a “forma”

O autor critica a forma limitante de investigação do dado social utilizada pela sociologia tradicional e propõe, com o neologismo formismo, o equilíbrio entre o lógico e o não lógico presentes no dado social. Para Maffesoli existe uma lógica do ilógico mostrada no formismo, cuja utilidade metodológica está sobretudo na capacidade de “compreender e dar destaque às menores situações da vida cotidiana” (MAFFESOLI, 2010b, p.127).

O autor defende a utilidade do formismo como ferramenta metodológica, partindo do pressuposto de que a maneira pela qual o paradigma sociológico positivista estuda as formas da vida cotidiana como conteúdos separados do todo não permite “descrever de dentro os contornos, os limites e a necessidade das situações e das representações constitutivas da vida quotidiana” (MAFFESOLI, 2010 b, p.31-32).

Parafraseando Durkheim, o autor afirma que “é a forma do todo que determina as partes” (MAFFESOLI, 2010b, p.112). E acentua que “o formalismo conceitual se empenha em conferir sentido a tudo que observa”; assim, dá razões e submete à razão, ao passo que o “formismo se contenta em delinear grandes configurações que as englobam, sem as reduzir, a valores plurais e às vezes antagônicos da vida corrente” (MAFFESOLI, 2010b, p.117).

Outra característica desta proposta é que o quotidiano é concebido como forma e não como objeto, constituindo o formismo “uma condição de possibilidade” (MAFFESOLI, 2010b, p.35) para análise do dado social, cuja interação e reciprocidade presentes são fundamentais para que se possa apreender aquilo que está oculto e que aparentemente não tem importância na vida cotidiana.

Assim, Maffesoli (2010b, 2012) ressalta que só é possível distinguir a realidade quando imergimos no seu oposto, o irreal, que, fruto do imaginário dos nossos pensamentos e fantasias, ultrapassa a realidade.

Para o formismo, tudo tem importância na vida cotidiana. Por esse motivo, sem abrir mão do rigor científico, ele busca descrever as situações com

fidelidade, de forma que, para Maffesoli, todas as situações cotidianas devem à forma ou à regra, tais como a violência, as banalidades, a vida cotidiana, enfim.

Ou seja, as coisas existem porque se inscrevem em uma forma, admitindo que “não é o que um objeto social é, senão a maneira pela qual se apresenta, que pode guiar a investigação” (MAFFESOLI, 2010, p.126). Para ele, nisso se resume toda a ambição formista.

Neste contexto, o autor ressalta a necessidade de o pesquisador ter sensibilidade para apresentar o dado social naquilo que é sem deformá-lo: o “caráter essencial do formismo é valorizar a profunda aparência da vida cotidiana” (MAFFESOLI, 2010 b, p. 125).

Buscando privilegiar o parecer, ao contrário do ser, o formismo mostra o vivido conforme ele se apresenta. Assim, cabe ao pesquisador o papel de coerência, isto é, sem abdicar do rigor metodológico, ele é fiel ao dado encontrado e não o altera.

Estudar um fenômeno pressupõe, portanto, sensibilidade para reconhecer uma pluralidade de detalhes, estando atento ao presente na busca de categorias invariáveis, ou seja, que resistem às mudanças de paradigma. Maffesoli (2010 b) apresenta a invariância como uma propriedade da forma e um elemento de toda atitude científica.

Portanto, por seu aspecto de regularidade, essas categorias são metodologicamente úteis para compreender e dar destaque aos acontecimentos cotidianos que têm caráter de repetição. Maffesoli as identifica como categorias paroxísticas, termo usado para descrever eventos recorrentes, tais como o poder, a potência, o rito, a teatralidade, a duplicidade, o trágico e a solidariedade orgânica, compreendidas como modulações da forma. Por esta ordenação de ideias, a forma como pressuposto constituiu o horizonte na busca de categorias invariáveis que pudessem emergir de vivências de abuso sexual.

3.3.3 Terceiro pressuposto: uma sensibilidade relativista

Maffesoli trabalha com a concepção de que não existe uma realidade única, não existindo, portanto, certeza absoluta. Ele trata da heterogeneização e pluralidade do mundo, defendendo ser preciso antes se confrontar com a superfície ou

aparência, questionando e se inquietando para, então, enxergar a profundidade daquilo que se busca por meio de uma sensibilidade relativista capaz de reconhecer que, não existindo uma realidade única, necessitamos da integração de diferentes saberes para dar conta do dado social por nós encontrado (MAFFESOLI, 2007). Ele usa a metáfora “é preciso saber ouvir o mato crescer” no sentido de estarmos atentos às pequenas coisas e às coisas simples da existência (MAFFESOLI, 2010 b, p.41).

3.3.4 Quarto pressuposto: pesquisa estilística

Maffesoli acentua a existência de um estilo do cotidiano em seus gestos, palavras, teatralidade, de obras em caracteres maiúsculos e minúsculos, que se correlaciona com o formismo e em que se faz necessário ter controle e coerência, isto é, saber se expressar. Para ele, “é possível imaginar-se uma sociologia que se estabeleça na base de uma retroalimentação constante entre forma e empatia” (MAFFESOLI, 2010 b, p.41).

Isto é, é primordial que as pesquisas científicas adotem um estilo flexível, capaz de atender aos interesses de diferentes pessoas. Assim, ele propõe não recorrer às formas e métodos muito fechados e orienta as pessoas a lançarem mão de uma gramática adequada e capaz de não aprisionar o saber. Para ele, “o saber dizer não é de modo algum sinônimo de tudo dizer” (MAFFESOLI, 2010 b, p.45). Ele valoriza uma linguagem clara e sugestiva, apontando o uso de metáforas e analogias como recursos alternativos na elaboração de um texto.

3.3.5 Quinto pressuposto: um pensamento libertário

Maffesoli condena o conformismo reinante no mundo intelectual, enfatizando que bem mais produtivo é trabalhar pela “liberdade do olhar”. O pensamento científico precisa ser audacioso e criativo, sendo a inovação, a aventura e a flexibilidade apontados como necessários ao desenvolvimento da pesquisa científica. Para isto, é necessário adotar um pensamento libertário, permitindo-se sentir pequenos detalhes, valorizar sugestões e diferentes modos de pensar.

4 METODOLOGIA: O CAMINHO TRILHADO NA PESQUISA

“Nada é unidimensional no seio da vida social” (MAFFESOLI, 2010 b, p.257)

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Para compreender o cotidiano de mulheres que vivenciaram a experiência do abuso sexual na infância/adolescência, desenvolvemos este estudo de natureza metodológica qualitativa. Escolhemos esta metodologia porque ela nos permite apresentar a subjetividade da vida cotidiana em suas especificidades e contradições, considerando que este modelo de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2009, p.21).

Considerando a necessidade de uma teoria conjugada ao método qualitativo, nós nos embasamos na Sociologia Compreensiva, que, opondo-se ao positivismo, busca responder de maneira diferente às questões qualitativas, tendo como tarefa primordial das ciências sociais a compreensão do vivido e o significado como conceito central de investigação. Aqui, não existe preocupação com a quantificação ou explicação do dado social, o pesquisador contentando-se em compreender e interpretar a realidade encontrada (MINAYO, 2009). Saffioti (2011, p.133) acrescenta: “o papel primordial dos cientistas sociais consiste exatamente na captação deste relevo multicolor mostrado pela sociedade”.

O método compreensivo permite a abordagem indutiva, compatível com a flexibilidade da vida cotidiana, havendo aí uma estreita relação entre teoria e método, sendo o objeto de estudo a induzir o método (PITTA, 1997). Para Pais (2003), na sociologia da vida cotidiana, ambos, objeto e método, se condicionam e determinam mutuamente.

Foi assim que a Sociologia Compreensiva e do Quotidiano, através de noções e dos pressupostos teóricos e da sensibilidade de Michel Maffesoli (2010 b) foi adotada para dar sustentação teórica ao presente estudo, por considerarmos que ela é apropriada para apreender a centralidade subterrânea presente na vida cotidiana de mulheres, crianças e adolescentes em vivência de abuso sexual no contexto familiar.

Segundo o autor, o pesquisador precisa ter liberdade para atuar como porta-voz daquilo que investiga, estando aberto ao novo, sem restrições, considerando que “haverá sempre certa dose de audácia dedutiva em toda obra autêntica” (MAFFESOLI, 2010 b, p.49).

4.2 AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As participantes deste estudo foram selecionadas por atenderem aos seguintes critérios de inclusão de ter idade mínima de 18 anos e ter vivenciado a experiência de ser abusada sexualmente na infância ou adolescência por um homem com quem tinha vínculos afetivos, seja por consanguinidade seja por relação de responsabilidade e cuidado, a saber, pai, padrasto, irmão, primo ou tio.

Eram nove mulheres com idade entre 18 e 53 anos, de cor parda (5) branca (2) e preta (2) que tinham no máximo o ensino médio completo (5). Do ponto de vista da situação conjugal, quatro eram solteiras, uma em união consensual, duas casadas, uma viúva e uma divorciada. Sete tinham filhos, uma delas resultado do abuso sexual cometido pelo padrasto.

Destas, uma era artesã, uma massoterapeuta, uma doceira/cozinheira, uma era estudante, uma vendedora, três eram donas de casa e uma era garçonete. Sete delas estavam desempregadas e dependiam financeiramente da família, uma era aposentada e uma recebia um salário mínimo.

A idade em que o abuso sexual teve início variou entre 4 e 17 anos. Na época da revelação do abuso, as nove participantes tinham entre 11 e 53 anos, um tempo médio entre início e revelação, equivalente a 12 anos.

Entre os abusadores estavam 3 pais, 4 padrastos, 2 irmãos e 3 primos. Nas duas situações com mais de um autor, uma das participantes foi abusada por três primos e a outra, por dois irmãos.

Das nove ocorrências abusivas, em seis, a interação entre abusador e criança ou adolescente abusada se deu através de carícias e pequenos agrados, ao passo que nas demais, ocorreu por meio de relação sexual com penetração genital. As carícias e pequenos agrados evoluíram para relações sexuais com compenetração genital em três

situações. Deste modo, seis, das nove participantes vivenciaram a experiência de abuso sexual com penetração genital.

A revelação intencional foi a forma predominante de denúncia, o abuso sendo revelado informalmente a um familiar ou à escola. Nas demais situações, a revelação ocorreu por flagrante de familiares, por revelação estimulada pelo Conselho Tutelar e por revelação em atendimento psicológico.

A notificação oficial a serviços da rede de proteção ocorreu em apenas quatro situações, gerando como medidas de proteção o abrigo à vítima e o encaminhamento para atendimento psicológico em Programa Sentinela.

4.3 LOCAL DE DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO

O campo de estudo foi a cidade de Petrolina (PE), situada na região do semiárido do sertão de Pernambuco, em uma região denominada Submédio do Vale do São Francisco ou São Francisco Pernambucano (CORDEIRO, 2006) com uma extensão territorial de 4.561,872 km², densidade demográfica de 64,44 habitantes/km² e população estimada em 326.017 mil habitantes, dos quais a maioria (51,3%) é de mulheres.

A vegetação é constituída pelo Bioma caatinga (IBGE, 2014) e o produto interno Bruto (PIB), em valores atuais, corresponde a 3.786.065 mil reais. A renda per capita equivale a 12.399 reais.

O cenário da coleta de dados foi o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Valdete Cezar, cujo nome é uma homenagem à bailarina fundadora da primeira escola de balé do município, assassinada pelo ex companheiro. O CRAM está vinculado à Secretaria Municipal da Mulher e integra a Rede de Apoio à Mulher em Situação de Violência do município. Tem a missão de acolher, acompanhar e garantir orientação interdisciplinar - psicológica, social e jurídica - a mulheres em situação de violência doméstica e familiar, vítimas de tráfico, assédio sexual ou moral.

Em todo o país os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência constituem parte indispensável do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, exercendo o papel de articuladores de redes de apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade social, decorrente da violência de

gênero, com uniformização de atendimento regulamentada por Norma Técnica (BRASIL, 2006 e).

O CRAM Petrolina está localizado em uma área de fácil acesso, dispõe de estrutura física e equipe interdisciplinar permitindo o acompanhamento social, psicológico e assistência jurídica, além de salas para vivências coletivas e brinquedoteca para acolher filhos de usuárias.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de tese foi inscrito na plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, protocolo de publicação número 684.203 de 04 de junho de 2014, sendo respeitados os aspectos éticos e legais da pesquisa em seres humanos contidos na resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde(CNS), documento vigente para pesquisas em seres humanos (BRASIL, 2012 c).

Por isso, em respeito à dignidade da pessoa, esclarecemos às mulheres que se dispuseram a contribuir voluntariamente com o estudo sobre os objetivos da pesquisa, os riscos e os benefícios decorrentes da participação, a liberdade de acesso às informações, bem como o seu desligamento em qualquer etapa do estudo, sem prejuízos para seu atendimento no CRAM. Elas confirmaram o interesse em participar assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - e autorizaram a gravação das entrevistas.

Durante os procedimentos de coleta e análise dos dados, buscamos assegurar a confidencialidade, a privacidade e a não estigmatização. Para salvaguardar as suas identidades, as participantes foram identificadas com nomes fictícios: Eva, Marta, Clara, Rosa, Júlia, Lara, Alice, Isaura e Mel. Também tivemos o cuidado de preservar a originalidade das falas, sem que houvesse deformação dos seus conteúdos.

4.5 PLANEJAMENTO PARA A COLETA DE DADOS: APROXIMAÇÃO COM O CAMPO E PARTICIPANTES DO ESTUDO

Para alcançar o objetivo deste estudo, na fase exploratória, propusemos uma aproximação com o campo de estudo e possíveis participantes mediante o desenvolvimento do projeto de extensão “Oficinas Interventivas com Mulheres Vítimas

de Violência Doméstica” com o fim de identificar e intervir em situações relevantes para a saúde de mulheres que sofreram violência doméstica.

Faço minhas as palavras de Maffesoli, que, em relação ao método compreensivo, nos diz que “sem ser forçosamente participante ou ator, há certa interação que logo se estabelece entre o observador e seu objeto de estudo” que, por ser parte daquilo que busca compreender, precisa de generosidade de espírito, de proximidade, de reciprocidade, de correspondências (MAFFESOLI, 2010 b, p.48-49).

Em outras palavras, o autor mostra que, para além da atividade intelectual, necessitamos desenvolver sensibilidade de forma a estabelecer uma relação de cumplicidade, apta a captar ou pressentir pequenos detalhes da vida cotidiana, através de um olhar cuidadoso, atento às pequenas insignificâncias da vida cotidiana, muitas vezes latentes, e que se mostram no silêncio, no gesto ou no olhar. Minayo (2010, p.63) acrescenta: “Na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial”.

A elaboração e o desenvolvimento do projeto tiveram por base as contribuições de Afonso (2010) e Nitschke (1999) autoras que veem na técnica de oficinas um facilitador no processo de aproximação e trocas de experiências entre participantes de um grupo.

Para Afonso (2010, p.39) oficinas se referem a “um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar em um contexto social”, tais como estratégias de interação e troca entre pessoas de um coletivo para facilitar a expressão de vivências e sentimentos relacionados a uma questão, como oportunidade de ressignificação de experiências. De maneira que oficina é “um processo de interação entre um grupo de pessoas, onde todos trocam experiências, sendo mestres-aprendizes” (NITSCHKE,1999, p.90).

Encontramos também em Duarte (2011) e Minayo (2010) afirmações que fortalecem a escolha desta estratégia como mecanismo que facilita a aproximação de mulheres que vivenciaram a experiência de abuso sexual na infância ou adolescência. Por sua forma participativa e emancipatória, Duarte(2011) propõe o uso da técnica de oficinas em Dinâmica de Grupos como instrumento de transformação capaz de

contribuir para mudanças de valores sociais que naturalizam a violência contra a mulher, possibilitando, assim, modificações na relação entre homens e mulheres, atores sociais deste grave problema (DUARTE, 2011).

Minayo (2010) vê nas discussões de grupo uma oportunidade de participação, as quais, partindo de diferentes argumentações permitem a formação de consenso sobre um assunto específico.

4.5.1 Organização das oficinas

Inicialmente nós nos reunimos com a equipe técnica, buscando inteirar-nos da rotina de trabalho e avaliar a viabilidade dos encontros, que seguiam etapas sequenciadas constituídas por:

- 1) **Momento inicial**, para acolhimento e preparação para as atividades através de técnicas de aquecimento, relaxamento e dinâmicas de integração;
- 2) **Segundo momento**, onde eram trabalhados os temas geradores por meio de técnicas de interação grupal, sensibilização e mediação de conflitos nos casos necessários. Esta etapa contribuiu para ressignificação de vivências, que, na maioria, tiveram relação com a violência;
- 3) **Terceiro momento**, onde ocorriam a sistematização e avaliação de cada encontro.

No primeiro encontro, atendendo à proposta de trabalhar demandas provenientes do grupo, buscamos identificar suas necessidades, que foram posteriormente agrupadas por semelhança, dando origem aos seguintes temas geradores: corpo e sexualidade, autoestima, potencialidades e limites para superar problemas, família, violência contra a mulher e convivência em grupo.

Cada encontro teve duração média de duas horas. Tais encontros foram mediados por mim, com a colaboração de duas colegas de docência. Atentas a todas as participantes, buscamos manter a interação, acolhendo-as, estimulando as discussões, registrando falas, expressões e reações percebidas.

De julho de 2013 a novembro de 2014, desenvolvemos 15 oficinas em 23 encontros, pois, pela complexidade das temáticas trabalhadas, algumas oficinas se desdobraram em mais de um encontro.

Foi um longo processo de aproximação, que teve como objetivo integrarmos a este universo e construir uma relação de confiança. De acordo com as etapas de uma oficina, cada encontro seguia um ritual de acolhimento, integração e desenvolvimento do tema proposto.

Assim, considerando a pouca escolaridade das participantes, lançamos mão de diferentes estratégias, trabalhando principalmente com técnicas de modelagem, desenhos, colagens e pinturas, utilizando os recursos de papel madeira, lápis de cor, cola colorida, massa de modelar, balões de gás, barbante e balas, além de músicas, como alternativas para facilitar a expressão de aspectos do cotidiano das participantes.

A técnica de colagem, uma das utilizadas, consistiu na escolha aleatória de imagens recortadas principalmente de revistas e folhetos. A esse respeito, Maffesoli afirma utilizar a colagem como analogia para mostrar que,

Quer-se reunir num mesmo gesto formas e os conteúdos, que, mesmo se encontrando dispersos, nem por isso deixam de fazer parte da estrutura mundana vigente. A colagem é em sentido estrito, uma metáfora: transporta para um mesmo lugar e aí reúne (MAFFESOLI, 2010 b, p.148).

Por meio desta técnica, algumas participantes do grupo conseguiram expressar detalhes do seu mundo imaginal de abuso sexual. De maneira que a cada encontro, havia um entusiasmo, uma vontade de retornar ao grupo; a cada retorno, um abraço, uma alegria contagiante, assim éramos recebidos. Fatos surpreendentes ocorriam, manifestando-se em depoimentos demorados, nas construções coletivas, no entusiasmo ao falar dos filhos e no compartilhamento de ideias.

Compartilhamos do pensamento de Nitschke (1999, p.183) para dizer que “desenvolver oficinas também tem o ônus de convivermos sempre com a “angústia do inusitado”. Durante meses, portanto, nos encontramos, nos aproximamos, choramos juntas e construímos uma relação que perdura, sendo esta construção, que nos permitiu a riqueza das informações contidas nas entrevistas individuais, oportunidade em que as

mulheres participantes encenaram diferentes papéis, que possibilitaram a elas falar das suas vivências e aliviar a carga engendrada pela experiência abusiva.

Decesaro e Ferraz (2008) consideram que cabe a nós enfermeiras fazermos uso da comunicação, atentas à transmissão de mensagens e sem emissão de julgamentos, levando em consideração os limites de cada pessoa ou grupo.

Foi uma grande construção coletiva, cujo acervo se encontra registrado em áudio, cartazes, painéis e fotografias. Maffesoli (2009, p.61) afirma que “a fala verdadeira ou a nova fala é antes um escutar”. Sintetizamos aqui os episódios que marcaram a aproximação com as nove mulheres participantes deste estudo.

4.5.2 Como ocorreu a aproximação com cada participante

Eva e Clara: Nossa aproximação com estas duas mulheres ocorreu logo na primeira oficina, quando, depois de eu falar da proposta do projeto de pesquisa, elas me procuraram, ao término do encontro, dispondo-se a conceder uma entrevista. As duas foram encaminhadas pela DEAM para acompanhamento psicológico e jurídico. Eva, após estupro e Clara após denunciar o padrasto por tê-la abusado sexualmente dos 11 aos 18 anos.

Eva, 28 anos, foi abusada sexualmente por três primos dos 4 aos 18 anos de idade, tendo revelado o abuso a uma tia aos 18 anos de idade. Clara tinha 21 anos e foi abusada sexualmente pelo padrasto dos 11 aos 18 anos.

As participantes Lara e Isaura procuraram o CRAM espontaneamente em busca de assistência jurídica e psicológica após sofrerem violência conjugal, de modo que, além das oficinas, fomos convidadas pela psicóloga do serviço a acompanhar o atendimento de ambas; Lara, 21 anos, declarou ter sofrido abuso sexual por parte do padrasto dos 6 aos 11 anos. Isaura, 53 anos, afirmou ter sofrido abuso sexual por parte dos irmãos dos 6 aos 11 anos, mantendo isso oculto da família por toda a vida.

Alguns encontros ocorreram no espaço físico de um serviço de atendimento a mulheres usuárias de drogas, para onde o CRAM também encaminha mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Neste espaço, ocorreram as aproximações com Júlia, Rosa, Marta, Alice e Mel.

Júlia, 36 anos, foi abusada sexualmente pelo pai uma única vez aos 17 anos, enquanto dormia. Após vivenciarmos a dinâmica *como está o seu dia-a-dia*, ela chorava intensamente, declarando que tinha algo guardado há muito tempo, que a oprimia e que gostaria de falar comigo. Ao término do encontro, mencionou a vivência de abuso sexual e se dispôs a colaborar com o estudo.

Marta, 19 anos, foi abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos. Dois episódios chamaram a minha atenção: o primeiro foi que, durante o desenvolvimento do tema gerador: sentimentos, ela declarou dificuldade de perdoar, assim se expressando: “a minha mãe pode até ser que eu perdoe, mas meu pai... você sabia que às vezes, na nossa infância, o que a gente passou a gente se acha rejeitada hoje? Meu pai? Convivi com ele 16 anos”.

Posteriormente, durante a dinâmica “o corpo que tenho”, as participantes construíram coletivamente um corpo de mulher; ao concluírem, Marta vestiu o corpo, qualificando-o de feio, por estar nu. Nesse dia, ela aguardou que todas saíssem, me ajudou a guardar o material e foi usando subterfúgios para falar da experiência abusiva.

Falou do pai com mágoa, oportunidade em que lhe perguntei o que ele havia feito, ao que ela me respondeu muito timidamente: “Não professora, não... quero falar não”... Não insisti, até que ela declarou sua vontade de falar sobre a vivência de abuso sexual.

Diferentemente de Alice, 18 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 9 aos 10 anos, ela falou espontaneamente durante a oficina sobre violência na família e afirmou ter sido abusada sexualmente pelo padrasto aos nove anos. Foi quando lhe solicitei que conversássemos depois e ela me concedeu a entrevista.

Outra situação curiosa foi a de Rosa, 30 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 6 aos 16 anos. Ela tinha um comportamento retraído, isolado e a aparência largada, sempre esfregando as mãos e balbuciando poucas palavras em tom muito baixo.

Chegamos a pensar que ela não conseguiria acompanhar as discussões, mas nos enganamos, porque com o passar dos dias e estimulada pelo grupo ela foi se sentindo incluída, de forma que passou a participar das discussões; tornando-se mais firme, passamos a compreender mais facilmente as suas palavras, reações e

demonstrações de afeto, demonstradas nos abraços quando chegávamos e quando íamos embora.

Assim construímos uma relação de confiança, de modo que chegou o dia em que ela pediu para conversar comigo em “particular”. Confesso que não imaginara que por trás das suas dificuldades de se relacionar estivesse uma história de abuso sexual, ou melhor, de estupro e muita crueldade, porque ela foi amarrada, violentada física e sexualmente pelo padrasto, o que resultou em gravidez.

Ao contrário de Mel, 35 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 6 aos 13 anos, logo pressentimos que havia algo por trás do seu jeito despojado, porque ela sempre deixava pistas: em um dos encontros, desenvolvemos a técnica do solilóquio, em que cada uma verbalizaria pensamentos e emoções que lhe viessem à mente, como se conversassem com alguém que permanecesse em silêncio. Nessa ocasião, ela expressou um ódio intenso pelo pai, acusando-o pelo que havia acontecido, o que afetou a sua vida: por isto tinha nojo de homens.

Após o término deste encontro, perguntei a ela se gostaria de conversar sobre os seus sentimentos e ela nos revelou que o sentimento de ódio pelo pai e a desconfiança em relação aos homens estavam relacionadas ao abuso sexual que havia sofrido do pai e por isso passou a usar drogas e a se relacionar com mulheres.

Devido a isso, compreendemos que as oficinas constituíram uma etapa indispensável deste estudo, que não poderia ser ultrapassada, pois sem o seu desenvolvimento teríamos dificuldades de avançar na seleção das participantes. Pensamos que estas mulheres não iriam simplesmente nos confiar um vivido por tanto tempo encoberto, se não houvesse aproximação e construção de uma relação de confiança, estreitando vínculos que nos possibilitaram a coleta dos dados.

4.6 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2014 mediante entrevista aberta aplicada às nove mulheres que atenderam aos critérios de inclusão e que, depois de terem sido devidamente esclarecidas, confirmaram o interesse em participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram gravadas, transcritas e concomitantemente analisadas.

4.6.1 Técnica de entrevista aberta para a coleta de dados

A adoção da entrevista qualitativa como método de coleta de informações parte do pressuposto de que a construção do dado social se baseia na vida cotidiana das pessoas, tendo por objetivo compreender minúcias das crenças, atitudes, valores e motivações referentes a comportamentos individuais em contextos sociais específicos (GASKELL, 2004).

Para fins deste estudo, optamos pela entrevista aberta, identificada por Minayo (2007, p.264) como não estruturada ou diretiva e descrita como “conversa com finalidade”, em que o(a) pesquisador(ora) lança mão de um roteiro que lhe serve de fio condutor para o aprofundamento da conversa. Esta modalidade de entrevista se adequa a pesquisas que intencionam explorar em profundidade o mundo da vida das pessoas participantes, uma vez que as perguntas indagadoras possibilitam a obtenção de detalhes mais elaborados acerca de experiências e decisões pessoais.

A autora ressalta que a flexibilidade da entrevista aberta, já que não há uma sequência rígida na ordem dos assuntos, contribui para que haja uma quantidade maior de material coletado, normalmente mais denso e bem mais profundo na comparação com outros instrumentos.

Assim como outras modalidades de entrevista, a entrevista aberta como método de coleta na pesquisa qualitativa representa a porta de entrada para facilitar a interpretação das narrativas, cujo êxito está condicionado em grande parte ao preparo da pessoa que conduz a conversa e da construção do roteiro, que, por ser considerada a etapa primordial de uma pesquisa, necessita de atenção minuciosa (GASKELL, 2004).

Para nos guiarmos, elaboramos um roteiro em linguagem simples (APÊNDICE A) contendo questões abertas para nortear a conversação e responder ao objetivo deste estudo. Minayo (2007) diz que um roteiro de entrevista aberta é aparentemente mais simples de elaborar, sendo que, ao mesmo tempo em que contém uma breve descrição, é também abrangente, exigindo do(a) pesquisador(ora) habilidade para, se necessário, estimular a pessoa entrevistada no aprofundamento de seu relato.

Além disto, compreender o cotidiano após vivências de abuso sexual prescinde da adoção de uma razão sensível no decorrer da coleta e posteriormente durante a interpretação e análise dos dados coletados.

Em uma pesquisa de campo pautada na lógica da sociologia compreensiva é preciso saber interpretar a heterogeneidade do “vivido social”. Ou seja, é preciso saber interpretar os acontecimentos como eles se mostram de imediato, sem, contudo, classificá-los em atitudes reducionistas, porque a atitude de uma sociologia plural respeita as diferenças (MAFFESOLI, 2010a).

E segundo o autor os instrumentos de análise tradicionalmente utilizados na pesquisa se acham ultrapassados e, pela extrema racionalidade, não oferecem condições para a captação de detalhes da vida cotidiana, que, grosso modo, parecem não existir (MAFFESOLI, 2010b).

4.6.2 Análise e interpretação dos dados coletados

Para a organização e interpretação dos dados, seguimos a orientação de Maffesoli (2010 b) no que diz respeito à necessidade de epistemologicamente recorrer a agrupamentos por afinidade para dar sentido à diversidade dos “fenômenos da sociedade” identificados nas pesquisas, de forma que após exaustiva leitura o material gravado foi transcrito, inclusive todas as palavras contidas nas falas, repetições, pausas, silêncios ou sobreposições, quando então editamos as frases em uma versão mais nítida da que foi expressa, valorizando as “pequenas insignificâncias” que integram o cotidiano de cada pessoa, tantas vezes despercebidas pela enfermagem.

Assim sendo, os dados agrupados por afinidade formaram as conjunções, que estão mostradas em quadro, organizadas em colunas. À esquerda distribuimos as falas, no meio as subcategorias ou elementos importantes das categorias e à direita, as categorias.

Daí emergiram duas grandes conjunções: “O Vivido Silencioso: do oculto à revelação do abuso sexual”, em que buscamos explorar a repetição que caracteriza o ritual e expressa o trágico da vida, apreendendo formas de resistência e aspectos do senso do limite presentes em vivências de abuso sexual na infância ou adolescência, dando origem a dois artigos: “Sobrevivendo ao abuso sexual no

quotidiano familiar: formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes” e “O fio da vida: afrontando o destino em um cotidiano de abuso sexual”.

Na segunda conjunção, “Imergindo no Cotidiano de Mulheres Abusadas Sexualmente na Infância ou Adolescência”, buscamos compreender repercussões das vivências de abuso sexual no cotidiano de mulheres abusadas na infância ou adolescência, bem como suas interações nas redes de apoio familiar e social, gerando os artigos: “Não me sinto ser humano: repercussões do Abuso Sexual no Cotidiano Infantil de Mulheres Nordestinas” e “Cotidiano de Mulheres Abusadas Sexualmente na Infância e sua Rede de Interações Familiares e sociais”.

IMAGEM 2 - O vivido Silencioso: do oculto à revelação do abuso sexual

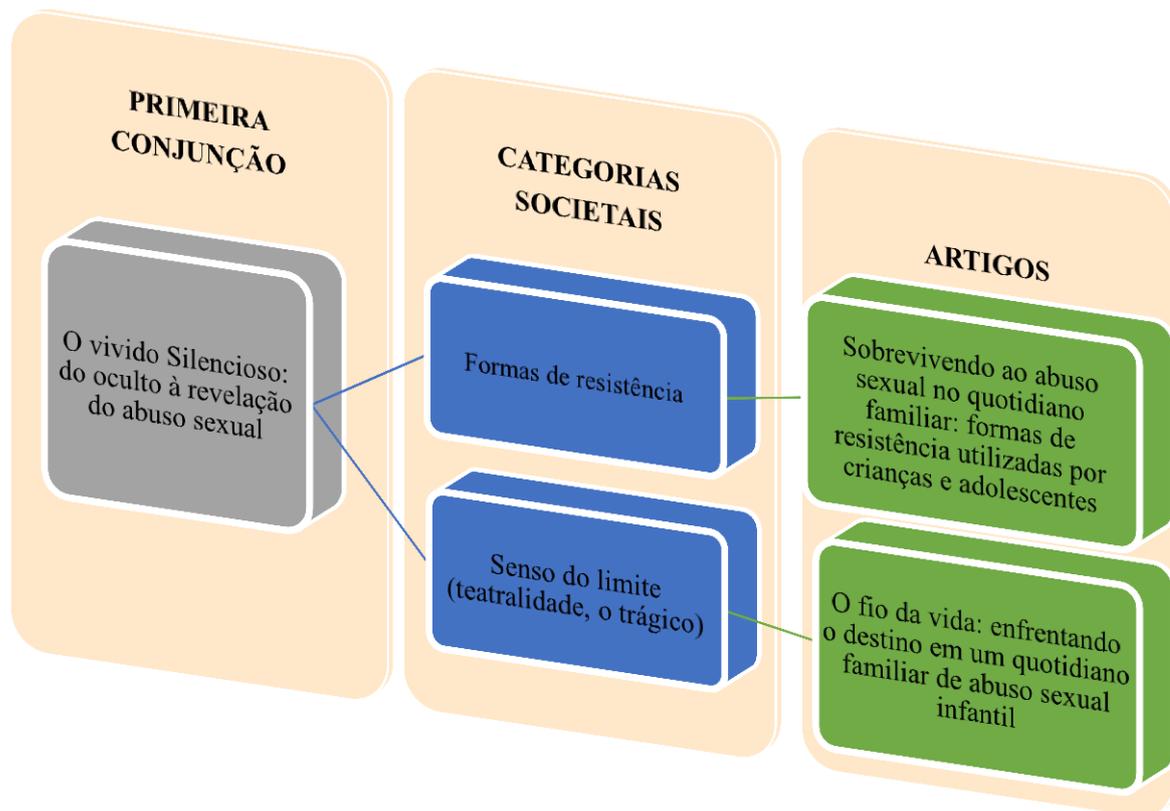
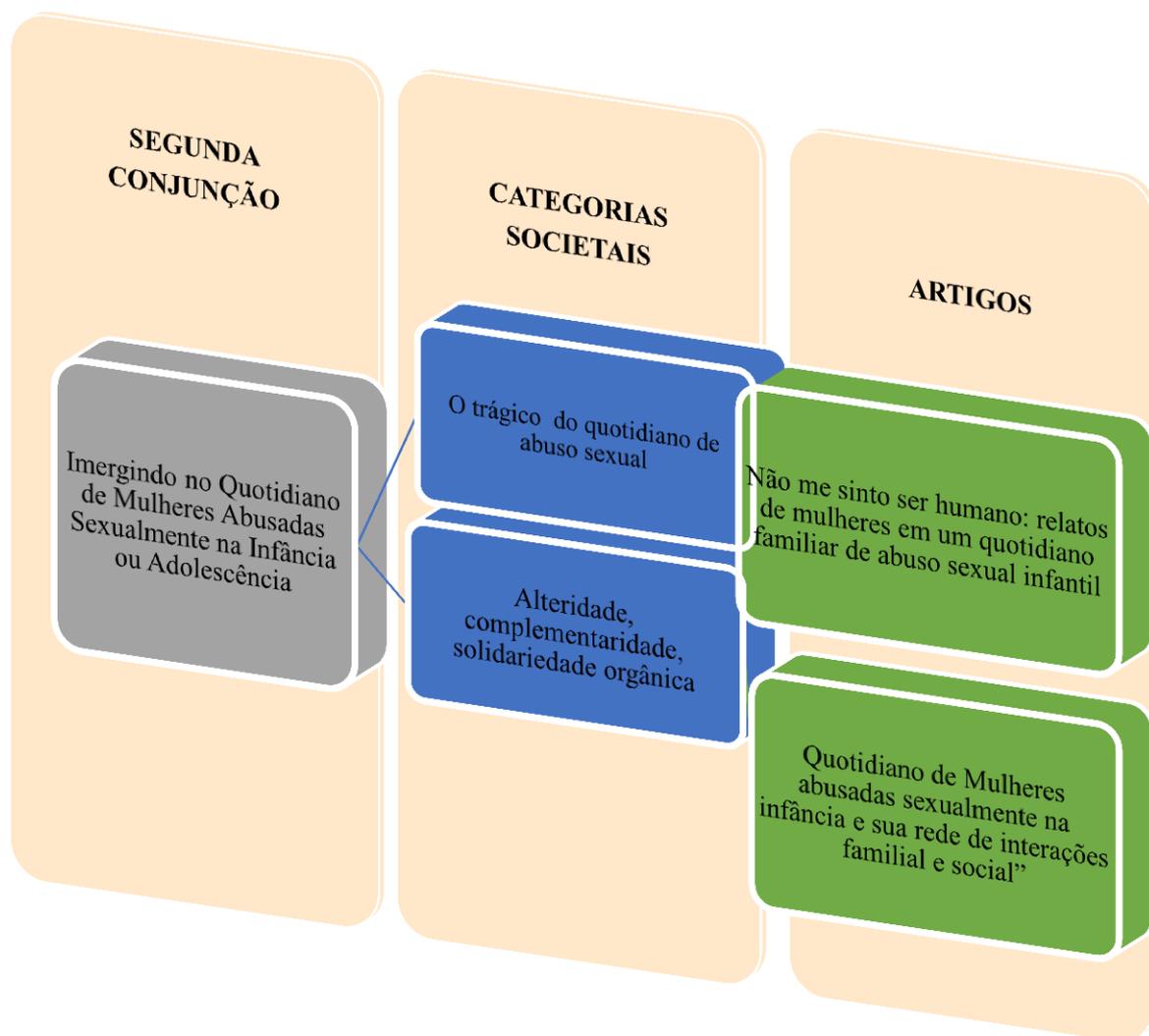


IMAGEM 3 - Imergindo no Quotidiano de Mulheres Abusadas Sexualmente na Infância ou Adolescência



5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 SOBREVIVENDO AO ABUSO SEXUAL NO QUOTIDIANO FAMILIAR: FORMAS DE RESISTÊNCIA UTILIZADAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

Manuscrito elaborado para ser submetido à Revista Texto & Contexto Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

SOBREVIVENDO AO ABUSO SEXUAL NO QUOTIDIANO FAMILIAR: FORMAS DE RESISTÊNCIA UTILIZADAS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira²; Normélia Maria Freire Diniz³

¹Artigo extraído da tese intitulada: “Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar” do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (PPGENF/UFBA). Salvador, Bahia, Brasil. Bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Doutora em Enfermagem, Professora do Colegiado de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE, Brasil. E-mail: olindalira@gmail.com.

³ Doutora em Enfermagem. Professora Associada IV da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: normeliadiniz@gmail.com

Autor correspondente: Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. Rua Lucas Roberto de Araújo, Condomínio Sol Nascente I. Cidade universitária, CEP: 56332720, Petrolina, PE, Brasil. E-mail: Olinda.lira@gmail.com

RESUMO: Pesquisa qualitativa, fundamentada na Sociologia Compreensiva e do Quotidiano com o objetivo de apreender formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes em um cotidiano familiar de abuso sexual. Os dados coletados através de entrevista com nove mulheres de um Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no semiárido de Pernambuco formaram as categorias: a ritualização do abuso sexual de crianças e adolescentes no cotidiano familiar; aceitação da vida pela passividade; camuflagens para sobreviver ao vivido de abuso sexual e entre o oculto e a revelação do abuso sexual. Os resultados apontaram que a centralidade subterrânea presente no abuso sexual desencadeia formas de resistência em oposição à opressão gerada pelo abusador. Concluímos que para a aceitação da vida, as participantes desenvolveram diferentes mecanismos de sobrevivência, além de encontrar, no trabalho voluntário, música e esporte, os respiradouros para aliviar o peso gerado pela ocultação do abuso.

DESCRITORES: Sobrevivência; Abuso Sexual na Infância; Relações Familiares; Saúde da Família; Atividades Cotidianas.

**SURVIVING TO SEXUAL ABUSE IN THE FAMILY DAILY LIFE:
RESISTANCE FORMS USED BY CHILDREN AND ADOLESCENTS**

ABSTRACT: Qualitative research, based on the Comprehensive Sociology and Daily life, aiming to apprehend forms of resistance used by children and adolescents in a familiar daily life of sexual abuse. The data collected through interviews with nine women of the Women Care Center in Situations of Violence in the semiarid region of Pernambuco, formed categories: the ritualized sexual abuse of children and adolescents in the family daily life; acceptance of life by passivity; camouflage to survive experienced sexual abuse and between the hidden and the revelation of sexual abuse. The results showed that the underground centrality present in the sexual abuse triggers resistance forms in opposition to oppression generated by the abuser. We conclude that for the acceptance of life, participants have developed different coping mechanisms, and find in volunteer work, music and sport, vents to relieve the burden generated by the concealment of abuse.

DESCRIPTORS: Survival; Sexual abuse in Childhood; Family Relationship, Family Health; Activities of Daily Living.

**SOBREVIVIENDO A EL ABUSO SEXUAL EN LO COTIDIANO FAMILIAR:
FORMAS DE RESISTENCIA USADAS POR NIÑOS Y ADOLESCENTES**

RESUMEN: Investigación cualitativa, basada en la sociología comprensiva y cotidiano con el objetivo de detener a las formas de resistencia utilizados por los niños y adolescentes en la vida cotidiana familiar de abuso sexual. Los participantes fueron nueve mujeres de uno Centro de Referencia de servicio a la Mujer sobre Situación de violencia en la región semiárida de Pernambuco. Los datos recogidos a través de entrevistas formaron las categorías: el abuso sexual ritualizado de los niños y adolescentes en lo cotidiano familiar; aceptación de la vida por la pasividad; camuflaje para sobrevivir el abuso sexual experimentado y entre lo oculto y la revelación de abuso sexual. Los resultados mostraron que la centralidad subterránea presente en el abuso sexual provoca formas de resistencia pasiva en oposición a la opresión generada por el abusador. Llegamos a la conclusión de que para la aceptación de la vida, los participantes utilizan diferentes mecanismos de supervivencia, y encuentran en el trabajo voluntario, la música y el deporte, los respiraderos para aliviar la carga generada por el encubrimiento del abuso

DESCRIPTORES: supervivência; Abuso Sexual en la Infancia; Relaciones Familiares; Salud de la Familia; Actividades del Quotidiano.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual no contexto familiar é a modalidade de violência contra crianças e adolescentes que provoca maior indignação, considerando as circunstâncias em que ocorre, uma vez que, além das fragilidades física, psicológica e cronológica da vítima, o autor do abuso desfruta da confiança da família, a quem normalmente está ligado por consanguinidade ou relações de responsabilidade.

Dados epidemiológicos da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram a prática de abuso sexual contra crianças e adolescentes em todos os países do mundo e apresentam uma prevalência diferente entre os sexos, a saber, 18% para as meninas e 7,6% para os meninos ⁽¹⁾.

Esta maior prevalência entre meninas tem suas raízes no patriarcado, onde a dominação masculina se perpetua, acentuando a submissão e perpetuação da violência contra a mulher; o envolvimento da criança/adolescente se dá em um jogo de sedução, ameaça, chantagem e pactos, repetidamente, o autor do abuso usando da autoridade para exercer controle sobre as mesmas ⁽²⁻³⁾.

Esta dinâmica, presente em situações abusivas, leva a uma confusão dos papéis de vítima e abusador: em um imaginário de medo, uma menina abusada sexualmente não consegue reagir nem contestar a autoridade exercida por seu abusador, e, embora não concorde, ela se sente incapaz de evitar que novos episódios aconteçam ⁽⁴⁾.

As crianças mais novas são as vítimas preferenciais, visto que são facilmente manipuladas, instruídas ou ameaçadas a não revelar o abuso, o que contribui para que se mantenha o fato em segredo ⁽⁵⁾. De modo que, nessas situações, existe uma centralidade subterrânea que ocupa os espaços da vida cotidiana de crianças e adolescentes e oculta esta vivência por um tempo diferente para cada uma delas. Diante dos nossos olhos, elas dão pistas de suas experiências, por meio de pequenos gestos e atitudes aparentemente sem importância, que muitas vezes passam despercebidos, por falta de sensibilidade de nossa parte.

As situações de abuso sexual, que se enquadram na modalidade de violência classificadas como violência banal, desencadeiam formas de resistência passiva, mostrando a centralidade subterrânea que emerge da oposição ao poder do

autor do abuso, em que, sem entrar no confronto, as vítimas se contrapõem por meio de diferentes mecanismos de sobrevivência ⁽⁶⁾.

De forma que a vivência de abuso sexual pode ser encenada por meio de diferentes artimanhas ou atitudes de passividade como formas de resistência ou de aceitação do destino e apresentadas como aceitação da vida, silêncio, astúcia, duplo jogo e solidariedade orgânica. Assim, é possível se confrontar com o trágico do abuso sexual vivendo um jogo duplo, que se mostra na teatralidade pelo uso de máscaras, recurso que permite a encenação de diferentes papéis para se proteger da opressão gerada por um fenômeno ⁽⁶⁻⁷⁾.

O *duplo jogo* é um modo mais brando de vivenciar uma experiência. É uma espécie de acerto de contas ou nivelamento: em uma atitude de passividade, não existe nem recusa nem completa aceitação ⁽⁶⁾. Ele pode ser usado por meio do silêncio para compartilhar experiências familiares difíceis de serem enfrentadas, como, por exemplo, situações de abuso sexual.

Outra forma de resistência é a *astúcia*, quando a pessoa lança mão de diferentes táticas, furando o bloqueio para manter distância de um perigo. Desse modo ela poderá se camuflar e se manifestar por meio da zombaria, do riso, da ironia ou pelo não-verbal, em um *silêncio* que compromete a visibilidade do fenômeno ⁽⁶⁻⁷⁾. Em situações de abuso sexual no contexto familiar, para evitar o confronto com os autores do abuso, uma menina ou uma adolescente pode usar diferentes táticas como forma de sobrevivência.

Assim é que crianças/adolescentes e suas famílias usam o silêncio para resistir às ameaças que o abuso representa ao equilíbrio familiar, presente no não-dito do cotidiano da família, considerando que cada família possui um sistema de linguagem que lhe é peculiar, formado por regras que determinam e validam o que pode e o que não pode ser dito: os ditos e os não-ditos. Nessa perspectiva, o não-dito é inerente à pessoa, estando ligado à subjetividade e ao emocional, sendo, por isso, impossível de ser definido ⁽⁸⁾.

Esta pesquisa teve por objetivo apreender formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes em um cotidiano familiar de abuso sexual.

MÉTODO

Pesquisa qualitativa desenvolvida em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) localizado no município de

Petrolina (PE). Este serviço integra a Rede Institucional de Apoio à Mulher em Situação de Violência, para acolher e garantir apoio psicológico, social e jurídico.

Elegemos a abordagem qualitativa porque ela nos permite desvelar processos sociais inerentes a determinados grupos sociais e ainda pouco conhecidos, buscando, na sociologia compreensiva e do cotidiano, a sustentação teórica para a discussão desta temática ⁽⁹⁻¹⁰⁾.

A epistemologia maffesoliana tem no vínculo social o princípio básico, mediante a valorização da comunicação e da emoção coletiva em uma nova maneira de *ser/estar junto com*, o que caracteriza a sociologia compreensiva. Através dos pressupostos teóricos e da sensibilidade, ela nos ajuda a apreender e a designar detalhes, contornos e limites do dado social, de modo a sabermos dar conta da sua riqueza ⁽¹⁰⁾.

Nesta pesquisa, a forma foi o pressuposto adotado como recurso de investigação que por sua utilidade metodológica permite descrever em profundidade situações e representações que constituem a vida cotidiana ⁽¹¹⁾.

Assim, para estudar situações recorrentes da vida cotidiana, como a violência, destacamos categorias sociais que por serem modulações da *forma*, metodologicamente, constituem o fio condutor no estudo de diferentes contextos e situações cotidianas ⁽¹⁰⁾.

As participantes desta pesquisa foram nove mulheres que atenderam aos critérios de inclusão de ter vivência de abuso sexual no contexto familiar na infância ou adolescência e ser maior de 18 anos. A aproximação com as mesmas ocorreu por meio do projeto de extensão Oficinas interventivas com mulheres vítimas de violência doméstica, onde durante os encontros, aquelas que atenderam aos critérios de inclusão foram convidadas a participar.

Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2014 por meio de entrevista aberta, técnica que facilita o trabalho do entrevistador de descrever o objeto da investigação de maneira objetiva e ao mesmo tempo abrangente ⁽⁹⁾. A organização e interpretação dos dados foi feita de acordo com agrupamentos por afinidade; estes formaram a conjunção *o vivido silencioso: do oculto à revelação do abuso sexual*, organizados em quatro categorias: ritualização do abuso sexual de crianças e adolescentes no cotidiano familiar; aceitação da vida pela passividade; camuflagens para sobreviver ao vivido de abuso sexual: silêncio, astúcia e duplo jogo e entre o oculto e a revelação do abuso sexual.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (protocolo 684.203/CEP/EEUFBA), atendendo aos princípios Éticos da Pesquisa em seres Humanos⁽¹²⁾; para salvaguardar as participantes e mantê-las no anonimato, elas foram identificadas com nomes fictícios: Eva, Marta, Clara, Rosa, Alice, Júlia, Isaura, Lara e Mel.

RESULTADOS

As nove mulheres participantes tinham idades que variavam dos 18 aos 53 anos. Quanto ao nível de escolaridade, elas tinham do ensino fundamental incompleto ao ensino médio completo. Elas se declararam pardas (5), pretas (2) e brancas (2). Quatro eram solteiras, uma em união consensual, duas casadas, uma viúva e uma divorciada. Com relação ao rendimento mensal, sete estavam desempregadas e dependiam financeiramente da família, uma era aposentada e uma recebia um salário mínimo. Sete tinham filhos, um deles resultante do abuso sexual perpetrado pelo padrasto.

No que toca à idade no início do abuso sexual, as mulheres tinham entre 4 e 17 anos, sendo que seis delas tinham menos de 10 anos. O tempo médio entre o início e a revelação do abuso foi de 12 anos, e a idade à época da revelação variou entre os 11 e os 53 anos.

Os resultados mostraram que três pais e quatro padrastos, seguidos de irmãos e primos, foram os autores dos abusos. De maneira que identificamos, em alguns casos, a presença de mais de um autor em uma mesma situação abusiva: uma das participantes foi abusada por três primos e a outra, por dois irmãos. No concernente ao tipo de contato inicial das práticas abusivas, em seis situações elas ocorreram por meio de carícias e pequenos agrados e nas demais (3) através de penetração vaginal.

No que concerne à revelação, seis foram feitas de forma intencional a um familiar ou à escola, uma ocorreu por flagrante de familiares, uma foi estimulada pelo Conselho Tutelar e a outra foi feita aos 53 anos pela participante durante atendimento psicológico. A notificação oficial aos serviços da rede de proteção somente ocorreu em quatro situações, ocasionando, entre as medidas de proteção, o afastamento do autor do abuso e o encaminhamento da vítima a serviços de atendimento psicológico em programas sociais.

Os relatos das sete participantes que foram abusadas pelos pais ou padrastos foram contestados por quatro mães. Destas sete situações, duas mães se separaram dos autores do abuso e as outras cinco continuaram casadas.

A ritualização do abuso sexual de crianças e adolescentes no cotidiano familiar

Nas situações de abuso sexual vivenciadas pelas participantes desta pesquisa existia uma repetitividade, cujo poder ameaçava com palavras ou gestos, e isso revelava a força do opressor em episódios que ocorriam sem testemunha.

[...] Quando eu tinha oito anos meu pai me acariciava, pegava nos meus seios e quando eu fiz 13 anos ele começou a praticar sexo com penetração. Era assim: eu dormia em um quarto com três irmãos, aí toda madrugada meu pai saía do quarto da minha mãe para o nosso quarto. Mantive o abuso sexual em segredo até os meus 17 anos, por medo de que ele matasse minha mãe e meus irmãos [...] (Marta, 19 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos).

Ser abusada sexualmente é uma vivência aterrorizante, em um ritual de ameaças e temores.

[...] Minha mãe estudava à noite e meu padrasto chegava do trabalho, esperava minha irmã dormir e começava a me abusar. Primeiro com carícias, aí foi acontecendo, até que ele começou a alisar minhas partes íntimas. No começo ele não me beijava depois ele começou a me beijar e com sete anos mesmo houve a penetração, ele ejaculou e eu não sabia o que era isso, eu não sabia de nada. Não eram todos os dias, mas sempre ocorria o abuso. Eu não dizia diretamente pra minha mãe que tava sendo abusada, porque tinha medo que ele fizesse alguma coisa com ela e com minhas duas irmãs, porque ele dizia que se eu contasse pra alguém ele iria fazer alguma coisa com elas [...] (Lara, 21 anos, abusada sexualmente pelo padrasto, dos 7 aos 11 anos).

Aceitação da vida pela passividade

Ainda jovens e indefesas, as participantes desta pesquisa não podiam fugir nem medir forças com os autores do abuso, de modo que se mantinham passivas, sem contestar.

[...] Eu não pude evitar ser abusada pelo meu padrasto e aconteceu por muito tempo. Até que chega uma hora que a gente se acostuma com a situação e se acostumando deixa pra lá, não sabe o que fazer e deixa acontecer [...] (Clara, 21 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 11 aos 17 anos).

Camuflagens para sobreviver ao vivido de abuso sexual: silêncio, astúcia e duplo jogo

Os não-ditos têm significado na expressão do que não é verbalizado, podendo ocorrer por meios de gestos ou por um simples olhar que condena.

[...] Meu pai não me ameaçava com palavras pra eu não contar sobre o abuso, mas eu percebia no olhar de intimidação dele, porque ele não falava nada, mas ele me dava toques e só me maltratava com toques e olhares, o olhar dele me condenava [...] (Marta, 19 anos abusada sexualmente pelo pai, dos 8 aos 17 anos).

De forma que a verdade sobre o abuso pode ser substituída por um silêncio compartilhado, de um lado por uma filha abusada e do outro por uma mãe que se mantém em silêncio.

[...] Meu padrasto pedia pra não contar, pra ninguém saber e eu não contava porque eu não sentia apoio de ninguém. Primeiro, mãe eu não tinha, porque ela tava do lado dele. O povo já sabia do abuso e como é que ela não sabia? Isto não entra na minha cabeça de jeito nenhum. Eu tenho pra mim que ela sabia e ficava calada, fazia de conta que não sabia [...] (Clara, 21 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 11 aos 17 anos).

Existem situações em que o sofrimento é tão intenso que a pessoa parece querer esconder de si própria a experiência de ter sido abusada sexualmente.

[...] Eu nunca revelei o abuso que sofri dos meus irmãos e eu não quero nunca que minha mãe venha a saber, nem a sonhar, ninguém da minha família sabe. Este foi um segredo que só falei pra você, pra minha analista e a psicóloga daqui [...] (Isaura, 53 anos, abusada sexualmente por dois irmãos).

Além do silêncio, outras artimanhas podem ser usadas para se fazer entender: metáforas, risos ou ironias, por exemplo.

[...] Quando eu tinha uns 14 anos passava na TV sobre pedofilia, aí eu falava morrendo de medo, mas eu já não aguentava mais ser abusada pelo meu pai, aí eu dizia assim: se isso aí acontecesse comigo véi, eu denunciava, aí meu pai olhava pra mim por baixo dos olhos, olhava para TV e aí eu saía de perto [...] (Marta, 19 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos).

São apelos, pedidos de socorro disfarçados.

[...] Eu não contava que tava sendo abusada pelo padrasto diretamente pra minha mãe. Contava assim, soltava indiretas. Eu fazia de tudo pra ela não me deixar só com ele, mas ela deixava por confiar inteiramente nele. Uma noite eu virei para ela: a senhora fique sem dormir, só vá dormir mais tarde, durma depois dele que a senhora vai ver [...] (Lara, 21 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 7 aos 11 anos).

Pôde-se recorrer a outras táticas, como Júlia, protagonista do abuso sexual praticado pelo pai, que utilizou uma desculpa para sair da cena.

[...] Quando eu fui abusada por meu pai, eu tava dormindo e acordei que dei fé, foi por aquele homem em cima de mim, ele já tava tendo a relação, aí eu gritei: chega, pai, tem um homem em cima de mim e ele disse: Cale a boca, que sou eu. Aí pra me sair eu disse: espere aí pai, deixa eu pegar água gelada? Depois o senhor termina, e aí levantei e saí [...] (Júlia, 36 anos, abusada sexualmente pelo pai aos 17 anos).

O duplo jogo para despistar o algoz

Valendo-se do *duplo jogo* uma menina pode despistar o abusador escondendo-se, fingindo dormir ou ficando na rua.

[...] Meu dia a dia parecia um filme de terror, porque eu tinha que está me escondendo o tempo todo, ficava em baixo da cama, prendia a respiração, me escondia dentro da minha própria casa, a única hora que eu tinha fuga era quando eu ia pra escola [...] (Eva, 28 anos, abusada sexualmente por três primos dos 4 aos 18 anos).

O *duplo jogo* também pode ser uma tática para chamar a atenção de outras pessoas.

[...] Tinha vezes que eu afrouxava os parafusos da cama, aí a cama balançava comigo e meu pai, mas não dava jeito, não adiantava, parece que minha mãe dormia que nem uma pedra e meus irmãos também não ouviam [...] (Marta, 19 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos).

Entre o oculto e a revelação do abuso sexual

Chega um instante em que o segredo extrapola a barreira do medo e a verdade vem à tona, deixando emergir a verdade sobre o abuso, que é então revelada espontaneamente ou de forma estimulada.

[...] Eu não contei diretamente pra ninguém que meu pai me abusava, foi uma denúncia ao Conselho Tutelar, acho que foi uma professora da escola que percebeu meu comportamento e denunciou [...] (Marta, 19 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos).

[...] Quando o abuso foi descoberto, eu e meu padrasto estávamos sentados bem próximos e ele colocando a minha mão para manipular seu pênis, meu irmão viu e deu um murro nele e botou ele para fora de casa. Também foi a última vez [...] (Alice, 18 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 9 aos 10 anos).

Respiradouros e solidariedade orgânica

Nos rituais do cotidiano, as pessoas criam respiradouros para se libertar de uma experiência traumática.

[...] O esporte era uma forma como eu me divertia, era a única forma que eu me expressava, voltar para casa era ruim [...] só era [...] era a parte mau que eu não gostava de pensar (risos). Dava um desconforto, sabe? Sabe uma coisa que você queria morar dentro da escola? Tipo uma desconfiança, uma insegurança, em que você não ia se sentir confortável naquele espaço? [...] (Marta, 19 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos).

Dedicar-se à igreja, preocupar-se com outras pessoas, remete à solidariedade orgânica e mostra a força, a vontade de viver das participantes, apesar do abuso.

[...] Me dediquei à igreja, tocava nas missas, e desde então continuo fazendo o mesmo trabalho missionário, tentando evangelizar. Esta atividade ajuda, porque eu vejo pessoas que têm problemas ainda maiores que o meu, ou pessoas que têm até o mesmo problema que eu, mas não encontraram um apoio, uma ajuda. Aí eu tento levar, através da música, um pouco de conforto [...] (Eva, 28 anos, abusada sexualmente por três primos, dos 4 aos 18 anos).

DISCUSSÃO

Cada família possui seu próprio ritmo de vida, um cotidiano que integra rituais, sensações, ditos, não-ditos e segredos. Muitas coisas são faladas: outras, embora não sejam ditas em palavras, são expressas de diferentes maneiras, de forma que existem rituais sobre os quais é difícil falar, em virtude do medo, tais como as vivências de abuso sexual.

Foi-nos possível apreender, por meio das falas, que a vida cotidiana das participantes guardou uma centralidade subterrânea: por medo de que os abusadores cumprissem as ameaças, que se estendiam a outros membros da família, como mãe e irmãos, a experiência de abuso foi por muito tempo oculta, o que mostra que o medo gera desconfianças e inseguranças.

De forma que determinados rituais familiares escondem um medo silenciosamente pactuado entre os seus membros, considerando-se que a situação é difícil de ser enfrentada, por ameaçar o equilíbrio da família ⁽⁸⁾. Fica evidente que o abuso sexual desarmoniza a família, desencadeando ou intensificando a desagregação entre os seus membros ⁽¹³⁾.

Assim sendo, as situações de abuso sexual relatadas representaram uma ameaça à estabilidade familiar, o que contribuiu para que principalmente as vítimas e suas mães guardassem-no em segredo, erroneamente convencidas de que esta atitude garantiria a estabilidade familiar.

A pouca idade da maioria das participantes à época em que o abuso teve início encontra resultados semelhantes em outros estudos, o que mostra que as crianças são mais atingidas pelo abuso sexual no contexto familiar do que as adolescentes, sendo o alvo preferencial dos abusadores, por ser mais fácil manter controle sobre elas, instruindo-as e ameaçando-as a não revelarem o abuso ^(14,5)

O medo é, portanto, um dos principais motivos apontados para que o abuso se mantenha em segredo, já que as vítimas temem não só o próximo episódio mas também receiam que se cumpram as ameaças do abusador, via de regra relacionadas com a sua segurança e a de outros membros da família. Por mais que a vítima se esforce em revelar o abuso, ela é intimada a mantê-lo como um segredo de família ^(5,14-15).

Percebemos que, independentemente do tipo de abuso, as crianças com menos idade temem as consequências da revelação e se mantêm em silêncio por um período de tempo significativo. Nesta pesquisa, por exemplo, a participante que foi

abusada por três primos dos 4 aos 18 anos manteve o fato oculto por medo de que se cumprissem as ameaças contra ela e sua família.

O grande número de revelação de forma intencional (6) está de acordo com outros estudos em que 42,5% e 87% das participantes, respectivamente revelaram o abuso aos pais, a outro familiar ou à escola, mostrando que a revelação espontânea se dá como prova de confiança e compromisso mútuo⁽¹⁶⁻¹⁷⁾.

“As relações íntimas que a pessoa mantinha no período que antecede o fato a ser oculto ficam comprometidas e carentes de informação compartilhada”^(18:76). A revelação espontânea, portanto, reflete o desejo da criança e/ou da adolescente de retornar à harmonia familiar anterior ao abuso.

Fica evidente que quanto menor a idade, maior a dificuldade da criança de revelar que está sendo abusada. Na tentativa de resistir, ela assumirá atitudes de passividade como formas de aceitação da vida ou do destino, expressas por diferentes mecanismos de sobrevivência, como demonstração da insatisfação do oprimido em relação ao seu opressor⁽⁶⁾.

Pelas noções maffesolianas, manter um *silêncio polido*, isto é, ser prudente e se abster de revidar uma prática agressiva ou impositiva mostra uma passividade ativa que subverte muito mais o poder do que o embate direto.

O silêncio guarda o segredo, um não-dito voluntário presente em variados temas do drama humano, como sexo, morte e relações extraconjugais. Cala-se diante daquilo que leva ao sofrimento como estratégia de esquecimento, “pelo desejo de romper com um passado ultrapassado e trágico”^(19:53-54). De modo que a condição de se sentir obrigada a conviver com um segredo anula a pessoa, em que, aquilo que não é dito por palavras pode representar um martírio e levá-la ao adoecimento⁽⁸⁾.

Os não-ditos podem estar ligados a vivências traumáticas ocorridas na infância que ficam gravadas na memória, onde aquilo que não é dito pode ser expresso simbolicamente, mostrando a força que exerce um não-dito e seus significados na expressão do que não é verbalizado.

De forma que, sem necessariamente entrar em confronto com os autores do abuso, as participantes mantiveram o abuso em segredo, por meio de táticas prudentes de resistência⁽²⁰⁾, assumindo diferentes mecanismos de sobrevivência, sobretudo o silêncio, acompanhado de outras táticas, em que, pareciam concordar e não revidavam às imposições.

Outra forma de comunicação pelo não verbal foi o gestual. Através de um gesto, são traduzidos sentimentos e emoções os mais variados, pois “o gesto basta-se a si mesmo, realiza-se em si mesmo, esgota-se na sua atualização”⁽²¹⁾.

A astúcia esteve disfarçada em ironias e desculpas, mostrando que como mecanismo de sobrevivência ela não ocorre por meio de atitudes declaradas, mantendo-se na obscuridade. Astúcia é uma prevenção, ou a esperteza de que lançamos mão quando não desejamos nos confrontar com uma situação indesejada do cotidiano. Mas quando não é possível nos desviar ou fugir de uma situação, a tática é não confrontar e fingir que existe concordância⁽²²⁾.

A tática é compreendida como uma ferramenta de uma estratégia, usada em situações ameaçadoras na busca de proteção, de forma que notamos que as participantes buscaram, de diferentes maneiras, se desviar dos episódios de abuso e, mesmo não conseguindo, elas não contradiziam os seus abusadores.

Foi nessa hora que entrou em cena o duplo jogo, tática usada para driblar os abusadores e evitar mais um episódio de violência sexual: usando diferentes máscaras, valendo-se da astúcia e do silêncio, elas disfarçaram e saíram de cena, livrando-se da opressão.

Assim, criaram respiradouros para escapar de seus alçozes. Como analogia no sentido de libertação de algo que oprime, um respiradouro “oxigena a dimensão da existência humana, que oportuniza a liberação de fantasias, da criatividade e da liberdade de expressão, resgatando assim, um viver saudável”⁽²³⁾.

Nesta pesquisa, o trabalho voluntário, a religião, a música e o esporte despontaram como principais respiradouros, já que estar fora de casa representava livrar-se, ainda que temporariamente, da ameaça de ser abusada mais uma vez.

Dedicar-se à igreja, preocupar-se com outras pessoas, remete à espontaneidade que é inerente à solidariedade orgânica e mostra a potência, a vontade de viver apesar do abuso, trazendo à tona a noção de que a ajuda mútua e o apoio não se resumem a ações mecânicas de boa vizinhança, mas envolvem as partes de um todo, em uma sinergia que fortalece a existência, o que remete à concepção atual de solidariedade^(21,24).

Por tudo isso, existiu o desejo das mulheres de *estarem-juntas com* familiares, evidenciando a necessidade de conviver, de ajudar e de serem ajudadas, acentuando o aspecto afetivo.

Esta lógica favorece aquilo que está próximo, o cotidiano e o concreto ligando-se a uma *ética da estética*, a um sentir junto afetivo. A *estética* nos leva a compreender emoções coletivas do estar junto, englobando sensações, sentimento, sensibilidade e atração, ao passo que a *ética* tem função integradora, sendo ela que aproxima as pessoas ⁽²¹⁾.

É o presente da força interior, de uma força que paradoxalmente une dinâmica e proxemia, considerada a dimensão mais importante da maneira de ser da atualidade. É a lógica presenteísta, que favorece aquilo que está próximo, o cotidiano e o concreto ⁽²⁵⁾.

CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, reunimos elementos que nos ajudaram a compreender que o abuso sexual, assim como outras modalidades de violência, guardou uma centralidade subterrânea em um silêncio que ocultou o vivido do abuso sexual, sendo que, para percebê-las, é preciso ter sensibilidade, o olhar atento às menores atitudes da vida cotidiana, presentes em gestos, silêncio, choros, ironias ou alterações de comportamento.

O abuso sexual rompeu o ritmo natural da vida, afetando a convivência familiar: cada família teve sua história permeada pelas vivências de abuso, de forma que as lembranças foram armazenadas na memória das vítimas, causando-lhes sofrimentos.

À época em que foram abusadas, mesmo estando em desvantagem em relação aos abusadores, elas desenvolveram artimanhas para sobreviver, mostrando a força latente que cada uma possuía.

Como enfermeira, pelos diversos espaços de cuidado de que dispomos, compreendemos ser necessário ampliar o olhar no sentido de captar pequenos manifestos ou comportamentos presentes em mulheres que possam estar associadas a vivências de abuso sexual no cotidiano familiar.

Como profissional, nosso compromisso é contribuir para estimular mulheres que foram abusadas sexualmente a seguir o ritmo de vida, trabalhando suas experiências, cientes da realidade atual, sem se fixar em determinada fase do passado de forma que elas possam enxergar a importância do tempo presente, libertando-se das lembranças e transfigurando o vivido de abuso sexual. As contribuições deste trabalho auxiliarão na identificação de inúmeras necessidades advindas da vivência de abuso sexual.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Global status report on violence prevention, 2014. Geneva (CH):WHO;2014.Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/9789241564793_eng.pdf. Acesso em 19/03/2015.
2. Sanchez-Meca J, Rosa-Alcázar AI, López-Soler C. The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. *Int. j. clin. health psychol.* 2011; 11(1): 67-93.
3. Lima JA, Alberto MFP. Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. *Psicol. soc. (Online)*. 2012; 14(1): 412-20.
4. Arpini DM, Siqueira AC, Savenagno SDO. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. *Psicol. teor. práct.* 2012; 14(2): 88-101.
5. Santos SS, Pelisoli C, Dell’Aglío DD. Desvendando Segredos. Padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In: Habigzang LF, Koller S, organizador. *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática*. Porto Alegre (RS): Art. Med; 2012. 280 p.
6. Maffesoli M. *A dinâmica da violência*. São Paulo (SP): Revista dos Tribunais, 1987. 159 p.
7. Maffesoli M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 4ª ed. São Paulo (SP): Forense Universitária; 2010. 292 p.
8. Ghiorzi AR. *Entre o dito e o não dito: da percepção à expressão comunicacional*. Florianópolis (SC): s.n; 2004. 288 p.
9. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12ª ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2010, 407 p.
10. Maffesoli M. *O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva*. Porto Alegre (RS): Sulinas, 2010, 295 p.

11. Rodríguez-Borrego MA, Nitschke RG, Prado ML, Martini JG, Guerra-Martín MD, González-Galán C. Theoretical assumptions of Maffesoli's sensitivity and Problem-Based Learning in Nursing Education. *Rev. Latino-am. Enfermagem*. 2014; 22(3):504-10.
12. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.
13. Carvalho QCM, Galvão MTG, Cardoso MVLML. Child sexual abuse: the perception of mothers concerning their daughters' sexual abuse. *Rev. Latino-am Enfermagem*. 2009; 17(4):501-6.
14. Lugão KVMSF, Gonçalves GE, Gomes IM, Silva VP, Jacobson LSV, Cardoso CAA et al. Abuso sexual crônico: estudo de uma série de casos ocorridos na infância e na adolescência. *DST j. bras. doenças sex*. 2012; 24(3):179-82.
15. Scortegagna AS, Villemor-Amaral AE. Uso do Rorschach na investigação do abuso sexual infantil. *Rev. Paidéia*. 2012; 22(52): 271-9.
16. Habigzank LF, Ramos MS, Koller SH. A Revelação de Abuso Sexual: as Medidas Adotadas pela Rede de Apoio. *Psic.: Teor. e Pesq*. 2011; 27(40): 467-73.
17. Baía PAD, Veloso MMX, Magalhães CMC. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas psicol. (Online)*. 2013; 21(1):193-202.
18. Goffman E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Mathias Lambert. 4ª ed. São Paulo: LTC; 2004. 124 p.
19. Rosa MD. História que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes. São Paulo (SP): Casapsi; 2009. 151 p.

20. Gomes AMA, Nations MK, Luz MT. Pisada como pano de chão: experiência de violência hospitalar no nordeste brasileiro. *Saúde Soc.* 2008; 17(1): 61-72.
21. Maffesoli M. O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre (RS): Sulinas; 2009. 102 p
22. Decesaro MN, Ferraz CA. Mecanismos de resistência de familiares diante da doença: um olhar sustentado na sociologia do cotidiano. *Rev. enfermagem UFPE on line [internet]*. 2015 [acesso em: 03 abr 2015]; 9: 7295-303. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/6281/11882>
23. Tholl AD, Nitschke RG. A ambiguidade de sentimentos vivenciados no cotidiano da equipe de enfermagem pediátrica. *Rev. Soc. Bras. Enferm. Pediatr.* 2012; 12(1): 17-26.
24. Pereima RSMR, Reibnitz KS, Martini JG, Nitschke RG. Doação de sangue: solidariedade mecânica versus solidariedade orgânica. *Rev. Bras. Enferm.* 2010; 63(2): 322-7.
25. Maffesoli M. O ritmo da vida. Rio de Janeiro (RJ): Record; 2007. 223p.

5.2 O FIO DA VIDA: AFRONTANDO O DESTINO EM UM QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Manuscrito elaborado para ser submetido à Revista Texto & Contexto Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

O FIO DA VIDA: AFRONTANDO O DESTINO EM UM QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL¹

Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira²; Normélia Maria Freire Diniz³

¹Artigo extraído da tese intitulada: “Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram abuso sexual no contexto familiar” do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (PPGENF/UFBA). Salvador, Bahia, Brasil. Bolsa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

² Doutora em Enfermagem, Professora Assistente, Colegiado de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE, Brasil.E-mail:olindalira@gmail.com

³ Doutora em Enfermagem. Professora Associada IV, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. . E-mail: normeliadiniz@gmail.com

Autor correspondente: Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. Rua Lucas Roberto de Araújo, Condomínio Sol Nascente I. Cidade universitária, CEP: 56332720, Petrolina, PE, Brasil.E-mail: Olinda lira@gmail.com

RESUMO: Pesquisa qualitativa embasada na Sociologia Compreensiva e no suporte metodológico do formismo, com o objetivo de apresentar aspectos do senso do limite em vivências familiares de abuso sexual na infância ou adolescência. Os dados foram coletados através de entrevista não estruturada com nove mulheres entre 18 e 53 anos, atendidas em um Centro de Referência da Mulher em situação de Violência, na região semiárida de Pernambuco. Os resultados apontaram para a aceitação do senso do limite, que, encenado em uma pluralidade de sentimentos apresentou diferentes pontos de tolerância à experiência abusiva. As participantes se mostraram conscientes da interferência do vivido trágico de abuso sexual no convívio familiar buscando transfigura-lo com criatividade para dar seguimento a seus projetos de vida na tentativa de ser saudável. Concluímos que o abuso sexual compromete as relações familiares suscitando um cuidar profissional sensível para reconhecer necessidades e amenizar sofrimentos de mulheres que vivenciaram a experiência.

DESCRITORES: Violência contra a mulher; abuso sexual na infância; relações familiares; saúde da família; atividades cotidianas.

LIFE WIRE: AFFRONTING OF DESTINY ON FAMILY DAILY LIFE OF CHILD SEXUAL ABUSE

Qualitative research grounded in the Comprehensive Sociology and methodological support of formism, with the aim of presenting aspects of the sense of limit in familiar experiences of sexual abuse in childhood or adolescence. Data were collected through unstructured interview with nine women between 18 and 53 years, attending a Women's on Violence situation Reference Center in the semiarid region of Pernambuco. The results pointed to the acceptance of the sense of limit, which, staged in a plurality of feelings presented different points of tolerance to the abusive experience. The participants were aware about the interference of the tragic lived sexual abuse in the family life trying to transfigure it creatively to follow up their life projects in an attempt to be healthy. We conclude that sexual abuse committed family relationships evoking a professional sensitive care to recognize needs and alleviate the suffering of women who have experienced it.

DESCRIPTORS: violence against women; childhood sexual abuse; family relationships; family health; daily life activities

HILO DE VIDA: AFRENTAR DEL DESTINO EN DIARIO DE ABUSO SEXUAL DE NIÑOS

Investigación cualitativa basada en la sociología comprensiva y apoyo metodológico de formismo, con el objetivo de presentar los aspectos del sentido del límite en experiencias familiares de abuso sexual en la infancia o la adolescencia. Los datos fueron recogidos mediante entrevista no estructurada con nueve mujeres entre 18 y 53 años, asistiendo a Centro de Referencia de la Mujer sobre la situación de violencia en la región semiárida de Pernambuco. Los resultados apuntan a la aceptación de lo sentido del límite, que, protagonizaron en una pluralidad de sentimientos presentando diferentes puntos de tolerancia a la experiencia abusiva. Los participantes eran conscientes de la interferencia de los abusos sexuales en la vida de la familia tratando de transfigurar creativamente para dar seguimiento a sus proyectos de vida en un intento de ser saludable. Llegamos a la conclusión de que el abuso sexual ha riesgado relaciones familiares planteando una atención profesional sensible para reconocer las necesidades y aliviar los sufrimientos de las mujeres que han experimentado la experiencia.

DESCRIPTORES: violencia contra mujeres; abuso sexual infantil; relaciones familiares; salud de la familia; actividades de cotidiano

INTRODUÇÃO

O abuso sexual é um problema complexo que transgride regras morais e legais de caráter universal e ocorre mais no ambiente familiar. Entre os seus principais autores estão pais, padrastos, irmãos e primos. O problema atinge, na maior parte,

crianças e adolescentes do sexo feminino, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em torno de 18% para meninas e 7,6% para meninos.^{1:14}

Definido como “[...] O envolvimento de uma criança em uma atividade que ela não compreende totalmente, para a qual não tem habilidade de dar consentimento ou não está fisicamente preparada ou ainda que viole leis e tabus da sociedade[...]”,^{1:3} o abuso sexual rompe o ritmo natural da vida, a alegria e a inocência de ser criança dando lugar a ressentimentos que se prolongam por toda a existência.

Ama-se e odeia-se o autor do abuso, nutre-se por ele raiva e revolta, de forma que este fenômeno desarmoniza as emoções, podendo levar a situações limites como ideias homicidas e suicidas.²

De acordo com as noções maffesolianas, limite é um componente da forma que transmite a noção de determinação ou empenho, podendo ser compreendido como mecanismo de sobrevivência diante de situações quotidianas ritualizadas. Isso nos remete à vida cotidiana em seus aspectos de dominação e opressão, sendo ele aquilo que nos protege de determinados acontecimentos que fazem parte da condição humana.³

Senso do limite ou determinação é uma categoria que se desdobra em duas subcategorias: o trágico e a teatralidade. Na visão contemporânea, o trágico está no vivido, em toda a sua intensidade e transparência, sem que haja rejeições às contradições, estando presente nas paixões, pensamentos e criações.³⁻⁴

Assim sendo, o limite e o trágico da vida têm o mesmo sentido, cada pessoa tendo seu lado trágico, isto é, o seu limiar ou ponto de tolerância diante dos problemas. Nele se esgota o interesse de dar prosseguimento a um projeto de vida, cabendo a cada pessoa a tomada de consciência do seu limite. Para o autor, só é possível “afirmar e se afirmar ao reconhecer sua incompletude e seu limite”.^{3:89}

A aceitação do trágico do limite é, deste modo, a confirmação do interesse pela vida e demonstra o protesto contra todas as formas de dominação e opressão, que ainda que não causem literalmente a morte do corpo físico causam pequenas mortes diárias, como a vida de mulheres que passaram pela experiência de serem abusadas sexualmente por um homem de sua afeição, mas que buscam, com criatividade, as saídas para dar prosseguimento aos seus projetos de vida.

A teatralidade é um elemento presente no drama cotidiano, que, por meio do rito, permite encenar as mais diversas situações da vida cotidiana onde existem contradições, seja na família, nas relações de amizade ou afetivas. É reconhecida como vital para a sobrevivência e denominada o fio condutor da vida cotidiana, sendo utilizados termos adotados no teatro, tais como drama, paixão, encenação, representação, espetáculo, ritual e repetição para mostrar encenações da vida cotidiana.³

Neste sentido, considerando o abuso sexual que ocorre no cotidiano familiar, compreendemos que mulheres que vivenciaram esse problema na infância encenam diferentes papéis como demonstração de um querer viver, apesar desse vivido trágico, que se manifesta em sentimentos referidos como pequenas mortes diárias, presentes em frustrações, perdas, decepção, angústia e medos.³⁻⁵ Desta forma, a pesquisa teve como objetivo apresentar aspectos do senso do limite em vivências familiares de abuso sexual na infância ou adolescência.

METÓDO

Pesquisa de natureza qualitativa embasada na Sociologia Compreensiva e do Quotidiano que foi desenvolvida em um Centro de Referência à Mulher em Situação de Violência (CRAM) em um município na região do semiárido de Pernambuco, cuja investigação, foi embasada nas concepções teóricas maffesolianas, elegendo o pressuposto teórico e da sensibilidade, a **forma**, que através do neologismo formismo, é útil como ferramenta metodológica por permitir o delineamento de categorias ou classes invariáveis, tais como poder, potência, rito, teatralidade, duplicidade, trágico e solidariedade orgânica, facilitando compreender e dar destaque a acontecimentos cotidianos com caráter de repetitividade.⁶

Portanto, o formismo constituiu o horizonte na busca de categorias que emergiram de vivências cotidianas de abuso sexual relatadas pelas participantes: nove mulheres que atenderam aos critérios de inclusão, a saber, terem mais de 18 anos e haverem sofrido abuso sexual na infância ou adolescência no contexto familiar.

A aproximação com as mesmas se deu através de encontros semanais na forma de oficinas, com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança favorável à coleta dos dados, que ocorreu entre junho e novembro de 2014 por meio de entrevista não estruturada, técnica que facilita a descrição do objeto da investigação de forma

objetiva e ao mesmo tempo abrangente ⁷, que nesta pesquisa foi guiada por perguntas sobre o dia-a-dia das participantes antes, durante e após o abuso sexual.

A pesquisa foi desenvolvida após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (protocolo 684.203/CEP/ EEUFBA). Em respeito aos aspectos éticos e legais da pesquisa em seres humanos,⁸ a confidencialidade e o sigilo foram mantidos, sendo as participantes identificadas com os seguintes nomes fictícios: Eva, Marta, Clara, Rosa, Júlia, Lara, Alice, Isaura e Mel.

Após coletados, os dados foram organizados e agrupados em duas categorias: “*descortinando o senso do limite do abuso sexual pela teatralidade*” e “*o trágico que se mostra no cotidiano de abuso sexual*”.

RESULTADOS

Caracterização das participantes

As mulheres desta pesquisa tinham entre 18 e 53 anos, sua escolaridade ia do ensino médio completo ao ensino fundamental; se autodeclararam pardas(5) brancas(2) e pretas(2). Quatro eram solteiras, uma vivia em união consensual, 2 eram casadas, 1 viúva e 1 divorciada. Sete tinham filhos, para uma delas a filha era fruto da relação com o abusador. Com relação à renda mensal, sete estavam desempregadas e dependiam financeiramente da família, uma era aposentada e outra tinha rendimento mensal de um salário mínimo.

É importante ressaltar a idade destas participantes quando da ocorrência e revelação do abuso sexual: entre 4 e 17 anos, sendo que seis delas tinham menos de dez anos. A revelação do fato ocorreu entre os onze e os cinquenta e três anos; seis situações foram reveladas espontaneamente a um familiar ou à professora. Quanto às demais, uma ocorreu por flagrante de familiares, uma foi estimulada pelo Conselho Tutelar(CT) e a outra ocorreu durante atendimento psicológico. Os autores do abuso foram três pais, quatro padrastos e outros membros de família, tais como irmãos e primos. Das nove situações, apenas quatro foram denunciadas oficialmente à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher(DEAM) ou ao CT, com punição dos autores e aplicação de medidas de proteção, com acompanhamento das vítimas.

Primeira categoria: Descortinando o senso do limite do abuso sexual pela teatralidade

Em um cotidiano familiar de abuso sexual, a pessoa que foi abusada encena diferentes papéis buscando enfrentar seus limites.

[...]Eu dizia a meu pai: você fede... Ele me batia, porque eu não queria deitar na cama com ele. Ele tentava penetrar mas eu nunca deixei, não sei, não lembro. Tenho nojo do meu pai e do meu irmão mais velho[...] (Mel).

[...]Meu pai pegou um pedaço de pau para vim dar em mim, e eu disse: é você vim dar em mim e eu lhe espedaçar todinho. Você tá pensando que eu tô esquecida do que você fez comigo?(abuso). Eu não estou esquecida de jeito nenhum. Quero ver você me pagar um dia[...] (Julia).

O cotidiano familiar é um espaço de encenação de diferentes papéis que expressam o drama da vida como as vivências trágicas de abuso sexual

[...]Minha vida ficou transformada, mudou para pior, me afetou emocionalmente, me deu muita revolta, porque é ruim ter relação sexual com o próprio pai e toda hora topar com a cara dele[...] (Júlia).

[...] Eu não aguentava mais, aí falei para o meu padrasto: ou você procura um homem para mim ou eu vou embora. Quando eu fiz isto eu pensei em me livrar dele e sair de lá, eu não aguentava mais não e não sei o que foi que deu nele que ele procurou e foi assim que eu saí (Clara).

Podemos ver que no trágico do limite estão diferentes reações, evidenciando que o poder gera atitudes antagônicas e manifestação de múltiplos e variados sentimentos.

Segunda categoria: O trágico que se mostra no cotidiano do abuso sexual

O estudo mostra a vivência trágica de abuso sexual tecida em uma teia de ressentimentos.

[...] *Tenho muito ódio do meu pai por ter feito sexo comigo, muito ódio mesmo. Quando eu via ele na rua me dava nojo. Era vergonha e raiva porque a vontade era de pegar e matar ele. Minha mãe pode até ser que eu perdoe, mas meu pai não[...]* (Marta).

[...] *O sentimento que eu tenho é que eles destruíram a minha vida. Eu preferia mil vezes que eles tivessem me matado, porque viver com essas lembranças é terrível. Não tem uma noite que eu vá dormir que eu não pense nisto[...]* (Eva).

[...] *Hoje eu só ficaria bem se meu padrasto desaparecesse, sumisse. Tem que ter uma maneira para ele abrir o jogo e confessar que me abusou dos 11 aos 17 anos[...]* (Clara).

Mas os depoimentos também foram reveladores do otimismo das participantes

[...] *Agora é enfrentar a vida né? Nem tudo tá perdido, quando a gente leva uma queda, chega um, dá a mão e levanta. Eu tenho fé em Deus que eu vou acabar meus dias de vida junto com meus filhos[...]* (Júlia).

[...] *Hoje a minha vida, à vista lá de trás do que eu passei quando estava sendo abusada pelo meu padrasto, tá bom, hoje tá melhor [...]*(Clara).

[...] *O trabalho missionário ajuda a tocar a vida porque eu vejo pessoas que têm problemas ainda maiores que o meu, como pessoas em estado terminal de câncer[...]* (Eva).

O sentimento trágico representa o fio condutor do nosso progresso moral, a fatalidade sendo um elemento estruturante da vida humana, da qual não podemos fugir.

DISCUSSÃO

Cada família tem suas peculiaridades em um cotidiano de regras próprias; as experiências vivenciadas ajudam a construir a história familiar, que, nesta pesquisa, foram marcadas por vivências de abuso sexual. Aqui, através de encenações

verdadeiras, as mulheres participantes trouxeram à tona o vivido trágico de abuso sexual.

Isso mostra o teatral presente no cotidiano da família como um espaço de encenação de diferentes papéis, que, na prática, são expressão do drama da vida diária, e em situações abusivas, é possível, por meio de subterfúgios, protestar contra a dominação do autor do abuso.

A teatralidade é expressão de todos os atos quotidianos em seu caráter de repetitividade, encontrando no rito o recurso de apresentação. Uma vez que, o ritual do cotidiano pelas próprias características de repetitividade remete ao trágico e sendo a repetição ritualizada, condição para a existência do limite, ela intensifica o querer viver existencial e remete a um imoralismo-ético,⁹ tão presente nas situações abusivas no contexto familiar.

De maneira que a teatralidade do cotidiano em suas diversas modulações é a consciência trágica do destino.³ Nas situações presentes, as encenações foram os modos de apresentação do senso do limite de cada mulher, de onde emergiu uma pluralidade de sentimentos e de onde surgiram diferentes pontos de tolerância tecidos em uma teia de sentimentos mostrando as interferências do abuso sexual no cotidiano e nas relações familiares.

Percebemos, pois, a existência de mágoas latentes que foram acentuadas pela rememoração da experiência abusiva. Assim, corrobora a afirmativa de que “no trágico do cotidiano uma mágoa discreta e imperceptível pode pesar com força no transcurso de uma vida”.^{3:90} Aplicando isso às situações aqui reportadas, é possível dizer que por trás do silêncio velando a experiência trágica de abuso sexual, as participantes guardaram ressentimentos que causaram mal a elas e as levaram a um sofrimento prolongado vida afora.

Experiência semelhante foi descrita em estudo desenvolvido com mulheres e adolescentes abusadas na infância e que apresentaram sérios problemas de saúde mental decorrentes de ressentimentos que se prolongaram da adolescência à idade adulta.¹⁰

O fato é que, como modalidade da violência, o abuso se assemelha, pois, ao diabo e ao mal que nos persegue e ao invés de negar, condenar ou pretender ter o seu controle absoluto, é recomendável buscar maneiras de compreender este fenômeno com serenidade,¹¹ conforme foi encenado por Júlia, participante desta pesquisa, estuprada pelo pai enquanto dormia.

Sua atitude revelou um espírito otimista, um querer viver aqui e agora com determinação para afrontar o trágico do destino, consciente de que o abuso sexual, assim como outras vivências quotidianas, se esgotou na ocasião em que ocorreu e que não será o passar do tempo que fará com que ele seja esquecido, mas que este precisa ser trabalhado no tempo presente, sem esperar pelo futuro. De forma que “tudo isto é causa e efeito de uma ética do instante e uma acentuação das situações vividas por elas mesmas, situações que se esgotam no ato mesmo, e que já não se projetam em um futuro previsível e dominável à vontade”.^{3:26} Ora, sendo o instante o tempo presente, ele aponta como possibilidade de criação, sem ilusões ou fantasias, de modo que seja possível compreender a vida como uma obra de arte.

Na perspectiva Maffesoliana, a vida é trágica e contraditória e dela fazem parte o bem e o mal que nos perseguem de diferentes formas: agressividades, violência e sofrimentos, daí, a importância de compreender que as suas repercussões são essenciais ao nosso crescimento moral.¹¹

Assim sendo, a compreensão da dor e do sofrimento como recursos utilizados para a educação da alma nos ajuda a pensar que podemos encontrar, pela via do sofrimento, possibilidades de satisfação pessoal, aqui mostradas na disposição de ajudar aos outros.

O trágico da violência também desperta sentimentos contraditórios, existindo uma justaposição e complementaridade entre os opostos, luz e sombra, vida e morte, amor e ódio, todos interligados em um mesmo quotidiano, importando reconhecer a ambivalência dos sentimentos, mas sem esquecer, a “parte do mal”.¹¹ Isto, é como reconhecer a ambivalência social e as possíveis “monstruosidades” existentes nas relações humanas como abuso sexual de crianças e adolescentes que ocorre na família.

Percebemos que tudo o que é da ordem das relações constitui uma encenação de certo modo consciente, desde a mais simples convivência ao “complexo altamente trágico que é a família”.^{3:137}

Nas situações aqui relatadas o imaginário de medo, ocasionado pelo abuso sexual, deu lugar a um ódio silenciado, ilustrando a complexidade da dinâmica familiar, espaço onde se experienciam imperfeições, afetos, ódios, amores, conflitos e problemas.³

Assim, embora não sejam determinantes para a ocorrência do abuso sexual, algumas características tendem a se repetir em famílias abusivas, que são identificadas por padrões complexos, presença de segredos, ameaças e altos níveis de conflitos entre os seus membros principalmente entre o casal.¹²

Mostrando que o abuso sexual rompe a harmonia interior da vida de uma mulher/criança/adolescente e se externa em emoções para deixar fluir sentimentos sufocados diante da experiência traumática, conforme mostraram alguns desabafos.

Nos referimo-nos especialmente ao sentimento de revolta de Júlia, que, ao afirmar ser “tão ruim ter relação sexual com o próprio pai”, revelou seu inconformismo com a imposição do abuso e corrobora o ponto de vista de que sempre haverá revolta, seja silenciosa ou ruidosa, contra as formas de dominação,⁵ mostrando o trágico do limite como demonstração de um querer viver que se revolta contra as formas de imposição mortíferas,³ conforme o dissemos acima.

No caso desta pesquisa, a revolta fez eclodir a potência das participantes, mostrando que existe nas formas de revolta, a esperança de uma saída¹³ e reestruturação de vidas para transfigurar as marcas deixadas pela experiência abusiva. Em outras palavras, a revolta representou a vontade de retornar ao ponto anterior à experiência abusiva.

A imposição do abuso também despertou desejos de vingança, como prova de que a violência se dissemina e provoca indignação, aspecto também abordado em um estudo que apontou para indignação e raiva de uma mulher de 50 anos que sobreviveu ao incesto prolongado praticado pelo pai desde os 5 anos de idade.¹⁴

De forma que no palco da vida a teatralidade nos permite encenar diferentes papéis para expressar o trágico do cotidiano e sobreviver ao destino, mostrando assim, que ao invés de excluir ou isolar sentimentos, o cotidiano os teatraliza e transforma em uma ética da estética, sendo que, é a ética que permite o reconhecimento de si mesmo, organizando sentimentos que se abrem para os outros por meio da estética.⁹

Este modo de pensar a ética se fundamenta nas emoções, sendo que é ela que traz a compreensão de emoções coletivas, do estar junto com outras pessoas englobando os elementos: sensação, sentimento, sensibilidade e atração.⁴

A ética da estética é pois, o princípio norteador da sociologia compreensiva, que “descreve o vivido naquilo que é/está, contentando-se, assim, em discernir visadas de distintos atores envolvidos”.⁶ Isto rompe a lógica do dever ser, característico da sociologia positivista, “para a qual cada coisa é apenas um sintoma de uma outra coisa”⁶.

As repercussões trágicas do abuso sexual tendem a se estender por toda a vida e interferem de tal maneira na vida cotidiana que podem levar ao limite de tentativas de suicídio, homicídio e comportamentos autodestrutivos.¹⁵ A experiência é tão marcante que, em termos comparativos, mulheres depressivas com histórico de abuso sexual na infância, chegam muito mais ao limiar de tentativas de suicídio, do que outras mulheres também depressivas, mas com ausência de experiência abusiva.¹⁶

O abuso sexual de crianças e adolescentes, como modalidade da violência pode ser destacado como um fenômeno perturbador, principalmente para quem se propõe a investigá-lo.¹⁷ De forma que, como profissionais do cuidado precisamos estar atentos para compreender o modo como as situações abusivas se instalam na dinâmica familiar, as quais não são exclusivas de nenhum padrão familiar, classe social ou raça.

CONSIDERAÇÕES

A experiência de ser abusada sexualmente na infância e/ou adolescência é, sem sombra de dúvida, uma vivência trágica para uma mulher. As mulheres desta

pesquisa apresentaram um vivido tecido por fios de ressentimento, que, além de as levar ao adoecimento, não resolveram os problemas ocasionados pela experiência abusiva.

Mas, apesar de não poderem impedir que o abuso ocorresse e mesmo diante das recordações, elas tomaram a direção do presente e afrontaram o destino, mostrando que o dar-se conta do vivido abusivo é o ponto de partida que torna possível recobrar a alegria de viver.

Isto pode ser viabilizado mediante esforço pessoal no sentido de compreender a existência e viver o presente com o que a vida lhes proporciona - dores e tropeços -, mas tendo forças para lutar. Compreender o abuso sexual em seus desdobramentos se apresenta, pois, como possibilidade de administrar as suas repercussões conscientemente, sabendo que não existem mudanças mágicas e se esforçando para viver o presente com o que a vida lhes proporciona.

Em decorrência das repercussões prolongadas do abuso sexual, estas mulheres provavelmente procurarão os serviços de saúde com múltiplas necessidades, exigindo da equipe de saúde um cuidar profissional pautado na sensibilidade, apto a captar pequenos detalhes da vida cotidiana presentes em gestos, silêncio, choros, ironias ou alterações de comportamento que possam ter relação com a vivência de abuso sexual.

A temática é, portanto, relevante, sobretudo para a enfermagem, para que desenvolva um olhar sensível ao planejar e executar modos de cuidar efetivos e adequados às múltiplas necessidades presentes na vida cotidiana de mulheres que foram abusadas sexualmente na infância e/ou adolescência.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. Global status report on violence prevention, 2014. Geneva (CH): WHO; 2014. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/9789241564793_eng.pdf. Acesso em 19/03/2015
2. Sanchez-Meca J, Rosa-Alcázar AI, López-Soler C. The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. *Int. j. clin. health psychol.* 2011.Jan;11(1):67-93

3. Maffesoli M. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.168 p.
4. Maffesoli M. O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre (RS): Sulinas; 2009. 102 p
5. Maffesoli M. A República dos Bons Sentimentos. São Paulo(SP): Iluminuras, 2009.62 p
6. Maffesoli M. O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre (RS): Sulinas, 2010, 295 p.
7. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12^a ed. São Paulo (SP): Hucitec, 2010, 407 p.
8. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.
9. Maffesoli M. O Instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk, 2003.198 p.
10. Seloilwe ES, Thupayagale- Tshweneagae G. Sexual abuse and violence among adolescent girls in Botswana: a mental health perspective. Issues Ment Health Nurs.2009; Jul;30(7):456-9
11. Maffesoli M. A parte do Diabo: Resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.162 p
12. Santos SS, Pelisoli C, Dell'Aglio DD. Desvendando Segredos. Padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In: Habigzang LF, Koller S, organizador. Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre (RS): Art. Med; 2012. 280 p.
13. Maffesoli M. Dinâmica da Violência. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.159 p.
14. Salter M. Grace's story: prolonged incestuous abuse from childhood into adulthood. Violence Against Women.2013 Feb; 19(2):146-65.

15. Middleton W. Ongoing incestuous abuse during adulthood. *Journal of Trauma & Dissociation* [online]. 2013Apr [Acesso 2015 Mai 17]; 14(3):251-72. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15299732.2012.736932#previaw>
16. Abdo CHN, Scanavino MT, Goslin F. Riscos Associados ao Comportamento Sexual.p.273-98. In Quevedo J, Carvalho AF. org. *Emergências Psiquiátricas*. Porto Alegre(RS) 2014.336 p.
17. Badia DD, Poli AP, Souza NCAT. A temática da violência escolar na formação docente inicial: das lacunas existentes às discussões necessárias. *Conjectura: Filos. Educ.*2014. set./dez;19(3):171-184.

5.3 NÃO ME SINTO SER HUMANO: RELATOS DE MULHERES EM UM QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL *1

Manuscrito elaborado para ser submetido à Revista da Escola de Enfermagem da USP

NÃO ME SINTO SER HUMANO: RELATOS DE MULHERES EM UM QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira¹; Normélia Maria Freire Diniz²

¹Doutora em Enfermagem, Professora Assistente, Colegiado de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE, Brasil.E-mail:olindalira@gmail.com

²Doutora em Enfermagem. Professora Associada IV, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. . E-mail: normeliadiniz@gmail.com

Autor correspondente: Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. Rua Lucas Roberto de Araújo, Condomínio Sol Nascente I. Cidade universitária, CEP: 56332720, Petrolina, PE, Brasil.E-mail: Olinda lira@gmail.com

RESUMO

OBJETIVO

Compreender repercussões de vivências de abuso sexual no cotidiano de mulheres abusadas na infância ou adolescência no contexto familiar.

MÉTODO

Participaram do estudo nove mulheres atendidas em um centro de Referência da Mulher na região do semiárido de Pernambuco; os dados foram coletados por meio de entrevista não estruturada e interpretados com base na Sociologia Compreensiva. A escolha tem sua justificativa no fato de que esta última nos permite compreender a centralidade subterrânea guardada no cotidiano de quem vivencia experiências traumáticas como o abuso sexual.

RESULTADOS

Os resultados, agrupados nas categorias cotidiano familiar após a revelação do abuso sexual, cotidiano de crianças e adolescentes em vivência de abuso sexual e cotidiano de mulheres abusadas na infância ou adolescência, apontaram para a vivência abusiva como um evento marcante afetando o cotidiano familiar e resultando

¹Artigo extraído da tese intitulada: “Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino

em sérios prejuízos emocionais, razão por que merecem a organização do cuidado pautado na razão sensível.

CONCLUSÃO

O estudo alerta para a necessidade de atenção à saúde, por influência de diversos transtornos que podem estar associados com as experiências de abuso sexual.

Palvaras-Chave: Violência contra a Mulher; Abuso Sexual na Infância; Relações Familiares; Saúde da Família; Atividades Cotidianas.

I'M NOT A HUMAN BEING: WOMEN REPORT ON FAMILY DAILY LIFE OF CHILD SEXUAL ABUSE

ABSTRACT

OBJECTIVE

Understand the repercussion of sexual abuse experiences on daily life of childhood or adolescence abused women, in familiar context.

METHOD

The participantes were nine women attending a Women's reference center in the semiarid region of Pernambuco, with data collected through interviews and interpreted based on Comprehensive sociology, for allowing to understand the underground centrality kept in the daily life of those who experience traumatic experiences such as sexual abuse.

RESULTS

The results were grouped in categories: daily family life after the revelation of sexual abuse, daily life of children and adolescents experiencing sexual abuse and daily life of women abused in childhood or adolescence, pointing to the abusive experience as a landmark event that affected the family daily life resulting in serious emotional harm that deserve care organization founded on the sensible reason.

CONCLUSION

The study points to the need for health care facing various disorders that may be associated with sexual abuse experiences.

Descriptors: Violence against Women; Sexual abuse in childhood; Family Relationship, Family Health; Activities of Daily Living

YO NO SOY UN SER HUMANO: LNFORME DE MUJERES EN QUOTIDIANO FAMILIAR DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

RESUMEN

META

Comprender las repercusiones de las experiencias de abuso sexual en lo cotidiano de las mujeres abusadas en la infancia o en la adolescencia en el contexto familiar.

MÉTODO

Participaran nueve mujeres que asisten Centro de Referencia de la Mujer en la región semiárida de Pernambuco, con los datos recogidos a través de entrevistas e interpretados en base a la Sociología Integral para permitir entender la centralidad subterránea mantenida en la vida cotidiana de aquellos que experimentan experiencias traumáticas como el abuso sexual.

RESULTADOS

Los resultados agrupados en categorías: cotidiano de la familia después de la revelación de los abusos sexuales, la vida cotidiana de los niños y adolescentes la experiencia de abuso sexual y la vida cotidiana de las mujeres abusadas en la infancia o la adolescencia, señalaron la experiencia abusiva como un acontecimiento histórico que afectó la vida cotidiana de la familia que resulta en daño emocional grave que merece organización de atención fundada en la razón sensible.

CONCLUSIÓN

El estudio provocó la necesidad de atención en diversos trastornos que pueden estar asociados con experiencias de abuso sexual.

Descriptor: Violencia contra la Mujer; Abuso Sexual en la Infancia; Relaciones Familiares; Salud de la Familia; Actividades Cotidianas.

INTRODUÇÃO

O abuso sexual no contexto familiar é uma experiência marcante, que repercute na saúde da família, afetando sobretudo o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes e cujas repercussões podem se prolongar por toda a existência.

O fenômeno, que também é denominado relação incestuosa de crianças e adolescentes, consiste no abuso sexual envolvendo pais ou outros parentes próximos, que se acham em uma posição de maior poder em relação à vítima ^(1:19).

Nestas circunstâncias, a menina vítima de abuso sexual no contexto familiar teme revelar o autor do abuso, por se sentir insegura e culpada, imaginando que as pessoas a sua volta não vão acreditar no que ela diz ⁽²⁾. Em muitos casos, a família

desconfia do relato da criança e/ou da adolescente, que, não se sentindo à vontade para falar, mantém silêncio, um silêncio que pode se prolongar por um tempo diferente em cada situação, prejudicando a saúde de mulheres, crianças e adolescentes e a convivência familiar.

As repercussões do abuso sexual para a saúde são abordadas em vários estudos, podendo ocorrer a curto e longo prazo. Apesar de não haver um quadro psicopatológico único, numerosos sinais e significativas alterações emocionais, cognitivas e comportamentais podem estar associadas à exposição a este fenômeno ⁽²⁾.

As mudanças, que variam em tempo e intensidade, afetam totalmente o referencial de vida da criança, causando-lhe intensos sofrimentos psíquicos^(3: 117). Existe aí uma potência ou centralidade subterrânea que ocupa os espaços da vida cotidiana de mulheres, crianças e adolescentes e que esconde os prejuízos provocados pelo abuso, que, para serem percebidos, necessitam de um olhar atento para as menores atitudes, gestos e alterações de comportamento.

Esta centralidade identificada como *vitalismo*, significa a força de querer viver apesar das limitações ou talvez graças a elas ^(4:67). Partimos, pois, do seguinte pressuposto: compreender o abuso sexual acentuará a força das mulheres para transfigurar as implicações advindas, no caminho de ser saudável, de maneira que a potência remeterá a um querer viver apesar dessa vivência traumática na infância ou adolescência.

Por esta ordem de ideias, o objeto desta pesquisa foi a compreensão de vivências cotidianas de mulheres abusadas sexualmente na infância/adolescência no contexto familiar, com o objetivo de compreender as repercussões de vivências de abuso sexual no cotidiano de mulheres abusadas sexualmente na infância ou adolescência no contexto familiar.

MÉTODO

Pesquisa qualitativa embasada em noções da Sociologia Compreensiva ⁽⁴⁾, justificada por se tratar de uma metodologia fundamentada na vida cotidiana que busca apresentar as formas sociais como elas se apresentam, sem alterar a sua essência, facilitando o entendimento do fenômeno estudado ⁽⁵⁾.

Ela permite apreender a *centralidade subterrânea da vida social*, que, em relação ao objeto desta pesquisa, ocupa os espaços da vida cotidiana de mulheres, crianças e adolescentes, que, através do silêncio, escondem as repercussões da

experiência abusiva em atitudes, gestos, alterações de comportamento e não ditos mínimos.

Podemos apreendê-las através de categorias recorrentes, modalidades da forma, pressuposto útil para ajudar a apresentar e acentuar situações aparentemente insignificantes da vida cotidiana ⁽⁴⁾.

No caso presente, este pressuposto constituiu o nosso horizonte na busca por categorias que emergiram de vivências quotidianas de nove mulheres, selecionadas por terem idade mínima de 18 anos e por terem vivenciado a experiência de serem abusadas sexualmente na infância/adolescência no contexto familiar.

A aproximação com as participantes se deu por meio do projeto de extensão oficinas interventivas com mulheres vítimas de violência doméstica. Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2014 por meio de entrevista aberta, modalidade que se adéqua ao objeto estudado, por permitir a obtenção mais detalhada de informações sobre o mesmo ⁽⁶⁾.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (protocolo 684.203) e em respeito aos aspectos éticos e legais da pesquisa em seres humanos ⁽⁷⁾ a confidencialidade e o sigilo foram mantidos, sendo as participantes identificadas pelos seguintes nomes fictícios: Eva, Marta, Clara, Rosa, Júlia, Lara, Alice, Isaura e Mel.

Na organização e interpretação dos dados, seguimos a orientação Maffesoliana ⁽⁴⁾ quanto à necessidade de epistemologicamente recorrer a agrupamentos por afinidade, para dar sentido à diversidade dos fenômenos sociais identificados nas pesquisas. Assim sendo, os dados agrupados formaram as seguintes categorias: o quotidiano familiar após a revelação do abuso sexual, o quotidiano de crianças e adolescentes em vivências de abuso sexual, o quotidiano de mulheres abusadas na infância ou adolescência.

RESULTADOS

As nove participantes tinham entre 18 e 53 anos de idade e a que tinha maior nível de escolaridade possuía o ensino médio completo. Quatro eram solteiras, uma em união consensual, duas eram casadas, uma viúva e uma divorciada. No que se refere à renda mensal, sete estavam desempregadas e dependiam financeiramente da

família, uma era aposentada e uma recebia salário mínimo. Sete tinham filhos, sendo que em um dos casos, uma filha era resultado do abuso sexual perpetrado pelo padrasto.

A idade das mulheres participantes merece ser ressaltada: estas mulheres foram abusadas quando tinham entre 4 e 17 anos, sendo que seis delas tinham menos de 10 anos. Os casos foram revelados quando estas mulheres tinham entre 11 e 36 anos. Em 6 dos casos, a revelação foi feita espontaneamente a um familiar ou à professora. As demais ocorreram por flagrante de familiares, por estímulo do Conselho Tutelar e durante atendimento psicológico. Os autores do abuso foram três pais, quatro padrastos e outros membros de família, tais como irmãos e primos. Das nove situações apresentadas, apenas quatro foram denunciadas oficialmente à DEAM ou ao Conselho Tutelar, gerando as medidas de proteção que implicam afastamento do autor do abuso e encaminhamento da vítima a serviços de atendimento psicológico em Programa Sentinela.

Dos relatos de seis filhas que tiveram os pais ou padrastos como autores do abuso, quatro foram contestados e apenas dois acatados. Destas, duas se separaram dos abusadores, tendo as demais continuado na relação. Uma das mães separadas passou a culpabilizar a filha pela situação de abuso.

O cotidiano familiar após a revelação do abuso sexual

O cotidiano familiar em presença do abuso sexual de crianças e adolescentes afeta a convivência entre seus membros, sobretudo entre mãe e filha, conforme fragmentos do relato de Lara, 21 anos, abusada sexualmente pelo padrasto.

(...) Antes do abuso minha mãe era boa comigo, mas depois do abuso ela mudou, começou a me agredir com palavras. A gente discutia direto que ela chegou a puxar faca para mim. Com 11 anos eu não aguentava mais a pressão e fugi para a casa do meu pai. Aí passava o fim de semana com ela. Eu chegava e perguntava: mãe, como é que a senhora tá? Ela dizia que tava melhor comigo longe de casa (Lara).

Marta, 19 anos, abusada sexualmente pelo pai dos 8 aos 17 anos e Júlia, 36 anos, abusada sexualmente pelo pai aos 17 anos, enquanto dormia, também perceberam modificações.

(...) *Minha mãe nunca gostou de mim, acho que tem a ver com o abuso pelo meu pai. Ela não era amiga, nunca disse que me amava. Eu já a vi dizendo para os meus irmãos muitas vezes, mas pra mim não, aí ela começou a me espancar entre 8 e 9 anos que foi quando começou o abuso* (Marta)

(...) *Minha mãe não quis acreditar que meu pai me estuprou. Eu joguei na cara dela: É, seu marido fez isso e isso comigo, a senhora quer apoiar ele* (Júlia).

O depoimento de Mel, 35 anos, que foi abusada sexualmente pelo pai dos 6 aos 13 anos, também mostra a interferência do abuso na convivência familiar.

(...) *Meu pai ficava tomava banho com a porta aberta e me chamava para ver ele tomando banho, aí minha mãe via e dizia: Sai daí agora minha filha! E falava para ele: tome vergonha, é nossa filha, a única filha mulher que temos e você não respeita? Eu não aguento mais esta vida* (Mel).

O abuso sexual é portanto, um descuidado que compromete as relações familiares e interfere na saúde de crianças e adolescentes.

O cotidiano de crianças e adolescentes em vivências de abuso sexual

Mantidas em segredo, as situações abusivas de crianças e adolescentes podem resultar em sérias alterações funcionais e na gravidez, conforme afirma Rosa, 30 anos, abusada sexualmente pelo padrasto, dos 6 aos 16 anos.

(...) *Meu padrasto me fez ter relações sexuais à força, me bateu, me judiou, me amarrou com os braços na cama, eu queria me soltar e não conseguia, gritava, mas minha irmã não ouvia, fiquei toda roxa da surra que ele me deu e fui parar no hospital. Aí, foi só uma vez e eu peguei gravidez. A filha que eu tenho é filha dele. Aí minha vida ficou meio embaraçada* (Rosa).

Além da exposição à gravidez, sem apoio e negligenciadas, muitas crianças e adolescentes fogem, se refugiam em casa de parentes ou na rua para se livrar da opressão proporcionada pela experiência abusiva.

(...) Quando eu completei 11 anos eu não aguentava mais a pressão de ser abusada pelo meu padrasto, aí peguei minhas roupas e fugi de casa pra casa do meu pai (Lara).

Não obstante, refugiar-se na rua expõe crianças e adolescentes a outros riscos, como o do uso de drogas.

(...) Meu pai ter relação sexual comigo mudou muita coisa, na época fui morar na rua, porque ninguém acreditou em mim, aí, por causa do abuso eu comecei a usar droga. Enchi minha cara de droga porque eu nunca imaginei meu pai fazer sexo comigo. Aí comecei na maconha, a cheirar cola, depois o crack e o pó, meti a cara no pó com desgosto (Júlia).

O cotidiano de mulheres abusadas sexualmente na infância

A vivência de abuso sexual pode desencadear diversas alterações emocionais, afetando crianças e adolescentes e se prolongando até a vida adulta, podendo culminar em tentativas de suicídio e comportamentos autodestrutivos.

Baixa autoestima

(...) Até hoje, quando eu lembro, sinto desgosto da vida. Não me sinto um ser humano, me sinto um lixo. É, a gente ter uma pessoa que é um pai da gente e acontecer uma coisa desta? (Júlia).

Ideias e tentativa de suicídio

(...) Depois da revelação eu comecei a ter crise depressiva, com ideias suicidas. Aí tenho estado meio instável por causa dessas lembranças. Porque só quem sabe realmente é quem passa por um trauma como esse (Eva, 28 anos, abusada sexualmente pelos primos, dos 4 aos 18 anos).

(...) Eu queria me matar por causa da relação sexual com meu pai. Já fui para a frente de uma carreta, o homem freou quando me viu. Depois tentei beber água sanitária, me cortei de gilete com desgosto, porque a gente ser sozinha e mais uma derrota depois que aconteceu isso (Júlia, 36 anos, abusada sexualmente pelo pai aos 17 anos).

Tentativa de homicídio e comportamento autodestrutivo

(...) Agora eu saí de casa porque meu pai queria me bater de novo e eu nunca tinha levantado a mão para ele, porque ele é meu pai, mas de certo tempo para cá eu tentei matar ele com a faca, tentei duas vezes, aí, como não conseguia, eu me furava eu mesma (Júlia, 36 anos, abusada sexualmente pelo, aos 17 anos).

Problemas na esfera sexual

Além de problemas emocionais, a experiência abusiva predispõe crianças/meninas e mulheres a problemas na esfera sexual e a sérias dificuldades nos relacionamentos afetivos.

Comportamento sexual inadequado para a idade é uma alteração frequentemente identificada em meninas menores abusadas sexualmente, o que pode levá-las à prostituição.

(...) Acho que ser abusada pelo meu padrasto despertou a minha curiosidade e deu vontade de conhecer o sexo mais cedo, aí perdi minha virgindade aos dez anos e caí na prostituição (Alice, 18 anos, abusada sexualmente pelo padrasto dos 9 aos 10 anos).

Contradição entre gênero e o sexo

A vivência de abuso sexual contribuiu para que algumas participantes se sentissem confusas quanto à identidade sexual.

(...) Para mim nenhum homem presta: tenho nojo de homem, para mim são todos iguais, por isso gosto de me relacionar com mulheres. Me casei para agradar aos meus irmãos, meu marido cuida de mim, mas eu não gosto de homem e hoje eu gosto de uma mulher, mas ela nem sabe (Mel, 35 anos abusada sexualmente pelo pai dos 6 aos 13 anos).

Dificuldades para se relacionar com pessoas do mesmo sexo do abusador

Pessoas que foram abusadas sexualmente na infância tendem a apresentar dificuldades para se relacionar com pessoas do mesmo sexo do autor do abuso; nesta pesquisa, por serem do sexo feminino, as participantes apresentaram dificuldades em se relacionar com homens.

(...) Agradeço a Deus por eu não ser lésbica, porque tantas mulheres que passaram por isto e hoje são lésbicas: É a dificuldade de se relacionar com homens. Mas eu não gosto nem de homem nem de mulher, porque o abuso também me impediu de gostar das pessoas, entendeu? De gostar de outros homens. A gente fica com vergonha da gente mesmo. É como se a pessoa já soubesse que a gente foi abusada (Marta).

(...) Acho que uma coisa que acontece com pessoas que sofrem isso é a vida afetiva. Só tive um namorado e eu não deixava ele chegar nem perto de mim direito e até hoje eu não consigo namorar com ninguém. É medo. Como se tivesse medo de homem, inclusive do meu pai. Até hoje eu só falo com ele o necessário e se possível peço a minha mãe pra falar com ele porque eu não chego perto dele (Eva).

Dificuldades para atingir o orgasmo

A experiência de abuso sexual na infância pode afetar a sexualidade da mulher, sendo a dificuldade para atingir o orgasmo, uma das queixas referidas pelas participantes desta pesquisa.

(...) Afetou a minha sexualidade, porque até hoje eu não consigo ter um orgasmo se não for manipulando. Em todos os relacionamentos na hora, quando eu lembro que eu vou querer daquela forma e se ele não gostar? Aí é que eu não consigo (Isaura).

DISCUSSÃO

A vivência de abuso sexual afetou o convívio familiar das participantes desta pesquisa, conforme se pode ver nos relatos de acentuadas discussões e outras agressões, mostrando que o abuso sexual desencadeia um processo de afastamento entre os membros da família, sobretudo entre a mãe e a filha abusada. E embora vivenciem

outras experiências cotidianas, a questão central gira em torno do abuso sexual, situação que as perseguem e que é difícil de ser encarada.

Esta reação materna é um dado comumente encontrado quando o autor do abuso é o pai ou o padrasto, constituindo uma tentativa injusta de buscar na conduta da criança ou adolescente justificativas para compartilhar a culpa e a responsabilidade pela vivência abusiva⁽⁸⁾.

Muitas mães ignoram o abuso que a filha sofre e optam por mantê-lo encoberto, na ilusão de que esta atitude manterá a estabilidade familiar, sendo elas a também guardar o segredo, principalmente por medo de expor um problema familiar, seja por temer as consequências, pelo desejo de manter a família unida ou por dependência emocional e financeira⁽⁹⁻¹⁰⁾.

Eis porque elas não denunciam os autores do abuso, segundo pudemos perceber nesta pesquisa: das nove situações, apenas quatro foram notificadas oficialmente. Para essas mães, denunciar o companheiro é uma demonstração de fracasso como mãe e como mulher⁽¹¹⁻¹²⁾.

Agindo dessa maneira, elas põem em risco não só as filhas, mas os demais membros da família⁽¹³⁾, de maneira que um cotidiano familiar em que há a presença do abuso sexual guarda uma centralidade subterrânea, normalmente permeada pelo silêncio em um imaginário de medo, constante apreensão e repetição, afetando a saúde da família, sobretudo o desenvolvimento emocional da criança ou adolescente, refletindo-se nestas últimas pela vida afora.

Conforme a criança ou adolescente vai ficando mais velha, algumas alterações provenientes do abuso tendem a diminuir, enquanto outras vão surgindo ou se intensificando⁽¹⁴⁾. Neste sentido, crianças maiores e adolescentes expostas a situações abusivas podem apresentar sérias alterações funcionais e comportamentais, entre as quais, condutas hipersexualizadas e gravidez.

Conduta hipersexualizada ou comportamento sexual inadequado para a idade é uma alteração frequente em crianças menores abusadas sexualmente, referindo-se a experiências sexuais precoces, comportamento indicativo do abuso sexual⁽¹⁵⁾ confirmado em laudos periciais uma frequência de 42% em crianças de 7 a 10 anos⁽¹⁴⁾.

No respeitante à gravidez, esta constitui um efeito frequente das situações abusivas, sendo muitas vezes a única forma de revelação, podendo ter como desdobramento a interrupção e o nascimento de uma criança, que posteriormente poderá ser rejeitada pela mãe⁽¹⁶⁾. Na situação apresentada nesta pesquisa, apesar das tentativas

da participante, a mãe e as irmãs não deram importância ao fato, o que contribuiu para que os episódios abusivos se prolongassem, resultando em gravidez.

De maneira que determinados autores ⁽¹³⁻¹⁷⁾ nos ajudam a pensar que a gestão do cuidado em situações semelhantes inclui o apoio às famílias. Como profissionais do cuidado esta questão demanda, pois, nossa reflexão, no sentido do apoio à família da criança/adolescente grávida, para que esta se adéque às mudanças advindas deste novo elemento, que fará parte do ritual familiar após o nascimento de um novo membro.

Isto nos remete à *solidariedade orgânica*, que, sendo sinônimo de ajuda mútua, está caracterizada pelo afetivo e o sensível, constituindo uma reação espontânea ou resposta intuitiva indo além das relações de vizinhança ⁽¹⁸⁾. Outros autores explicam que este tipo de solidariedade se opõe à *solidariedade mecânica* ⁽¹⁹⁾ pautada na ordem do dever ser ou da obrigatoriedade. Assim, para melhor compreender o contexto em que o fenômeno ocorre, recomenda-se que tenhamos uma visão ampliada para além da vítima, estendendo-se pelo menos aos principais envolvidos: a mãe, o pai e/ou abusador e a criança, a personagem principal ⁽¹³⁾.

Do contrário, sem apoio e negligenciadas, muitas crianças e adolescentes sofrem mais intensamente, fogem de casa e se refugiam na rua, buscando saídas para a opressão que a experiência abusiva lhes proporcionou. Buscam respiradouros para aliviar o peso gerado para um viver saudável ⁽²⁰⁾

Contudo, o espaço da rua expõe estas crianças e adolescentes a outros riscos, tais como o uso de drogas e a prostituição. De sorte que, o abuso sexual na família constitui um fator de risco que se prolonga por toda a vida, existindo uma tendência de que suas vítimas adotem comportamentos prejudiciais a si próprias, como o uso de drogas ⁽²¹⁾. São comportamentos que além de não amenizarem o sofrimento provocado pela experiência abusiva, ainda intensificam os danos à saúde.

Estas situações são identificadas como uma *sabedoria trágica* ⁽²²⁾ que consiste em uma espécie de refúgio ou prova de resistência onde as pessoas tentam se enganar diante do trágico do destino, ainda que momentaneamente e arriscam a vida se entregando a excessos.

Desta maneira, a experiência de ser abusada sexualmente na infância ou adolescência constitui um trauma que acompanhará a mulher em sua vida adulta em todas as situações e nos relacionamentos interpessoais ⁽⁸⁾ podendo trazer repercussões para a sua sexualidade, como a presença do Transtorno da Identidade de Gênero (TIG).

Também identificado como transsexualismo, o TIG tem como características, intensa identificação com o gênero oposto ao de nascimento, desconforto e inadequação no papel social com o seu sexo⁽²³⁾.

De modo que alguns estudiosos ao investigarem a presença de TIG acompanhado de depressão, em uma mulher com problemas de identificação de gênero constataram que esses estavam associados à sua história familiar de exposição prolongada ao abuso incestuoso⁽²⁴⁾.

Percebemos que essas implicações passam a integrar o cotidiano de muitas mulheres, causando-lhes sofrimentos intensos, que podem culminar em baixa autoestima, depressão, tentativas de suicídio, comportamentos autodestrutivos, problemas na esfera sexual e ideias homicidas, sinais que refletem o sentimento trágico da vida, fio condutor do nosso progresso moral, a fatalidade devendo ser compreendida como um elemento estruturante da vida humana, da qual não podemos fugir.

Em vítimas de abuso sexual na infância ou adolescência, a baixa autoestima é uma das alterações emocionais mais frequentes e de maior gravidade, que, presente desde a infância, se prolonga até a idade adulta^(25,26).

Além dessa, outras alterações emocionais e comportamentais presentes em muitas mulheres podem estar associadas a vivências de abuso sexual na infância ou adolescência, oportunidade em que destacamos a reprodução de um medo ameaçador que contribui para que modifiquem suas maneiras de se relacionar, provocando reações inesperadas como paralisação, entrega ou agressão⁽²⁷⁾.

Sendo que cada pessoa, de acordo com seu ritmo, busca a harmonia para lidar com essa, como também, com outras vivências cotidianas⁽²⁸⁾, em que cada uma tem um limiar que as faz suportar de forma diferente o mesmo acontecimento cotidiano.

Ou seja, cada uma tem seu ponto de tolerância aos problemas e aí se esgota o interesse de dar prosseguimento a um projeto de vida: para algumas pessoas isto culmina com tentativas de suicídio.

Ponto de tolerância e limite significam a mesma coisa, o senso do limite sendo a sua tomada de consciência do mesmo. De modo que só é possível a uma pessoa afirmar e se afirmar ao reconhecer sua incompletude e seu limite⁽²⁹⁾, isto é, ao tomar consciência do nosso limite, passamos a compreender o que acontece conosco e a controlar nossas impulsividades.

Assim, ao se afirmar que em termos mais familiares a vida talvez não valha nada, mas nada vale o preço da vida ^(30:321), discute-se uma questão que transcende valores ideológicos ou qualquer tipo de ilusão, a saber, o valor da vida ⁽²²⁾ fazendo-nos pensar que mesmo diante da vivência de abuso sexual atentar contra a própria vida não seria a melhor maneira de enfrentar o problema.

De maneira que elas também demonstraram vontade de continuar a viver como prova da potência subterrânea existente em cada uma, algo que se transformará em energia para transcender os prejuízos ocasionados pelo abuso, partindo do apoio que terão de suas redes afetivas: família, serviços e amigos.

CONCLUSÃO

A vivência de abuso sexual no contexto familiar marcou o cotidiano das participantes, afetando a convivência e as interações familiares. Independentemente do número de episódios ou do tipo de abuso praticado, as repercussões da experiência se potencializaram, acarretando sérios prejuízos emocionais, que passaram a integrar o cotidiano, levando-as a sofrimentos intensos.

Estes resultados mostram que o abuso sexual no contexto familiar rompe o imaginário de família como garantia de segurança. Isso nos alerta, pois, para a necessidade de um olhar atento e de uma escuta sensível para diversos transtornos em mulheres/crianças e adolescentes, considerando que estes transtornos podem estar associados a vivências de abuso sexual, merecendo, portanto, a atenção cuidadosa de enfermeiras, da equipe de saúde e de profissionais de redes de apoio social a mulheres, crianças e adolescentes em situação de violência.

A presente construção traz subsídios para ampliar a visão sobre os prejuízos sofridos por vivências de abuso sexual para o cotidiano de mulheres/crianças e adolescentes e suas famílias.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde; Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço [Internet]. Brasília; 2002. [citado 2014 nov. 15]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf
2. Habigzank LF, Ramos MS, Koller SH. A revelação do abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. *Psic.: Teor. e Pesq.* 2011; 27(4): 467-73.

3. Santos SR. As implicações subjetivas na família e na criança a partir do abuso sexual. *Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar* [Internet]. 2012 [cited 2014 Oct 25];8(4):115-22. Available from: <http://revista.univar.edu.br./index.php/interdisciplinar/article/view/91>
4. Maffesolli M. O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulinas; 2010.
5. Nobrega JF, Nitschke RG, Souza AIJ, Santos EKA. A sociologia compreensiva de Michel Maffesoli: implicações para a pesquisa em enfermagem. *Cogitare Enferm* [Internet]. 2012 [cited 2014 Oct 25]; 17(2):373-6. Available from: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/24572>
6. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec; 2010.
7. Brasil. Ministério da Saúde; Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília; 2012.
8. Arpini DM, Siqueira AC, Savenagno SDO. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. *Psicol. teor. prá.* 2012; 14(2): 88-101.
9. Teixeira-Filho FS, Rondini CA, Silva JM, Araújo MV. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. *Psicol Soc* [Internet]. 2013 [cited 2014 Sep 23]; 25(1):90-102. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/11.pdf>.
10. Cantelmo CA, Cavalcante TP, Costa LF. A menina mãe: incesto e maternidade. *Fractal Rev Psicol* [Internet]. 2011 [cited 2014 Sep 25]; 23(1):137-54. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a10.pdf>
11. Martins CBG, Jorge MHPM. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto contexto enferm* [Internet]. 2010 [cited 2014 Sep 25]; 19(2):246-55. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>
12. Eloy CB, Constantino EPA. Psicologia e a judicialização nos casos de violência sexual. *Rev. psicol. polit* [Internet]. 2012 [cited 2015 Jan 21]; 12(23):139-52. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n23/v12n23a10.pdf>
13. Santos SS, Pelisoli C, Dell'Aglio DD. Desvendando Segredos. Padrões e dinâmicas familiares no abuso sexual infantil. In: Habigzang LF, Koller S, organizadores.

Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: ArtMed; 2012. P.55-68.

14. Gava LL, Silva DLG, Dell’Agllo DD. Sintomas e quadros psicopatológicos identificados nas perícias em situações de abuso sexual infanto-juvenil. Psico [Internet]. 2013 [cited 2015 Feb 17]; 44(2):235-44. Available from: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11467>

15. Habigzang LF. Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: Habigzang LF, Koller S, organizador. Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática. p.221-231. Porto Alegre: Artmed; 2012. 278 p.

16. Altoé S, Jorge MAC. Um ato de amor paradoxal. Tempo psicanal [Internet]. 2012 [cited 2014 Sep 17];26(1):146-70. Available from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v46n1/v46n1a11.pdf>

17. Stechna SB. Childhood pregnancy as a result of incest: a case report and literature review with suggested management strategies. J Pediatr Adolesc Gynecol [Internet]. 2011 [cited 2014 Sep 17]; 24(3):83-6. Available from: [http://www.jpagonline.org/article/S1083-3188\(10\)00335-9/fulltext](http://www.jpagonline.org/article/S1083-3188(10)00335-9/fulltext)

18. Maffesoli M. O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulinas; 2009.

19. Pereima RSMR, Reibnitz KS, Martini JG, Nitschke RG. Doação de sangue: solidariedade mecânica versus solidariedade orgânica. Rev. Bras. Enferm. 2010; 63(2): 322-7.

20. Tholl AD, Nitschke RG. A ambiguidade de sentimentos vivenciados no cotidiano da equipe de enfermagem pediátrica. Rev. Soc. Bras. Enferm. Pediatr.2012; 12(1): 17-26.

21. Miura PO, Passarini GMR, Ferreira LS , Paixão RAP , Tardivo LSPC, Barrientos DMS. Vulnerabilidade cumulativa: Estudo de um Caso de Violência Doméstica, Toxicodependência e Gravidez na Adolescência. Enferm USP [Internet]. 2014 [cited 2014 Jul 14]; 48(n.spe2):53-8. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000800053&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

22. Maffesoli M. O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk; 2003.

23. Val AC, Melo APS, Grande-Fulanna I, Gomez-Gil E. Transtorno de identidade de gênero (TIG) e orientação sexual. **Rev Bras Psiquiatr** [Internet]. 2010 [cited 2014 Sep 17]; 32(2):192-3. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/rbp/v32n2/16.pdf>
24. Piegza M, Leksowska A, Pudlo R, Badura-Brzoza K, Matysiakiewicz J, Gierlotka Z et al. Gender identity disorders or andromimetic behaviour in a victim of incest – a case study. *Psychiatr Pol* [Internet]. 2014 [cited 2015 Jan 23]; 48(1):135-44. Available from: http://www.psychiatriapolska.pl/uploads/images/PP_1_2014/PiegzaENGverPsychiatrPo12014v48i1.pdf
25. Borges JL, Dell'Àglio DD. Exposição ao abuso sexual infantil e suas repercussões neuropsicobiológicas. In: Habigzang LF, Koller S, organizador. **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. p.94-106. Porto Alegre: ArtMed; 2012. 278 p.
26. Seloilwe ES, Thupayagale-Tshweneagae G. Sexual abuse and violence among adolescent girls in Botswana: a mental health perspective. *Issues Ment Health Nurs*. [Internet]. 2009 [cited 2015 Mar 05]; 30(7):456-9. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01612840903039367#preview>
27. Labronici LM, Fegadoli D, C MEC. Significado da violência sexual na manifestação da Corporeidade: um estudo fenomenológico. *Enferm USP* [Internet]. 2014 [cited 2014 Jul 14]; 44(2):401-6. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000200023&lng=pt&nrm=iso
28. Ghiorzi AR. Entre o dito e o não dito: da percepção à expressão comunicacional. Florianópolis: s.n; 2004.
29. Maffesoli M. A conquista do presente. Rio de Janeiro: Rocco; 1984.
30. Maffesoli M. Algumas notas edificantes e curiosas escritas para o uso daqueles que querem pensar o mundo tal como ele é. *Famecos: mídia, cultura e tecnologia* [Internet]. 2011 [cited 2015 Mar 05]; 18(2):312-26. Available from: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/famecos/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/9463/6556>

5.4 REDE DE INTERAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS EM UM QUOTIDIANO DE ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA DE MULHERES NORDESTINA

REDE DE INTERAÇÕES FAMILIARES E SOCIAIS EM UM QUOTIDIANO DE ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA DE MULHERES NORDESTINA

Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira¹; Normélia Maria Freire Diniz²

¹Doutora em Enfermagem, Professora Assistente, Colegiado de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE, Brasil. E-mail: olindalira@gmail.com

²Doutora em Enfermagem. Professora Associada IV, Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. . E-mail: normeliadiniz@gmail.com

Autor correspondente: Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. Rua Lucas Roberto de Araújo, Condomínio Sol Nascente I. Cidade universitária, CEP: 56332720, Petrolina, PE, Brasil. E-mail: Olinda lira@gmail.com

RESUMO

OBJETIVO: Compreender o cotidiano de abuso sexual na infância de mulheres e suas redes de interações familiares e sociais

MÉTODO: Os dados foram obtidos por meio de entrevista não estruturada aplicada a nove mulheres com idades entre 18 e 53 anos, atendidas em um Centro de Referência da Mulher, situado no sertão semiárido de Pernambuco. Para isso, nós nos baseamos na Sociologia Compreensiva e do cotidiano, tendo por suporte metodológico os pressupostos teóricos e da sensibilidade.

RESULTADOS: A experiência de abuso afetou a convivência familiar, marcada por ressentimentos e pouca afetividade, sobretudo entre as participantes e suas mães, gerando necessidades que demandaram o apoio de pessoas e a integração de diferentes saberes profissionais.

CONCLUSÃO: Para superar vivências de abuso sexual, mulheres precisam de apoio afetivo em suas redes de interação e de um cuidado transdisciplinar, amparado na solidariedade e na razão sensível.

DESCRITORES: Violência contra a mulher; abuso sexual na infância; relações familiares; saúde da família; atividades cotidianas.

FAMILY AND SOCIAL INTERACTION NETWORK IN A QUOTIDIAN OF SEXUAL ABUSE ON NORTHEASTERN WOMEN CHILDHOOD

RESUME:

OBJECTIVE: To understand the daily life of sexually abused in childhood or adolescence women in their familiar and social network interactions.

METHODS: Data were obtained through unstructured interview applied to nine women between 18 and 53 years attending a Women's Reference Center (CRAM) located at the semi-arid interior of Pernambuco / Brazil and interpretation were grounded in the Comprehensive Sociology and everyday life with the support methodological theoretical assumptions and sensitivity.

RESULTS: The abusive experience affected the family life that was marked by resentment and little affection, especially among participants and their mothers, generating needs which demanded the support of people and the integration of different professional knowledge.

CONCLUSION: To transfigure experiences of sexual abuse women need emotional support in their interaction networks and a trans-disciplinary care supported solidarity and sensitive reason.

INTRODUÇÃO

A vivência de abuso sexual no contexto familiar afeta os membros da família em um cotidiano marcado por relações de poder e subordinação, incluindo-se entre as vivências cotidianas classificadas como extremamente ritualizadas, compartilhadas em silêncio, pelo medo de enfrentá-las, uma vez que, para os seus membros, constitui uma ameaça ao equilíbrio familiar¹.

O fenômeno ganha dimensões de problema de saúde pública e ocorre com maior frequência entre as mulheres: os dados epidemiológicos estimam que cerca de 20% das mulheres têm história de alguma forma de abuso sexual na infância ou adolescência² contra 5 a 10% dos homens.

No Brasil, as estatísticas mostram que a maior incidência de notificações de abuso sexual em meninas (45,5%) aconteceu na faixa etária de 0 e 9 anos, seguido de perto pelas meninas na faixa etária de 10 a 19 anos³. Alguns autores justificam essa

prevalência como sendo fruto da desigualdade entre os gêneros, que tem suas raízes no patriarcado, fortemente enraizado em relações de dominação que acentuam a submissão da mulher⁴.

De forma que os padrões familiares em situações de abuso sexual apontam para a relação de poder como fator preponderante, juntamente com a falta de comunicação entre os membros da família, sendo os baixos níveis de afetividade e os altos níveis de conflito características comumente encontradas em famílias abusivas⁵.

Nestas circunstâncias, a vivência de abuso sexual compromete a harmonia e a saúde da família, gerando inúmeros problemas, que, devido à complexidade, demandam a articulação de diversos saberes, através de interações e de um trabalho profissional interligado, com vistas a oferecer o suporte adequado às necessidades de seus membros.

Essas interações são compreendidas como redes de relações sociais⁶, que, mediante as noções de alteridade, complementaridade e solidariedade orgânica trazem a ideia de comunhão de sentimentos e de afeto, características de um novo tempo norteado por uma aura proveniente do corpo social, uma sensibilidade coletiva denominada estética do sentimento, caracterizada pela “abertura para os outros, para o outro”⁷⁻⁴⁴.

Avança-se, assim, de uma lógica de características individuais para uma lógica com ênfase no coletivo, movida por uma pulsão gregária que faz com que a pessoa integre grupos de convivência⁷, lugares do social, do “estar-junto com” outras pessoas em espaços de afeto e de cuidado, constituindo a sua ambiência afetiva.

Em se tratando de mulheres, crianças ou adolescentes que vivenciaram o abuso sexual, esta ambiência abrange, além de familiares e amigos, diversos espaços sociais e serviços, incluindo aí as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), Conselho Tutelar e serviços de saúde, espaços de orientações e troca de experiências que integram uma rede de apoio pautada no “acolhimento, escuta sensível, incentivo e estímulo”^{8:990} que, de forma transdisciplinar, contribuem para que essas mulheres transfigurem o imaginário do abuso sexual.

No que diz respeito à saúde, a transdisciplinaridade não é simplesmente uma justaposição ou aproximação de saberes, mas uma integração e interação de diversos conhecimentos que se complementam para um cuidar sensível e o atendimento às necessidades da pessoa ¹.

Assim, partindo do entrelaçamento de ideias sobre ambiência afetiva, alteridade, complementaridade e redes de interação social, esta pesquisa teve o objetivo de compreender o cotidiano do abuso sexual na infância de mulheres e suas redes de interações familiares e sociais. Considerando a pouca exploração deste aspecto, esta pesquisa oferece elementos que auxiliarão na atuação da equipe transdisciplinar, sobretudo da enfermagem, no atendimento às necessidades de mulheres que vivenciaram abuso sexual no contexto familiar na infância e ou adolescência.

MÉTODOS

Pesquisa qualitativa embasada em noções da Sociologia Compreensiva ⁹ que, mediante os cinco pressupostos teóricos e da sensibilidade (crítica do dualismo esquemático, a forma, uma sensibilidade relativista, uma pesquisa estilística e um pensamento libertário) propõe a adoção do “método aberto”, atribuindo-lhe a capacidade de captar e ressaltar detalhes, contornos e limites do dado social, impossíveis de serem captados pela sociologia tradicional.

Dos cinco pressupostos “a forma” é ressaltada por sua utilidade metodológica ⁹ que permite destacar inúmeras situações da vida de todo dia. Através do neologismo “*formismo*” propõe-se o uso de atitudes que se complementam, tais como razão e emoção, para poder compreender em profundidade o conteúdo daquilo que se busca por meio de uma *sensibilidade relativista*, capaz de reconhecer que, não existindo uma realidade única nem certeza absoluta, necessitamos da integração de diferentes saberes para dar conta do dado social encontrado.

De forma que existe um *estilo cotidiano* constituído por gestos, palavras, teatralidade, mostrado em uma *pesquisa estilística* que se correlaciona com o formismo, mostrando a necessidade que tem o pesquisador de saber se expressar por meio de linguagem clara e sugestiva. Para tanto, na elaboração de um texto, o pesquisador precisa ter um *pensamento libertário* que lhe permita utilizar recursos

alternativos, tais como metáforas e analogias, que favorecem sentir pequenos detalhes, valorizar sugestões e diferentes modos de pensar.

Na pesquisa em curso, estes pressupostos constituíram o horizonte na busca por categorias que emergissem de vivências cotidianas de nove mulheres atendidas em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência (CRAM) situado na região do semiárido de Pernambuco que foram selecionadas por ter idade mínima de 18 anos e ter vivenciado o abuso sexual na infância/adolescência no contexto familiar.

A aproximação com estas mulheres se deu através do projeto de extensão “Oficinas Interventivas com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”, com dados coletados entre junho e novembro de 2014 por meio de entrevista não estruturada, modalidade que se adequa ao objeto estudado permitindo a obtenção mais detalhada de informações sobre o mesmo¹⁰.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (protocolo 684.203) cuja confidencialidade e sigilo foram mantidos em respeito aos aspectos éticos e legais da pesquisa em seres humanos¹¹, sendo as participantes identificadas pelos seguintes nomes fictícios: Eva, Marta, Clara, Rosa, Júlia, Lara, Alice, Isaura e Mel.

Para dar sentido à diversidade dos “fenômenos sociais”⁹ encontrados, os dados foram agrupados por afinidade, formando as seguintes categorias: lembranças do cotidiano de abuso sexual; o cotidiano familiar de quem vivencia o abuso sexual; famílias abusivas e a ambiência partilhada: família e serviços de apoio social.

RESULTADOS

As mulheres participantes tinham idade entre 18 e 53 anos, maior nível de escolaridade o ensino médio completo. Quatro eram solteiras, uma em união consensual, duas casadas, uma viúva e uma divorciada. No que se refere à renda mensal, sete estavam desempregadas e dependiam financeiramente da família, uma era aposentada e uma recebia um salário mínimo. Sete tinham filhos, sendo que em uma das situações, a filha era resultado do abuso sexual perpetrado pelo padrasto.

É importante destacar que essas mulheres tinham entre 4 e 17 anos quando o abuso sexual ocorreu pela primeira vez e seis delas tinham menos de dez anos. A revelação do fato ocorreu entre os onze e os cinquenta e três anos, com duração média dos episódios abusivos equivalente a 12 anos.

A situação abusiva mais prolongada foi a da participante Eva, 28 anos, abusada sexualmente por três primos, dos 4 aos 18 anos e a situação de menor duração ocorreu em um único episódio, conforme relatado pela participante Júlia, 36 anos, abusada sexualmente pelo pai aos 17 anos, enquanto dormia.

Quanto às demais participantes, Marta, 19 anos e Mel, 35 anos também foram abusadas sexualmente por seus pais: Marta, dos 8 aos 17 anos e Mel dos 9 aos 13 anos. Clara e Lara, ambas de 21 anos e Alice, 18 tiveram como abusadores os padrastos: Clara, declarou ter sofrido abuso sexual dos 11 aos 18 anos, Lara, dos 7 aos 11 anos e Alice, dos 9 aos 10 anos pelo padrasto. A participante Isaura, 53 anos, afirmou ter sofrido abuso sexual por parte dos irmãos dos 6 aos 11 anos, mantendo isso oculto da família por toda a vida.

Das nove situações, apenas quatro foram denunciadas oficialmente, com punição dos autores e aplicação de medidas de proteção para acompanhamento das vítimas. O fato comprova a existência de subnotificação e ocultação de um fenômeno que só é descoberto durante o tempo em que ocorre em aproximadamente 2% dos casos, estimando-se que apenas 5% das situações são resolvidas judicialmente¹².

A compreensão do cotidiano de abuso sexual das participantes e suas redes de interação está apresentado nas categorias que se seguem:

Lembranças do cotidiano de abuso sexual: imaginário de insegurança, medo e desrespeito.

Os relatos apontam para a vivência traumática de abuso sexual no ambiente familiar, o que põs em dúvidas a família como espaço de garantia de segurança aos seus membros.

(...) Quando o abuso aconteceu pela primeira vez, eu estava dormindo e acordei sentindo uma dor imensa: era um dos meus primos me abusando. Ele colocou a mão na

minha boca para ninguém ouvir meu grito de dor nem meu choro. Me lembro dessa primeira vez como se fosse hoje. Fiquei com muito medo e assustada (Eva).

(...) Foi na adolescência quando eu sofri o abuso sexual e só aconteceu esta vez. No dia, eu estava bebendo com minhas amigas, mas eu não tava bêbada, só tomei umas cervejas e fui para casa (acho que era coisa que tinha de acontecer) aí acordei com um homem em cima de mim, era meu pai que já tava tendo a relação (Júlia).

(...) Em uma das vezes meu padrasto não respeitou nem a menina que trabalhava em minha casa, me trancou no banheiro com ele e disse que se eu gritasse iria ser pior. Na hora a relação sexual aconteceu ali, dentro do banheiro mesmo(Lara).

O cotidiano familiar de quem vivencia abuso sexual

A dinâmica familiar das participantes após a revelação do abuso apresentou características comumente identificadas em famílias incestuosas, como o descrédito no relato da criança/adolescente, as frequentes discussões e o distanciamento entre a mãe, a filha abusada e o pai ou o padrasto, quando estes são autores da vivência abusiva.

(...) Não soube mais dos meus pais... Sei lá (riso), não sei se ainda vivem juntos, eu perdi o contato e também não quero contato com eles. Meus irmãos devem estar com eles porque mesmo o que morava aqui não mora mais(Marta).

(...) Quanto ao abuso praticado por meus irmãos, deixou uma distância entre nós, então eu não tenho aquela afinidade, gosto deles demais, mas por conta disto que ficou na minha mente me bloqueou em tratá-los como irmãos(Isaura).

Ninguém da minha família se incomodava quando eu contava sobre o abuso, minha mãe não acreditava em mim e depois ninguém quis testemunhar a meu favor, apesar de saber o que tinha acontecido(Clara).

Minha vida mudou. Depois da revelação do abuso minha mãe começou a me agredir com palavras, ela jogou na minha cara que isto tudo aconteceu por que eu quis, por isto eu tenho que sair da casa dela e ter meu canto com minha filha (Lara).

A ambiência partilhada em situações de abuso sexual: Interações entre a família e os serviços de apoio.

Um quotidiano de abuso sexual dá lugar a inúmeras necessidades que nesta pesquisa foram amenizadas pelo apoio de familiares e interação de diversos serviços.

O apoio da família

(...) A primeira vez que eu fugi de casa por causa do abuso meu pai me acolheu sem nem saber o que tava acontecendo e até hoje ele é a melhor pessoa do mundo (choro), a única pessoa que me escuta quando eu tô precisando(Lara)”

(...) Minha mãe não deixava ninguém tocar em mim, ela me protegia. Quando eu dizia o que meu pai fazia, ou quando ela via que ele ficava tomando banho com a porta aberta, me chamando para ver, ela dizia para eu sair e falava pra ele tomar vergonha. Ela dizia: eu vou deixar ele, minha filha, e quando eu tinha nove anos eles se separaram (Mel).

(...) Depois que o abuso foi descoberto, passei a morar com minhas irmãs, até hoje elas cuidam de mim (Rosa).

A intervenção da escola foi fundamental para a detecção e interrupção de situações abusivas.

(...)Uma professora da escola percebeu minha mudança de comportamento e denunciou ao Conselho Tutelar, porque quando tinha palestra sobre pedofilia, eu me escondia e ficava nervosa, aí ela me perguntou: “Você tá sendo abusada?” E aí fiquei nervosa e neguei. Ela sempre fazendo estas perguntas e eu sempre dizendo que não, só que no fundo eu sabia o que era que eu passava(Marta).

(...)Eu contei para minha professora que estava sendo abusada pelo meu padrasto. Aí ela me orientou a falar com minha mãe. Ela disse: Fale com sua mãe, porque eu sou apenas sua professora, eu já faço muito te dando conselhos e eu não sou de me meter, e aí eu decidi contar(Lara).

Além da escola, a DEAM, como um elo da rede de apoio estabeleceu interações com o Conselho Tutelar e com o CRAM, contribuindo com a notificação, investigação e devidos encaminhamentos das situações abusivas.

“(…)Quando aconteceu o estupro fui na DEAM, denunciei meu padrasto, que foi preso, passando dois anos na cadeia (Rosa).

“(…)Quando minha mãe flagrou meu padrasto de toalha, acorrido na minha cama, ela denunciou à DEAM e me encaminharam ao Conselho Tutelar (Lara).

“(…)Depois de tantas tentativas prestei queixas na DEAM, eles só fizeram me encaminhar para o CRAM para acompanhamento porque realmente eu preciso de ajuda, porque do jeito que tá nem eu vou me aguentar mais(Clara).

Como órgão de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar buscou acolher as vítimas e suas famílias, atendendo às demandas geradas, sobretudo pela articulação com outros serviços da rede de apoio social.

(…)Quando o Conselho Tutelar chegou foi incrível (rindo), eu tava na escola e meu irmão foi me chamar, aí eu já fiquei com medo (só podia ser por causa do abuso). Aí as conselheiras falaram que eu e meu pai tínhamos que ir para o Conselho Tutelar. Uma delas me abraçou, todas olharam para mim e eu mesma me entreguei, perguntei: isto é pelo que meu pai fez comigo, não é? E elas perguntaram o que ele tinha feito e eu não tinha como negar. Aí não foi mais permitida a minha volta para casa e eu fui levada para uma casa de recuperação para me recuperar do trauma(Marta).

Contudo, em serviços como o Programa Sentinela, parece ter havido pouca habilidade pela profissional de atendimento, cuja a abordagem foi pontual e limitada ao protocolo de atendimento.

(…)O Conselho Tutelar me encaminhou ao Programa Sentinela, o carro me pegava na porta de casa e me levava. Mas eu não me abria com a psicóloga, não me sentia segura, não sentia confiança e não me abria com ela, me ajudou um pouco, mas não foi totalmente(Lara).

DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, buscamos inicialmente reunir elementos que facilitassem a compreensão do cotidiano das participantes à época em que o abuso ocorreu, sendo possível compreender que as famílias colocaram em risco sua segurança, já que foi no espaço do lar que elas protagonizaram a vivência traumática de serem abusadas sexualmente, contrariando o ideal de família como espaço de crescimento e fortalecimento afetivo.

Assim, mostraram características comumente encontradas em famílias incestuosas, tais como o domínio que o autor do abuso exerce sobre a vítima de forma direta e de forma indireta sobre os demais membros da família, que também sofreram os prejuízos da situação abusiva.

De forma que existe a compreensão de que “O cotidiano de uma família é marcado por mitos, ritos, valores, heróis, segredos, não ditos que construirão a sua memória”⁽¹⁻¹⁰⁸⁾. Cada uma tem um jeito próprio de ser em um cotidiano de regras e compartilhamento de experiências vivenciadas, que ajudam a construir a história familiar. Nesta pesquisa, foram apresentadas construções tristes, que, em meio à injustiça do abuso sexual, acarretaram sofrimentos e segredos.

De certo que a casa pode transmitir segurança à família, não pelo simples espaço físico de abrigo, mas porque nela habitam diuturnamente as mesmas pessoas que em seus limites e rituais desenvolvem uma relação de confiança e de respeito mútuo. Por isso, consideramos o termo “lar” mais adequado para traduzir a morada como espaço de cuidado com o outro, tornado possível por meio de interações em relações de confiança, que contribuem para a segurança dos seus membros mediante o diálogo, o compartilhamento de emoções e a ajuda mútua.

No entanto, não foi o que estas mulheres vivenciaram: ao invés de ninho que as acolhe, os seus lares foram espaços de desamparo, já que na maior parte, além da desconfiança, não havia interações entre os seus membros, sobretudo na tríade filha abusada, mãe e autor do abuso, em um imaginário de medo e desconfianças favorecendo o distanciamento afetivo entre eles, confirmando o achado de alguns estudos.¹³⁻¹⁴

A sensação de desamparo despertou a necessidade de apoio e acolhimento, traduzindo uma incompletude que foi complementada por alguns familiares (um pai e duas mães) mas sobretudo, por outros elementos das redes de interações das participantes. Neste contexto, a incompletude é discutida como característica inerente à vida humana, sendo o desejo em completá-la ou a complementaridade, aquilo que orienta as ações humanas.¹

A incompletude remete à alteridade, ou ao “sentimento de pertencer, de fazer parte de um grupo, de ser alguém, de pertencer a um território, ter uma preferência sexual, musical, esportiva, religiosa.”^{15:48} De maneira que a alteridade é um elemento que marca as relações, mostrando a necessidade da troca ou complementaridade, em uma compreensão de que se não somos completos precisamos dos outros.

Podemos encontrar complementaridade nos grupos de convivência, no respeito às diferenças, nas trocas de conhecimentos e habilidades que se complementam e enriquecem as relações¹⁶ que nesta pesquisa foi encontrada nas interações estabelecidas entre as participantes e profissionais de instituições de apoio social, sobretudo professores, equipe de saúde e conselheiros tutelares.

De modo que cada pessoa espera ser cuidada por alguém aberto a compreender sua queixa, “mesmo que seja repetitiva e rotineira, alguém que saiba a intensidade da dor, seja ela do corpo ou da alma.”^{1:182} Esta sensibilidade é própria da solidariedade orgânica, presente nas relações sociais e que se desenvolve entre os pequenos grupos de convivência cotidiana, os quais buscam se ajudar mutuamente de forma espontânea, ou como resposta intuitiva que vai além das relações de vizinhança.
⁽¹⁶⁾ A solidariedade orgânica se opõe à solidariedade mecânica, que ao contrário da espontaneidade é da ordem do dever ser ou da obrigatoriedade.¹⁷

O trabalho de uma rede de apoio remete portanto, à solidariedade orgânica, que no sentido é apontado como a ajuda mútua à proximidade. A crítica é à solidariedade mecânica, instrumental inerente à modernidade e em defesa da solidariedade orgânica, afetual, no sentido de ser preciso envolver-se, implicar-se com as situações e com outras pessoas.⁷

Este pensamento encontra respaldo no pensamento de autoras ^(18:115) que falam em rede de apoio social, como “o conjunto de sistemas de pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. Para elas, é preciso somar ao apoio social, a afetividade, componente fundamental na construção e manutenção dos vínculos, construída através da aproximação da ambiência na qual as pessoas se inserem.

Pelas noções maffesolianas, isso remete ao presenteísmo, à ambiência afetiva, ao “estar junto com”, o que leva a entendermos a formação de rede como a união de elos ou nós que, neste caso, se refere aos serviços para os quais são encaminhadas mulheres e crianças. Assim, a rede remete ao coletivo e não ao individual, em uma lógica agregativa, pela soma de valores que precedem o calor afetivo, sendo “sempre em relação ao grupo que se vai determinar a vida social” ⁷⁻¹³⁷.

Em outras palavras, “onde quer que encontremos sistemas vivos: organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos, podemos observar que seus componentes estão arranjados à maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para redes” ^{19-77:78}

Acrescentemos que as redes demandam intervenções distintas, representando uma resposta Inter: interconhecimentos, transdisciplinar, interinstitucional, Inter profissional e intersetorial²⁰, isto é, a necessidade de saberes diversos que se complementam na expectativa de apaziguar as necessidades demandadas por uma pessoa ou pelo coletivo.

Um cotidiano de abuso sexual dá lugar a inúmeras necessidades. No caso desta pesquisa, tais necessidades demandaram a integração de diversos saberes profissionais na expectativa de atenuar seus prejuízos. Segundo percebemos, através de articulações com a escola, DEAM, CRAM e Programa Sentinela, o CT teve o papel fundamental de disparador de redes de serviços de apoio, reunindo potencialidades no sentido de poder atender às inúmeras necessidades advindas da experiência abusiva, situações que ferem o princípio constitucional, sendo um tema dos mais complexos e tormentosos no que se refere à violação aos direitos de crianças e adolescentes, cabendo ao CT seu enfrentamento²¹.

A escola teve um papel fundamental na garantia de direitos de duas participantes, firmando-se como espaço privilegiado na suspeição e interrupção de situações abusivas, onde o professor é reconhecido como profissional de grande importância na detecção precoce de situações suspeitas de abuso, considerando que pelo maior tempo de permanência com a criança ou adolescente, reúne mais condições de perceber mudanças de comportamento sugestivas de exposição ao abuso sexual.²²

Foi esta atenção que possibilitou a interrupção de uma situação prolongada de abuso sexual, colocando a vítima em segurança, através do seu encaminhamento ao Conselho Tutelar, órgão que “emerge como um lugar de potentes alianças e com a potência de ser um órgão autônomo financiado com dinheiro público”^{23:48}.

Existem casos em que a convivência com a família pode representar um risco, sendo aconselhável manter o afastamento da criança ou adolescente, que normalmente levada a uma instituição de abrigo por segurança, precisará de solidariedade orgânica e não da simples garantia de direitos, pela certeza de que não tornará a ser abusada.

A necessidade de abrigo é discutida por autores²⁴ que advertem que a retirada da criança do contexto familiar, embora seja mais necessária em determinadas situações, representa uma decisão radical, antecipando o acompanhamento profissional. Além disso, a medida precisa ter caráter temporário, já que, de um lado garante a interrupção do abuso, de outro promove o isolamento, separando crianças e adolescentes da sua rede de interações.

Referente ao CRAM, o serviço é parte indispensável do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, exercendo também papel de articulador de redes de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em consequência da violência de gênero.

Nas situações apresentadas, percebemos a grande contribuição deste órgão no cuidado às mulheres, contribuindo para o seu ajustamento. Lá, elas encontraram, além da garantia de acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica, amparo e se sentiram acolhidas, em uma demonstração de solidariedade

orgânica, não percebida no atendimento dos demais serviços mencionados, a saber, DEAM e Programa Sentinela.

O que ouvimos foram relatos de que nesses serviços as abordagens foram pautadas em uma solidariedade mecânica e pontual, o que contraria o proposta da Rede de Apoio, regrada pelo “acolhimento, escuta sensível, incentivo e estímulo”^{10- 990}. De modo que somente através destas características reuniremos elementos para apreender nuances do vivido de abuso sexual.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa apresentou o cotidiano de mulheres que vivenciaram experiências de abuso sexual em suas redes de interação social e familiar, permitindo apreender os desequilíbrios da convivência familiar, o que demonstra um ambiente desfavorável ao pleno desenvolvimento de seus membros e à resolução de conflitos.

Especialmente em relação à dinâmica familiar, os resultados apresentaram algumas características em comum, tais como conflitos entre os membros da família, principalmente entre mães e filhas, pouco afetividade e ressentimentos.

A principal característica é o afastamento entre mães e filhas, considerando que, após a revelação, muitas mães adotaram a atitude de ignorar suas filhas, contrariando o imaginário de família como garantia de segurança.

Isto dito, percebemos que as participantes não se acomodaram e buscaram auxílio em suas redes de interação, onde puderam contar com a solidariedade de amigos, familiares e da articulação de diversos serviços; no entanto, nem sempre esta tentativa teve sucesso, o que significa que elas nem sempre puderam contar com a solidariedade orgânica, presas a atendimentos que se limitaram ao simples cumprimento de protocolos de atendimento.

De forma que, apesar da tecnologia de que dispomos e de uma política pautada em rede de atendimento, se não modificarmos nossas atitudes não teremos como perceber o que se esconde no silêncio e/ou na tristeza aparentemente sem explicação. Sinalizo a importância de um trabalho em rede com elos constituídos por diferentes saberes que se articulem na convivência com essas mulheres, na perspectiva de crescimento mútuo.

Este material é útil como referencial teórico a ser explorado por profissionais não apenas da área de saúde, mas de diversas áreas de atendimento à mulher na perspectiva transdisciplinar, capaz de contribuir para um cuidado amparado na razão sensível e na solidariedade orgânica e que possa também instrumentalizar a academia, auxiliando na formação de futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

1. Ghiorzi A.R. Entre o dito e o não dito: da percepção à expressão comunicacional. Florianópolis (SC): s.n; 2004. 288 p.
2. World Health Organization. Global status report on violence prevention 2014. Geneva (CH): WHO; 2014.
3. BRASIL.Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância de Violências e Acidentes (Viva)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.
4. CARVALHO, Carina Suelen; FERREIRA, Débora Nayara; SANTOS Moara Karla Rodrigues. Analisando a Lei Maria da Penha: A violência Contra a Mulher cometida por seu companheiro. In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. 2010.**Londrina**. Acesso em 04/jan./2013.Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/6.MoaraCia.pdf>
5. SANTOS, Samara Silva; PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Desvendando Segredos. Padrões e Dinâmicas Familiares no Abuso Sexual Infantil..In:HABIGZANG, Luíza Fernanda; KOLLER, Sílvia (orgs). **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. p.55-68, Porto Alegre, RS: Art Med,2012. 280 p.
6. MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.168 p.
7. _____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4ª ed. São Paulo (SP): Forense Universitária; 2010 a. 292 p.
8. FERREIRA, Ana Isabel de Godoy et al. O cotidiano de gestantes: a enfermagem promovendo o ser saudável. **Texto & Contexto em enfermagem**, Florianópolis, v.23, n.4, p:987-96, out.dez.2014.
9. MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre (RS): Sulinas, 2010 b, 295 p

10. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012.** Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília; 2012.
12. SANCHEZ-MECA, Júlio, Rosa-Alcázar Ana I, López-Soler Concepción. The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. **International journal of clinical and. health psychology**, v. 11, n.1, p.67-93, Jan.2011.
13. STROEBEL, Sandra S, et.al. Father-Daughter Incest: Data from an Anonymous Computerized Survey. **Journal of Child Sexual Abuse**, v.21, n. 2, p.176-99, mar.2012. Disponível em:
http://mds.marshall.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=psychology_faculty. Acesso em: 18.mai.2015.
14. SANTOS, Samara Silva; PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Desvendando Segredos. Padrões e Dinâmicas Familiares no Abuso Sexual Infantil..In:HABIGZANG, Luíza Fernanda; KOLLER, Sílvia (orgs). **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática.** p.55-68, Porto Alegre, RS: Art Med,2012. 280 p.
15. MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida.** Rio de Janeiro: Record, 2007. 223p.
16. _____. **O mistério da conjunção:** ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre (RS): Sulinas, 2009. 102 p
17. PEREIMA, Rosane Suely May Rodrigues et al. Doação de sangue: solidariedade mecânica versus solidariedade orgânica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v .63,n.2, p: 322-7, mar/abr.2010.
18. BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Silvia Helena. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo.** In: Carvalho, Alysson Massote (org)O mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em Ação. p. 115-129.São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
19. CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida:** Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2004
20. AGUDELO, Saul Franco.Redes Y Violência..In: AGUDELO, Saul Franco.Violência II: La salud en el municipio de Rosário.Rosário:Artes Gráficas Villarruel,2000.p.51-65.

21. DIGIÁCOMO, Murillo José. Limites e obstáculos para o cumprimento do papel dos Conselhos Tutelares na garantia de direitos de crianças e de adolescentes em situação de violência sexual. In: UNGARETTI, Maria America(org.). Criança e Adolescente: Direitos, Sexualidades e Reprodução.p.147-164. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP,2010.
22. INOUE, Silvia Regina Viodres; RISTUM, Marilena. Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. Estudos de psicologia, Campinas, v.25 n.1, p:11-21, jan.mar.2008
23. SCHEINVAR, Estela. Conselho Tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. **Psicologia & Sociedade[on-line]**, Belo Horizonte v.24, n.spe ,p. 45-51, 2012.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/08.pdf>. Acesso em:09.fev.2015.
24. HABIGZANG, Luiza Fernanda; RAMOS, Michelle da Silva; KOLLER, Silvia Helena. **A Revelação de Abuso Sexual**: As medidas adotadas pela Rede de Apoio. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v.27, n.40, p.467-73, 2011. Disponível em: <http://www.revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/895>. Acesso em: 26.nov.2012.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando nada é importante, tudo tem importância” (MAFFESOLI, 2012, p.17)

Ao ampliar minha visão, na tentativa de compreender o “quotidiano de mulheres que foram abusadas sexualmente no contexto familiar”, amparada pelo referencial teórico da Sociologia Compreensiva de Michel Maffesoli, imaginei ter encontrado todas as respostas. Eu me enganei: eis que se ampliaram as minhas inquietações diante da realidade plural com a qual me deparei.

Um movimento de luz e sombra. Assim foi a minha trajetória de coleta de dados empíricos. Luz aqui traduzida na oportunidade de descortinar, através da fala, o trágico do viver cotidiano das mulheres entrevistadas. Sombra por me angustiar, por sofrer junto com elas ao ouvir a revelação do abuso sexual, resgatado por suas memórias.

Não me coube julgamentos, apenas compreensão. Neste sentido, Maffesoli (2010), referindo-se a Goethe, lembra que “ninguém pode julgar a história, a menos que em si mesmo a tenha vivido”. Desse modo, compreendi que não apenas como enfermeiras, mas sobretudo como pessoas, o que precisava era ouvi-las.

Busquei interagir e atentar para os diferentes modos de se comunicar, seguindo a orientação de ser “preciso ouvir o mato crescer” (MAFFESOLI, 2010 b). Aliado à paciência, buscamos afinar a atenção, escutando, enxergando e, assim, caminhando em frente.

Aproximando-me do cotidiano das participantes, compreendi que o abuso sexual sofrido na infância/adolescência influenciou sobremaneira o viver cotidiano das partífcies. Foram vidas destroçadas de mulheres que tiveram negada sua alteridade, mulheres imersas em uma ambiência afetual diante de ressentimentos, desarmonias e de interações familiares e sociais conflitantes, matizadas de rejeições, distanciamentos e desesperanças.

Escutá-las permitiu-me apreender o trágico do abuso sexual manifesto em sentimentos e emoções. O fato de serem abusadas trouxe sérias implicações: baixa autoestima, depressão, ansiedade, vontade de morrer e de matar, prostituição,

desconfianças, dificuldades de se relacionar com outros homens e confusão de identidade sexual. Apesar de não poderem impedir que o abuso ocorresse, e mesmo diante das lembranças da infância/adolescência, elas, nesse contexto, tomaram a direção do presente e afrontaram o destino.

A esta altura, compreendi que delas emanavam múltiplas necessidades, suscitando um cuidar compartilhado por uma rede transdisciplinar, mediante a interação de diferentes saberes.

É certo que no CRAM elas encontraram (e encontram) amparo, com garantia de acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica, mas outras necessidades podem despontar, demandando diferentes tipos de atendimento.

Então, comecei a refletir sobre o cuidar profissional, com base na lógica do “dever ser” diante de uma realidade tão plural. Como captar inquietudes, choros, olhares, negações, isolamentos, ansiedades e tantos sinais que “possam” se referir a algo bem distante que deixou marcas profundas, feridas que não saram, lembranças que atormentam? Como compreender esta subjetividade?

Como contribuir para estimular em mulheres que foram abusadas sexualmente a importância do tempo presente, como recuperar o brilho no olhar delas, a vontade de viver? Compreendi que deverá existir uma conexão de serviços pautada na solidariedade orgânica.

Sim, porque o que delas ouvi ao chegarem a outros serviços foram abordagens de caráter instrumental pautadas em uma solidariedade mecânica, incapaz de apreender nuances do vivido de abuso sexual. Em muitas situações relatadas, o atendimento se deu muito mais por obrigatoriedade, por força da lei ou para cumprir protocolos.

Ferreira et al. (2014, p.990) falam em uma rede de apoio pautada no “acolhimento, escuta sensível, incentivo e estímulo”. Além dos amigos e da família, os profissionais de serviços que atendem a situações de violência contra a mulher precisam integrar estas redes: serviços de saúde, conselhos de direitos da mulher, juizados, promotorias e outras instituições de apoio, na busca pelo apoio a essas mulheres.

Pensei que apesar da tecnologia de que dispomos nos serviços e de uma política pautada em rede de atendimento, se não modificarmos nossas atitudes não teremos como perceber o que está nas entrelinhas, o que está contido no silêncio, na tristeza, no que aparentemente não tem explicação. Sinalizo a importância de um trabalho em rede, com elos constituídos por diferentes saberes que se articulam na convivência com essas mulheres, na perspectiva de crescimento mútuo.

Esta pesquisa não se encerra, ela foi o ponto de partida na compreensão do viver cotidiano de mulheres abusadas no contexto familiar. Almejo a que o material aqui reunido possa servir como referencial teórico a ser explorado por profissionais não apenas da área de saúde, mas das diversas áreas de atendimento à mulher, na perspectiva transdisciplinar capaz de oferecer um cuidado amparado na razão sensível e na solidariedade orgânica. E que possa também instrumentalizar a academia, auxiliando a formação de futuros profissionais.

Após minha visão ampliada para a compreensão do “cotidiano de mulheres que foram abusadas sexualmente no contexto familiar” reúno elementos para reafirmar a tese de que compreender o abuso sexual sofrido na infância/adolescência acentua a potência da mulher para transfigurar o seu cotidiano no caminho de ser saudável, levando-se em conta que ao expor o vivido de abuso sexual ela intensificará a força para modificar o seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sônia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., jan./jun. 2007.

AFONSO, Maria Lúcia. **Oficinas em dinâmica de grupo na área de saúde**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.

AGUDELO, Saul Franco. Redes Y Violência. In: AGUDELO, Saul Franco. **Violência II: La salud en el municipio de Rosário**. Rosário: Artes Gráficas Villarruel, 2000. p.51-65.

ALENCAR-RODRIGUES, Roberta, CANTERA, Leonor. Violência de Género en la Pareja: Una Revisión Teórica. **Revista. Psico**, Porto Alegre(RS). v. 43, n. 1, p. 116-26, v. 43, n.1 jan./mar.2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11106/7626> Acesso em:30 jun.2013.

ALTOÉ, Sônia; JORGE, Marco Antonio Coutinho. Um ato de amor paradoxal. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 46.1, p. 146-60, Jan./jul,2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v46n1/v46n1a12.pdf>. Acesso em:18 mai.2015

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.992 p.

ARAUJO, Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia para América Latina**, México,s/v,n.14, out. 2008. Disponível em: <http://psicolatina.org/14/genero.html>. Acesso em 26 mar.2013.

ARPINI, Dorian Mônica; SIQUEIRA, Aline Cardoso; SAVENAGNO, Sabrina Dal Ongaro. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo(SP) v.14, n. 2, p.88-101, abr./jun.2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/3263>. Acesso em:11 out.2014.

BAÍÁ, Pedro Augusto Dias; Veloso, Milene Maria Xavier; MMX, Magalhães, Celina Maria Colino. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em psicologia**(Online), Ribeirão Preto(SP),v.21, n 1, p:193-202,jun.2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em:12 fev.2015.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 371-379, abr./jun. 2008.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição ao abuso sexual Infantil e suas repercussões neurobiológicas. In:HABIGZANG, Luíza Fernanda; KOLLER, Sílvia (orgs). **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. p. 94-106. Porto Alegre, RS: Art Med,2012. 280 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.24.ed.atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Do Brasil**: Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 76 de 28 de novembro de 2013. Brasília:DF, 2013.Disponível em:http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_28.11.2013/CON1988.pdf. Acesso em:21.abr.2015.

BRASIL. **Congresso Nacional**. Lei Nº. 10778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília: 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/L10.778.htm> Acesso em: 12 dez.2012.

BRASIL._____. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 a. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União** Brasília:DF,2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília; 2012 c.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM. Nº 1.968 de 25 de outubro de 2001.Dispõe sobre a notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes atendidos nas entidades do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, 25 de outubro de 2001d.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM. Nº – 687, de 30 de março de 2006. Aprova a **Política de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 30 de março de 2006c.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM Nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Inclui a Violência contra a Mulher na relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória notificação compulsória, no território nacional, do caso de que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 de janeiro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Inclui a Violência contra a Mulher na relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória notificação compulsória, no território nacional, do caso de que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de janeiro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 1271 de 06 de junho de 2014. Orienta sobre a notificação de violência doméstica, sexual, tentativa de suicídio e de outras violências e altera a ficha de notificação de violências no SINAN e define a Lista

Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 de junho de 2014a.

_____. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 2.415, DE 7 de novembro de 2014. Inclui o procedimento Atendimento Multiprofissional para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual e todos os seus atributos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de novembro de 2014b

_____. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar**: orientações para prática em serviço. Cadernos de Atenção Básica n.8. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002c.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília: DF Ministério da Saúde, 2001c.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2002a.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: DF Ministério da Saúde, 2004a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas estratégicas. **Área técnica de saúde da mulher. Prevenção e Tratamento dos Agravos resultantes da Violência Sexual contra mulheres e adolescentes**: Norma técnica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1999.

_____. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006 d.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma técnica. 2. ed. atual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência**: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010 b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Anticoncepção de emergência**: perguntas e respostas para profissionais de saúde. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011 b.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência sexual contra mulheres e adolescentes**: Norma técnica. 3. ed. atual. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012a.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Vigilância de Violências e Acidentes (Viva)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013a.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.353**, de 29 de agosto de 1985. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. Brasília, DF: Presidência da República, 1985.

_____. Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 1990.

_____. Presidência da República. **Lei no 10.406**, de 10 de janeiro de 2002 – Institui o Código Civil Brasileiro – CC. Brasília, DF: Presidência da República, 2002b.

_____. Presidência da República. **Lei Maria da Penha**: Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Coíbe a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a.

_____. Presidência da República. **Lei Joana Maranhão**: Lei nº. 12.650, de 17 de maio de 2012- Altera o Decreto-Lei nº. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.b.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho de Direitos de Crianças e Adolescentes. Resolução 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da criança e do Adolescente. 2006b

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Anais da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: DF. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004b.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília:DF:2011b.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013 b.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Presidência da República – **Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher**, Brasília, DF: 2006e.

BRITO, Raquel Cardoso; KOLLER, Silvia Helena. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In: Carvalho, Alysson Massote (org.) O mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em Ação. p. 115-29. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2009.

CANTELMO Claudia Aparecida; CAVALCANTE, Thainá Passos; COSTA, Liana Fortunato. A menina mãe: incesto e maternidade. **Fractal Revista de Psicologia**. Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.137-54, jan./abr, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a10.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2004.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; MOCHI, Tatiana de Freitas Giovanini; BANNACH, Tatiana de Freitas Giovanini. Do abuso sexual intrafamiliar: uma violação aos direitos da personalidade da criança e do adolescente. **Revista Jurídica Cesumar**. v. 11, n. 2 p. 401-432, jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/2090-7415-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 set. 2012

CARVALHO, Carina Suelen; FERREIRA, Débora Nayara; SANTOS Moara Karla Rodrigues. Analisando a Lei Maria da Penha: A violência Contra a Mulher cometida por seu companheiro. In: Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. 2010. Londrina. Acesso em 04 jan. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/6.MoaraCia.pdf>

CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA Suely. Introdução. In: _____. (Orgs). **Marcadas a Ferro**: Violência contra a Mulher, uma visão Multidisciplinar. p.13-16, Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260p.

CELBIS Osman; OZCAN M. ERKAN, OZDEMIR Bora. Paternal and sibling incest: a case report. **Journal of Clinical Forensic Medicine**, v. 13, n.1, p.37-40, jan. 2006. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ShoppingCartURL&_method=add&_eid=1-s2.0-S1353113105000507&_ts=1437309496&_md5=cbc12f1e5210a8ce263f38966875d97b
Acesso em: 18 mai. 2015.

DECESARO, Maria das Neves, FERRAZ, Clarice Aparecida. Avistando o Presenteísmo da Convivência Familiar com pessoa dependente de cuidados físicos. **Rev. Rene, Fortaleza**, v. 9, n.4, p.116-24, out./dez. 2008.

DESSEN, Estudando a Família em Desenvolvimento: Desafios Conceituais e Teóricos **psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v.30, n.spe, p:202-19, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca10.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2015.

DIGIÁCOMO, Murillo José. Limites e obstáculos para o cumprimento do papel dos Conselhos Tutelares na garantia de direitos de crianças e de adolescentes em situação de violência sexual. In: UNGARETTI, Maria America (org.). **Criança e Adolescente**:

Direitos, Sexualidades e Reprodução.p.147-164. Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABMP,2010.

DINIZ, Gláucia; COELHO, Vera. A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: FERES-CARNEIRO, Terezinha(org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade** p.138-57 Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.320 p.

DUARTE, Karine Regis. Oficinas em Dinâmicas de Grupo com mulheres vítimas de violência doméstica: Contribuições metodológicas ao estudo sobre violência de gênero .**Opsis**. Catalão, v.11 ,n.1,p.111-24,jan./jun,2011.Acesso em 06mar.2013. Disponível em:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/14239#.UVpBSBc3tkQ>.

ECHEBURÚA, Enrique; Corral. Secuelas emocionales en víctimas de abuso sexual en la infancia. **Cuadernos de Medicina Forense**. Sevilla, v.12, n.43-44, p.75-82, abr. 2006.Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/cmfn43-44/06.pdf>. Acesso em:19mai.2015.

ELOY, Consuelo Bianchi; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. A Psicologia e a Judicialização nos casos de violência sexual. **Revista psicologia Política**. São Paulo, v.12, n.23, p.139-52, jan.2012, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n23/v12n23a10.pdf>. Acesso em: 21 jan.2015.

ERDINÇ, IB, et al. A case of incest with dissociative amnesia and post-traumatic stress disorder. **Turk Psikiyatri Derg**, v. 15, n.2, p.161-5, 2004.disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15208772>. Acesso em: 18 jul.2015.

FERGUSON, David. M; BOLDEN, Joseph. M; HORWOOD, L. John. Exposure to childhood sexual and physical abuse and adjustment in early adulthood. **Child Abuse & Neglect**, v.32, p. 607-19, jun.2008. Disponível em:<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213408000732>. Acesso em: 05 mar.2015.

FERREIRA, Ana Isabel de Godoy et al. O cotidiano de gestantes: a enfermagem promovendo o ser saudável. **Texto & Contexto em enfermagem**, Florianópolis, v.23, n.4, p:987-96, out./dez.2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.950 p.

FERREIRA, Flávia Moreira. Família, Gênero e Violência Doméstica. **Caderno Espaço Feminino** – Uberlândia(MG)v. 26, n. 1 - jan./Jun. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17965>. Acesso em:03 dez.2014

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Recife(PE):Global editora, 2003.719 p.

GARRO-VARGAS, Karen. Incesto: enfoque psiquiátrico. **Medicina Legal de Costa Rica**. [on-line]Heredia, v 29, n.2, p:55-60, set. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-00152012000200006&lang=pt. Acesso em: 06 fev.2015.

GAVA, Lara Lages; SILVA, Dora Lúcia Gil da; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Sintomas e Quadros Psicopatológicos Identificados nas Perícias em Situações de Abuso Sexual Infante-Juvenil. **Psico**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 235-44, abr./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/revistapsico/artic le/view/11467>. Acesso em: 17 fev.2015.

GHIORZI Angela Rosa. Entre o dito e o não dito: da percepção à expressão comunicacional. Florianópolis (SC): s.n; 2004. 288 p.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 4, out./Dez.2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0103-21002007000400020&lng=en&tlng=pt. Acesso em 18 jul.2013.

GUIMARÃES, Maria de Fátima. Trajetória dos feminismos Introdução a abordagem de gênero.p.77-92.In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Suely. (Orgs). **Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher, uma visão Multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260p.

HÉBERT, Martine et al. A typological analysis of behavioral profiles of sexually abused. **Children Maltreatment**, Québec, v. 11, n. 3, p: 203-16, ago.2006. Disponível em: <http://cmx.sagepub.com/content/11/3/203.abstract> Acesso em: 06 mai.2015.

HABIGZANG, Luiza Fernanda; RAMOS, Michelle da Silva; KOLLER, Silvia Helena. A Revelação de Abuso Sexual: As medidas adotadas pela Rede de Apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.27, n.40, p.467-73, out. /dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/895>. Acesso em: 26 nov.2012.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More progressive Union, Capital and Class, n.8, p.1-33.1979. Disponível em: http://web.ics.purdue.edu/~hoganr/SOC%20602/Hartmann_1979.pdf .Downloaded from cnc.sagepub.com at Purdue University. Acesso em:30 mar. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/sintese_defaultpdf_dados.shtm. Acesso em:3 mai.2015.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v,18, n.1, p.189-204, jan./abr.2010.

LAMAS, Marta. Gênero: Os conflitos e desafios do novo paradigma. **Revista Proposta, Fase**. v.29, n84/85, p.12-25, mar./ago. 2000

LIMA, Joana Azevedo; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.24, n.2, p.412-20, mai./ago.2012.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes e sua superação a partir do acionamento da rede de apoio social e afetiva. 2010 Dissertação (mestrado em Psicologia) – Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 117 p.

LUGÃO, Klisia Verona Matos de Souza Franco. Abuso sexual Crônico: estudo de uma série de casos ocorridos na infância e na Adolescência. **DST - Jornal brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis(on-line) Rio de Janeiro**, v.24,n.3,p.179-82,jul./set.2012.Disponível em: http://www.dst.uff.br/revista24-3-2012/6-Abuso_sexual_cronico.pdf. Acesso em: 14 fev.2015.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo? **Revista de História Social Y de las Mentalidades**, v.8, n.6, p. 25-40, 2000. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie284empdf.pdf> Acesso em: 22 mai.2015.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.168 p.

_____. **Dinâmica da violência**. São Paulo: Revista dos Tribunais,1987. 159p.

_____. **Michel Maffesoli: Desconstruir Sokal? A reflexão na tela do discurso/ entrevista a Juremir Machado da Silva. Michel Maffesoli: por uma política da transfiguração. Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, n.10,jun.1999.

_____. **A violência totalitária**. Porto Alegre: Sulina, 2001. 312p

_____. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. Tradução de Rogério de Almeida e Alexandre Dias. São Paulo: Zouk,2003.

_____. **A parte do diabo**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 162 p

_____. **A sombra de Dioniso: contribuições a uma sociologia da orgia**. São Paulo: Zouk, 2005.150p.

_____. **O ritmo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 223p.

_____. A terra Fértil do Quotidiano. **Famecos**. Porto Alegre, n.36, p.5-9, ago.2008.

_____. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade**. Porto Alegre (RS): Sulinas, 2009a. 102 p

_____. **A república dos bons sentimentos**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009b. 127p.

_____. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4^a ed. São Paulo (SP): Forense Universitária; 2010 a. 292 p.

_____. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre (RS): Sulinas, 2010 b, 295 p.

_____. Abaixo o progresso. Revista PUCRS INFORMAÇÃO, Rio Grande do Sul, n. 148, p.24-5,mar/abr.2010c. Entrevista concedida a Ana Paula Acuan.

_____. **O Tempo retorna:** formas elementares da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.114p.

MALGARIM, Bibiana Godoi; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. O abuso sexual: estudos de casos em cenas incestuosas. **Estudos de Psicologia**. Campinas(SP), v. 28, n.4, p.511-19, out./dez, 2011.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2011000400011&script=sci_arttext.Acesso em:18 mai.2015.

MARTINS, Christine Baccarat Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto & Contexto em enfermagem**, Florianópolis. v.19, n. 2, p. 246-55, jun.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n2/05.pdf>. Acesso em: 25 set.2014.

MATIAS, Delane Pessoa. Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2006.

MIDDLETON, Warwick. Ongoing incestuous abuse during adulthood, **Journal of trauma dissociation**, v. 1, n.3, p:251-72, abr.2013.Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15299732.2012.736932#abstract>. Acesso em:17mai.2015.

MOÁS, Luciane da Costa. Da família patriarcal à contemporânea. Entre o velho e o novo: o surgimento dos novos arranjos familiares. **Conhecimento &Diversidade**, Niterói, v. n.2, p.65-78. jan./jun.2009. Disponível em:http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/viewFile/499/362. Acesso em: 20 abr.2015.

MOREIRA Izabel Cristina Cavalcanti Carvalho; MONTEIRO Claudete Ferreira Souza de. A Violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e Ambiguidades. **Revista Latino- americana de Enfermagem**. São Paulo, v.20, n.5, p.954-960, set/out.2012.Disponivelem: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281424796018>. Acesso em: 01 jan.2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p: 513-31, nov. 1997/fev. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA. O desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza(org); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu, **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**, p.9-29. Petrópolis: Vozes, 2009.108p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NAHES, Semiramis. A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945). **Revista FON-FON: São Paulo: Arte & Ciência**, 2007.168 p.

NANJARÍ, Cecilia Castillo. Gênero como categoria de análise para desvendar a violência contra as mulheres: um desafio para a educação teológica. **Revista Caminhando**. v. 14, n. 2, p. 141-51, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CA/article/view/1118/1142>. Acesso em: 08abr.2015.

NEVES, Anamaria Silva, et al. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em Psicologia, Ribeirão Preto**, v. 18, n.1, p.99 – 111,2010

NITSCHKE, Rosane Gonçalves. Mundo imaginal de ser família saudável: a descoberta dos laços de afeto como caminho numa viagem no cotidiano em tempos pós-modernos. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL; Florianópolis: EDUFSC; 1999.

_____. Pensando o nosso cotidiano contemporâneo e a promoção de famílias saudáveis. *Ciências Cuidado Saúde* 2007; 6(supl 1): 24-6.

NOBREGA, Juliana Fernandes, et. al. A sociologia compreensiva de Michel Maffesoli: implicações para a pesquisa em enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v.17, n.2.p.373- 6, abr./jun.2012.Disponível em:<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/24572/18558>. Acesso em: 12 mai.2013.

NORONHA, Ceci Vilar. Modalidades de violência, conjugalidade e vitimização feminina. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**.Macapá, n. 6, p. 47-60, dez. 2013.Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/991/n6Noronha.pdf>. Acesso em:29abr.2013.

NUMHAUSER, Jacobo; SOTO, Paula. Consejos en la psicoterapia de mujeres víctimas de incesto. Revisión de 59 casos. **Revista chilena de neuropsiquiatria**. Santiago, v. 44,n.4,p. 271-81,dez.2006. Disponível em: <http://www.scielo.cl/pdf/rchnp/v44n4/art06.pdf>. Acesso em: 15 set.2013.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. Campinas(SP):Papirus,2005 145 p.

NUNES, Cristina. O processo da revelação: um caso de incesto. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, Lisboa**,v.30,n.6,p.386-96, dez. 2014.Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-51732014000600007&lng=es&nrm=iso . Acesso em: 19 jul.2015

O'LEARY, Patrick; COOHEY, Carol; Easton, Scott D. The Effect of Severe Child Sexual Abuse and Disclosure on Mental Health During Adulthood. **Journal of Child Sexual Abuse**, v.19, n.3, p.275-89, mai.2010. Disponível em:

<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10538711003781251#.VawRoflViko>. Acesso em: 18 mai.2015.

PETTERSEN, Kaara Torgny. A Study of shame from sexual abuse within the context of a Norwegian incest center. http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/?term=Pettersen%20KT%5BAuthor%5D&cauthor=true&cauthor_uid=23924177 **Journal of Child Sexual Abuse**, v. 22, n.6, p. 677-94. Ago.2013

PITTA, Danielle Perin Rocha. Elementos de método na obra de Michel Maffesoli. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 20-23, 1997.

PAIS, José Machado. Paradigmas Sociológicos na análise da vida cotidiana. In: _____. **Vida Cotidiana: enigmas e revelação**, p.71-114. São Paulo: Cortês, 2003.

PASSOS, Maria Consuelo. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e família: transmissão, conflito e violência**. p. 11-23. Rio de Janeiro: editora PUC, 2009. 320p.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. Vitimação e vitimização de crianças e adolescentes: Expressões da questão social e objeto de trabalho do Serviço Social. **Texto & Contexto**, Porto Alegre, v.8, n.1, p.104-22, jan./jun.2009. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/viewFile/5677/4130>. Acesso em: 20 ago.2012

PELEIKES, Dawn E; MYKLETUN, Arnstein; DAHL, Alv A. Current mental health in women with childhood sexual abuse who had outpatient psychotherapy. **European Psychiatry**, Paris, v.20, n.3, p.260-7, mai.2005. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0924933805000192>. Acesso em: 18 mai.2015.

PELISOLI, Cátula.; TEODORO, Maycoln Leôni Martins.; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. A Percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso. **Arq. bras. psicol. RJ**, v.59, n.2, p.256-69. Jul./dez, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=229017529014>. Acesso em 02 abr.2015.

PENSO, Maria Aparecida. et. al. Abuso sexual intrafamiliar na perspectiva das relações conjugais e familiares. **Aletheia Canoas – RS**. s/v. n.30, p.142-157, jul./dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-039420090002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 mar.2013.

PEREIMA, Rosane Suely May Rodrigues et al. Doação de sangue: solidariedade mecânica versus solidariedade orgânica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n.2, p: 322-7, mar./abr.2010.

PESSIS, Anne-Marie.; MARTIN, Gabriel. Das origens da desigualdade de gênero. In: CASTILLO-MARTÍN, OLIVEIRA, Márcia Suely. Organizador. **Marcadas a Ferro**. Violência contra a Mulher, uma visão Multidisciplinar. p.17-22. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 260p.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 21, p. 211-18, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a09.pdf>. Acesso em: 17 abr.2015.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Estudos de Gênero e História Social*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro./abril.2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009/10988>. Acesso em: 15 jul.2015

PRADO, Maria do Carmo Cintra; PEREIRA, Ana Carolina Covas. Violências sexuais: incesto, estupro e negligência familiar. **Estudos de Psicologia** Campinas, SP, v.25, p.277-291, abr./jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2008000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 13 set.2013

PRADO, Rosane Aparecida do. et.al. O Quotidiano e o Imaginário no Processo Saúde-Doença para as Famílias Quilombolas. **Saúde & Transformação Social**, Florianópolis(SC), v.4, n. 4, p. 47-53. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2653/265330423009.pdf>. Acesso em: 02 mai.2015.

RABOEI Enaam. Surgical aspects of child sexual abuse. **European Journal of Pediatric Surgery**, Hanover (Alemanha), <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19221946> v.19, n.1, p.10-3, fev.2009 Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19221946>. Acesso em: 19 mai.2015.

ROSA, Miriam Debieux. História que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes. São Paulo (SP): Casa do psicólogo, 2009. 151p.

RUBIN, Gayle. The Traffic In Women: Notes on The “Political Economy” of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.120 p.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. **Flacso Brasil**, Rio de Janeiro, p.1-44, jun. 2009. Disponível em: < http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf >. Acesso em: 18 abr. 2013.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade) **Psicologia.USP**, São Paulo. v.13, n.2, p. 27-48, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 abr.2015.

SALTER, Michael. 'Grace's story: prolonged incestuous abuse from childhood into adulthood', **Violence against Women**, v.19, n.2, p.146 – 65, 2013.

SANCHEZ-MECA, Júlio, Rosa-Alcázar Ana I, López-Soler Concepción. The psychological treatment of sexual abuse in children and adolescents: A meta-analysis. **International journal of clinical and. health psychology**, v. 11, n.1, p.67-93, Jan.2011.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo,v.2,n.2,p.46-71, mai./ago.1988.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Estudos femininos e cidadania Plena. n.89(2010).

SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.22, n.2,p.328-35, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000200013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 09 jul.2012.

SANTOS, Samara Silva; PELISOLI, Cátula; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Desvendando Segredos. Padrões e Dinâmicas Familiares no Abuso Sexual Infantil. In: HABIGZANG, Luíza Fernanda; KOLLER, Sílvia (orgs). **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. p.55-68, Porto Alegre, RS: Art. Med,2012. 280 p.

SANTOS, Viviani Amaral. As Medidas Protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de direitos de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar.2010.Tese(Doutorado em Psicologia) -Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Brasília, DF.262p.

SARTI, Cynthia Andersen. Família Patriarcal entre os pobres urbanos? **Cad. Pesq.** São Paulo,n.82,p.37-41.ago.1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *SOS Corpo Recife*,1995. **Educação & realidade**, Porto Alegre. v.15, n.2, p.71-99,1995.

SCOTT, Parry. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, v16, n.1p. 217-42, 2005

SCOTT, Parry. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.25 n.2, p.251-84, maio./ago.2010.

SCOTT, Parry. **Famílias Brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. 235 p.

SEQUEIRA, Vânia Conselheiro; STELLA, Claudia. Família e violência: resquícios da cultura patriarcal. *Emancipação*, Ponta Grossa, v.12, n.1, p.71-86, 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em 11./jul.2013.

SCHEINVAR, Estela. Conselho Tutelar e escola: a potência da lógica penal no fazer cotidiano. *Psicologia & Sociedade*[on-line], Belo Horizonte v.24, n.spe ,p. 45-51, 2012.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/08.pdf>. Acesso em:09 fev.2015

SILVEIRA, Lenira Politano da. Serviços de Atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, Simone; SILVEIRA, Lenira; MIRIM, Liz (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher** (1980-2005) – alcances e limites. P. 45-76.São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Aletheia*, Canoas, n.34, p.109-22. abr.2011.Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:04 fev.2015.

SNYDER, Susan M;RUBENSTEIN. Casey. Do incest, depression, parental drinking, serious romantic relationships, and living with parents influence patterns of substance use during emerging adulthood? **Journal of Psychoactive Drugs**, v.46, n.4, p.188-97, jul.2014.

STAPLES,Jennifer;RELLINI,Alessandra H;ROBERTS,SarahP.Avoiding Experiences: Sexual Dysfunction in Women with a History of Sexual Abuse in Childhood and Adolescence. **Archives of Sexual Behavior** v.41, n.2,p. 341-50,jun.2011. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10508-011-9773-x>. Acesso em: 28set.2015.

STECHNA Sharon B. Childhood pregnancy as result of incest: a case report and literature review with suggested management strategies. **Journal of Pediatric Adolescent Gynecology**. Pittsburgh (Pensilvânia),v 24, n.3, p.83-6. fev.2011. Disponível em: [http://www.jpagonline.org/article/S1083-3188\(10\)00335-9/fulltext](http://www.jpagonline.org/article/S1083-3188(10)00335-9/fulltext). Acesso em: 17 set.2014.

SELOILWE, Esther Salang; THUPAYAGALE-TSHWENEAGAE, Gloria. Sexual abuse and violence among adolescents girls in Botswana: a mental health perspective. **Mental Health Nursing**, v.30, n.7, p.456-9, Jul.2009.

STROEBEL, Sandra S, et.al. Father-Daughter Incest: Data from an Anonymous Computerized Survey. **Journal of Child Sexual Abuse**, v.21, n. 2, p.176-99, mar.2012.Diponível em: http://mds.marshall.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1004&context=psychology_faculty Acesso em: 18 mai.2015.

STROEBEL, Sandra S, et.al. Sister-sister incest: data from an anonymous computerized survey. **Journal of Child Sexual Abuse**, v.22, n.6, p.296-719, ago.2013. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23924178>. Acesso em:18 mai.2015.

TEIXEIRA, Marizete Argolo, et.al. Estratégias de investigação em família numa perspectiva interacionista. IN: Silva Luzia Wilma Santana. (Org) **Família em contexto**: multiversas abordagens em investigação qualitativa. p. 93-122.Salvador: Arcádia; 2012. 160 p.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; SILVA, Julliana Medeiros; ARAÚJO, Marina Venturini. Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia Social**. Belo Horizonte, v.25, n.1, p.90-102, 2013.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/11.pdf>. Acesso em: 23 set.2014.

UNIFESP. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e outras Drogas (INPAD). II LENAD - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas [Internet]. 2014. Disponível em: <http://inpad.org.br/lenad/>. Citado em: 20 out.2014.

VENTEGODT, S; CLAUSEN,B; MERRICK,J. Clinical holistic medicine: the case story of Anna. I. Long-term effect of childhood sexual abuse and incest with a treatment approach. **Scientific word journal**, Boynton Beach (Florida), v.2, n.6, p.1965-76, fev.2006.Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17369995>.Acesso em:18 mai.2015.

VILLELA, Wilza V; LAGO, Tânia. Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, 471-75, fev.2007.

YILDIRIM et.al. Evaluation of social and demographic characteristics of incest cases in a university hospital in Turkey. **Medical Science Monitor: International medical journal of experimental and clinical research**, Smithtown (New York), v.26, n.20, p.693-7, abr.2014.Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4010601/>.Acesso em: 17 mai.2015.

YUSEL, Beril, et.al. What should the management of incest pregnancies be? An ethical view presented via three cases. **Reprod.Biomed.**(online),Cambridge, v.17, suppl 3,p.52-4.disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18983738>. Acesso em: 18 mai.2015.

ZAVASCHI, Maria Lucrecia Scherer, et. al. Transtornos do humor no adulto e trauma psicológico na infância. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v.28 n.3, p.184-90, Sep.2006.Disponivelem:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000300008. Acesso em: 24 fev.2015.

World Health Organization. Global status report on violence prevention, 2014.Geneva (CH): WHO, 2014.Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Downloads/9789241564793_eng.pdf. Acesso em 19 mar.2015

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADO

BLOCO 1- VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Data da entrevista: ____/____/____

Iniciais do nome: _____

Idade: _____

Raça/cor (autodeclarada):

preta parda branca amarela indígena Não sabe Não informado

Escolaridade

Não alfabetizada(o)

1º ao 5º ano do Ensino Fundamental incompleto

1º ao 5º ano do Ensino Fundamental completo

6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto

6º ao 9º ano do Ensino Fundamental completo

Ensino médio incompleto Ensino médio completo

Ensino superior incompleto Ensino superior completo

Situação conjugal:

casada(o) solteira(o) união consensual viúva(o) divorciada(o) desquitada(o) ou separada(o) Não informado

Trabalha?

Não Sim

Se sim, ocupação: _____

Depende financeiramente:

Sim Não

Se sim, de quem? _____

Renda familiar:

Sem renda fixa Até 01 salário mínimo 01 a 03 salários mínimos

03 a 05 salários mínimos 05 a 10 salários mínimos Acima de 10 salários mínimos

Bolsa Família: Sim Não Valor Recebido _____

BLOCO 2- VARIÁVEIS SOBRE VIOLÊNCIA /ABUSO SEXUAL

As próximas perguntas referem-se à vivência de violência/abuso sexual que você sofreu de pessoas do seu convívio quando ainda era criança ou adolescente. Seria conveniente me informar se:

O abuso sexual que você sofreu por um membro de sua família foi praticado por quem?

- pai
- padrasto
- tio
- cunhado
- irmão
- cuidador

Você poderia me falar:

Quantos anos você tinha, quando o abuso aconteceu pela primeira vez?

Por quanto tempo aconteceu?

- uma única vez
- durante a infância
- até a adolescência
- até a idade adulta
- outras informações: _____.

Onde acontecia?

- na sua casa
 - em outro local.
- Onde? _____

Qual o tipo de abuso você sofria?

- caricias nos órgãos genitais

() sexo vaginal

() sexo vaginal

() anal

Você era ameaçada para não contar sobre o ocorrido?

() sim () não.

Você sofria violência física?

() sim () não.

Por quanto tempo você manteve este segredo?

Para quem você contou?

O que aconteceu com o seu agressor depois que você contou este segredo?

Qual foi a reação de sua família?

BLOCO 3: QUESTÕES NORTEADORAS PARA A ENTREVISTA ABERTA

Você me informou que sofreu abuso sexual em sua infância/adolescência por pessoa do seu convívio. Então gostaria que me falasse do seu dia-a-dia:

- ✓ Antes de ter sofrido violência sexual
- ✓ Durante o tempo em você sofreu abuso sexual
- ✓ Após o tempo em que você sofreu abuso sexual
- ✓ Como está sua vida/rotina hoje?
- ✓ Como você se sente?
 - Fisicamente?
 - Emocionalmente?
- ✓ O que mudou na sua vida, após o abuso sexual?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: Quotidiano de Mulheres do Semiárido Nordestino que sofreram Violência Sexual Intrafamiliar

Prezada senhora,

Eu, Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira, pesquisadora responsável pela pesquisa: **“Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram violência sexual no contexto familiar”**, que tem o objetivo de compreender o cotidiano de mulheres que sofreram violência sexual na infância ou adolescência, estou lhe convidando a participar da mesma, na condição de colaboradora.

A senhora foi selecionada por atender aos critérios de inclusão de ter idade mínima de 18 anos e ter sofrido Violência Sexual por uma pessoa da sua família na sua infância ou adolescência.

Refleta sobre o convite e caso sinta necessidade consulte outras pessoas, ou faça-me perguntas para o seu esclarecimento. Pois, apesar de sua participação ser importante, a senhora não deverá participar contra a vontade. Caso não concorde, esta decisão não trará nenhum prejuízo para o seu atendimento neste serviço.

Também esclareço que mesmo concordando inicialmente, caso mude de ideia, poderá deixar de participar a qualquer momento.

Os dados serão coletados através de diálogo durante entrevista em que a senhora responderá sobre o assunto.

Esclareço também, que a sua participação não lhe trará riscos físicos, mas a senhora poderá sentir o desconforto de estar compartilhando informações pessoais. Portanto, deixamos claro que não será necessário responder a perguntas ou partes de informações, caso sinta que referem-se a algo íntimo ou desconfortante.

Para evitar ou minimizar possíveis danos ou condições adversas, a entrevista ocorrerá em ambiente reservado e confortável.

Em caso de algum problema relacionado à sua participação, a senhora terá direito à assistência gratuita, ficando também garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da sua participação, mediante decisão judicial ou extrajudicial.

Se houver necessidade de gastos relacionados à sua participação na pesquisa, esses serão assumidos por mim e incluirão apenas passagens em coletivo para o deslocamento da sua residência até o local de coleta, havendo assim, este único tipo de ressarcimento de despesas.

Não haverá benefícios diretos com esta participação, mas os resultados contribuirão para o conhecimento e efetivação de ações para interromper a violência sexual contra a mulher e a implicação deste fenômeno nas suas vidas. Desta forma, serão divulgados por meio de entrevistas, conferências e publicação de artigos e livros.

Para ter todo o aproveitamento do que vai ser debatido, peço a sua autorização para que as conversas possam ser gravadas, por facilitar a minha compreensão. Assim, utilizarei um gravador e posteriormente farei a transcrição das falas.

Assegurando a confidencialidade, as informações a seu respeito não serão compartilhadas com pessoas de fora do meu grupo de pesquisa e serão mantidas em sigilo. Assim, a sua identidade não será revelada. Ao invés de seu nome, utilizarei como código de identificação a letra S seguida de numeral em ordem crescente de acordo com o número de participantes.

O material ficará sob a minha guarda e será destruído, após passados cinco anos, desde a sua coleta. Caso a senhora tenha qualquer dúvida sobre a pesquisa, poderemos conversar sobre a mesma neste momento, ou você poderá entrar em contato comigo. Segue abaixo meu nome, endereço, telefones e e-mail, Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira. Rua Lucas Roberto de Araújo, S/N. CEP: 56.332-720. Condomínio Sol Nascente Etapa I. Cidade Universitária. Petrolina-PE. Telefones (87)88181778 e (87)99997677 (ligar a cobrar).

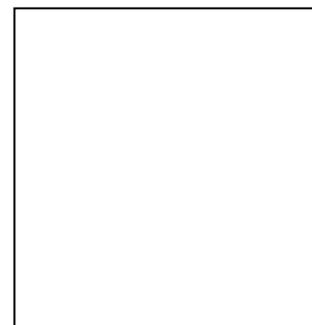
O projeto desta pesquisa foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, órgão que tem como principal missão salvaguardar participantes de pesquisas, e caso a senhora tenha qualquer dúvida ou deseje mais esclarecimentos, poderá manter contato de

segunda a sexta feira no horário das 08:00 às 14:00 horas, no endereço:
Cidade/UF .CEP:.....Telefones:(--) -----

CERTIFICADO DE CONSENTIMENTO

Eu fui convidada a participar da pesquisa “Quotidiano de mulheres do semiárido nordestino que sofreram violência sexual no contexto familiar”. Eu entendo que participarei de uma entrevista, sendo informada que os desconfortos, caso ocorram, serão por estar compartilhando informações pessoais. Estou consciente que não haverá nenhum benefício pessoal e caso haja necessidade, terei a passagem em ônibus coletivo, da minha residência até o local da coleta, paga pela pesquisadora. Também fui informada sobre os meios de contato com a pesquisadora. Após devidamente esclarecida, consinto participar desta pesquisa.

.....
 Assinatura do participante:



Assinatura da testemunha (se for o caso):

.....

Assinatura do pesquisador:

.....

Local e data:.....,../.../....TCLE elaborado
 em conformidade com resolução Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

APÊNDICE C – Conjunções



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 ESCOLA DE ENFERMAGEM
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

CONJUNÇÕES

AGRUPAMENTO POR AFINIDADE

PRIMEIRA CONJUNÇÃO

O vivido silencioso: do encobrimento ao descobrimento do abuso sexual

Apresenta a categoria senso do limite e suas subcategorias: O trágico e a teatralidade e seus elementos: o duplo jogo e a máscara, o rito, a repetição, a astúcia, o silêncio, a solidariedade orgânica e os respiradouros.

1.Falas: atitudes e manifestações	2.Elementos/subcategorias	3.Categorias
<p>Era assim: Eu dormia num quarto com três irmãos, mas eu dormia numa cama só, ai toda madrugada meu pai saia do quarto da minha mãe para o nosso quarto, ai tinha vezes que eu afrouxava os parafusos da minha cama, a cama balançava , balançava, mas não dava jeito não adiantava, parece que minha mãe dormia que nem uma pedra e meus irmãos também não viam Depois de tudo ele voltava com a maior cara de pau. Num sabe aquele liquido que sai do homem? Pingava e eu saia limpando pra ninguém ver (Marta).</p> <p>Meu pai não me respeitava. Quando eu era pequena, de 6 para 7 anos, ele me botava no colo, ficava falando besteira e eu não gostava, ele queria que eu ficasse só de calcinha, ele dizia assim: ”vai tirar este monte roupa, vai, vai fica só de calcinha. Mandava eu tirar o vestido e ficar só de calcinha”. Ficava passando a mão pelo meu corpo, pelas minhas pernas e dizia que meus peitos iam crescer, porque ele me queria como mulher, não como filha dele... Ele também costumava ficar só de cueca dentro de casa, tomava banho nú com a porta aberta e ficava se exibindo, manipulando o pênis e mandando eu olhar. Dizia que era para olhar só para ele e que não era para olhar para os meus irmãos. Outra coisa é que ele tinha a mania de me</p>	<p>A repetição</p>	<p>O ritual</p>

oferecer um suco de maracujá, eu ficava estranha, por isto sou traumatizada, com suco de maracujá, ele dizia: se você não tomar o suco eu não deixo sua mãe te dar presente e eu tomava (Mel).

Minha mãe estudava a noite, ai meu padrasto chegava do trabalho e esperava minha irmã dormir e começava a me abusar. Começou primeiro com aquelas caricias, ai foi acontecendo, até que ele começou a alisar minhas partes intimas. No começo ele não me beijava depois foi que ele começou a me beijar e com sete anos mesmo houve a penetração. Não eram todos os dias, mas sempre ocorria. Depois fui morar com meu pai, mas quando eu voltei pra casa continuou tudo de novo, voltou tudo de novo(Lara).

Não foi só uma vez que meu padrasto me abusou, passou muitos anos, foi dos onze aos 17 anos e era frequente. (Clara).

Meu padrasto cuidava de mim e do meu irmão e toda vez ele inventava de me dar banho pra poder ficar alisando ai quando ia vestir a minha roupa, me botava em cima da cama e começava a me alisar, passava a mão no meu corpo, nos meus peitos, na minha vagina, nas pernas, ele não me beijava não. Ele também inventava de me pegar no braço pra meter a mão por baixo da minha saia. Se demorasse mais acho que ia acontecer mais coisa(Alice).

Meu dia a dia era quase um filme de terror, o abuso sexual aconteceu por 14 anos durante a infância e adolescência, sempre que meus primos me viam sozinha. (Eva).

Era na adolescência, quando eu sofri o abuso pelo meu pai, aconteceu só esta vez. Eu tava deitada, dormindo, quando acordei que dei fé foi por aquele homem em cima de mim, ele já tava em cima de mim; já tava tendo a relação, ai eu gritei: chega pai, tem um homem em cima de mim e ele disse:- cala a boca, é eu. Ai pra me sair eu disse: pera ainda pai, deixa eu pegar água gelada? e ai levantei e sai (Júlia).

Eu era pequena mas não lembro a minha idade devia ter 5 pra 6 anos, e eles são mais velhos do que eu um 12 e o outro 10 anos de diferença de idade. Não lembro se foram muitas vezes, mas acontecia sempre, meu irmão mais velho ele bulia na minha vagina, era uma cosquinha, mas ele não mostrava os órgãos sexuais, aconteciam estes toques, essas coisas que não era uma coisa grosseira, eu devia ser muito pequena porque eu não reclamava, ficava estática. Acontecia sempre quando minha mãe não estava (Isaura).

No início meu padrasto só pegava na minha cabeça e eu me saia dele, porque eu nunca gostei dele. Eu achava um

<p>negócio meio diferente e pensava que alguma coisa ele tava planejando pra mim. Depois eu disse pra minha mãe, mas ela não acreditou e dizia que era porque ele gostava de mim (Rosa).</p> <p>Meu padrasto começava primeiro pelas caricias e eu ficava quieta, na minha, não falava nada, eu só perguntava o que ele tava fazendo, porque uma criança de sete anos não sabe direito das coisas. Com sete anos mesmo houve a penetração, ele ejaculou e eu não sabia o que era isso, eu não sabia de nada (Lara).</p>		
<p>Meu padrasto ficava alisando meus seios, dizendo que ia me dá isso, me dar aquilo, pra poder ficar comigo, dizia que ia me dá dinheiro. Neste tempo era dez centavos que eu gostava. Ele dizia: vou lhe dar dez centavos, porque queria só que eu alisasse, que ficasse só masturbando ele(Alice).</p> <p>Meu padrasto começava a fazer caricias me dava brinquedinhos, começava a fazer agrados (Lara).</p> <p>Eu não aguentava mais não, ai eu falei pra ele: ou você caça um homem pra mim, ou eu vou embora. Quando eu fiz isto eu pensei em me livrar de lá de sair de lá de onde eu morava, porque eu não aguentava mais não e não sei o que foi que deu nele que ele procurou e foi assim que eu sai (Clara).</p>	<p>O duplo jogo</p>	<p>Formas de resistência</p>
<p>Era na adolescência quando eu sofri o abuso pelo meu pai, aconteceu só esta vez. Eu tava deitada, dormindo, quando acordei que dei fé foi por aquele homem em cima de mim, ele já tava em cima de mim; já tava tendo a relação, ai eu gritei: chega pai, tem um homem em cima de mim e ele disse:- cala a boca, é eu. Ai pra me sair eu disse: espere ai pai: deixa eu pegar água gelada? Depois o senhor termina, e ai levantei e sai(Júlia)</p>	<p>Camuflagens para sobreviver ao vivido de abuso sexual</p> <p>Astúcia e o duplo jogo</p>	
<p>Meu pai não me ameaçava com palavras pra eu não contar sobre o abuso, mas eu percebia no olhar de intimidação dele, porque ele não falava nada, mas ele me dava toques e só me maltrava com toques e olhares, o olhar dele me condenava, tipo: quando ele brigava com minha mãe, ele olhava pra mim, olhando por baixo dos olhos, fitava o olhar e dizia: eu mato estas pestes tudinho, porque ele falava olhando pra eu me tocar[...]” (Marta).</p>	<p>Artimanhas</p> <p>A astúcia pelo não verbal</p> <p>O gestual</p>	
<p>“[...]Eu não contava que tava sendo abusada pelo padrasto diretamente pra minha mãe. Contava assim, soltava indiretas, porque eu tinha medo dele fazer alguma coisa com ela e com minhas irmãs. Ai eu fazia de tudo pra ela não me deixar só com ele, mas ela deixava porque ela confiava inteiramente nele. Uma noite eu virei pra ela: a</p>	<p>A astúcia em:</p>	

<p>senhora fique sem dormir, só vá dormir mais tarde, durma depois dele que a senhora vai ver. Ai quando ela levantou e ligou a luz, tava ele de toalha baixa, acorçado na minha cama, mexendo nas minhas partes íntimas. Ai ela pegou[...]”(Lara).</p> <p>Quando eu tinha uns 14 anos passava na TV sobre pedofilia e ai eu falava morrendo de medo, mas eu já não aguentava mais ser abusada pelo meu pai, ai eu dizia bem assim: se isso ai acontecesse comigo velho eu denunciava, bem assim, e meu pai olhava pra mim, só assim: por baixo dos olhos (Marta).</p>	<p>Subterfúgios, metáforas e afirmações irônicas.</p>	
<p>Eu não pude evitar ser abusada pelo meu padrasto e aconteceu por muito tempo. Até que chega uma hora que a gente se acostuma com a situação e se acostumando deixa pra lá, não sabe o que fazer e deixa acontecer(Clara).</p> <p>Isto tudo de sofrer violência sexual pelos meus primos foi como se minha vida tivesse desmoronado, porque quando eu pensei que já tinha superado que não ia acontecer mais, ai de repente acontecem os dois estupros: do meu tio e do moto táxi, é como se eu tivesse me acostumado à situação(Eva).</p>	<p>A aceitação da vida Passividade</p>	
<p>Eu nunca revelei o abuso que sofri dos meus irmãos e eu não quero nunca que minha mãe venha a saber, nem a sonhar, ninguém da minha família sabe. Este foi um segredo que só falei pra você, pra minha analista e a psicóloga daqui(Isaura).</p> <p>Diretamente eu não contei porque eu tinha medo, mas foi uma denúncia anônima ao Conselho Tutelar e ai o Conselho que foi lá em casa(Marta).</p> <p>Em vim abrir o jogo sobre o abuso que sofri do meu padrasto agora quando eu já tinha saído de lá. Quando eu tava lá eu tinha medo, por isto não tinha abrido o jogo antes. Depois que eu sai foi que eu abri o jogo(Clara).</p> <p>Eu não contei que tava sendo abusada pelo meu pai, porque eu tinha medo e ele sabia que eu não ia contar porque eu ficava com medo dele matar minha mãe e meus irmãos, porque ele não falava nada, mas ele me dava toques para eu não contar sobre o abuso, tipo: quando ele discutia com minha mãe ele ficava dizendo que ia matar minha mãe. Ai quando ele brigava com ela eu já corria pra baixo da mesa com meus irmãos, ou então eu corria pra cozinha, pegava todas as facas, escondia debaixo da minha cômoda e ficava escondida debaixo da mesa com meus irmãos e ele ficava batendo na minha mãe. Ai eu tinha medo: minha mãe já não era amiga, meu pai era desse jeito e... eu tinha medo de contar pra minha mãe e minha mãe ir perguntar pra ele e ele querer matar ela. (Marta).</p>	<p>Medo e segredo</p>	<p>O oculto do abuso sexual</p>

<p>Me lembro da primeira vez em que fui abusada sexualmente pelos meus primos como se fosse hoje: eu tinha quatro anos e estava na fazenda dos meus avós e acordei sentindo uma dor imensa. De início foi apenas um dos primos e só depois começaram os outros primos. Quando eu acordei ele colocou a mão na minha boca para ninguém ouvir meu grito de dor, nem meu choro. Fiquei com muito medo e assustada. Depois Eles me ameaçavam, diziam que se eu falasse iam me matar me enterrar e ninguém ia saber mais onde eu estava e ameaçavam matar meus pais também (Eva).</p> <p>Eu não me sentia bem por ser abusada pelo meu padrasto e fiquei com medo de abrir o jogo e ser pior pra mim, criança, sem saber? Não pensava em nada não e tinha medo, não vou dizer que eu não tinha medo, porque medo eu tinha(riso) (Clara).</p> <p>Eu não contava pra minha mãe que tava sendo abusada pelo meu padrasto, é, contava assim, soltava indiretas porque tinha medo que ele fizesse alguma coisa com ela e com minhas duas irmãs, porque Ele dizia que se eu contasse pra alguém ele iria fazer alguma coisa com elas (Lara).</p> <p>Depois que meu padrasto começou a me abusar eu comecei a me sentir estranha, eu ficava com vergonha quando eu olhava pra ele, ficava com medo (Alice).</p> <p>Eu dizia ao meu padrasto que ia dizer pra polícia e ele dizia que se eu o denunciasse ele me matava, ai eu tinha medo(Rosa).</p> <p>No começo eu tinha medo de chegar e falar pra minha mãe que tava sendo abusada pelo meu padrasto, porque se eu chegasse pra falar ela não ia acreditar, como até hoje ela não me apoia em nada, ela só fica do lado dele, minha mãe não acreditou em mim. Ela não fala comigo. Ela se incomodou com isto(Clara).</p>		
<p>Depois que eu comecei a sofrer abuso sexual pelo meu pai, eu preferia ficar na escola. Sabe uma coisa assim que você queria morar dentro da escola? Voltar pra casa era a parte mau que eu não gostava de pensar, dava um desconforto sabe? Era, tipo: uma desconfiança, tipo, uma insegurança, tipo, você não ia se sentir confortável naquele espaço? Ai tinha o que eles chamavam de segundo tempo que era escola manhã e tarde. Eu ia pra escola pela manhã e meio dias eu ia pra casa, ai almoçava, ajudava a fazer as coisas, nas carreiras, viu? Era, sabe aquela coisa bem ligeirinho? Lavava os pratos, ia pra escola, entrava às</p>	<p>A escola e o esporte.</p>	<p>Respiradouros</p> <p>Solidariedade orgânica</p>

<p>13 horas e só saía ás 18 horas. Ai tava bom, porque eu gostava de estudar. Também eu joguei um tempão, desde a 5ª até 8ª série e eu gostava muito de jogar, porque o esporte era um escape. Eu joguei um tempão! (Marta).</p> <p>A única hora que eu tinha fuga e que eu me sentia tranquila era quando eu ia pra escola, ai eu não tinha medo, porque meus primos que me abusavam não tavam lá. Depois comecei a trabalhar muito cedo: eu sempre gostei de trabalhar pra ocupar a cabeça e não pensar no abuso sofrido. Ai montei um projeto social, uma escola de música para crianças. Me dediquei muito à igreja e tocava nas missas. Quando pensei no suicídio, resolvi uma vida de entrega a Deus e fui para o convento e hoje continuo fazendo o mesmo trabalho missionário, tocando, tentando evangelizar (Eva).</p> <p>Depois do abuso quando eu tava com doze anos eu me revoltei e comecei a sair mesmo, não foi pra bagunçar nem nada, foi pra não ficar só dentro de casa. Ai na rua vizinha à minha, tinha uma quadrilha junina, ai eu fui brincar, dançar, a gente se apresentava, viajava pra dançar e tudo, porque a quadrilha junina foi uma válvula de escape, porque se não fosse isto eu vivia brigando com minha mãe dentro de casa. Fui caçando outras coisas pra fazer já fiz de tudo joguei bola, dancei e viajei [...]”(Lara).</p>	<p>A igreja e a música.</p> <p>A rua, a dança</p>	
<p>Me dediquei à igreja, tocava nas missas, e desde então continuo fazendo o mesmo trabalho missionário, tentando evangelizar. Esta atividade ajuda, porque eu vejo pessoas que têm problemas ainda maiores que o meu, ou pessoas que têm até o mesmo problema que eu, mas não encontraram um apoio, uma ajuda. Aí eu tento levar, através da música, um pouco de conforto[...]”(Eva).</p> <p>Hoje a minha vida, à vista lá de trás do que eu passei quando estava sendo abusada sexualmente pelo meu padrasto tá bom, hoje tá melhor (Clara).</p> <p>Teve um tempo que a gente mudou de casa e como meus irmãos estavam crescendo, minha mãe botou umas moças pra ficar olhando eles. Como eu e minha irmã éramos as maiores, elas deixavam a gente em casa pra ajeitar a casa e levavam os meninos pra casa delas. Ai teve uma vez que meu padrasto não respeitou nem a menina que trabalhava em casa, me trancou no banheiro com ele e disse que se eu gritasse iria ser pior. Na hora: a relação sexual aconteceu ali dentro do banheiro mesmo. Acho que a moça nem percebeu, porque ela tava cuidando ajeitando as coisinhas da minha irmã pequena pra poder levar pra casa dela(Lara)</p>	<p>Esperança, sonhos de reestruturação da vida, vontade de viver.</p>	
<p>Meu pai me batia porque eu não queria deitar na cama com</p>		

ele, ele tentava penetrar mas eu nunca deixei. Mas a minha babá percebia e dizia: João o que é isto? saia dai mel, vá lá pra fora brincar com sua amiguinha. Ela não deixava não...ela gostava muito de mim. Mas ele também não respeitava as empregadas, acho que ele tinha caso com uma delas e eu dizia a minha mãe e ele me chamava de fofqueira, que eu falava demais (Mel)	O lar : imaginário de medo e insegurança	
		A revelação do abuso sexual: rompendo o medo

2ª CONJUNÇÃO

Imergindo no cotidiano de mulheres que foram abusadas sexualmente na infância

Presenteísmo: convergência entre passado e futuro

Noção de limite: o trágico e os sentimentos do destino

Ambiência afetual, alteridade e complementaridade

Falas: atitudes e manifestações	Elementos/Subcategorias	Categorias
<p>O sentimento que eu tenho é que meus primos que me abusaram destruíram a minha vida. Eu preferia mil vezes que eles tivessem me matado, porque viver com essas lembranças, essas recordações do dia- a dia, é terrível (Eva).</p> <p>Eu tenho muito ódio do meu pai por ter feito sexo comigo, muito ódio mesmo. Quando eu via ele na rua, que eu passava só por ele, me dava nojo. Era vergonha e raiva porque a vontade era de pegar e matar ele. Minha mãe pode até ser que eu perdoe, mas meu pai não(Marta).</p> <p>Hoje eu só ficaria bem se meu padrasto desaparecesse, sumisse, não desse mais nem notícia de onde tava pra eu num ficar sabendo mais nada dele. Tem que ter uma maneira pra ele abrir o jogo e confessar que me abusou dos 11 aos 17 anos e ai pronto, se ele abrisse este jogo, isso tudo acabava. No dia que ele disser: hoje eu vou abrir o jogo, ai pronto, isto tudo acaba. Mas é difícil(Clara).</p> <p>Agora é enfrentar a vida né? Nem tudo tá perdido, quando a gente chega que leva uma queda ,chega</p>	<p>O trágico no cotidiano do abuso sexual</p> <p>Ressentimentos</p>	<p>O senso do limite</p>

<p>um, dá a mão e levanta .Eu tenho fé em Deus que eu vou acabar meus dias de vida junto com meus filhos. Nem sou melhor do que os outros e nem sou pior(Júlia).</p>	<p>Otimismo</p>	
<p>Este problema de ter sofrido abuso sexual pelo meu padrasto me incomoda bastante, sinto raiva. Isso prejudicou a minha vida e ainda tá prejudicando, por que ele sai comentando, mesmo no começo que eu sai de lá, ele tentou me separar do meu marido, teve um dia, que ele inventou uma conversa e tentou separar a gente, mas não conseguiu e até hoje ainda tá sendo um inferno lá. E ele e minha mãe tão lá morando lá e ai ficou pior, mãe mais ele juntos (Clara).</p>	<p>Raiva</p>	
<p>O que me deixa mais revoltada é minha mãe ir pra uma delegacia e dizer que eu era doida e que foi eu quem provocou que fui atrás do meu padrasto pra ficar com ele pra ter relação sexual com ele (Clara).</p> <p>Minha revolta maior foi quando eu tinha 16 anos, eu tava com alguns sintomas de gravidez tava me dando enjoos e eu tava ficando com medo de estar grávida do meu pai(Marta).</p>	<p>Revolta</p>	
<p>Por muito tempo durante o abuso sexual que sofri pelos meus primos, eu tinha ódio, nojo, tinha tudo isso, mas hoje eu já não sinto mais isso. Não gosto deles, não vou dizer que eu gosto, mas estou trabalhando pra perdoar, ainda não consegui perdoar, mas eu já não sito mais ódio(Eva).</p> <p>Eu tenho ódio do meu pai por ter me abusada sexualmente, mas entreguei a Deus, liberei o perdão para ele e para o meu estuprador. Porque quando eu fiz 14 anos eu fui morar em são Paulo e fui estuprada, por meu namorado. Ele me ofereceu uma bebida e me levou na casa dele pra trocar a roupa pra ir para uma festa, lembro que sentei em uma cadeira, e quando acordei tava deitada toda ensanguentada (Mel).</p>	<p>Ódio</p>	
<p>Meu pai tinha comércio e vinha em casa almoçar, ai quando a minha mãe não tava em casa ele ficava me chamando pra ir deitar com ele e eu não gostava ai eu dizia que ele fedia, chamava ele de porco, porque eu não queria deitar na cama com ele e ele dizia:</p>		<p>O senso do limite</p>

<p>“você tem nojo de mim? eu dizia: você fede(Mel).</p> <p>No dia mesmo que eu me furei, ele pegou um pedaço de pau pra vim dar em mim, e eu disse:- é você vim dá em mim e eu lhe despedaçar todinho, porque você tá pensando que eu tô esquecida do que você fez comigo? Eu numtô esquecida não, eu não tô esquecida de jeito nenhum. Você vai me pagar um dia, quero ver você me pagar (Júlia).</p> <p>Minha vida ficou transformada, mudou foi pra pior, porque toda hora você topar com a cara de seu pai, acordar com a perna do seu pai em cima de você, é tão ruim ter relação sexual com o próprio pai. Ai isto me afetou emocionalmente me deu muita revolta (Júlia).</p>	<p>O senso do limite do abuso sexual mostrado pela teatralidade</p>	
<p>Minha mãe era separada do meu pai desde os meus dois anos de idade. Ai ela foi viver com o meu padrasto. Antes do abuso ela era uma pessoa boa comigo, mas depois do abuso acontecer ela mudou, começou a me agredir com palavras e a gente discutia direto que ela chegou a puxar faca pra mim. Ai, quando eu completei 11 anos eu não aguentava mais a pressão peguei minhas roupas e fugi pra casa do meu pai, ai passava o fim de semana com ela, chegava e perguntava: mãe como é que a senhora tá? Ela dizia que tava melhor comigo longe de casa. Ontem mesmo eu discuti com ela, também ela pegou e jogou na minha cara, que eu era culpada, que isto tudo aconteceu por que eu quis. Com 15 anos eu comecei a trabalhar porque ela medisse que não tinha mais um centavo para me dar (Lara).</p> <p>Minha mãe não quis acreditar, em mim. Eu joguei na cara dela: é, seu marido fez isso e isso comigo e a senhora ainda quer apoiar ele. Ele toda vida diz que eu num sou filha dele, sou filha da besta fera (Joana).</p>	<p>O cotidiano familiar após a revelação do abuso sexual</p>	<p>Presenteísmo</p>
<p>Repercussões do abuso sexual no cotidiano de crianças e adolescentes</p>		
<p>Eu nunca gostei do meu padrasto. Ele gostava muito de mim e me tratava bem, ai começou pegando na minha cabeça e eu me saindo dele. Depois pegava nas minhas pernas, alisava as pernas, fazia estes carinhos, me beijava e eu não gostava, pegava nos seios, me abraçava, e beijava e eu me saia. Eu não</p>	<p>Gravidez</p>	<p>Repercussões a curto prazo</p>

<p>gostava. Depois que a minha mãe morreu fiquei morando com ele e acho que ele ficou gostando mais de mim. Meu padrasto me fez ter relações sexuais à força, ele me bateu, me judiou, me amarrou com os braços na cama, eu queria me soltar e não conseguia, gritava, mas minha irmã não ouvia, fiquei toda roxa da surra que ele me deu e fui parar no hospital. Ai, foi só vez só uma vez e eu peguei gravidez. A filha que eu tenho é filha dele. Ai minha vida ficou meio embaraçada(Rosa).</p>		
<p>Depois de ter ocorrido mais um abuso, chegou uma vizinha em casa, uma colega de mãe que me conhece desde criança e me pegou dormindo de dia, coisa que eu não fazia. Ai ela pegou chegou pra mãe e falou que eu tava dormindo. Eu tinha dormir atoda toda, coisa que eu não era costumada a fazer, dormir de dia. E ai ela ficou e abriu o olho de mãe(Lara).</p>	<p>Mudanças no padrão do sono</p>	
<p>Eu já tinha mudado meu comportamento e minha mãe não tinha percebido. Quando eu completei os 11 anos eu não aguentava mais a pressão de ser abusada pelo meu padrasto, ai peguei minhas roupas e fugi de casa pra casa do meu pai, cheguei como se nada tivesse acontecido (Lara).</p> <p>Ninguém nunca acreditou que meu pai teve relação sexual comigo, nem meus irmãos nem ninguém, porque eu bebia. Me abandonaram, disseram que era mentira que eu tava levantando falso ao próprio pai e me botaram pra fora de casa. Ai depois minha vida era andar sem comer, a dormir no meio da rua, nas rodoviárias com desgosto. Eu andava só a roupa, minhas pernas pareciam duas canetas de magra, de não comer, meus pés eram rachados que quando eu botava na sandália o sangue descia(Júlia).</p>	<p>Refugiar-se na rua</p>	
<p>Depois do abuso sexual fiquei nas drogas, usei crack, cocaína, e vi que não dava pra mim (Rosa).</p> <p>O abuso sexual pelo meu pai afetou a minha vida, por isto me joguei nas drogas desde que eu ia fazer 13 anos(Mel).</p> <p>Ninguém nunca acreditou que meu pai teve relação sexual comigo, nem meus irmãos nem ninguém, porque eu bebia e foi por causa disso que eu comecei a usar droga, porque me abandonaram, disseram que era mentira que eu tava levantando falso ao próprio pai e me botaram pra fora de casa. Até a irmã dele ficou intrigada de mim, dizendo que eu tava levantando falso a meu pai. Enchi minha cara de droga, toda a vida que eu pensava...que eu nunca imaginei meu pai fazer isso. Ai eu comecei na maconha, a cheirar cola, depois começou o crack e depois o pó, meti a cara no pó com desgosto(Júlia).</p>	<p>Uso de drogas</p>	

<p>Eu não pude evitar e a violência sexual que sofri do meu padrasto aconteceu por muito tempo e uma coisa também, eu podia ter caçado meio de sair fora mais cedo porque até hoje todo mundo diz que a culpada foi eu:” a culpada é ela que ele não tem culpa nenhuma”. Todo mundo fica do lado dele(Clara).</p> <p>Acho que a relação sexual com meu pai aconteceu porque eu tava meio tomada, ai ele se aproveitou, mas eu tava uma tomada que tava consciente eu num tava bêbada não, não tinha nem tomado pitú, só tomei cerveja. Ninguém nunca acreditou em mim, nem meus irmãos nem ninguém, porque eu bebia (Júlia).</p>		
Repercussões do Abuso Sexual no Viver Quotidiano: repercussões a longo prazo		
Falas	Subcategorias elementos	Categorias
<p>Até hoje, quando eu lembro, sinto desgosto da vida. Não me sinto um ser humano, me sinto um lixo. É, a gente ter uma pessoa que é um pai da gente e acontecer uma coisa desta? (Júlia).</p>	Baixa autoestima	Repercussões a longo prazo
<p>Eu queria me matar por causa da relação sexual com meu pai, porque começaram a me botar pra fora de casa dizendo que eu tava levantando falso a ele. Ai fui pra frente de uma carreta, o homem freou quando me viu, começou a queimar pneu ai entrou e me balançou:- Mulher, você é louca, você não tem amor a sua vida não? Ai eu comecei a chorar e contei minha vida a ele. Ele me abraçou, mandou a mulher dele me segurar, botou a carreta pra baixo do galpão do posto, começou a falar comigo e disse: - não faça isto não, tenha amor a sua vida. Mas depois eu pelejei pra beber água sanitária, minha prima tava em casa e não deixou. Já tentei outras vezes, já me cortei de gilete com desgosto, agente ser sozinha e mais uma derrota depois que aconteceu isso. o(Júlia).</p>	Ideias e tentativas de suicídio	
<p>Ter relação sexual com meu pai modificou muito a minha vida, eu nunca tinha levantado a mão pra ele, que ele é meu pai, mas de um certo tempo pra cá eu tentei matar ele, tentei duas vezes, ai não conseguia. Só que eu não quero mais saber não, deixa pra lá, ele tá velho e Deus tome de conta lá no céu, não quero que ninguém faça nada com ele(Júlia).</p>	Tentativa de homicídio e comportamento autodestrutivo	
<p>Eu fiquei triste né? Meu padrasto poderia me aconselhar, né? Para num fazer isto e foi ele mesmo foi me alisar? Eu fiquei triste, fiquei angustiada, fazer um negócio deste? Esperava de um padrasto carinho, amor, respeito... sei lá(Alice).</p>	Decepção	

<p>Pra mim mesmo ela não foi uma mãe, porque até hoje ela não me apoia, ela fica só do lado do meu padrasto, tudo que ele fala, ela apoia ele. Me incomoda que ela não me apoia em nada, ela não me ajuda em nada(Clara).</p> <p>Eu esperava do meu pai amor e carinho, que ele fosse um pai, porque ele deu amor deu carinho aos filhos e não deu a mim a única filha mulher, porque ele me queria como mulher pra ele e não como filha. Eu queria dar a bênção a ele que ele me levasse pro parque pra brincar, porque como ele não ia, eu ia com minhas amigas e o os pais delas. O cuidado dele não era de pai e eu perguntava às minhas amiguinhas: o seu papai faz isso e isso com você, e elas diziam não, o meu papai faz isso com minha mamãe e isto ia me irritando (Mel).</p> <p>Meu marido sabia que eu fui abusada pelo meu padrasto e jogava isto na minha cara direto, todas as vezes que ele brigava comigo, do mesmo jeito que minha mãe dizia, que eu fiz porque eu quis. Isto me deixava pra baixo demais. Mas ele sempre continuava, toda vez que ele ia brigar por alguma coisa, ele botava este assunto no meio(Lara).</p>		
<p>Eu não acredito não que meu padrasto será punido, é muito difícil. E pra isso acabar ele tem que abrir o jogo e revelar que me abusou, mas eu tenho certeza que ele num vai abrir o jogo.Tem que ter uma maneira pra ele abrir o jogo,ai pronto se ele abrisse este jogo, isso tudo acabava(CLARA)</p>	Desesperança	
<p>Você sabia que as vezes na nossa infância o que a gente passou a gente se acha rejeitada hoje? Minha mãe nunca disse que me amava. Muitas vezes eu via ela dizendo para os meus irmãos, mas pra mim não. Então hoje, todo mundo gosta de mim, mas eu posso tá no meio de multidões e eu me sinto sozinha ali naquele meio(Marta).</p>	<p>Dificuldades nos relacionamentos interpessoais</p> <p>Sentimento de rejeição</p>	
<p>Na verdade eu não consigo nem me lembrar da minha infância porque o que vem mais é só essas cenas. Minha infância todinha e adolescência, eu não consigo recordar muito, eu não consigo nem lembrar dos meus pais, é como se isso aí tivesse fechado a cabeça de um jeito que eu não conseguisse me lembrar de nada, de nenhum momento feliz que a gente teve. Eu não consigo por mais que eu me esforce, eu não consigo me lembrar. Porque o abuso começou quando eu tinha quatro anos (Eva).</p> <p>Uma noite, eu era muito menina, minha mãe não tava, tinha ido visitar minha madrinha de São Paulo que estava aqui, estávamos em casa eu, meus três irmãos e meu pai e eu estava dormindo só no quarto.</p>	<p>Esquecimento do passado</p> <p>(mecanismo de sobrevivência)</p>	

<p>O quarto tava escuro, porque minha mãe só deixava a luz do banheiro acesa.. Ai eu sei que deitaram em cima, mexeram em mim. Ou foi meu irmão mais velho ou foi o meu pai. Me sufocou, Eu gritei e a pessoa correu e como minha mãe não tava, quem veio foi o meu irmão mais velho, que me acalmou e disse que era uma alma, que não era nada não, era um vulto. Só sei que deitaram em cima de mim. Ou foi meu irmão mais velho ou foi meu pai, mas eu sei que deitaram em cima de mim. Eu não me lembro se teve penetração, eu não consigo lembrar (Mel).</p> <p>Hoje em dia eu não tenho muitos dados precisos porque depois que tive a depressão muita coisa fugiu da minha mente então são coisas que eu lembro vagamente e que às vezes eu não costumo falar(Isaura).</p>		
<p>Problemas na esfera sexual</p>		
<p>Acho que ser abusada pelo meu padrasto despertou a minha curiosidade e deu vontade de conhecer o sexo mais cedo, aí perdi minha virgindade aos dez anos e caí na prostituição (Alice).</p>	<p>Comportamento sexual inadequado para a idade e prostituição</p>	
<p>Pra mim todo homem não presta, tenho nojo dos homens, pra mim são todos iguais, eu não gosto, por isso gosto de me relacionar com mulheres. Me casei para agradar aos meus irmãos, mas eu não gosto. Meu marido é um trabalhador, cuida de mim, mas eu não gosto de homem e hoje eu gosto de uma mulher, mas ela não sabe, ela é casada (Mel)</p>	<p>Contradição entre gênero e sexo</p>	
<p>Eu dou graças a Deus por não ser lésbica. É... tantas pessoas que passaram por isto e hoje são lésbicas... É a dificuldade de se relacionar com homens. Mas eu não gosto nem de homem nem de mulher, porque isto também me impedia de gostar das pessoas, entendeu? De gostar de outros homens, sei lá, a gente fica com vergonha da gente mesmo. tipo: como se a pessoa já soubesse que a gente foi abusada. Eu num tinha, tipo: paciência, eu num tinha amor, entendeu? Era como se eu num tivesse amor dentro de mim(Marta).</p> <p>Acho que duas coisas que acontecem com pessoas que sofrem isso, é a questão da vida afetiva, é, eu acredito que ...pronto. Eu: Eu só tive um namorado e eu não deixava ele chegar nem perto de mim, direito e até hoje, eu não consigo namorar com ninguém. É o medo. É Tipo, como se tivesse medo de homem, inclusive do meu pai. Até hoje eu só falo com ele o</p>	<p>Dificuldades para se relacionar com pessoas do mesmo sexo do autor do abuso</p>	

<p>necessário e se possível peço a minha mãe pra falar com ele porque eu não chego perto dele. Me lembro que a gente morava aqui em outra cidade pra estudar e quando a gente chegava de viagem, meus irmãos tudinho se aproximavam do meu pai, abraçavam e eu não abraçava, então eu achava que meu pai não gostava de mim. Só que o que acontecia é que eu que tinha medo do meu pai. Eu criei esta barreira(Eva).</p>		
<p>Afetou a minha sexualidade, porque até hoje eu não consigo ter um orgasmo se não for manipulando. Em todos os relacionamentos na hora, quando eu lembro que eu vou querer daquela forma e se ele não gostar? Aí é que eu não consigo (Isaura).</p>	<p>Dificuldades para ter orgasmo</p>	
<p>Quando eu tinha 12 anos eu tive um envolvimento com um rapaz bonito que me paquerou, mas eu ainda era muito criança. Ele me levava para motéis, e aconteciam basicamente as mesmas coisas que aconteciam com meus irmãos que me abusaram, só que com uma proporção maior e eu continuei achando bom, também carícias, manipulações, mas não houve penetração(Isaura)</p>	<p>Predisposição para outras violências</p> <p>Pedofilia</p>	
<p>Eu tive outros abusos depois que o abuso dos meus primos foi revelado. Eu já tava com depressão, ai fui pra casa de um tio que falou que ia me ajudar. Ai teve um momento que eu estava tendo uma crise, eu não conseguia falar e tava ficando roxa. Ai dei um toque para o celular dele pra pedir socorro pra ele, mas acho que ele entendeu errado, porque ele tava bebendo. Ai veio me encontrar e tentou me violentar. Sei que depois disso eu passei mal e desmaiei. Depois, no ano passado, eu fui estuprada por um moto taxista. E ai isto tudo é como se tivesse desmoronado a minha vida, por que além do que eu passei com meus primos eu pensei que eu já tinha superado que não ia acontecer mais, ai de repente acontece. É como se eu tivesse me acostumado à situação(Eva)</p> <p>Quando eu completei 14 anos fui para São Paulo estudar e trabalhar, ai eu namorava com um rapaz de 25 anos que me estuprou. Ele me deu uma bebida e quando acordei tava na casa dele, toda ensanguentada e sentido dores(Mel)</p>	<p>Estupro</p>	
<p>Quando eu completei os 11 anos eu não aguentava mais a pressão de ser abusada pelo meu padrasto, ai peguei minhas roupas e fugi de casa e fui morar na casa do meu pai e comecei a ser agredida pela minha madrasta, ela me batia de dia e de noite depois que meu pai ia trabalhar. (Lara).</p>	<p>Violência física</p>	
<p>Antes de eu terminar o ensino médio conheci meu marido. Foi um namoro bom, no começo tudo é</p>		

<p>bom, né? Ele mostrava ser uma pessoa diferente, mas depois de 2 anos ele começou a mostrar o lado agressivo dele. Eu não podia falar com ninguém, não podia ter meus amigos, que ele dizia que eu tava tendo caso com meus amigos. Assim que eu me juntei com ele, com três meses eu engravidei da minha filha, aí começou a jogar na minha cara dizendo que a filha não era dele, começou a me dar macho, pra todo lugar que eu ia, começou a possessividade e passei minha gravidez quase toda apanhando dele(Lara).</p>	<p>Violência conjugal</p>	
<p>Interações familiares e sociais</p>		
<p>Quanto ao abuso com meus irmãos, eu sinto neles, em tenho uma distância deles, eu não tenho aquela afinidade, gosto deles demais, mas por conta disto que ficou na minha mente me bloqueou em trata-los como irmãos (Isaura).</p>	<p>Distanciamento afetivo</p>	<p>O cotidiano familiar de quem vivencia abuso sexual</p>
<p>Não soube mais dos meus pais... Sei lá (riso), não sei se ainda vivem juntos, eu perdi o contato e eu também não quero contato com eles. Meus irmãos devem estar com eles porque mesmo o que morava aqui não mora mais [...] (Marta).</p>		
<p>Antes do abuso minha mãe era boa comigo, mas depois do abuso ela mudou, começou a me agredir com palavras. A gente discutia direto que ela chegou a puxar faca para mim.Com 11 anos eu não aguentava mais a pressão e fugi para a casa do meu pai. Aí passava o fim de semana com ela. Eu chegava e perguntava: mãe, como é que a senhora tá? Ela dizia que tava melhor comigo longe de casa (Lara).</p> <p>Minha mãe nunca foi de sentar de conversar, porque se ela fosse disso, ela teria entendido, ela nunca foi de falar: Lara, como foi na escola? isto e aquilo. Se ela fosse disso ela tinha prestado atenção no meu jeito.(Lara)</p> <p>Eu não temia a minha mãe, porque eu já era acostumada a ser espancada por ela, aí eu não temia mais apanhar, porque desde pequena, eu acho que foi uns 8 , 9 anos ela me espancava. Antes desta época ela me batia, mas me batia sempre normal, depois ela começou a me espancar com força mesmo, não sei se tem a ver com o que o abuso(Marta).</p> <p>Depois que minha mãe morreu, meu pai se casou de</p>	<p>Convivência familiar</p> <p>Discussões frequentes</p> <p>Reação materna: distanciamento e discussões entre mãe e filha</p>	

<p>novo e tinha a mania de dizer que eu matei a minha mãe. Ele tinha ódio de mim, ele bebia, dizia que não era meu pai, que eu não era filha dele, que minha mãe tinha um caso com o delegado da Polícia Federal e que eu não era filha dele e eu dizia: Então faça o DNA e ele dizia que não, mas que eu não era minha filha dele (Mel).</p> <p>Eu tenho muita marca no corpo de meu pai me bater depois dele ter me abusado. Ele quer distância de mim, que ele disse que eu não sou filha dele. Ele pega e me bate, olhe aqui o que ele fez comigo: isso aqui foi ele, que ele me derrubou no chão e me pisou de pé (mostra marcas na perna e joelho) Ele me expulsa de casa que até hoje eu não posso entrar dentro de casa que ele não gosta de mim. (Júlia).</p> <p>Minha mãe não gostava muito de mim... gostava das outras filhas. Eu dava a benção a ela e ela ficava calada. Quando minhas irmãs chegavam era um carinho pra cá e um carinho pra lá (Rosa).</p>		
<p>No tempo que aconteceu o abuso eu não pensava em nada, não sabia nem o que era e pela idade que eu tinha, ela como mãe nunca chegou, nunca explicou nada, nunca falou nada e também ela não se importava, saía e me deixava sozinha com ele, não tava nem aí (Clara).</p>	Descuidado materno	
<p>Minha mãe não deixava ninguém tocar em mim, ela me protegia, quando eu dizia pra ela o que meu pai fazia, ou quando ele via que ele ficava no banheiro ou no quintal, tomando banho nu, com a porta aberta, me chamando para ver ele, ela dizia: “Mel, saia daí agora e falava pra ele: João, tome vergonha, é nossa filha, a única filha mulher que temos eu não aguento mais esta vida, você não respeita ninguém. Ela me protegia, e dizia: eu vou deixar ele minha filha e quando eu tinha 9 anos eles se separaram e meu pai ficou com tudo dela (Mel).</p>	O Cuidado materno	
<p>Tentei dar queixa dele (padrasto). A única delegacia que eu procurei foi da cidade mais próxima, mas chegou lá tava fechada, isto foi no dia que eu mandei ele ir embora, foi no período em que ele tava afastado. Mas só que depois ninguém chegou junto (família) e por isso mesmo ficou. Voltaram pra trás e deixaram tudo pra lá. Antes de eu casar eu nunca tive coragem pra enfrentar este problema, aí meu marido disse: agora você vai ter que enfrentar, aí eu fui no posto policial e o policial conversou comigo: vocês faz isso e isso, aí eu peguei e vim pra cá, foi daí que eu vim pra cá e a gente fez a queixa e o policial disse: ó, você traga duas testemunhas, aí eu disse tá bom, vou ver se eu arrumo, porque testemunha é assim: o povo fala, mas na hora que</p>	Falta de apoio: sentir-se sozinha	

<p>agente precisa, ninguém ajuda, dá as costas. Falei com minha tia e ela disse: num conte comigo porque pra isso eu num sirvo pra ser testemunha de ninguém, mas ela não vai ficar do meu lado e contra a irmã. E ai, bora pra outra tia, porque esta meu padrasto tava esculhambando o marido dela, de corno, ai eu disse: bora lá, quem sabe se não vai testemunhar? Mas ela disse que não ia. E assim mesmo chamando ele de corno ainda apoia? Só quem sabia que eu tinha feito a denuncia eram as duas tias e uma irmã minha, porque no dia que eu tava fazendo a denúncia, eles pediram o endereço de lá e como eu não sabia liguei pra minha irmã pedi o telefone da vizinha ai eu contei pra ela. Não foi dois dias meu padrasto ficou sabendo e correu. E eu pensei:ah se aquela intimação chegasse agora, pelo menos o povo ia ver, que quem deve corre e ele correu. Só que passou um tempo e voltou tá lá dentro de casa. Eu não acredito não que ele será punido, é muito difícil, todo mundo diz que a culpada foi eu. Depois de tantas tentativas prestei queixas na DEAM, eles só fizeram me encaminhar para o CRAM para acompanhamento porque realmente eu preciso de ajuda, porque do jeito que tá nem eu vou me aguentar mais(Clara).</p>		
<p>Quando eu entrei em depressão eu disse: minha irmã, a senhora tem um tempinho pra mim? E ela: pra você, tenho o maior tempo do mundo. Minha Irmã, casse um lugar pra me botar, pra mim ver se eu paro de usar droga, e ela disse: ó Rosa, eu vou procurar, vou conversar com uma amiga minha, ela internou a filha dela. E ai minha irmã me trouxe pro centro de recuperação (Rosa).</p> <p>Minha irmã disse que iria ficar com ela, e minha mãe tá tentando ver se me aposenta, me encosta por causa do meu braço que eu tô com distorção no nervo, meu nervo quebrou do meu braço(Júlia)</p>	<p>Apoio de familiares</p>	
<p>Quando aconteceu (estupro) eu fui na DEAM e denunciei ele(padrasto).Quando levou a intimação ele foi preso, passou dois anos na cadeia e ai eu fui morar com minha irmã que ficou tomando conta de mim, ai eu comecei a usar drogas e minhas irmãs ficaram revoltadas com ele (Rosa).</p>	<p>DEAM</p>	<p>Rede de proteção, solidariedade orgânica X mecânica</p>
<p>Eu não contei diretamente pra ninguém que meu pai me abusava, mas foi uma denúncia ao Conselho Tutelar e até hoje eu não sei como foi que ele(conselho tutelar) chegou até a minha casa, porque minha amiga disse que não foi ela, que foi uma professora da escola que percebeu meu comportamento e denunciou. Porque quando tinha, palestra sobre pedofilia, eu me escondia e ficava</p>	<p>Conselho Tutelar</p>	

<p>nervosa, ai uma vez, uma professora, que eu acho que foi ela, chegou pra mim e me perguntou isso: Você tá sendo abusada? E eu: nãaaaao professora, ai já fiquei nervosa, não professora imagina? Não mesmo. E ela sempre fazendo estas perguntas e eu sempre dizendo que não, que não. Mas no fundo no fundo, eu sabia o que era que eu passava. Pronto: quando o Conselho Tutelar chegou foi incrível (rindo) eu tava na quadra (da escola) e meu irmão foi atrás de mim e disse: mãe tá te procurando que o conselho tá lá em casa e disse que era pra tu ir num sei pra onde. Ai eu já fiquei com medo: só pode ser isto(abuso) porque eu não apronto na escola, sou uma lesa na escola(rindo). Ai na hora que eu sai pra fora, olhei assim: ai chegou o carro e a mulher perguntou: é você que é Marta? e eu: sou, o que é ? E ela: É porque você e seu pai tem que ir pra o Conselho Tutelar. Eu me encostei no carro e a mulher me puxou pra dentro e a porta ficou aberta, ela me abraçou(a conselheira). Quando eu entrei dentro do carro elas olharam assim pra mim e eu mesma me entreguei da minha boca: isto é pelo que meu pai fez comigo, não é? Ai elas perguntaram: o que foi que seu pai fez com você? e me perguntaram um monte de coisa e eu não tinha como negar, mas eles já tinham a ficha todinha. Ai meu pai me ameaçou na frente da conselheira ele disse bem assim: se vocês trouxerem esta peste de volta, eu mato esta peste na frente de vocês. Foi um Processo, depois fomos numa delegacia depor queixa, depois fomos pro IML pra fazer exame. Ai o Conselho não permitiu a minha volta mais pra casa e me levou pra uma casa de recuperação pra me recuperar do trauma. Quando cheguei não conversava com ninguém, me escondia debaixo das mesas com medo primeiro me tratei do trauma. Porque não passa... Sabe aquela ferida grande que não fecha? Aberta... cria uma casquinha, arrebenta(Marta).</p>		
<p>Eu procurei a DEAM para prestar queixa do estupro que sofri do moto taxista e me encaminharam ao CRAM para acompanhamento psicológico (Eva).</p>	<p>CRAM</p>	
<p>Eu tinha uma professora que era como se fosse uma confidente ai ela ficou sabendo que eu tava sendo abusada pelo meu padrasto porque eu cheguei pra ela e disse, ai ela me deu a dica: Ó chegue pra sua mãe fale, converse, porque eu sou apenas sua professora, até porque eu já faço muito lhe dando conselhos, eu não sou aquela pessoa de me meter e foi ai que eu decidi. Foi quando ela pegou. Ela disse que sentiu que meu padrasto não tava na cama e se levantou e quando ligou a luz, tava ele de toalha baixa, acororado na minha cama, mexendo nas minhas partes íntimas. Eu acordei com ela com a faca na mão querendo pegar ele. Ele só fez abrir a porta e sair correndo não voltou mais e se separou.</p>	<p>O papel da escola: identificação e interrupção do abuso sexual</p>	

<p>No outro dia fomos na delegacia da mulher, denunciemos ele(padrasto) e a polícia perguntou onde ele tava e ai foram atrás. Ele saiu correndo, pegaram ele e prenderam , mas no outro dia ele foi solto, porque não foi pego em flagrante. Ele disse que era mentira minha, que era invenção da minha cabeça. Só que neste dia fez exame corpo delito e acusou que eu fui abusada.</p> <p>Fui assistida pelo Conselho Tutelar que me encaminhou ao programa sentinela, tinha um carro que me pegava na porta de casa e me levava. A psicóloga fazia as atividades pra melhorar minha cabeça, mas eu não me sentia segura, não sentia confiança e não me abria com ela, , me ajudou um pouco, mas não foi totalmente. Minha mãe nunca me acompanhou pro sentinela (Lara).</p>		
--	--	--

ANEXOS

ANEXO A – Aprovação do comitê de ética

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUOTIDIANO DE MULHERES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO QUE SOFRERAM VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Pesquisador: Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 24565213.4.0000.5531

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Outros

Detalhe: adendo mudança de título

Justificativa: Solicitação de mudança de título do projeto "Quotidiano de Mulheres do Semiárido

Data do Envio: 02/03/2015

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.052.303

Data da Relatoria: 06/05/2015

Apresentação da Notificação:

A notificação retrata mudança de título de projeto que durante o desenvolvimento foi ampliado pelas pesquisadoras e o ADENDO só foi submetido ao CEPEE em 2/3/2015.

Trata-se de projeto de tese de doutoramento vinculado ao Programa de Pós-graduação da Escola de Enfermagem da Bahia, sob a orientação da Dr^a Normélia M^a Freire Diniz que versa sobre o cotidiano de vinte mulheres violentadas sexualmente por familiares. A autora parte da perspectiva que a violência contra a mulher é um problema mundial que prejudica o desenvolvimento psicossocial de suas vítimas. Sendo esta, oriunda das desigualdades entre os sexos que concebe a mulher em posição de subordinação ao homem e de relações baseadas no patriarcalismo.

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

Davi Augusto Rosa

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 1.052.303

Objetivo da Notificação:

Mudança de título do projeto "Quotidiano de Mulheres do Semiárido Nordestino que sofreram Violência Sexual Intrafamiliar". para: "Quotidiano de Mulheres do Semiárido Nordestino que sofreram Abuso Sexual no contexto familiar".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "A participação no projeto poderá trazer pequenos riscos às colaboradoras, as quais poderão sentir-se desconfortáveis por estar compartilhando informações pessoais. Deste modo, elas não serão obrigadas a responder a perguntas ou informações que considerem íntimas ou desconfortantes". Para evitar ou minimizar possíveis efeitos ou condições adversas, a entrevista ocorrerá em ambiente reservado e confortável. Em caso de algum problema relacionado a participação, terá direito à assistência gratuita, ficando também garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação, mediante decisão judicial ou extrajudicial.

Benefícios:

Como toda pesquisa, este estudo não trará benefícios pessoais ou individuais, mas seus resultados contribuirão para o conhecimento e efetivação de ações para interromper a violência sexual contra a mulher, e principalmente as implicações do fenômeno no seu dia-a-dia.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A notificação expressa a mudança do título e a justificativa da ampliação da dimensão da coleta do contexto intra familiar para o contexto do abuso sexual no contexto familiar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A notificação além de solicitar a mudança do título a autora solicita a releitura do Parecer consubstanciado. Foi atendido.

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em condições de aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-060
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

Daíci Duarte Rosa

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 1.052.303

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Esta coordenação acata a modificação no título compreendendo que houve, no decorrer da pesquisa, um amadurecimento quanto a dimensão do contexto da violência doméstica. Assim, é de Parecer pela APROVAÇÃO do ADENDO e lembra ao pesquisador o dever de observar: o atendimento ao item XI.2 da Resolução 466/2012 que atribui ao pesquisador na Alinea d) o dever de elaborar e apresentar os relatórios parciais e final conforme descrito no item II.19 "ao finalizar sua pesquisa apresentar o relatório". Sugere que entre em contato com este CEP para lhe indicar o modelo de elaboração do referido relatório.

SALVADOR, 06 de Maio de 2015

Darci Santa Rosa

Assinado por:

Dra DARCI DE OLIVEIRA SANTA ROSA
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-060

UF: BA

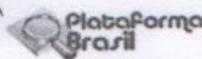
Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7615

Fax: (71)3283-7615

E-mail: cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 654.203

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os termos de apresentação obrigatória foram contemplados.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado aprova o Parecer de APROVAÇÃO emitido pelo relator, após atendimento dos termos de apresentação obrigatória e os aspectos éticos da pesquisa com seres humanos.

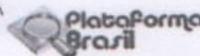
SALVADOR, 11 de Junho de 2014

Assinado por:

Dra DARCI DE OLIVEIRA SANTA ROSA
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-060
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUOTIDIANO DE MULHERES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO QUE SOFRERAM VIOLENCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Pesquisador: Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 24565213.4.0000.5531

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Outros

Detalhe: adendo mudança de título

Justificativa: Solicitação de mudança de título do projeto „Quotidiano de Mulheres do Semiárido

Data do Envio: 02/03/2015

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.052.303

Data da Relatoria: 06/05/2015

Apresentação da Notificação:

A notificação retrata mudança de título de projeto que durante o desenvolvimento foi ampliado pelas pesquisadoras e o ADENDO só foi submetido ao CEPEE em 2/3/2015.

Trata-se de projeto de tese de doutoramento vinculado ao Programa de Pós-graduação da Escola de Enfermagem da Bahia, sob a orientação da Dr^a Normélia M^a Freire Diniz que versa sobre o cotidiano de vinte mulheres violentadas sexualmente por familiares. A autora parte da perspectiva que a violência contra a mulher é um problema mundial que prejudica o desenvolvimento psicossocial de suas vítimas. Sendo esta, oriunda das desigualdades entre os sexos que concebe a mulher em posição de subordinação ao homem e de relações baseadas no patriarcalismo.

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-000
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3263-7615 **Fax:** (71)3263-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br

Página 01 de 03

Davidante Rosa

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 1.052.303

Objetivo da Notificação:

Mudança de título do projeto "Quotidiano de Mulheres do Semiárido Nordestino que sofreram Violência Sexual Intrafamiliar". para: "Quotidiano de Mulheres do Semiárido Nordestino que sofreram Abuso Sexual no contexto familiar".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: "A participação no projeto poderá trazer pequenos riscos às colaboradoras, as quais poderão sentir-se desconfortáveis por estar compartilhando informações pessoais. Deste modo, elas não serão obrigadas a responder a perguntas ou informações que considerem íntimas ou desconfortantes". Para evitar ou minimizar possíveis efeitos ou condições adversas, a entrevista ocorrerá em ambiente reservado e confortável. Em caso de algum problema relacionado a participação, terá direito à assistência gratuita, ficando também garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação, mediante decisão judicial ou extrajudicial.

Benefícios:

Como toda pesquisa, este estudo não trará benefícios pessoais ou individuais, mas seus resultados contribuirão para o conhecimento e efetivação de ações para interromper a violência sexual contra a mulher, e principalmente as implicações do fenômeno no seu dia-a-dia.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

A notificação expressa a mudança do título e a justificativa da ampliação da dimensão da coleta do contexto intra familiar para o contexto do abuso sexual no contexto familiar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A notificação além de solicitar a mudança do título a autora solicita a releitura do Parecer consubstanciado. Foi atendido.

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em condições de aprovação.

Situação do Parecer:

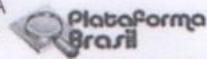
Aprovado

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-000
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3263-7915 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

Página 02 de 03

Davi Lúcio Rose

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 1.052.303

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Esta coordenação acata a modificação no título compreendendo que houve, no decorrer da pesquisa, um amadurecimento quanto a dimensão do contexto da violência doméstica. Assim, é de Parecer pela APROVAÇÃO do ADENDO e lembra ao pesquisador o dever de observar: o atendimento ao item XI.2 da Resolução 466/2012 que atribui ao pesquisador na Alinea d) o dever de elaborar e apresentar os relatórios parciais e final conforme descrito no item II.19 "ao finalizar sua pesquisa apresentar o relatório". Sugere que entre em contato com este CEP para lhe indicar o modelo de elaboração do referido relatório.

SALVADOR, 06 de Maio de 2015

Darci Santa Rosa

Assinado por:

Dra DARCI DE OLIVEIRA SANTA ROSA
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela CEP: 41.110-000
UF: BA Município: SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 Fax: (71)3283-7615 E-mail: cepee.ufba@ufba.br

ANEXO B – Aprovação do comitê de ética**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
CO - PARTICIPANTE**

Eu, Roseane Souza Farias, responsável pela Secretaria da Mulher da Prefeitura Municipal de Petrolina, estou ciente e autorizo à pesquisadora Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira, a desenvolver nesta instituição, o projeto de pesquisa intitulado “Quotidiano de Mulheres do Semiárido Nordestino que sofreram Violência Sexual Intrafamiliar”. Declaro conhecer as Normas e Resoluções que norteiam a prática de pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/2012, estando ciente da co-responsabilidade como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, do compromisso em garantir a segurança e o bem estar das mulheres, as quais serão aqui recrutadas, esclarecendo que a instituição dispõe da infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Petrolina, 07 de novembro de 2013.

Roseane de Souza Farias
Secretária Municipal
da Mulher
Roseane de Souza Farias
Secretária Municipal da Mulher

